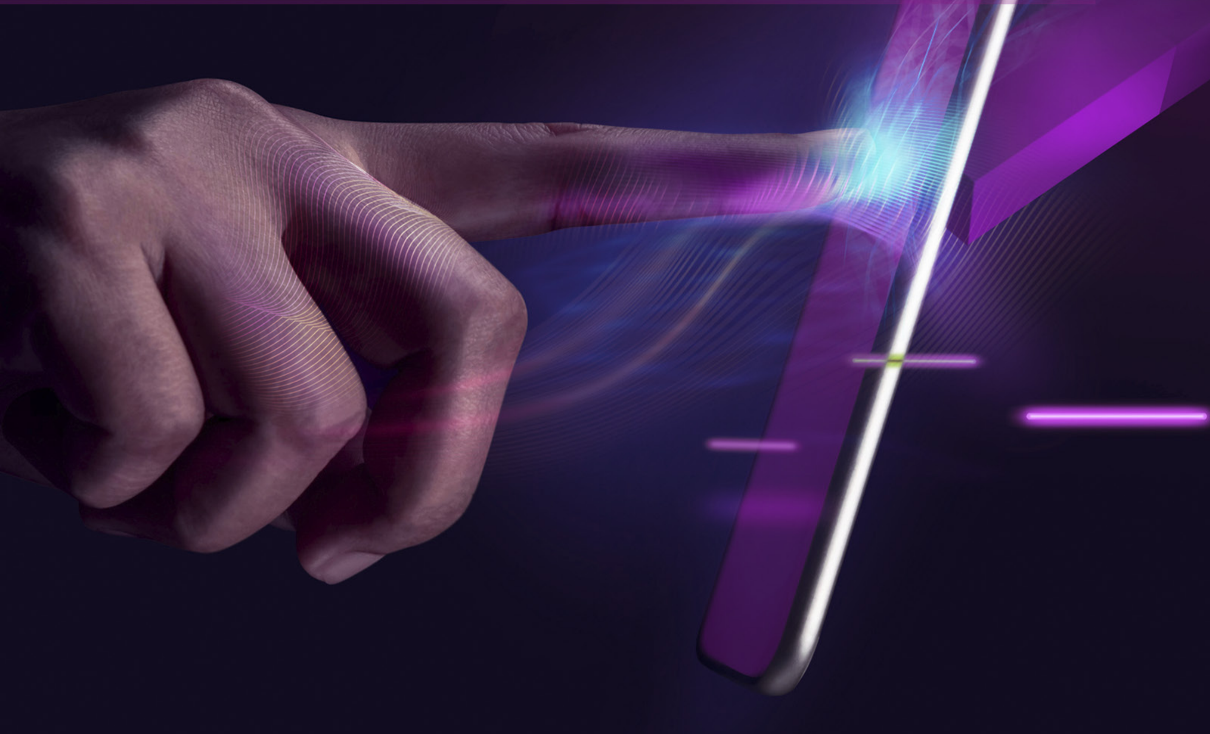
DESAFIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO 2

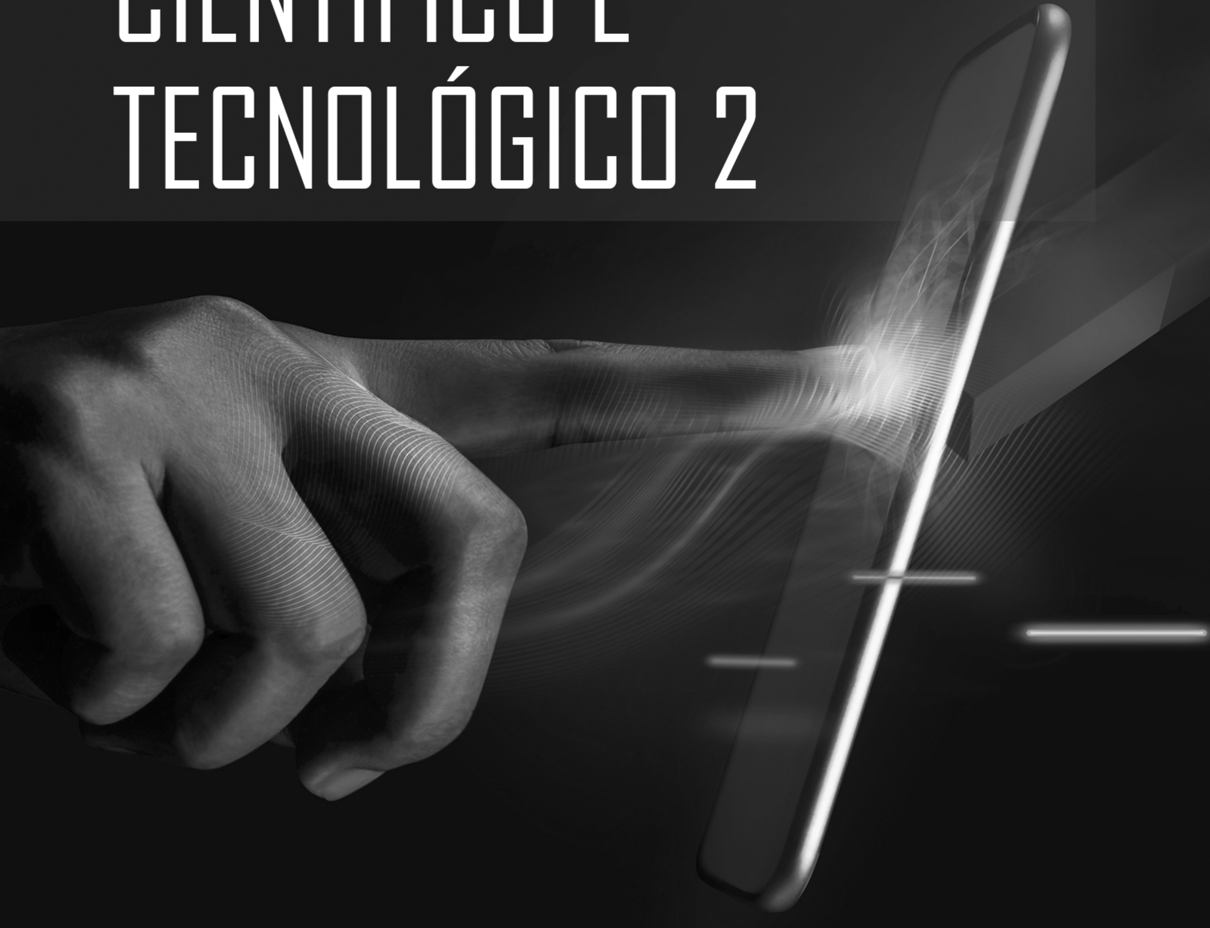


GABRIEL SALAZAR CURTY

(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2023

DESAFIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO 2



GABRIEL SALAZAR CURTY

(ORGANIZADOR)

Atena Editora
Ano 2023

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Camila Alves de Cremo
Ellen Andressa Kubisty
Luiza Alves Batista
Nataly Evilin Gayde
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento científico e tecnológico 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Soellen de Britto
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Gabriel Salazar Curty

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento científico e tecnológico 2 / Organizador Gabriel Salazar Curty. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-1575-6
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.756232206

1. Ciências sociais. I. Curty, Gabriel Salazar (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A presente obra coletiva "Desafios das Ciências Sociais Aplicadas no desenvolvimento científico e tecnológico 2" reúne 18 capítulos com foco acadêmico, profissional e científico na temática. Os trabalhos são construídos com perceptivas inter e/ou transdisciplinar, com pesquisas e descrições que contam com dados empíricos e teóricos, harmonizando o campo teórico e prático.

Neste sentido, a coleção começa abordando questões do jurídico, como a mutação constitucional no ordenamento jurídicos brasileiro (Capítulo 1), a intervenção do Estado na propriedade, com uma abordagem profunda sobre o coeficiente de servidão (Capítulo 2), os serviços públicos e a implementação da carta de serviços na PRF (Capítulo 3) e os desafios dos mediadores de conflito no ambiente virtual (Capítulo 4).

No campo jurídico e da ciência política, há um estudo voltado para o debate dos fundamentos envoltos à recepção do projeto político da Social-Democracia no Brasil (Capítulo 5). Na perspectiva dos estudos culturais, temos uma análise da construção da memória, histórica e cultura a partir das obras da artista Adriana Varejão (Capítulo 6).

Em tema urgente sobre a proteção dos povos tradicionais, temos um estudo sobre a luta pela proteção desses povos com recorte para o direito de propriedade intelectual (Capítulo 7). Com uma organização histórica e cronológica, há um capítulo dedicado aos recortes jurídicos e legal que versam sobre a população negra no Brasil (Capítulo 8).

A coleção conta com contribuições ricas e necessárias sobre os métodos mistos e aplicação em instituições totais (Capítulo 9) e o uso das tecnologias em várias situações e perspectivas, como das redes sociais no processo de aprendizagem do inglês (Capítulo 10), dos telefones no inventário de acervo bibliográfico (Capítulo 11) e de aplicativos na seleção de materiais têxteis com impacto no desenvolvimento da moda (Capítulo 12).

Há estudos/pesquisas que olham para as relações voltados ao capital, versando sobre o bem-estar financeiro do consumidor (Capítulo 13), o sistema capitalista a partir da escritora Silvia Federici (Capítulo 14) e uma análise do desenvolvimento socioeconômico em um estudo recortado para Guarapuava/PR (Capítulo 15).

Temos dois trabalhos que versam sobre Gestão de Projetos, um analisando os fatores de riscos nos projetos internacionais (Capítulo 16) e o outro refletindo sobre o uso do CMMI e das metodologias ágeis no desenvolvimento de *softwares* (Capítulo 17).

Fechando a obra, temos um trabalho sobre a avaliação da implementação da economia circular, com enfoque na gestão de resíduos sólidos no município de Nampula (Capítulo 18).

A coleção possui, portanto, temas atuais com alta relevância social. A Atena Editora possibilita com essa estrutura consolidada, a divulgação do saber por meio de pesquisadores comprometidos com o conhecimento! Boa leitura!

Gabriel Salazar Curty

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Data de submissão: 14/04/2023 *Data de aceite: 02/06/2023*

Carolina Maria da Rocha
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP
São Bernardo do Campo - São Paulo
http://lattes.cnpq.br/1046372300485672

Jéssica Thaís Gomes Caverzan
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP
São Paulo - São Paulo
http://lattes.cnpq.br/3454407684929869

RESUMO: O presente artigo versa sobre a modificação informal das normas constitucionais, fenômeno denominado como mutação constitucional, inicialmente identificado pela doutrina alemã como um problema hermenêutico ligado às inovações interpretativas que propiciavam certa defasagem entre a literalidade das normas e as práticas sociais. Na sequência, analisar-se-á sua trajetória até o ordenamento jurídico pátrio, verificando a empregabilidade do instituto pelo Supremo Tribunal Federal, bem como o seu entendimento sobre a temática. Por fim, observar-se-á a compatibilidade do instituto das mutações constitucionais de origem alemã, com o Estado Democrático de Direito e as peculiaridades inerentes ao ordenamento jurídico brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Mutação Constitucional – Métodos de Interpretação – Supremo Tribunal Federal – Limites à Mutação Constitucional – Segurança Jurídica.

CONSTITUTIONAL MUTATION IN THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM

ABSTRACT: This project is about the informal modification of constitutional norms, a phenomenon known as constitutional mutation, initially identified by German doctrine as a hermeneutic problem linked to interpretative innovations that provided a certain gap between the literality of norms and social practices. Next, its trajectory to the national legal system will be analyzed, verifying the employability of the institute by the Brazilian Supreme Court, as well as its understanding of the subject. Finally, the compatibility of the institute of constitutional mutations of German origin with the Democratic State of Law and the peculiarities inherent in the Brazilian legal system will be verified.

KEYWORDS: Constitutional Mutation – Methods of Interpretation – Federal

Supreme Court – Limits to Constitutional Mutation – Legal Security.

1 I SURGIMENTO DO CONCEITO E SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL

O fenômeno da Mutação Constitucional emergiu no contexto de crise do positivismo alemão do século XIX, sobretudo a partir de 1871, com a unificação da Alemanha, quando a Federação alemã passou a ser composta por 25 Estados-membros, titulares de organização política e autonomia próprias.

No entanto, apesar da promulgação da Constituição Imperial de 1871 e da revogação total e/ou parcial de disposições normativas contrárias ao seu texto, cada Estado-membro ainda conservava a própria constituição local, o que contribuiu para o aumento da insegurança jurídica[1].

Diante do elevado grau de rigidez do Diploma Imperial, que dificultava sobremaneira o processo de modificação de seu texto, criou-se um cenário de desconformidade entre a norma constitucional e a realidade posta, em constante transformação. A Escola Alemã de Direito Público passou a estudar o fenômeno, que mais tarde Paul Laband denominaria como *Verfassungswandlung* – mutação constitucional. Em suma, trata-se de uma nova forma de revisão informal do texto constitucional, por meio do qual se modifica o sentido, significado, alcance e a interpretação da norma sem, contudo, proceder a sua alteração textual.

No Brasil, embora a própria Constituição Federal de 1988 preveja um procedimento específico para alteração de seu texto, o instituto da mutação constitucional tem ganhado espaço, por ser um método de modificação com menos barreiras jurídicas para transpor. De fato, o procedimento formal de alteração da Constituição exige um processo rígido, dificultoso e formalístico para o acréscimo, modificação ou supressão do seu texto originário, que sofre limitações expressamente previstas ou decorrentes do sistema, inclusive se submetendo ao controle de constitucionalidade.

Doutrinariamente, foi sob a influência do professor e membro do Conselho Constitucional Francês, Georges Vedel, que o tema ganhou destaque no cenário nacional. Isto pois, Vedel realizou vasto estudo acerca dos processos de formação do ato ou atividade jurídica que implicam em manifestações do poder de regular a vida em sociedade.

O autor defendia que o processo normativo deveria refletir a supremacia do povo e afirmava a impossibilidade de se alegar que a Constituição possui conteúdo imutável.[2]

A primeira autora, no Brasil, a aprofundar os estudos sobre o tema foi a Anna Cândida da Cunha Ferraz. Por meio de sua obra intitulada “Processos informais de mudança da Constituição”, abordou sobre as mutações constitucionais e suas modalidades, partindo de uma diferenciação entre reforma constitucional e o instituto aqui analisado. Segundo ela,

1 VECHI, Cristiano Brandão. A mutação constitucional – uma abordagem alemã, p. 53.

2 SANTOS, Carlos Victor Nascimento dos. **Reconstruindo o conceito de mutação constitucional**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito. Rio Grande do Sul: 2015, p. 83.

as reformas constitucionais seriam aquelas reguladas pelo próprio texto da Constituição, promovendo acréscimos, supressões e emendas pelos processos previamente estabelecidos pelo texto constitucional.

A mutação constitucional, por sua vez, representa a alteração do significado, sentido ou do alcance dos dispositivos normativos inseridos na Constituição. Para tanto, o instituto se utiliza tanto da interpretação judicial, como dos costumes e das leis. De acordo com a renomada autora, tais alterações somente são perceptíveis quando comparadas com o entendimento atribuído às cláusulas constitucionais em momentos diversos e diante de circunstâncias distintas[3].

Em sua obra, Anna Cândida da Cunha Ferraz afirma existirem duas espécies de processos informais de alteração constitucional: a mutação que não viola a Lei Maior e se manifesta como obra do poder constituinte difuso, e aquela que contraria a Constituição e que, portanto, não deve subsistir, representando verdadeira mutação inconstitucional.

Sendo obra de um poder constituinte difuso, a mutação constitucional tende a completar e a preencher os vazios presentes na Constituição, de modo a continuar o legado do constituinte originário, decorrendo diretamente da Constituição, encontrando nela o seu fundamento, a fim de conferir efetividade na sua aplicação como norma essencial.[4]

Por defender ser um poder implicitamente constituído, aduz a autora que:

> Como exercício de função constituinte implícita, é forçosamente limitada, seus limites são necessariamente mais amplos e definidos do que os limites que se impõem ao constituinte derivado, isto é, ao poder de reforma constitucional, na medida em que este, com permissão expressa da Constituição, atua precisamente para reformá-la, emendá-la, modificando o texto e o conteúdo constitucional. O poder constituinte difuso, porque não expressamente autorizado, porque nasce de modo implícito e por decorrência lógica, não pode reformar a letra e o conteúdo expresso da Constituição. Sua atuação se restringe a precisar ou modificar o sentido, o significado e o alcance, sem todavia vulnerar a letra constitucional.[5]

A autora admite, entretanto, a falta de uniformidade no que tange aos processos informais de modificação do texto constitucional, tanto quanto em suas modalidades como em sua terminologia. Ferraz divide os tipos de mutações constitucionais em dois grupos distintos. O primeiro engloba as modificações desenvolvidas em decorrência de atos elaborados por órgãos estatais, a saber as de caráter normativo e as de natureza jurisdicional. O segundo agrupamento abrange as modificações operadas em virtude de fatos, tanto de caráter jurídico como de natureza político-social ou em relação às práticas constitucionais.[6]

Muito embora tenha sido pioneira no estudo avançado das mutações constitucionais

3 FERRAZ, Anna Candida da Cunha. **Processos Informais de Mudança da Constituição**. 2ª ed., 2015, Max Limonad, p. 09.
4 Idem, p. 10.
5 Idem, p. 11.
6 FERRAZ, Anna Candida da Cunha. Processos Informais de Mudança da Constituição. 2ª ed., 2015, Max Limonad, p. 12.

no Brasil, Anna Cândida da Cunha Ferraz não foi a única que se dedicou ao tema. Em 1991, O Ministro Gilmar Mendes publicou a tradução da obra de Konrad Hesse, "A força normativa da Constituição" e, posteriormente, em 1997, a tradução da obra "Hermenêutica Constitucional. A sociedade aberta de intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição", de Peter Häberle,

Já em 2008, o Ministro publica, também, o artigo intitulado "O papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade: um caso clássico de mutação constitucional", abordando a competência atribuída pela Constituição Federal de 1988 ao Senado Federal no que tange a suspensão da execução do ato normativo declarado inconstitucional pelo Plenário da Corte Suprema a fim de conferir eficácia *erga omnes* às decisões definitivas sobre inconstitucionalidade.

Sobre o assunto, Gilmar Mendes entende que tal previsão constitucional tem se tornado obsoleta, diante da dificuldade de enquadramento dogmático acerca dos efeitos e da natureza da resolução do Senado Federal que tem por fim a declaração da suspensão da execução da lei ou ato normativo tido como inconstitucional. Nesse sentido, acredita não haver necessidade da edição de tais resoluções, defendendo que a mera declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo no controle difuso, já está abrangida pelo efeito *erga omnes*, em decorrência de ser a Corte o órgão responsável pela última palavra no que tange a interpretação e aplicação da Constituição.

O tema em questão foi objeto da Reclamação 4335/AC, que será adiante analisada com maior acuidade. Na ocasião, o Ministro defendeu a redução da competência atribuída ao Senado Federal pela Carta Magna ao mero ato de dar publicidade às decisões do Supremo Tribunal Federal, não devendo ser enxergada como etapa fundamental ao processo constitucional, invocando o instituto da mutação constitucional para embasar seu posicionamento.

Em 1996 foi a vez de Uadi Lammêgo Bulos se debruçar sobre o tema ao escrever o artigo "Da Reforma à mutação constitucional". No texto, o autor sustentava que as Constituições sofrem mudanças, além daquelas previstas formalmente, defendendo que há meios outros que proporcionam a modificação do texto constitucional, a fim de que a Carta Magna se adeque às exigências sociais, políticas, econômicas e jurídicas do Estado e da comunidade.[7] Esclarece, ainda, que:

> O caráter dinâmico e prospectivo da ordem jurídica propicia o redimensionamento da realidade normativa, onde as Constituições, sem revisões ou emendas, assumem significados novos, expressando uma temporalidade própria, caracterizada por um renovar-se, um refazer-se de soluções, que, muitas vezes, não promanam de reformas constitucionais.[8]

Bulos busca conciliar a ideia de dinamismo da Constituição com a concepção de estabilidade das normas constitucionais, defendendo a existência de um equilíbrio entre

7 BULOS, U.L. **Da reforma à mutação constitucional.** Revista de Informação Legislativa, Brasília: 1996, p. 25.
8 Idem.

esses elementos. Para tanto, afirma ser o dinamismo necessário para a implementação das mudanças informais nas Constituições, vez que as mutações constitucionais não são revestidas de moldes e limites expressos, nem de requisitos específicos exigidos no texto constitucional pelo legislador constituinte.[9]

Tal afirmativa nos parece perigosa, tendo em vista que, no caso do constitucionalismo brasileiro sob a égide da Constituição de 1988, é evidente que o constituinte originário buscou conferir maior estabilidade e segurança jurídica à ordem constitucional mediante a rigidez do texto normativo e a exigência de um modelo formal mais rigoroso para a modificação e adequação do texto constitucional, a fim de se adaptar ao dinamismo da ordem social. Entretanto, constata-se uma preocupação muito maior, por parte da doutrina, em se buscar conciliar a Constituição com a realidade das mutações constitucionais do que analisar se de fato tal instituto é compatível com ela.

Bem é verdade que Bulos reconhece que o elemento estático não exclui mudanças, operando em consonância com o dinamismo do ordenamento jurídico. Contudo, não é verdade ser a mutação constitucional o instituto próprio e necessário à adaptação do texto constitucional à nova realidade social. Isto pois, o próprio texto normativo não exclui a possibilidade de adequação, mas também prevê e exige tal hipótese mediante emendas constitucionais.

Continuando o estudo sobre o tema, em 1999, Raul Machado Horta, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, publicou o artigo "Permanência, mutações e mudança constitucional", onde teceu análise sobre a mutação constitucional pautada na ideia de "sentimento constitucional" desenvolvida por Verdú.

Para Horta, a mutação constitucional deve ser tida como espécie de "mudança constitucional", tendo por finalidade corrigir o texto constitucional e sua interpretação, em contramão à ideia de permanência, refletindo o grau de insatisfação com o texto constitucional.

Por fim, vale mencionar o entendimento do Ministro Luis Roberto Barroso que, em 2009, em seu livro "Curso de Direito Constitucional", dedicou espaço ao tema, identificando a mutação constitucional como forma de adaptação necessária da Constituição às transformações sociais, ocorrendo comumente por meio da interpretação judicial e dos costumes constitucionais.[10]

Do exposto, percebe-se que apesar de ser vasta a doutrina atual acerca da mutação constitucional, nos parece ser constante a necessidade em tentar justificar a aplicação da mutação constitucional, levando-se em consideração a dinamicidade da ordem social e jurídica e a adequação do texto constitucional às novas realidades. Contudo, desconsidera-se a existência de mecanismos constitucionalmente previstos e em consonância com a

9 Idem.

10 SANTOS, Carlos Victor Nascimento dos. **Reconstruindo o conceito de mutação constitucional**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito. Rio Grande do Sul: 2015, p. 89.

atual ordem vigente que se destinam justamente a essa finalidade, como é o caso da revisão e das emendas constitucionais. Isto para se manter estável a ordem jurídica vigente e evitar problemas a segurança jurídica por meio de constantes alterações normativas da legislação constitucional, que podem ser baseadas, muitas vezes, na falta de previsão legal e do estabelecimento de limites e requisitos a serem obedecidos, em anseios pessoais, políticos e partidários.

Adiante, se analisará alguns casos em que a mutação constitucional foi invocada pela Corte constitucional brasileira, a fim de se justificar a modificação de entendimentos anteriormente firmados por ela ou acerca da alteração do sentido, significado ou alcance de alguma norma constitucional.

2 | A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL NO CENÁRIO DA JURISDIÇÃO NACIONAL

No Brasil, o caso que trouxe à tona a discussão acerca das mutações constitucionais, no primeiro semestre de 2006, foi, por certo, a Reclamação 4335/AC, impetrada pela Defensoria Pública da União, cuja relatoria foi atribuída ao Ministro Gilmar Mendes. Após o voto do relator, o então Ministro Eros Grau pediu vistas dos autos e no retorno acompanhou o relator, seguindo-se a divergência instaurada com os votos dos Ministros Sepúlveda Pertence e Joaquim Barbosa.

A Reclamação em questão fora ajuizada em razão de decisões do Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Rio Branco, no estado do Acre, que indeferiram pedidos de progressão de regime em favor de condenados à pena de reclusão em regime integralmente fechado, pela prática de crimes considerados hediondos, fundamentando seu pleito na ofensa à decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do *Habeas Corpus* 82959/SP, julgado em 01.09.2006, que reconheceu a inconstitucionalidade do artigo 2° da Lei 8.072/1990, que vedava a progressão de regime a condenados pela prática de crimes hediondos.

A posição do Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca de Rio Branco fundamentou-se na alegação de que a decisão do *Habeas Corpus* tido como paradigma pela Defensoria Pública da União fora proferida no controle difuso de constitucionalidade, razão pela qual seus efeitos seriam apenas *inter partes*, de modo que apenas aqueles que foram partes do processo anterior teriam legitimidade para reivindicar, via Reclamação, a intervenção do Supremo Tribunal Federal, ressalvada a hipótese prevista no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal de 1988, que confere ao Senado Federal a competência para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, em preliminar arguida em parecer do Ministério Público Federal, o Ministro Gilmar Mendes reconheceu a inexistência de óbice à apreciação da reclamação, alegando que qualquer um que se julgue prejudicado pela afronta às decisões do Supremo

Tribunal Federal pode se utilizar da reclamação para cassar a decisão que ofende a autoridade da decisão proferida, em razão da eficácia vinculante *erga omnes*, que também se manifesta no controle concreto de constitucionalidade pelo STF.

Ainda, o relator também aduziu que o instituto da suspensão da execução do ato pelo Senado, de inspiração na teoria da separação dos poderes, está ultrapassado, tendo em vista esta função não estar mais em consonância com o atual contexto da jurisdição constitucional brasileira, vez que as decisões do Supremo já se revestem de efeitos gerais, atuando o Senado Federal apenas com o fim de comunicação para que tais decisões sejam publicadas no Diário do Congresso, como ato vinculado.

Trazendo à luz a tese da mutação constitucional, o Ministro Gilmar Mendes defendeu uma mudança de paradigma desde a inserção do disposto no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal de 1988 no ordenamento jurídico brasileiro, com a introdução do sistema de controle abstrato de normas e com a ampliação do rol de legitimados para a propositura de ação de inconstitucionalidade à diversos órgãos da sociedade, reforçando o controle abstrato de normas como peculiar instrumento de correção do sistema geral incidente.

Assim, segundo ele, a possibilidade de se submeter qualquer questão constitucional ao Supremo Tribunal Federal, operou mudança substancial no modelo de controle de constitucionalidade vigente no Brasil, de modo a ocorrer verdadeira mutação constitucional, que visou expandir os poderes do Tribunal com relação à jurisdição constitucional, adotando nesta nova concepção, a abstrativização do controle difuso ao conferir à decisão proferida em sede de controle difuso os mesmos efeitos do controle concentrado, quais sejam, a eficácia *erga omnes* e o efeito vinculante.

Isto pois, o relator defendeu ser o sistema difuso incapaz de lidar com os julgados com eficiência e rapidez, diante dos diversos casos semelhantes que tramitam pelo Judiciário. Assim, segundo ele, seria necessária uma atualização interpretativa no disposto no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, utilizando-se da mutação constitucional para tanto, de modo que, na realidade, se prestaria a criar norma constitucional a partir de uma reinterpretação do texto constitucional.

Com esses argumentos, entendeu que a decisão do Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca de Rio Branco desrespeitou a autoridade do STF, vez que a decisão do HC 82.959 já possuía eficácia *erga omnes*.

Depreende-se de seu voto que sua visão em relação às mutações constitucionais se manifesta como alteração da norma, mas com a manutenção do texto constitucional, representando criação do Tribunal que adapta a norma aos novos padrões da realidade.

O Ministro Eros Grau, por sua vez, em consonância com o entendimento de Gilmar Mendes, entendeu o instituto da mutação constitucional de duas formas distintas. Primeiro, reconheceu a mutação como espécie de alteração da interpretação de um texto que gera nova norma, sem modificação formal daquilo que está sendo interpretado. Depois, afirmou

que a ideia de mutação constitucional pressupõe a necessidade de alteração do próprio texto normativo, tendo, inclusive, sugerido nova redação para o artigo 52, X, da Constituição Federal.

Ainda, o ministro se propôs a fazer uma distinção entre texto e norma. Segundo ele, o texto é produto de uma atividade legislativa, enquanto norma é produto da atividade do intérprete do texto. O que parece incoerente, já que, sendo o texto produto da atividade legislativa, ele, como seu intérprete, busca lhe dar nova redação.

Assim, afirma ser a mutação constitucional uma forma de alteração das normas constitucionais que se manifesta mediante a alteração da práxis, sem, contudo, demonstrar qualquer comprovação de que a prática constitucional brasileira tenha se alterado.

Em seguida, alega que a mutação constitucional, para ser legítima, deve respeitar a tradição e o contexto no qual o novo texto criado pela Corte deve se inserir e a sua eficiência justifica a modificação. Entretanto, afirma que a doutrina nacional atribui a tradição ao controle de constitucionalidade difuso, da mesma forma que a atuação do Senado Federal nos conformes do que dispõe o texto constitucional. Assim, nos parece inconsistente o argumento segundo o qual a mutação constitucional deve respeitar a tradição da ordem constitucional, ao mesmo tempo em que se admite que a tradição desta ordem é justamente aquilo que se pretende desconstituir com a nova interpretação.

Cumpre-nos destacar, portanto, o extremo perigo e insegurança que a incorporação de um instituto de origem estrangeira pode acarretar no ordenamento jurídico interno. Isto pois, é nítido que entre os próprios apoiadores da mutação constitucional não há consenso acerca do seu significado e que, dentro de um mesmo discurso legitimador, se apresentam ideias contrapostas e incertas.

Ademais, no caso em análise, nos parece evidente a usurpação de competência promovida pela Corte constitucional e a clara inconstitucionalidade da “mutação” criada, tendo em vista ter sido pautada em matéria considerada cláusula pétrea pela Constituição Federal.

3 | CONCLUSÕES FINAIS - COMPATIBILIDADE DO INSTITUTO COM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Insta consignar, inicialmente, que a Constituição da República Federativa do Brasil, quanto à sua alterabilidade, insere-se no campo da rigidez constitucional, prevendo um modo mais dificultoso de alteração do texto constitucional do que o exigido para a modificação da legislação infraconstitucional.

Com efeito, buscando equacionar a estabilidade do texto constitucional com as alterações sociais vindouras, segundo o processo de alteração da Constituição previsto, sua adequação deverá ocorrer através da elaboração de *emendas constitucionais*. Assim, o poder reformador foi condicionado às questões formais subjetivas, relacionados aos

legitimados para apresentar propostas de emenda (artigo 60 da Constituição da República), e objetivas, atinentes às regras procedimentais do processo (parágrafos 2º, 3º e 5º do artigo 60, da Constituição da República).

Diante deste panorama, seria legítimo e compatível com o ordenamento interno o fenômeno da mutação constitucional como meio hábil a ensejar a modificação da Carta Magna? No mesmo sentido, Carlos Blanco de Morais questiona:

> (...) em sistemas onde foram instituídas jurisdições vocacionadas para a garantia da Constituição, se essas alterações constitucionais são introduzidas à margem das normas que dispõem sobre a revisão formal da mesma Lei Fundamental através de emendas, por que razão não são as mesmas, pura e simplesmente, julgadas inválidas?[11]

Introduzindo a resposta, Carlos Blanco de Morais enuncia que dentre os fatos existentes, destaca-se a aceitação tácita por parte das instituições políticas e jurídicas, como também da comunidade, "(...) na medida em que [estes órgãos] contrariem normas constitucionais explícitas ou envolvam aditamentos inovadores criados fora do processo de emenda formal"[12], legitimadas pela interpretação sedimentada dos tribunais.

Trata-se, portanto, da influência de fatores externos, como o político-social, que ensejam o início do processo de inconstitucionalidade das normas e este, por não ser combatido pelas instituições estatais, mas, sim, legitimado, perpetua-se até vir a substituir a norma constitucional.

O jurista alemão Jellinek asseverou que "as normas jurídicas são incapazes de impor efetivamente a distribuição do poder político, porque as autênticas forças políticas movem-se segundo as próprias leis, atuando independentemente de quaisquer formas jurídicas"[13].

Por isso, segundo Hesse, não é possível traçar limites às mutações constitucionais, já que estas são essencialmente "o resultado de uma atuação de forças elementares dificilmente explicáveis e, em todo caso, irresistíveis e cuja submissão ao direito seria um esforço inútil"[14].

Tem-se que os desdobramentos do fenômeno sem a ingerência estatal está relacionada à delimitação do instituto, que muitas vezes carece de parâmetros suficientemente claros no caso concreto para que se possa afirmar se houve ou não mutação constitucional.

Nesta toada, Hesse explica que "*quando faltam tais parâmetros, então já não cabe distinguir entre atos constitucionais e inconstitucionais, porque a afirmação, sempre possível, da existência de uma mutação constitucional não se pode provar nem refutar*"[15]. Se ao menos o texto da Constituição é tido como limite da mutação, haverá um parâmetro,

11 MORAIS, Carlos Blanco. **As mutações constitucionais implícitas: autópsia de um Acórdão controverso**, p. 61.
12 Ibidem, p. 64.
13 HESSE, Konrad. **Temas fundamentais do Direito Constitucional**, p. 157.
14 Ibidem, p. 154.
15 Ibidem, p. 151.

ainda que não absoluto.[16]

Carlos Blanco de Morais elucida que a interpretação criativa das normas constitucionais pelos tribunais põe em xeque três problemas:

> (i) O primeiro é de se saber se essa criação ou transformação envolve uma autêntica mutação; (ii) O segundo, pretende aferir se a referida transformação é ou não inconstitucional; (iii) E o terceiro implica uma resposta sobre os remédios do Estado de direito perante as situações em que é o próprio Guardião da Constituição, como relembra Manuel Gonçalves Ferreira Filho, a alterar a Lei Fundamental que se encontra à sua guarda.[17]

De fato, ainda que sob o manto de Guardião da Constituição, poderia o Supremo Tribunal Federal, então, alterar o sentido da norma constitucional sob a alegação de que ocorreu mutação constitucional, inserindo, desta maneira, nova norma no ordenamento, considerando, principalmente, que o processo de elaboração de leis é função legislativa, realizada por agentes políticos democraticamente eleitos?

E mais: caberia, então, mutação de uma norma constitucional, cuja modificação pela via formal não pudesse ocorrer, por se tratar, por exemplo, de tema polêmico e de difícil aprovação no âmbito do Legislativo?

Ora, a interpretação da Constituição inegavelmente é atribuição constitucionalmente delegada ao STF, que, contudo, não possui a prerrogativa, pertencente ao Poder Legislativo, de espelhar a vontade do povo, pelo qual os Ministros não foram eleitos.

Aceitar a premissa de que a mutação constitucional não possui limites, podendo ocorrer até mesmo contra o texto expresso da Constituição consiste, em síntese, em dar primazia à interpretação da Corte Constitucional sobre o próprio Diploma Fundamental. Não se mostra lógico, assim, que o Guardião da Constituição pudesse atentar contra o texto a ser protegido, dispondo de interpretações que agridam, em última análise, a própria integridade da Constituição.

Até porque, se o constituinte originário previu o método de alteração formal das normas constitucionais, inclusive através de um sistema rigoroso e formalístico, justamente para dar primazia à segurança jurídica, não parece sensato permitir, então, que alterações normativas, em tese, sem limites ou requisitos claros, pudessem ocorrer. Caso contrário, abrir-se-ia a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal não apenas orientar a aplicação da norma, mas de verdadeiramente legislar sobre temas que, em resumo, não poderiam ser contestados de nenhuma outra forma, comprometendo o equilíbrio entre os três Poderes.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 1ª ed., 2009, Saraiva.

16 Ibidem, p. 170.
17 MORAIS, Carlos Blanco. **As mutações constitucionais implícitas: autópsia de um Acórdão controverso**, p. 78.

______________________. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito: O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil**. THEMIS - Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará: v. 240, 2005.

BULOS, Uadi Lâmego. **Mutação Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1997.

FERRAZ, Anna Candida da Cunha. **Processos Informais de Mudança da Constituição**. 1ª ed., 1986, Max Limonad.

________________________________. **Processos informais de mudança da Constituição**. 2ª edição. São Paulo: EDIFIEO, 2015.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito**. São Paulo: Malheiros, 2011.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional - a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição***.* Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Editor, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia entre facticidade e validade**. Trad. de Flávio Beno Siebeneichler - UGF. Vol. 1, 1997, Ed. Tempo Brasileiro.

HESSE, Konrad. ***Limites de la mutación constitucional***. 1983, Escritos de Derecho Constitucional.

___________. **A Força Normativa da Constituição**. Trad. de Gilmar Mendes. 2009, Ed. safE.

JELLINEK, Georg. ***Reforma y Mutación de La Constitución***. Centro de Estúdios Constitucionales, Madrid, 1991.

LABAND, Paul. ***Le droit public de l'Empire allemand***. Trad. C. Gandihen. Paris: V. Giard & E. Briére, 1900.

LASSALLE. Ferdinand. **A essência da Constituição**. 6. Ed. Trad. Walter Stôner. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

MATTOS, Ana Letícia Queiroga de. **A realidade constitucional da República Federal da Alemanha**. Revista de Informação Legislativa: v. 43, n. 169, jan./mar. 2006

MENDES, Gilmar Ferreira. **O Apelo ao legislador - Appellentscheidung - na Práxis da Corte Constitucional Federal Alemã**. Revista informativo legislativo. Brasília: v. 29, n. 114. 1992.

________________________; VALE, André Rufino do. **O pensamento de Peter Häberle na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Observatório da Jurisdição Constitucional: 2009.

MENDES, Gilmar. **Curso de Direito Constitucional.** 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Carlos Blanco de. **As mutações constitucionais implícitas e os seus limites jurídicos: Autópsia de um Acórdão Controverso**. JURISMAT: Portimão, n. 3, 2013.

VECHI, Cristiano Brandão. **A mutação constitucional – uma abordagem alemã**, p. 53.

VEDEL, Georges. **Manuel Élémentaire de Droit Constitutionnel**. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1949. p. 112.

SANTOS, Carlos Victor Nascimento dos. **Reconstruindo o conceito de mutação constitucional. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**. Rio Grande do Sul: 2015, p. 83.

CAPÍTULO 2

CÁLCULO DO COEFICIENTE DE SERVIDÃO DE PASSAGEM COM O USO DE MÉTODOS DE APOIO À TOMADA DE DECISÃO COM MÚLTIPLOS CRITÉRIOS

Data de aceite: 02/06/2023

Ailton Moisés Xavier Fiorentin
UFSCAR/SP
Brotas/SP, Brasil

Marcelo Rossi de Camargo Lima
IBAPE/SP
São Paulo/SP, Brasil

Gustavo D'Almeida Scarpinella
UFSCAR/SP
São Carlos/SP, Brasil

Taís Diane Nicoletti Fiorentin
USP
Brotas/SP, Brasil

Luciana Márcia Gonçalves
UFSCAR/SP
São Carlos/SP

RESUMO: A Servidão de Passagem é uma das modalidades especiais de intervenção do Estado sobre o imóvel de propriedade particular, em função do interesse público. Dada a obrigação constitucional de indenizar os proprietários dos imóveis atingidos, a valoração passa a ser um desafio para os profissionais de avaliação patrimonial, sobretudo nos casos mais controversos de intervenções impostas ao imóvel. O objetivo deste trabalho foi apresentar um estudo desenvolvido com o emprego do método multicritério para tomada de decisão, utilizado para determinação dos coeficientes de servidão, com foco nos fatores depreciativos que podem afetar o imóvel serviente. Foram adotados os fatores depreciativos inerentes, a interferência, ao posicionamento e a limitação impostos ao imóvel serviente. Concluiu-se que o método atingiu o objetivo final de determinar o coeficiente de servidão para as várias possibilidades das condições impostas por uma servidão, dando embasamento suficiente para que o profissional da engenharia de avaliações consiga tomar sua decisão de forma isonômica, alheia a interesses particulares, minimizando o risco de tendenciosidade no processo decisório e aumentando a precisão na valoração do bem para uma justa indenização.

PALAVRAS-CHAVE: Servidão, indenização, coeficiente, multicritério, AHP.

CALCULATION OF THE PASSAGE EASEMENT COEFFICIENT USING MULTI-CRITERIA DECISION SUPPORT METHODS

ABSTRACT: The passage easement is one

of the special modalities of State intervention on the property of private property, according to the public interest. Given the constitutional obligation to indemnify the owners of the affected properties, valuation becomes a challenge for property valuation professionals, especially in the most controversial cases for the interventions imposed on the property. The objective of this work was to present a study based on the multicriteria method for decision making used to determine the easement coefficients, focusing on the derogatory factors that can affect the servient property. The article used the inherent derogatory factors, interference, positioning and limitation caused in the servient property. It was concluded that the method reached the final objective of determining the easement coefficient for the various possibilities of the conditions imposed by a easement, providing a basis for the evaluator to be able to make his decision in an isonomic way, oblivious to particular interests, minimizing the risk of bias in the decision-making process, thus managing to maximize its accuracy in the valuation of the good to the detriment of just compensation.
KEYWORDS: Easement, compensation, coefficient, multi-criteria, AHP.

1 I INTRODUÇÃO

A Norma Brasileira em Referência para avaliações de Servidões Administrativas, NBR 14653- 1:2019, recomenda que o valor relativo à indenização pela instituição de servidão, quando cabível, é aquele decorrente da limitação ou restrição ao uso do imóvel afetado. Corresponde ao valor presente líquido, na data de referência, da perda de renda causada ao imóvel, considerada a sua destinação ou a sua vocação econômica. Alternativamente, a norma descreve ser possível a utilização de um percentual aplicado ao valor da terra nua, como forma indenizatória, desde que devidamente justificada.

Por muito tempo os Tribunais de Justiça aplicavam como forma de indenização das áreas de servidão, percentuais fixos sobre o valor da terra nua, o que gerava questionamentos, por não refletir a complexidade e unicidade de cada caso.

Com o passar do tempo, a Engenharia de Avaliações avançou nos estudos passando a melhorar a metodologia indenizatória. Atualmente admite-se que cada caso pode receber um coeficiente diferenciado a depender das restrições impostas ao imóvel.

Embora com opiniões controversas, diversos autores produziram estudos com o intuito de mensurar a melhor metodologia indenizatória em processos de servidão de passagem, ainda sem convergência para uma metodologia padrão para obtenção dos percentuais aplicados à faixa de servidão.

Todavia, é unânime a compreensão quando a norma de avaliação relata que a indenização é “decorrente da limitação ou restrição ao uso do imóvel afetado”. Assim, neste artigo, optou-se pelo emprego de três fatores depreciativos para análise e definição dos coeficientes de servidão: Interferência, Posicionamento e Limitação. Ressalta-se que estes não são os únicos possíveis de utilização. No entanto, foram os adotados para exemplificar a metodologia proposta, por serem facilmente qualificáveis.

Assim, neste artigo é apresentada uma metodologia para obtenção dos coeficientes

de servidão com o emprego do método multicritério para tomada de decisão - Processo de Análise Hierárquica (do inglês *Analytic Hierarchy Process* - AHP), o qual possui diversas vantagens, dentre elas, ampla aplicação, de simples operação e da obtenção de resultados confiáveis.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Causas dos conflitos em processos de servidão de passagem

A Servidão de Passagem é uma das modalidades especiais na qual o Poder Público intervém na propriedade privada, para fins de utilidade pública ou interesse social. Nesta condição, tem o dever de garantir a justa e prévia indenização ao proprietário atingido, conforme previsão da Constituição Federal de 1988, artigo 5°, inciso XXIV (BRASIL, 1988).

Por se tratar de uma restrição administrativa, o proprietário continua responsável pela terra atingida na servidão, entretanto, com limitações para seu uso (CARVALHO FILHO, 2013; GASPARINI, 2006, p.740).

A expedição do decreto desapropriador autoriza o Poder Público a quantificar no início do procedimento, o valor a ser pago ao proprietário do imóvel, conforme o Decreto Lei 3.565/41:

"*art. 10-A. O poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização*". Em regra, o valor indenizatório proposto corresponde ao uso parcial da terra nua atingida, acrescido eventualmente de um *quantum* pela perda de culturas, atividades econômicas ou benfeitorias.

Ainda que os Órgãos obtenham sucesso em alguns acordos extrajudiciais, há proprietários que não aceitam os valores pagos pela oferta inicial. Deste modo, em sede judicial o dono do imóvel, reclama por indenizações intrínsecas às depreciações causadas no imóvel, que segundo a NBR 14.653-3 são tecnicamente possíveis, mas devem ser comprovados (ABNT, 2019, p. 19). O fundamento para estas contestações é que, supostamente, os profissionais da engenharia de avaliações modulam a reparação financeira desconsiderando fatores depreciativos, dentre outros, por interferência, posicionamento e limitações causadas pela faixa de servidão (MEDEIROS, 2014, p. 50).

2.2 Metodologias para determinação do coeficiente de servidão

Segundo Abunahman (1998, p. 184) e Harada (2014, p. 145), por muito tempo os Tribunais de Justiça aplicavam como forma de indenização das áreas de servidão a taxa fixa de 20% para imóveis urbanos e 33% para rurais, sobre o valor da terra nua. Entretanto, com o passar do tempo, a Engenharia de Avaliações avançou nos estudos, passando a melhorar a metodologia indenizatória e atualmente admite-se que cada caso pode receber um coeficiente diferenciado a depender das restrições impostas ao imóvel. Atualmente, o uso deste tipo de método é questionado, porque uma taxa fixa não reflete a complexidade

e unicidade para cada caso (SANTOS, 2021).

Deste modo, na literatura especializada não há método único ou padronizado (ABUNAHMAN, 1998, p. 184), e por décadas a indenização tem sido calculada por várias metodologias, como os métodos do “antes e depois” e da renda, dentre outros. Embora criticado, o método das taxas ou dos índices denominados de “Coeficiente de Servidão ou de Afetação”, ainda é amplamente aplicado e, usualmente, valem-se os profissionais de avaliação destas alíquotas ou coeficientes de servidão, aplicados sobre o valor da terra nua (ANJOS, 1999, p. 9; LIMA, 2013, p. 2).

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2019b), NBR 14653-1:2019, por sua vez, reconhece que o valor da indenização pela presença de servidão em propriedade rural, quando cabível, deve ser decorrente da limitação ou restrição ao uso do imóvel afetado, sendo também possível utilizar uma porcentagem do valor da terra nua, desde que justificada tecnicamente (ABNT, 2019b, p. 28).

Dada a complexidade do tema e opiniões controversas, diversos autores produziram estudos com o intuito de mensurar a melhor metodologia indenizatória em processos de servidão de passagem, tais como Costa (1978), Pellegrino (1985), Cases & Silva (1995), Anjos (1999), Lopes (2001), Lopes (2006), Arantes (2003), Arantes (2006a.), Arantes (2006b.), Marcondes (2008), Crispim (2009), Alves (2011), SABESP (2012), Lima (2013), Medeiros (2014), Anchía Rodriguez & Montero (2017), Schlichta *et al*. (2017) e Ferreira (2017).

Também há autores que apresentam percentuais aplicados ao valor da terra nua em função da finalidade da faixa serviente e locação do objeto (aparente ou não), independente das restrições impostas pelo mesmo, conforme Tab. 1:

Finalidade	**Aparente[%]**	**Não Aparente[%]**
Passagem de pedestre	30,00	26,00
Passagem de Veículos	48,00	41,00
Linhas de Transmissão	71,00	61,00
Oleoduto	90,00	77,00
Gasoduto	90,00	77,00
Esgoto	67,00	57,00
Água Potável (adutora)	62,00	53,00
Água Pluvial (galeria)	51,00	43,00

CAJUFA (2019) e INSTITUTO DE ENGENHARIA (2019).

Tabela 1: Fatores de Servidão

2.3 Fatores depreciativos

Conforme os autores citados anteriormente, os fatores depreciativos ou Graus de Restrição, são definidos em função das características da faixa servienda, das depreciações impostas pela instituição da faixa, assim como os impactos ocasionados pela mesma nas áreas remanescentes.

Neste artigo, optou-se pelo emprego de três fatores depreciativos para análise e definição dos coeficientes de servidão: **Interferência, Posicionamento e Limitação**. Ressalta-se que estes não são os únicos possíveis de utilização. No entanto, foram os adotados para exemplificar a metodologia proposta, por serem facilmente qualificáveis.

2.3.1 Interferência

O fator depreciativo por interferência caracteriza o objeto do qual o imóvel irá servir e a perturbação gerada por sua instalação, podendo se figurar das seguintes formas:

- Aparente: objeto instalado sobre o nível do solo com toda a sua extensão visível sobre o imóvel;
- Intermitente: objeto se configura ora sobre o nível do solo, ora no subsolo em local não visível;
- Não Aparente: instalado no subsolo ou em local não visível.

2.3.2 Posicionamento

O fator de posicionamento descreve a perturbação gerada pela locação do objeto no imóvel, o qual poderá estar localizado na geometria do terreno de forma:

- Oblíqua: com o eixo da faixa de servidão sem qualquer relação com a poligonal do imóvel;
- Ortogonal: com o eixo da faixa de servidão perpendicular à poligonal do imóvel;
- Limítrofe: com o eixo da faixa de servidão perpendicular à poligonal do imóvel e confrontante com uma de suas dimensões.

2.3.3 Limitação

O fator de limitação descreve a imposição gerada pela faixa de servidão nas atividades econômicas do imóvel, podendo ser:

- Total: inviabiliza qualquer atividade econômica na faixa de servidão;
- Parcial: inviabiliza algumas atividades econômicas na faixa de servidão, podendo ser ou não a atual atividade;
- Nula: não inviabiliza qualquer atividade econômica na faixa de servidão.

2.4 Métodos de apoio à tomada de decisão com múltiplos critérios

A complexidade decorrente pelo aumento da disponibilização de informações e da necessidade de utilizá-las no processo decisório, fez com que surgissem novos métodos na tentativa de alcançar maior assertividade nas tomadas de decisão (BRIOZO & MUSETTI, 2015).

Neste sentido, métodos multicritérios de tomada de decisão surgiram como meio de apoio, o qual são compreendidos como ferramentas matemáticas, eficazes para resolução de problemas em que existem critérios conflitantes (BRANS & MARESCHAL, 2005). Tais métodos fornecem ao usuário uma classificação por ranqueamento das opções disponíveis em função dos critérios adotados (SAATY, 1991; SAATY & VARGAS, 2012).

Segundo Vincke (1992), a vantagem de utilização por métodos multicritérios ocorre pelo fato de não haver, em geral, decisões que sejam simultaneamente boas sob todos os pontos de análise, fazendo com que ocorra desta forma, a seleção da melhor opção possível.

A diferença entre os métodos multicritérios de tomada de decisão e outros se dá em função de serem considerados diversos aspectos e avaliadas as ações por meio de um conjunto de critérios, derivando de cada conjunto uma função matemática que serve para medir o desempenho de cada ação (ENSSLIN, 2001).

Na Fig. 1, visualiza-se a montagem de um sistema decisório para os métodos multicritério de tomada de decisão.

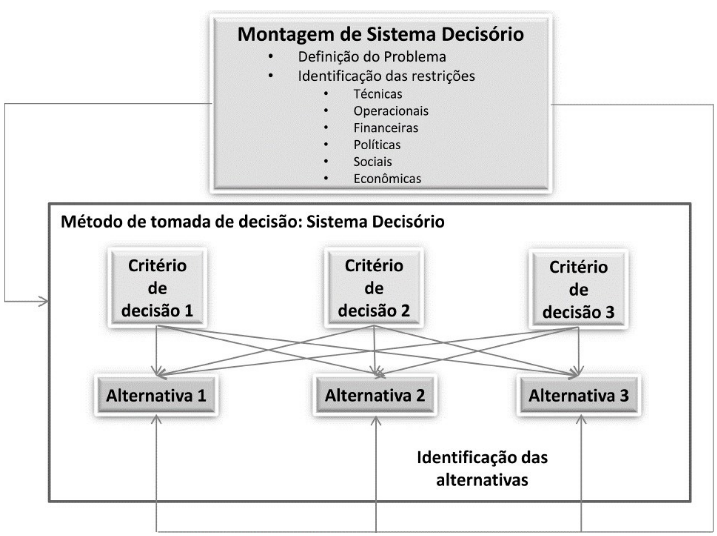


Figura 1: Montagem do sistema decisório nos métodos de tomada de decisão

Adaptado de Rodrigues et al. (2001).

Conforme a Fig. 1, a construção esquemática do sistema decisório por multicritério inicia-se pela definição do problema, identificação das restrições, critérios e, por fim, as alternativas a serem avaliadas e selecionadas pelo tomador de decisão. O modelo se desenvolve por meio do cruzamento dos critérios com as alternativas e dos critérios com o objetivo final.

Os meios de decisão podem ser desenvolvidos por diversas metodologias baseadas em multicritérios. Um dos métodos empregados para esse fim é o Processo de Análise Hierárquica (do inglês *Analytic Hierarchy Process* - AHP), o qual possui diversas vantagens, dentre elas, ampla aplicação, de simples operação, além de produzir resultados confiáveis. O método AHP tem como característica a utilização de dados quantitativos e/ou qualitativos mensuráveis, tangíveis ou intangíveis, na análise dos critérios estabelecidos (SAATY, 1991; VARGAS, 2010).

2.4.1 Método multicritério - Analytic Hierarchy Process – AHP

O método multicritério *Analytic Hierarchy Process* – AHP - surgiu na segunda metade do século XX e foi desenvolvido pelo matemático Thomas L. Saaty, quando trabalhava para a Agência de Controle de Armas e Desarmamento do Departamento de Estado Americano (NGWENYA, 2013).

O método sugere que a modelagem do problema em uma hierarquia de critérios facilita a análise e comparação de alternativas de decisão. No momento em que essa hierarquia lógica está construída, os tomadores de decisão avaliam sistematicamente as alternativas por meio da comparação paramétrica, de duas a duas, dentro de cada um dos critérios. Essa comparação pode utilizar dados concretos das alternativas ou julgamentos humanos como forma de informação subjacente (SAATY, 1991).

Segundo os Autores Besteiro *et al.* (2009), o AHP é um método eficaz para a tomada de decisão e que possibilita ao usuário identificar a melhor opção dentro das múltiplas alternativas possíveis, ajudando-o na determinação das prioridades. Além disso, ele permite a redução de decisões complexas a decisões comparativas pareadas, a partir de uma estruturação do problema, de julgamentos e de síntese dos resultados.

No método AHP, ocorre a elucidação das preferências dos tomadores de decisão através dos julgamentos subjetivos dos usuários, para que quantifiquem numericamente seus julgamentos, levando em consideração a importância relativa dos fatores que estão sob análise (YANG & LEE, 1997; VARGAS, 1990).

Sobretudo, a utilização do método AHP é indicada tendo em vista a ferramenta de mensuração de critérios tangíveis a partir de elementos intangíveis, por meio de uma escala de razão, podendo o problema ser divido em diversas partes, relacionando-as e conectando os juízos de comparação com o objetivo final da aplicação (VARGAS, 1990).

3 I MÉTODO

Conforme Saaty (1991), o resultado obtido pela aplicação do método AHP acontece por meio da comparação paritária dos critérios e subcritérios, quantificando e experimentando as alternativas apresentadas.

A construção do método consiste na necessidade de seguir três passos para se atingir o resultado final, a saber:

- Decomposição do problema em critérios, sendo que estes deverão ser agrupados em subcritérios até o menor nível da hierarquia;
- Análise comparativa paritária entre os critérios por meio de uma escala numérica;
- Síntese das prioridades por meio do cálculo de auto vetores ou análise do mínimo quadrado, sendo o processo repetido para cada nível da hierarquia até a decisão final.

A adoção de uma hierarquia implica na solução da síntese através das interações entre os diversos níveis de ordenamento, não somente entre os elementos do mesmo nível, mas pela combinação dos sub níveis (SAATY, 1991; KE *et al.*, 2012).

A Fig. 2 representa graficamente as combinações propostas por este estudo, enfatizando o objetivo primário, baseado nas combinações dos critérios e subcritérios.

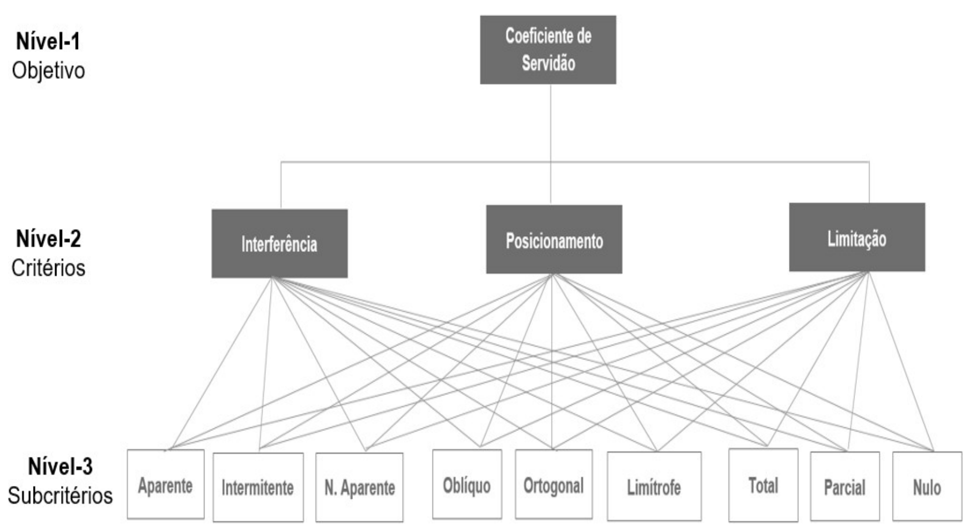


Figura 2: Representação Gráfica de uma hierarquia

Autores.

A Fig. 2 identifica a estruturação proposta neste estudo para hierarquia das importâncias na determinação do Coeficiente de Servidão por meio do método AHP: tem-se

no Nível 1 o “Objetivo Final”; no Nível 2, constam os “Critérios”; no Nível 3, os “Subcritérios”; com as correspondentes alternativas.

Segundo Vargas (1990), os pesos finais ou globais são obtidos por adição de todas as contribuições dos critérios de uma mesma hierarquia, no que diz respeito a todos os critérios no nível acima, conhecido como o princípio da composição da hierarquia. Isto acontece por meio da comparação paritária, entre os critérios, subcritérios e alternativas.

O Quad. 1 apresenta a escala fundamental de números absolutos desenvolvida por Saaty (1991) para adoção no julgamento dos critérios, subcritérios e alternativas.

INTENSIDADE DE IMPORTÂNCIA	DEFINIÇÃO	EXPLICAÇÃO
1	Mesma Importância	As duas atividades contribuem igualmente para o objetivo.
3	Importância pequena de uma sobre a outra	A experiência e o julgamento favorecem levemente uma atividade em relação a outra.
5	Importância grande ou essencial	A experiência e o julgamento favorecem fortemente uma atividade em relação a outra.
2,4,6,897	Importância muito grande ou demonstrada	Uma atividade é fortemente favorecida em relação a outra; sua dominação de importância é demonstrada na prática.
	Importância absoluta	A evidência favorece uma atividade em relação a outra com o mais alto grau de certeza.
	Valores intermediários entre os valores adjacentes	Quando se procura uma condição de compromisso entre duas definições.

Quadro 1: Escala fundamental de números absolutos

Adaptado de Saaty (1991).

A aplicação do método consiste na utilização de matrizes, as quais são preenchidas com base na escala fundamental.

Através das matrizes são calculados dos auto-vetores máximos e mínimos. a Figura 3 ilustra o cálculo do auto-vetor máximo, que ocorre primeiramente pelo cálculo dos somatórios dos pesos da avaliação (Fig. 3A).

Na sequência, conforme demonstrado pela Fig. 3B, calcula-se a matriz de comparação par a par normalizada, dividindo cada elemento da matriz original pelo somatório dos pesos da avaliação. Por fim, para calcular o auto vetor máximo, divide-se a somatória das linhas da nova matriz normalizada pelo valor numérico de sua ordem. Assim, obtêm-se o auto vetor máximo.

Figura 3A

HIERARQUIA POR GRAU DE IMPORTÂNCIA DAS VARIÁVEIS ANALISADAS

FATORES DEPRECIAÇÃO	A	B	C
A	1	1/3	1/9
B	3	1	3/9
C	9	3	1
∑	13	4,33	1,44

Figura 3B

NORMALIZAÇÃO DA MATRIZ - Par a Par

FATORES DEPRECIAÇÃO	A	B	C	∑/3
A	0,077	0,077	0,077	0,0769
B	0,231	0,231	0,231	0,2308
C	0,692	0,692	0,692	0,6923

Figura 3: Cálculo dos somatórios dos pesos da avaliação

Autores.

O próximo passo é calcular o auto valor máximo, por meio da multiplicação da matriz original pelo auto vetor máximo. Na Fig. 4 há uma ilustração por representação gráfica o cálculo do ʎMax.

FATORES DEPRECIAÇÃO	A	B	C				ʎMax
A	1	1/3	1/9		0,0769		0,23
B	3	1	3/9	x	0,2308	=	0,69
C	9	3	1		0,6923	∑	2,08

Figura 4: Cálculo do Auto valor Máximo - ʎMax

Autores.

Depois do cálculo do auto valor, verifica-se o Índice de Consistência (*Consistency Index*), que mede a consistência das comparações. Aconselha-se que este índice fique abaixo de 0,20. O cálculo é realizado pela Eq. 1:

$$\mathbf{CI} = \frac{ʎ_{\mathbf{max}} - \eta}{(\eta - \mathbf{1})} \tag{1}$$

Por fim, calcula-se a Razão de Consistência – CR, (*Consistency Ratio*) a qual considera um erro aleatório que está relacionado com a ordem da matriz, dado pelo Índice de Consistência Aleatória (RI – *Random Consistency Index*) (SAATY, 1991).

Para se calcular o CR, utiliza-se a Eq. 2:

$$\boldsymbol{CR} = \frac{\boldsymbol{CI}}{\boldsymbol{RI}} \tag{2}$$

A Tab. 2 apresenta o cálculo dos Índices de Consistência Aleatória para matrizes de

ordem 1 a 10.

Ordem da matriz	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
R.I	0,00	0,00	0,58	0,90	1,12	1,24	1,32	1,41	1,45	1,49

Tabela 2: Índice de Consistência Aleatória

Adaptado de Saaty (1991).

4 l RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os coeficientes de servidão foram determinados a partir da definição do grau de importância relativo a cada fator de depreciação.

Para tanto, os dados de entrada na matriz de decisão sofreram comparações paritárias através da intensidade de importância atribuída pela escala fundamental de números absolutos, conforme evidenciados pela Tab. 3.

FATOR DE DEPRECIAÇÃO	INTERFERÊNCIA	POSICIONAMENTO	LIMITAÇÃO
INTERFERÊNCIA	1,00	0,20	0,11
POSICIONAMENTO	5,00	1,00	0,56
LIMITAÇÃO	9,00	1,80	1,00
SOMA	15,00	3,00	1,67

Tabela 3: Matriz de importância dos fatores depreciativos - “Análise Par a Par”

Autores.

A Tab. 4, resultante da normalização da matriz de decisão (Tab. 1), determinou os pesos relativos a cada fator de depreciação. O fator “interferência” obteve peso 6,67%, enquanto o fator “posicionamento” 33,33% e o fator “limitação”, 60,00%.

FATOR DE DEPRECIAÇÃO	INTERFERÊNCIA	POSICIONAMENTO	LIMITAÇÃO	PESOS
INTERFERÊNCIA	0,067	0,067	0,067	6,67%
POSICIONAMENTO	0,333	0,333	0,333	33,33%
LIMITAÇÃO	0,600	0,600	0,600	60,00%

Tabela 4: Normalização da Matriz - Par a Par dos fatores depreciativos

Autores.

Por fim, os dados provenientes da normalização (Tab. 2) foram submetidos à análise de consistência para eventuais correções dos graus de intensidade atribuídos na matriz de

decisão (Tab. 1), conforme Tab. 5.

FATOR DE DEPRECIAÇÃO	INTERFERÊNCIA	POSICIONAMENTO	LIMITAÇÃO	Σ	ʎ
INTERFERÊNCIA	0,07	0,07	0,07	0,20	3
POSICIONAMENTO	0,33	0,33	0,33	1,00	3
LIMITAÇÃO	0,60	0,60	0,60	1,80	3
				ʎMax	3
				CI	0,00
				IR	0,58
				CR	0

Tabela 5: Análise de Consistência dos fatores depreciativos

Autores.

As subclasses referentes a cada fator depreciativo também foram submetidas à análise de seus respectivos graus de importância.

O fator interferência obteve os graus de importância conforme roteiro demonstrado pelas Tab. 6, 7 e 8.

INTERFERÊNCIA	APARENTE	INTERMITENTE	NÃO APARENTE
APARENTE	1,00	1,40	7,00
INTERMITENTE	0,71	1,00	5,00
NÃO APARENTE	0,14	0,20	1,00
SOMA	1,86	2,60	13,00

Tabela 6: Matriz de importância do fator interferência - "Análise Par a Par"

Autores.

A resultante da normalização da matriz de decisão estabeleceu os graus de importância para cada nível de interferência, conforme Tab. 7.

O nível de interferência "aparente" obteve 53,85% do grau de importância, seguido por "intermitente" com 38,46% e "não aparente" com 7,69%. Em seguida, tomando-se por base o maior valor numérico do grau de importância, por ponderação aritmética, obtém-se os índices de depreciação para cada nível de interferência.

NÍVEL DE INTERFERÊNCIA	APARENTE	INTERMITENTE	NÃO APARENTE	GRAU DE IMPORTÂNCIA	ÍNDICE DE DEPRECIA-ÇÃO
APARENTE	0,538	0,538	0,538	53,85%	100,00%
INTERMITENTE	0,385	0,385	0,385	38,46%	71,43%
NÃO APARENTE	0,077	0,077	0,077	7,69%	14,29%

Tabela 7: Normalização da Matriz - Par a Par do fator interferência

Autores.

A Tab. 8 descreve a análise de consistência para o fator de interferência.

NÍVEL DE INTERFERENCIA	APARENTE	INTERMITENTE	NÃO APARENTE	Σ	ʎ
APARENTE	0,54	0,54	0,54	1,62	3
INTERMITENTE	0,38	0,38	0,38	1,15	3
NÃO APARENTE	0,08	0,08	0,08	0,23	3
				ʎMax	3
				CI	0,00
				IR	0,58
				CR	0

Tabela 8: Análise de Consistência do fator interferência

Autores.

O fator posicionamento obteve os graus de importância conforme roteiro demonstrado pelas Tab. 9, 10 e 11.

NÍVEL DE POSICIONAMENTO	OBLÍQUO	ORTOGONAL	LIMÍTROFE
OBLÍQUO	1,00	1,80	3,00
ORTOGONAL	0,56	1,00	1,67
LIMÍTROFE	0,33	0,60	1,00
SOMA	1,89	3,40	5,67

Tabela 9: Matriz de importância do fator posicionamento - “Análise Par a Par”

Autores.

O nível de posicionamento “oblíquo” obteve 52,94% do grau de importância seguido por “ortogonal” com 29,41% e “limítrofe” com 17,65%. Em seguida, tomando-se por base o maior valor numérico do grau de importância, por ponderação aritmética, obtém-se os índices de depreciação para cada nível de posicionamento.

NÍVEL DE POSICIONA-MENTO	OBLÍQUO	ORTOGONAL	LIMÍTROFE	GRAU DEIMPOR-TÂNCIA	ÍNDICE DEDEPRE-CIAÇÃO
OBLIQUO	0,529	0,529	0,529	52,94%	100,00%
ORTOGONAL	0,294	0,294	0,294	29,41%	55,56%
LIMÍTROFE	0,176	0,176	0,176	17,65%	33,33%

Tabela 10: Normalização da Matriz - Par a Par do fator posicionamento

Autores.

A Tabela 11 descreve a análise de consistência para o fator de posicionamento.

NÍVEL DE POSICIONAMENTO	OBLÍQUO	ORTOGONAL	LIMÍTROFE	Σ	ʎ
OBLÍQUO	0,53	0,53	0,53	1,59	3
ORTOGONAL	0,29	0,29	0,29	0,88	3
LIMÍTROFE	0,18	0,18	0,18	0,53	3
				ʎMax	3
				CI	0,00
				IR	0,58
				CR	0

Tabela 11: Análise de Consistência do fator posicionamento

Autores.

O fator limitação obteve os graus de importância conforme roteiro demonstrado pelas Tab. 12, 13 e 14.

NÍVEL DE LIMITAÇÃO	TOTAL	PARCIAL	NULA
TOTAL	1,00	1,80	9,00
PARCIAL	0,56	1,00	5,00
NULA	0,11	0,20	1,00
SOMA	1,67	3,00	15,00

Tabela 12: Matriz de importância do fator limitação - "Análise Par a Par"

Autores.

O nível de limitação "total" obteve 60,00% do grau de importância seguido por "parcial" com 33,33% e "nula" com 6,67%. Em seguida, tomando-se por base o maior valor numérico do grau de importância, por ponderação aritmética obtém-se os índices de depreciação para cada nível de limitação.

NÍVEL DE LIMITAÇÃO	TOTAL	PARCIAL	NULA	GRAU DE IMPORTÂNCIA	ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO
TOTAL	0,600	0,600	0,600	60,00%	100,00%
PARCIAL	0,333	0,333	0,333	33,33%	55,56%
NULA	0,067	0,067	0,067	6,67%	11,11%

Tabela 13: Normalização da Matriz - Par a Par do fator limitação

Autores.

A Tab. 14 descreve a análise de consistência para o fator de posicionamento.

NÍVEL DE LIMITAÇÃO	TOTAL	PARCIAL	NULA	Σ	ʎ
TOTAL	0,60	0,60	0,60	1,80	3
PARCIAL	0,33	0,33	0,33	1,00	3
NULA	0,07	0,07	0,07	0,20	3
				ʎMax	3
				CI	0,00
				IR	0,58
				CR	0

Tabela 14: Análise de Consistência do fator limitação

Autores.

Os valores referentes aos fatores depreciativos e seus respectivos índices depreciativos são apresentados pela Tab. 15.

FATOR DE DEPRECIAÇÃO		ÍNDICE DEPRECIATIVO		
INTERFERÊNCIA	6,67%	APARENTE	INTERMITENTE	N. APARENTE
		100,00%	71,43%	14,29%
POSICIONAMENTO	33,33%	OBLIQUO	ORTOGONAL	LIMÍTROFE
		100,00%	55,56%	33,33%
LIMITAÇÃO	60,00%	TOTAL	PARCIAL	NULA
		100,00%	55,56%	11,11%

Tabela 15 - Valores dos Índices e Fatores Depreciativos

Autores.

O Coeficiente de Servidão (CS) é obtido através da Eq. 3, conforme descrita:

$$CS = (Fi \times ID_i) + (Fp \times ID_p) + (Fl \times ID_l) \quad (3)$$

Onde:

CS – Coeficiente de Servidão

F_i – Fator Depreciativo Interferência

F_p – Fator Depreciativo Posicionamento

F_l – Fator Depreciativo Limitação

ID_i - Índice Depreciativo Interferência

ID_p - Índice Depreciativo Posicionamento

ID_l - Índice Depreciativo Limitação

Deste modo, o Coeficiente de Servidão poderá se compor conforme Tab. 16:

INTERFERÊNCIA	LIMITAÇÃO	POSICIONAMENTO	C.S
Aparente	Total	Oblíquo	100.00%
Aparente	Total	Ortogonal	85.19%*
Aparente	Total	Limítrofe	77.78%*
Aparente	Parcial	Oblíquo	73.33%
Aparente	Parcial	Ortogonal	58.52%
Aparente	Parcial	Limítrofe	51.11%
Aparente	Nula	Oblíquo	46.67%
Aparente	Nula	Ortogonal	31.85%
Aparente	Nula	Limítrofe	24.44%
Intermitente	Total	Oblíquo	98.10%*
Intermitente	Total	Ortogonal	83.28%*
Intermitente	Total	Limítrofe	75.87%*
Intermitente	Parcial	Oblíquo	71.43%
Intermitente	Parcial	Ortogonal	56.61%
Intermitente	Parcial	Limítrofe	49.21%
Intermitente	Nula	Oblíquo	44.76%
Intermitente	Nula	Ortogonal	29.95%
Intermitente	Nula	Limítrofe	22.54%
Não Aparente	Total	Oblíquo	94.29%*
Não Aparente	Total	Ortogonal	79.47%*
Não Aparente	Total	Limítrofe	72.06%*
Não Aparente	Parcial	Oblíquo	67.62%
Não Aparente	Parcial	Ortogonal	52.80%
Não Aparente	Parcial	Limítrofe	45.40%
Não Aparente	Nula	Oblíquo	40.95%
Não Aparente	Nula	Ortogonal	26.14%
Não Aparente	Nula	Limítrofe	18.73%

Tab. 16 - Coeficiente de Servidão (CS)

Autores.

Observação: *Caso o avaliador julgue necessário o C.S poderá ser majorado ao limite de 100% em função da limitação da faixa serviente.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando o objetivo do presente estudo, destaca-se que a principal contribuição deste trabalho consiste na apresentação de um método multicritério para tomada de decisão utilizado na determinação dos coeficientes de servidão, com foco nos fatores depreciativos, os quais podem afetar o imóvel serviente.

O artigo buscou apresentar a construção do método *AHP*, suas operações matemáticas, a forma de construir os critérios, subcritérios e alternativas para a aplicação do método, baseado nas depreciações condicionadas ao imóvel avaliando, os quais devem ser analisados para se atingir o objetivo final.

Pôde ser observado que o método atingiu o objetivo final de determinar o coeficiente de servidão para as várias possibilidades das condições impostas por uma servidão, dando embasamento para que o avaliador consiga tomar sua decisão. É importante ressaltar que o método *AHP* pode ser mais uma ferramenta em que os avaliadores podem lançar mão para tomar uma decisão isonômica, alheia a interesses particulares, minimizando o risco de tendenciosidade no processo decisório, conseguindo desta forma maximizar sua precisão na valoração do bem em detrimento de uma justa indenização.

O modelo desenvolvido neste trabalho serve como parâmetro para outras aplicações voltadas à engenharia de avaliações, pois deixa como contribuição os critérios e subcritérios construídos e possíveis de serem utilizados como referência para outros estudos.

Como sugestão para trabalhos futuros, fica a possibilidade de se mesclar o método *AHP* com outras metodologias de tomada de decisão, com outras técnicas para determinação de coeficientes de servidão, bem como elencando outros fatores de depreciação, visando aprimorar o método e atingir maior assertividade no resultado final, trazendo desta forma resultados cada vez melhores para uma justa indenização em processos de servidão.

Importante ressaltar que esta metodologia não exclui a necessidade de avaliação das demais perdas, como a desvalorização do remanescente e emprego do método da renda, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ABUNAHMAN, S. A. *Engenharia Legal e de Avaliações*. 1a Ed. São Paulo: Editora Pini. 1998. 318 p.

ALVES, C. S. *Metodologia para determinação de percentual de servidão aérea para faixa e* áreas *remanescentes*, Ibape - XVI Cobreap – Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, 2011.

ANCHÍA RODRÍGUEZ, J. D.; MONTERO, Z. *Propuestas Metodológicas Para La Determinación Del Daño Al Remanente En Valoraciones De Servidumbres En Costa Rica*, UPAV, XXXI Congresso Pan-Americano de Avaliações, Rio de Janeiro: 2017.

ANJOS, W. Z. dos. *Critérios e método para a determinação do coeficiente de servidão em faixas de domínio* – Ibape, X Cobreap – Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias – 1999.

ARANTES, C. A. *Avaliação de indenização por instituição de servidão de passagens em glebas rurais* - Ibape - XII Cobreap – Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias – 2003.

ARANTES, C. A. *Avaliação de indenização por instituição de servidão de passagens em glebas rurais*, VIII Seminário Internacional da LARES, 2006.

ARANTES, C. A. *Avaliação de indenização por instituição de servidão de passagens em glebas rurais*, VIII Seminário Internacional da LARES, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14.653-3:2019. Avaliação de bens Parte 3:* Imóveis rurais e seus componentes. Segunda edição 2019a. 48 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14.653-1:2019. Procedimentos Gerais*. Segunda edição 2019b. 28 p.

ANJOS, W. Z. *Critérios e método para a determinação do coeficiente de Servidão em faixas de domínio.* In: Anais do X COBREAP - Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias. Porto Alegre - RS. 1999. 17 p.

BESTEIRO, A. M.; Paiva, G.; MIUCCIATO V.; BUENO, J.; SALOMON, V. A. P. *A Utilização do método AHP para traçar, como ferramenta para o auxílio a decisão de um candidato, a escolha de um curso de engenharia Universidade Estadual Paulista – UNESP*. Available from: <http://www.aedb.br/seget/artigos09/226>., 2009.

BRASIL. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Available from: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>., 1988.

BRASIL. *Decreto-Lei 3.565 De 21 De Junho De 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.* Brasília: Poder Executivo. Diário Oficial da União - DOU. Available from: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/de-creto-lei/Del3365.htm>., 1941.

BRANS, J. P., MARESCHAL, B. *Multiple criteria decision analysis* – state of the art. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2005.

BRIOZO, R. A.; MUSETTI, M. A. *Método multicritério de tomada de decisão:* aplicação ao caso da localização espacial de uma Unidade de Pronto Atendimento–UPA 24 h. Gestão & Produção, v. 22, p. 805-819, 2015.

CAJUFA. *Normas CAJUFA para avaliações de imóveis nas Varas da Fazenda Pública de São Paulo*. Available from: <https://www.tjsp.jus.br/Download/SecaoDireitoPublico/Pdf/Cajufa/NormasCajufaAvaliacaoIm oveis.pdf>.

CARVALHO FILHO, J. dos S. *Manual de Direito Administrativo*. Versão eletrônica para Epub. 2013.

CAZES, H. L e SILVA, F. A. da. *Metodologia para cálculos de indenizações por servidão de passagem em faixas de domínio de dutos para petróleo, gás e derivados*, Ibape, VIII Cobreap – Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, 1995.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – Sabesp. *Normas Técnicas NTS 294*, 2012.

COSTA, L. A. S. da. *Avaliação de servidões*, apostila, 1978.

CRISPIM, E. R. *Avaliação de servidão pelo método da renda*, Ibape - XV Cobreap – Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, 2009.

ENSSLIN, L. *Apoio* à *decisão:* Metodologia para a estruturação de problemas e avaliação multicritério de alternativas. Florianópolis: Insular, 2001.

FERREIRA, F. de A. *Avaliação de servidão*, Ibape, XIX Cobreap – Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, 2017.

GASPARINI, D. *Direito Administrativo*. Editora Saraiva. 11a Ed. São Paulo: 1022 p. 2006. HARADA, H. *Desapropriação:* doutrina e Prática. Editora Atlas. 10a Ed. São Paulo. 2014.

INSTITUTO DE ENGENHAIRA. *Normas 2019 - Avaliações de Imóveis na Capital.* Available from: <https://www.institutodeengenharia.org.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Normas- comprimido.pdf>., 2019.

KE, G. Y., LI, K.; HIPEL, K. W. *An integrated multiple criteria preference ranking approach to the Canadian west coast port congestion conflict*. Expert Systems with Applications, 39(10), 9181- 9190. http:// dx.doi.org/10.1016/j.eswa.2012., 2012.

LIMA, M. R. de C. *O valor de servidão administrativa pela perda de renda causada em imóveis rurais*, IBAPE - XVII COBREAP – CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS, 2013.

LIMA, M. R. de C. *O valor de servidão administrativa pela perda de renda causada em imóveis rurais.* In: VII COBREAP - Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Pericias IBAPE/ SC. Florianópolis - SC. Anais. 25 p. Available from: <http://www.cobreap.com.br/2013/trabalhos - aprovados/2859.pdf>., 2013.

LOPES, J. T. D. *Indenização por servidão*, Ibape XI Cobreap – Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias – 2001.

LOPES, J. T. D. *Servidão – cálculo de indenização*, Ibape - XIII Cobreap – Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, 2006.

MARCONDES, G. F**.** *Servidão de passagem, avaliação de danos*, 2008.

MEDEIROS, L. S. *Estudo de métodos e cálculo de indenização em virtude da instituição de servidão administrativa em área rural.* Florianópolis: UFSC. 2014. 119p.

NGWENYA, Bongani. Application of decision support systems and its impact on human resources output: a study of selected universities in Zimbabwe. *Journal of Computer Sciences and Applications*, v. 1, n. 3, p. 46-54, 2013.

PELLEGRINO, J. C. *Avaliação de Faixas de Servidão de Passagem, em Engenharia de Avaliações*, Editora PINI, São Paulo, 1985.

RODRIGUES, F. H., MARTINS, W. C., & MONTEIRO, A. B. F. C. *O Processo de Decisão Baseado em um Método de Análise Hierárquica na Tomada de Decisão Sobre Investimentos*. In J. V. Caixeta Fo. & R. S. Martins (Eds.), Gestão logística do transporte de cargas. São Paulo: Atlas, 2001.

SAATY, T. L. *Método de análise hierárquica*. São Paulo: Makron Books, 1991.

SAATY, T. L.; VARGAS, L. G*. Models, methods, concepts & applications of the analytic hierarchy process* (2 ed., International Series in Operations Research & Management Science, 175). New York: Springer. 2012. 345 p.

SANTOS, R. P. *Principais controvérsias na fixação de indenização por servidão de passagem:* estudo de caso de duas pericias judiciais em linhas de transmissão elétrica no Estado do Amazonas. Revista Digital de Direito Administrativo, v. 8, n. 2, p. 153-173, 2021.

SCHLICHTA, J. L., BARBOSA, S. A.; CIPRIANO, A. F. *Efeito das linhas de transmissão no valor das propriedades*. Ibape, XIX Cobreap – Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, 2017.

VARGAS, L. G. *An overview of the Analytic Hierarchy Process and its applications.* European Journal of Operational Research, 48(1), 2-8. Available from: <http://dx.doi.org/10.1016/0377- 2217(90)90056-H>., 1990.

VARGAS, R. V. *Utilizando a programação Multicritério (Analytic Hierarchy Process –AHP) para selecionar e priorizar projetos na gestão de portfólio.* PMI Global Congress 2010 – North America. Washington –DC – EUA- 2010. Available from: <www.ricardo-vargas.com>., 2010.

VINCKE, P. *Multicriteria decision-aid*. Chichester: John Wiley & Sons, 1992.

YANG, J.; LEE, H. *An AHP decision model for facility location selection*. Facilities, 15(Iss: 9), 241-254. Available from: <http://dx.doi.org/10.1108/02632779710178785>.,1997.

CAPÍTULO 3

A CARTA DE SERVIÇOS E A ABORDAGEM DE SERVIÇO PÚBLICO DOMINANTE: UM ESTUDO DE CASO NA PRF

Data de aceite: 02/06/2023

Edimar Antonio Nunes Junior

1 I INTRODUÇÃO

É dever do Estado prestar um serviço público de qualidade para todos os cidadãos, de acordo com a ideia de que eles são muito mais que seus clientes ou usuários. “O cidadão-cliente é um cidadão-cidadão, um cidadão pleno, que é objeto dos serviços públicos e também seu sujeito, na medida em que se torna partícipe na formação das políticas públicas e na avaliação dos resultados” (Bresser-Pereira, 1998, p. 118). O patrimônio público, incluindo as organizações públicas, não tem um titular individualizado ou individualizável, sendo, antes, de tudo, de toda a sociedade (Biazon & Silva, 2013). Por isso, os governos devem dedicar especial atenção às questões que envolvem a ética, a moral e a transparência na administração pública, ou seja, à *accountabilitty* (Matias-Pereira, 2008), tendo em vista que se trata de uma esfera pública e não privada.

Abordando o setor público, Kotler e Lee (2008, p. 17 e 18) definem da seguinte forma suas três funções: “definir os princípios operacionais da sociedade, realizar os serviços públicos que são imprescindíveis aos interesses do cidadão e fornecer serviços públicos necessários, que nem o setor privado nem setores sem fins lucrativos queiram ou possam administrar com os recursos existentes”. Assim, os governos oferecem assistência aos menos favorecidos, de forma independente ou em parceria com organizações sem fins lucrativos. Já segundo Matias-Pereira (2008, p. 3), “a principal função do Estado-nação no mundo contemporâneo é a de ampliar de forma sistemática as oportunidades individuais, institucionais e regionais”. Tendo em vista suas funções, o Estado deve criar condições necessárias para garantir os direitos e a prestação de serviços públicos com qualidade aos seus cidadãos.

Com a consolidação da democracia no Brasil e no mundo, tem-se exigido dos

órgãos e entidades públicas a adoção de modelos de gestão que ampliem a sua capacidade de atender, com mais eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade brasileira (Brasil, 2014). Isso acontece porque "o clamor pela criação de agências públicas mais eficientes, eficazes e inovadoras chega a muitos cidadãos como um sonho impossível" (Kotler & Lee, 2008, p. 20). Assim, deve-se "gerar estímulos para facilitar a incorporação de novas tecnologias e inovações no setor público que proporcionem as condições exigidas para atender às demandas da sociedade contemporânea" (Matias-Pereira, 2008, p. 3).

No entanto, reclamações referentes à má qualidade no atendimento e na prestação do serviço público têm sido a tônica quando surgem discussões referentes aos agentes da administração pública e, desse modo, os sistemas de avaliação devem ser um dos elementos fundamentais para o acréscimo de qualidade a qualquer processo dinâmico e contínuo (Pascarelli Filho, 2011). Conforme defende Vigoda (2002), embora as pessoas tenham o dever de se engajar em atividades de colaboração com a governança e a administração pública, é maior a obrigação do Estado em se criar condições para a participação dos cidadãos por todos os meios disponíveis. Para a prestação de um serviço público de qualidade, é fundamental que o cidadão conheça a forma pela qual o serviço é prestado e os prazos de atendimento, dentre outros requisitos.

Está claro, para Kotler e Lee (2008, p. 19), que o setor público "precisa melhorar seu desempenho real", assim como a percepção que se tem dele, a fim de aumentar a confiança e a satisfação do povo, obtendo, consequentemente, maior apoio. Sem isso, os cidadãos podem ter atitudes como questionar a cobrança de impostos e votar em representantes que prometem mudanças nas agências ou, até mesmo, a sua eliminação (Kotler & Lee, 2008). Isso tem ocorrido com muita frequência em vários países de todo mundo, principalmente naqueles que passam por turbulências econômicas e políticas, como o Brasil.

Um exemplo atualizado da baixa satisfação dos cidadãos com o setor público é o *American Customer Satisfaction Index* (ACSI), ou Índice de Satisfação do Cliente Americano. Dentre seus produtos, o ACSI produz resultados de satisfação dos clientes, nos Estados Unidos, em quatro níveis, que são nacional, setor, indústria e empresa/agência, com última atualização em abril de 2019. Como pode ser verificada, a média ponderada de todos os setores e indústrias, ou ACSI nacional dos EUA, é de 76,6. A menor pontuação, de 68,4, pertence à administração pública/governo. Outro exemplo é um levantamento realizado pelo governo brasileiro, onde foram catalogados, pela primeira vez, os dados de qualidade de cerca de 500 serviços prestados por organizações federais.

A pesquisa, que foi denominada Gestão da Qualidade em Serviços Públicos Federais, coletou dados a partir da percepção dos gestores de serviços das instituições públicas federais, sendo abordados temas como ferramentas de aferição de qualidade e satisfação, relação com usuário, tempo de espera, custo do serviço e nível de digitalização (Brasil, 2018). Tal estudo elencou cinco desafios para melhorar a qualidade dos serviços públicos: 1) reduzir o tempo de espera; 2) otimizar a relação custo-benefício; 3) aprimorar a

comunicação com o usuário; 4) rediscutir a gestão de pessoas, com foco em atendimento; e 5) reformular os arranjos da prestação dos serviços, com foco no envolvimento dos usuários (Brasil, 2018).

Ao analisar questões relativas à melhoria do serviço prestado aos cidadãos, além dos assuntos de gestão pública, governança, transparência e controle social, passa-se também a tratar de marketing no setor público, porque ele está intrinsecamente relacionado com a capacidade de se utilizar um conjunto de ferramentas capazes de auxiliar os servidores públicos a alocarem recursos de maneira mais eficiente e eficaz (Kotler & Lee, 2008).

Uma mudança recente no paradigma do marketing foi a passagem de uma lógica baseada em produto para a lógica dominada por serviço (LDS), que pode tornar-se a base de uma teoria geral de marketing (Veiga et al., 2014). Para Vargo e Lusch (2004), que apresentaram o conceito e os fundamentos da LDS, "o marketing passou de uma visão dominante dos bens, na qual a produção tangível e as transações discretas eram centrais, para uma visão dominante do serviço, na qual a intangibilidade, os processos de troca e os relacionamentos são centrais".

Já Osborne, Radnor e Nasi (2013) argumentam que uma teoria de gestão pública deve entender os serviços públicos como serviços, com a distinta LDS e os desafios gerenciais que isso implica. Tendo em vista essas mudanças paradigmáticas, o marketing no setor público deve também ser reanalisado, alterando o foco de análise das trocas econômicas de bens para serviços. Para tanto, Osborne et al. (2013), no intuito de explorar o potencial da LDS na gestão pública, gerando novas percepções e quadros teóricos, propuseram quatro proposições, que são abordadas mais adiante, para formar a base de uma teoria do serviço público dominante na prestação e na gestão de serviços públicos, denominada Abordagem do Serviço Público Dominante.

Segundo Osborne et al. (2013), uma abordagem dominante de serviço para a gestão pública é particularmente complexa. Os serviços públicos têm usuários múltiplos e conflituosos e existem ferramentas para negociar tais situações múltiplas e conflitantes. A proposição feita no presente estudo é a de que a carta de serviços pode vir a ser uma dessas ferramentas.

A Carta do Cidadão, ou *Citizen's Charter*, surgiu no Reino Unido, em 1991. A ideia era melhorar os serviços públicos, assegurando a transparência e o direito à informação. O propósito da Carta do Cidadão é promover a prestação eficiente de serviços públicos, utilizando os recursos disponíveis (Haywood & Rodrigues, 1993). Por meio de sua utilização seria possível uma mudança de atitude, tanto da administração pública quanto do cidadão, uma vez que, no que tange aos cidadãos, a noção de público se torna mais rica e ampla do que a noção do papel deles como eleitores (Haywood & Rodrigues, 1993).

Além disso, a ferramenta confere aos cidadãos, conforme defendido pelo Guia Metodológico da Carta de Serviços (Brasil, 2014), uma prioridade sem antecedentes no setor público, implicando em um processo de transformação institucional, com base no

princípio de que as instituições públicas devem atuar em conformidade com o interesse da sociedade e com os padrões de desempenho por ela estabelecidos. Da década de 1990 até o presente, inúmeros países, como França, Espanha, Itália, México, Noruega, Argentina, Chile, Índia, Filipinas, Canadá, EUA e Brasil, utilizaram ou se inspiraram na carta de serviços para aprimorar os serviços públicos prestados à sociedade.

No presente estudo de caso relatado, foi feita a análise da implantação da carta de serviços em uma organização pública federal brasileira com capilaridade em todo o território nacional, a PRF, a fim de avaliar os impactos positivos ou negativos de sua utilização. Além disso, foram analisados os pontos de congruência e o alinhamento teórico da Abordagem do Serviço Público Dominante e da Carta de Serviços ao Usuário, mesmo tendo, as duas, origens distintas e se situarem, pelo menos a princípio, em campos distintos do conhecimento, sendo eles a gestão pública e o marketing.

Os resultados obtidos com a realização desse estudo podem servir de orientação para as organizações e os gestores públicos que porventura implementem a ferramenta ou façam uma atualização da carta de serviços já divulgada. Além disso, os resultados podem fornecer subsídios importantes para o poder estatal, no tocante à orientação das políticas públicas voltadas para a qualidade do serviço público, à transparência e ao controle social.

As mudanças paradigmáticas do marketing no setor público e as demandas crescentes por qualidade dos serviços públicos por parte da sociedade dão o contorno da presente pesquisa. Sendo a carta de serviços “um instrumento de gestão pública democrática voltada para resultados” (Brasil, 2014, p. 11), o problema central nesta investigação é o seguinte: *“quais as mudanças provocadas e os resultados obtidos pela implantação da Carta de Serviços ao Usuário em uma organização pública brasileira sob a ótica da Abordagem do Serviço Público Dominante?”* O problema de pesquisa se liga às proposições feitas no curso deste trabalho que são: as cartas de serviços estão gerando a melhoria de serviços públicos? A ferramenta carta de serviços tem alinhamento conceitual com a Abordagem do Serviço Público Dominante?

Com o propósito de avaliar a implantação da carta de serviços na PRF sob a ótica da Abordagem do Serviço Público Dominante, e as melhorias decorrentes na qualidade dos serviços públicos prestados, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) analisar os pontos de congruência entre a carta de serviços da PRF e a Abordagem do Serviço Público Dominante; ii) analisar a qualidade da carta de serviços da PRF, apontando os pontos fortes e as dificuldades que ocorreram na implantação da ferramenta; e iii) com base nas análises, fornecer diretrizes para as organizações públicas que ainda não usam a ferramenta ou desejam aperfeiçoá-la. A seguir, apresentam-se, nas seções seguintes, as revisões dos conceitos abordados, a metodologia de pesquisa, a análise e as interpretações dos resultados e considerações finais.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Marketing no Setor Público

Se bem compreendidos e aplicados pelo setor público, embora historicamente tenham sido deixadas de lado, teorias, métodos e ferramentas de marketing podem fornecer caminhos e respostas para o melhor cumprimento dos objetivos das organizações públicas. Assim entendem Kotler e Lee (2008, p. 23), ao afirmar que "o marketing se revela como a melhor plataforma de planejamento para uma agência pública que visa a atender às necessidades do cidadão e entregar valor real". A preocupação central do marketing é entregar ofertas de valor ao mercado-alvo. No setor privado, o foco é a valorização e a satisfação do cliente e, no setor público, os esforços do marketing se voltam para a valorização e a satisfação do cidadão.

Como disciplina científica, o marketing passou por inúmeras mudanças, evoluindo ao longo das décadas. Uma de suas subdisciplinas, denominada marketing de serviços, desenvolveu-se juntamente com o aumento de economias e mercados baseados em serviços nos últimos 50 anos, seguindo uma lógica dominada por produto (LDP), em que serviço era tratado como produto intangível, cuja complexidade requeria um tratamento especial. Vargo e Lusch (2004) desafiaram essa lógica convencional, afirmando que, na verdade*, em todas as trocas, serviço é trocado por serviço*. Mas "serviço" deve ser compreendido como ato de servir, como *a aplicação de conhecimentos e habilidades na produção do valor trocado, via entrega de bens e serviços*, que funcionam como *veículos* da distribuição dos benefícios e utilidades (Vargo & Lusch, 2017). O serviço fica oculto no dinheiro usado e nos bens e serviços transacionados.

Vargo e Lusch (2017, p. 54) previram a transdisciplinaridade da LDS, além de afirmar que o quadro teórico da lógica dominada pelo serviço surgiu do desejo de simplificar, de resolver tensões e paradoxos (Vargo & Lusch, 2017). É pertinente afirmar que a aplicação dos conceitos de LDS, por exemplo, no setor público, pode contribuir para a melhoria geral da gestão pública, quando se usa a ideia de que o serviço é a base fundamental das trocas ou de que o valor é cocriado por múltiplos atores, sempre incluindo o beneficiário, no caso em tela, os usuários dos serviços públicos.

Em que pese a bibliografia sobre a LDS estar voltada, primariamente, para o setor privado, não há razões para não aplicá-la ao setor público. Como alegam Kotler e Lee (2008, p. 22), "a mudança é inevitável e afeta tanto o setor público quanto o privado. Todas as organizações estão sujeitas a novos desafios e a novos concorrentes, qualquer uma delas poderia necessitar de uma reestruturação de sua organização ou de seu objetivo".

Apesar de importantes diferenças entre seus objetivos, há muitas semelhanças entre organizações públicas e privadas. Para Ghelman e Costa (2006), a administração pública pode e deve se inspirar no modelo de gestão privada, mas não pode perder a perspectiva de que o setor público tem como objetivo cumprir a sua função social, ao passo

que o setor privado visa à maximização do lucro. Por isso, não se pode simplesmente aplicar diretamente os princípios da administração de empresas na gestão pública.

Dessa forma, é importante fazer as apropriações e as adaptações necessárias no sentido de propiciar que administração pública adote um modelo que a ajude a cumprir suas finalidades. Para Osborne et al. (2013), houve uma falha fatal na teoria da gestão pública que viu os serviços públicos como processos de fabricação e não de serviços. Uma das causas dessa falha foi que, por meio da aderência à LDP, as organizações públicas não conseguiram integração holística de seus ambientes internos e externos (Osborne et al., 2013).

Na verdade, os negócios do governo não são, em geral, sobre a entrega de produtos pré-fabricados e sim sobre a ideia de que os bens públicos são, de fato, serviços públicos, e não produtos públicos, uma vez que são intangíveis, processados e baseados em uma promessa do que deve ser entregue (Osborne et al., 2013). Recentemente, a aplicabilidade da LDS no serviço público tem sido defendida por alguns autores.

Osborne et al. (2013) apresentaram quatro proposições para a Abordagem do Serviço Público Dominante que oferecem elementos essenciais de uma gestão pública eficaz dentro da Nova Governança Pública. As proposições reconhecem e respondem à realidade externa e interorganizacional desse modo de gestão pública, bem como à necessidade de abraçar o caráter processual e sistêmico da prestação de serviços públicos dentro dela.

No tocante à primeira proposição, na medida em que a orientação estratégica da organização pública se refere à capacidade de entender as necessidades e as expectativas de cidadãos e usuários dos serviços (Sofaer & Firminger, 2005), a proposição diz respeito à ideia de que uma abordagem dominante de serviço público traz ganhos, tanto para a eficácia organizacional quanto para a eficiência, e favorece uma compreensão integrada das preferências dos cidadãos e das necessidades dos usuários.

A segunda proposição se relaciona com a ideia de que o marketing nos serviços públicos não se trata somente de "venda" ou da prestação dos serviços. Assim, na literatura de marketing de relacionamento, a confiança é discutida como base de compromisso para reduzir incertezas associadas a comportamentos oportunistas em um ambiente incerto ou mercado e, no caso de organizações públicas, como uma política pública, tendo a confiança como mecanismo de governança no Estado plural em evolução (Osborne et al., 2013, p. 144).

O ponto central da terceira proposição é a coprodução, vista como elemento central do processo de prestação de serviços, tendo em mente que, pela abordagem do serviço dominante, não há como evitar a copropriedade de serviços públicos (Osborne et al., 2013), até porque, em última instância, o que é público é de propriedade dos cidadãos. Na quarta premissa se ressalta a importância da utilização de uma abordagem de serviço público dominante, concomitante com uma eficiente gestão de operações.

De acordo com Osborne et al. (2013), uma premissa da gestão pública exige que se explore a interatividade do gerenciamento interno de operações de serviços com a prestação de serviços externos para que se torne uma ferramenta real para a transformação do serviço público. Cada proposição está ligada, respectivamente, às seguintes questões: a orientação estratégica das organizações de serviço público, o papel do marketing na prestação de serviços públicos, a coprodução de serviços públicos e a gestão operacional desses serviços (Osborne et al., 2013).

Uma das ferramentas de gestão pública que têm sido utilizadas pelo Estado e pelas organizações públicas em todo o mundo, desde a década de 1990, para auxiliar na comunicação e na melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos, no que tange aos padrões e à acessibilidade, dentre outros quesitos, é denominada Carta de Serviços.

Em relação à Abordagem do Serviço Público Dominante, verificam-se muitos pontos de congruência entre esta e a carta de serviços, independente do fato da ferramenta em questão ter sido concebida muito antes da proposição que altera a lógica dominante do pensamento em marketing. Um exemplo disso é que uma de suas finalidades é "estimular o controle social mediante a adoção de mecanismos que possibilitem a manifestação e a participação efetiva dos usuários na definição e avaliação de padrões de atendimento" (Brasil, 2014, p. 15), o que se alinha com a ideia de cocriação de serviços e atores sociais e econômicos integradores de recursos presentes nos axiomas de Vargo e Lusch (2016) e as premissas da abordagem do serviço público dominante de Osborne et al. (2013).

2.2 Cartas de Serviços

Em dezenas de países pelo mundo houve a implantação de cartas de serviços por parte do Estado e de suas organizações. No entanto, a primeira vez que se tem notícia do uso do termo e do conceito de carta de serviços foi no Reino Unido, no início da década de 1990. A *Citizen's Charter* foi uma iniciativa política do governo britânico, lançada pelo primeiro-ministro John Major, em 22 de julho de 1991 e consistiu na implantação de programas de avaliação de desempenho organizacional de acordo com dados recolhidos juntos aos consumidores (Abrucio, 1996).

O objetivo foi melhorar os serviços públicos no Reino Unido, assegurando a transparência e o direito à informação, tomando medidas para motivar o serviço civil, adotando uma abordagem de *stakeholder* e economizando o tempo, tanto do executante quanto do cidadão-usuário dos serviços. A Carta do Cidadão implantada no Reino Unido foi uma ação própria do gerencialismo, pois buscava melhorar os serviços públicos por meio de um programa de qualidade e publicidade da gestão pública.

Para Haywood e Rodrigues (1993), a natureza das relações entre as organizações públicas e os usuários dos seus serviços é percebida nas Cartas do Cidadão por meio de três dimensões principais que são a informação, as reclamações e a compreensão do cliente. Cada uma dessas dimensões tem o propósito de permitir que o indivíduo pressione

os responsáveis por prestarem os serviços públicos.

A primeira se refere à publicação dos níveis de qualidade previstos para os serviços e o desempenho da forma que é acessível a uma ampla gama de pessoas. Incluem tempos mínimos de resposta a solicitações e tempos de espera máximos prescritos, como listas de espera por cirurgias em hospitais e para recebimento de pagamentos por benefícios. A segunda se relaciona com o *design* e as informações sobre procedimentos para reclamações.

Alguns exemplos são a publicação de um número de telefone permanente para relatar falhas nos semáforos, que permitem correção rápida, e distribuição em massa de folhetos descrevendo procedimentos de reclamação para os interessados. A terceira se refere à pesquisa com clientes, o desenho e a operação de investigações para conhecer as atitudes dos clientes, como o uso de vários tipos de pesquisas por amostragem e pesquisas contínuas.

No Brasil, a Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, o Gespública, no início da década de 2000, com a finalidade de orientar as organizações públicas que prestam atendimento direto ao cidadão a elaborar e divulgar os padrões e os compromissos de qualidade assumidos com os usuários dos seus serviços. A Carta de Serviços ao Cidadão é definida no Guia Metodológico da Carta de Serviços (Brasil, 2014, p. 14) como sendo "o documento no qual o órgão ou a entidade pública estabelece o compromisso de observar padrões de qualidade, eficiência e eficácia na execução de suas atividades, perante os seus públicos alvos e a sociedade em geral, especialmente aquelas de prestação direta de serviços públicos".

Desde de 2000, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional ficaram obrigados a divulgar os padrões de qualidade dos serviços prestados ao cidadão, responsabilidade instituída pelo Decreto nº 3.507/2000. Com isso, o governo brasileiro passou a disseminar um guia de implantação da Carta de Serviços ao Cidadão, pelo Programa Gespública, a fim de fornecer às organizações públicas uma ferramenta para a divulgação dos referidos padrões. No entanto, inicialmente, poucas organizações cumpriram o disposto no decreto e implantaram a carta de serviços.

Com a publicação do Decreto nº 6.932/2009, a carta de serviços se tornou oficial no país, de modo que as organizações públicas federais ficaram obrigadas a elaborar e divulgar as suas cartas. Aliado a isso, em 2012, o Tribunal de Contas da União (TCU) passou a exigir das organizações públicas federais auditadas a divulgação das cartas.

Como, a partir de 2009, passou a haver a obrigatoriedade da publicação da carta de serviços pelas organizações públicas federais, praticamente todas elas divulgaram suas cartas. Verificou-se que muitas organizações públicas estaduais e municipais também publicaram suas cartas de serviços, como pode ser visto na relação contida no endereço eletrônico do Programa Gespública. Nova alteração ocorreu em 2017, quando, com o advento do Decreto nº 9.094/2017, alterou-se o nome para Carta de Serviços ao Usuário,

mas permanecendo todos os seus preceitos e fundamentos.

Quanto à Carta de Serviços da PRF, sua divulgação foi realizada no fim de 2012. De acordo com a Portaria nº 160/2012 da Direção-Geral (Brasil, 2012a), a carta da PRF é "o documento que relaciona os serviços prestados pela PRF, dispõe sobre as formas de acessá-los, os meios como eles serão prestados, os responsáveis pela prestação desses serviços e as formas pelas quais o cidadão poderá emitir sugestões para a melhoria de ações". Já em 2018, após seis anos da publicação de sua carta, a PRF deu início à revisão e à atualização da mesma, sendo que novas versões foram publicadas após o término de análise do presente estudo.

Ao longo dos anos, as cartas de serviços passaram pelo crivo de muitos estudiosos mais ligados à gestão pública. Foram feitas críticas positivas e negativas quanto aos seus efeitos na qualidade dos serviços públicos e na participação dos cidadãos, deixando claras três possibilidades: uma visão mais restritiva de seu campo de atuação e desdobramentos, uma visão intermediária e outra visão mais ampliada sobre as possibilidades de resultados da ferramenta. Para Mullen (2005), a Carta do Cidadão se destinou a garantir uma melhoria na qualidade de serviço, não o envolvimento da sociedade civil organizada na concepção e na gestão dos serviços públicos.

Ou seja, o ideal seria o consumismo e não a democracia participativa, não politizando e não mobilizando o cidadão, visto, nessa seara, como consumidor individual. Numa ótica intermediária, Haywood e Rodrigues (1993), apesar de terem afirmado acerca da possibilidade de um novo paradigma da gestão pública, entenderam que, no âmbito da política governamental sobre a Carta de Cidadão, não há senso de cidadão ativo. Para os autores, para que os gerentes sejam efetivos a médio e longo prazo, ou seja, para alcançarem resultados e não simplesmente produtos, será essencial encontrar maneiras de tratar os usuários como cidadãos e não como meros consumidores.

Nesse processo, o consumidor é cada vez mais destacado, com consequências significativas para as organizações públicas, sendo um dessas consequências a mudança e o fortalecimento do papel dos gestores e seu relacionamento com os prestadores de serviços (Haywood & Rodrigues, 1993).

Numa visão ampliada sobre os efeitos da implantação das cartas de serviços, o Guia Metodológico da Carta de Serviços (Brasil, 2014) defende que a adoção da carta de serviços implica em um processo de transformação institucional, de modo que a organização pública é induzida a uma mudança de atitude na forma de operar seus processos institucionais, principalmente aqueles voltados para o atendimento ao cidadão. Para Abrucio (1996, p. 22), "o programa do governo inglês mais importante no sentido de priorizar o consumidor é, sem dúvida, o *Citizen's Charter*".

Falco (2000, p. 6) afirma que a "carta dos serviços dá voz aos cidadãos", uma vez que lhes fornece os meios necessários para monitorar e controlar as atividades públicas e também é um útil mecanismo de regulamentação e coordenação das atividades

econômicas para as organizações públicas, que poderão fornecer serviços mais coerentes com as expectativas dos cidadãos. O autor conclui que, com o uso da carta dos serviços, "o legislador confere aos cidadãos o papel de ator principal do processo de prestação dos serviços públicos" (Falco, 2000, p. 17).

Isso quer dizer que, além de um impacto nos processos de atendimento ao cidadão, a adoção da Carta de Serviços pode também provocar um redesenho dos processos de apoio ou, mesmo, gerenciais da organização pública, visando atender aos requisitos requeridos pelas partes interessadas que, no caso em voga, são, principalmente, os cidadãos usuários desses serviços públicos.

Quanto à Abordagem do Serviço Público Dominante, as quatro proposições, relacionadas à orientação estratégica das organizações públicas, ao papel do marketing na prestação de serviços públicos, à coprodução à gestão operacional dos serviços públicos, oferecem os elementos essenciais da prática eficaz de gestão pública dentro da Nova Governança Pública, pois reconhecem e respondem à realidade externa e interorganizacional desse modo de gestão (Osborne et al., 2013).

Ao passo que a implantação da carta de serviços visa estabelecer compromissos referentes aos padrões de qualidade dos serviços públicos, estimular o controle social, propiciar a avaliação contínua e o monitoramento da gestão com a utilização de indicadores e divulgar amplamente os serviços prestados pelos órgãos, entende-se, à primeira vista, o alinhamento dessa prática no bojo da Abordagem do Serviço Público Dominante, visto o seu fomento à atuação estratégica, à cocriação de serviços, ao marketing público e ao gerenciamento dos processos relacionados aos serviços públicos.

3 | METODOLOGIA

3.1 Delineamento da Pesquisa

De início, verificou-se que, quanto ao seu objetivo geral, a presente pesquisa é classificada como exploratória. São raros os estudos e as pesquisas científicas realizadas sobre a implantação da carta de serviços em organizações brasileiras, ainda mais no que tange ao seu relacionamento com a LDS e muito menos com a Abordagem do Serviço Público Dominante, de modo que o tema desta pesquisa é praticamente inexplorado na academia.

Como exceção, citam-se alguns artigos publicados nos últimos anos por Silva Junior e Stanger (2010); Espíndola, Oliveira e Formiga (2011), Souza e Parreira (2014) e Pereira e Moreira (2014) relacionados à implantação da Carta de Serviços no Brasil.

Para alcançar os objetivos propostos, primeiramente, foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas, abrangendo as fontes não escritas, as fontes escritas, oficiais e não oficiais, e as fontes estatísticas (Saint-Georges, 2005). A partir de então, partiu-se

para o uso do estudo de caso como estratégia de pesquisa, que são adotados quando são colocadas questões do tipo “como” e “por quê”, quando há pouco controle por parte do pesquisador quanto aos acontecimentos e quando o objeto de estudo reside em fenômenos (Yin, 2005, p. 19).

Tendo em vista as características da presente pesquisa, o estudo de caso utilizado foi do tipo 2, com um caso único incorporado e três unidades de análise. Um dos fundamentos lógicos que justificam o caso único é o caso representativo ou típico (Yin, 2005). A PRF tem uma organização e uma forma de atuação semelhantes às de muitas outras organizações públicas de abrangência nacional, como a Polícia Federal e a Receita Federal.

A unidade principal foi o portal de serviços na internet e as redes sociais da PRF e as subunidades de análise foram a sede nacional da PRF, em Brasília, DF, e a sede administrativa da Superintendência Regional da PRF em Minas Gerais, sendo esta a maior superintendência da organização. Quanto à coleta de evidências, optou-se pelas seguintes técnicas: coletas de documentos, observação participante e questionário.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

A amostragem dos respondentes do questionário foi determinada por acessibilidade e conveniência (Gil, 2008), muito utilizada em estudos exploratórios e qualitativos. Como o foco foi verificar a qualidade da ferramenta Carta de Serviços e sua relação com a Abordagem do Serviço Público Dominante sob a ótica da organização, os questionários foram enviados para pessoas que participaram da elaboração e/ou da atualização da carta da organização e aquelas que tivessem conhecimento acerca do referido instrumento.

Das 22 pessoas contatadas para responder ao questionário, 11 retornaram o contato e, destes, 7 informaram não possuir informações suficientes para colaborar com a pesquisa. Outras 4 pessoas responderam ao questionário, sendo essas respostas objeto de análise na presente pesquisa.

Quanto à observação participante, foram adotados os procedimentos descritos a seguir. Para a coleta das informações contidas no site da PRF e nas redes sociais, foram realizadas, primeiramente, a descrição e a análise de todo o conteúdo do site <https://www.prf.gov.br/portal>. Em seguida, foram descritas e analisadas as redes sociais da PRF, sendo elas Facebook, Instagram, Youtube e Twitter, contemplando as contas da PRF nacional e também das superintendências regionais, fazendo, sempre que pertinente, uma correlação entre a carta de serviços da organização e a Abordagem do Serviço Público Dominante.

Para a coleta de dados nas unidades e subunidades, o pesquisador principal esteve na sede nacional da PRF, em Brasília, DF, e na sede da Superintendência Regional da PRF em Minas Gerais, localizada em Contagem, MG, onde foram observados os setores responsáveis pela prestação de serviços aos cidadãos, além da infraestrutura como um todo, por meio de entrevistas com os funcionários que atuavam diretamente no atendimento ao

público e coleta de documentos e informações. Observou-se, principalmente, a forma como os compromissos firmados na carta de serviços da organização estão sendo cumpridos.

Para proceder à avaliação da qualidade da carta da PRF, foi utilizada a lista de verificação da qualidade da Carta de Serviços ao Cidadão presente no Apêndice VII do Guia Metodológico da Carta de Serviços ao Cidadão (Brasil, 2014), com o fim de medir a grau de adequação da carta de serviços da PRF com a metodologia proposta pelo governo brasileiro.

3.3 Procedimentos de análise de dados

Para a análise dos dados coletados advindos de diferentes métodos, optou-se pela triangulação metodológica, a fim de se obter os dados mais completos e detalhados possíveis sobre o fenômeno (Azevedo, Oliveira, Gonzalez & Abdalla, 2013). A triangulação "envolve a combinação de diversos métodos, geralmente observação e entrevista, de modo a compreender melhor os diferentes aspectos de uma realidade e a evitar os enviesamentos de uma metodologia única" (Azevedo et al., 2013, p. 5). A triangulação foi utilizada para analisar os dados e as informações obtidas na observação, no questionário, na avaliação da carta de serviços da organização e nos documentos colhidos durante a pesquisa.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à observação dos serviços prestados pela PRF no portal de serviços e nas redes sociais, foram observados os serviços prestados pela internet, principalmente no tocante a acidentes de trânsito, como o Boletim de Acidente de Trânsito (BAT) e a Declaração de Acidente de Trânsito (DAT), além de uma integração parcial com o Portal de Serviços do governo federal. Já os serviços relacionados a multas de trânsito são prestados, em sua quase totalidade, ainda fisicamente, sendo somente prestadas informações e fornecidos documentos pela internet.

A maior parte das informações constantes na carta de serviços está coerente com aquelas disponibilizadas no portal de serviços. A principal incongruência está relacionada à informação dos prazos de prestação do serviço, sendo que ou a informação está faltante ou não coincide com a prestada na carta de serviços. Foi observado o uso intensivo de diversas redes sociais pela organização, o que pode favorecer o aumento da comunicação com os usuários e seu engajamento no processo de coprodução e na avaliação da experiência dos serviços, a partir do momento que eles podem interagir diretamente com a PRF.

Quanto à observação nas subunidades físicas de análise, foi verificada a adoção do conceito de balcão de atendimento único por parte da sede nacional da PRF em Brasília, DF, de forma integral, e por parte da sede da Superintendência Regional da PRF em Minas Gerais em caráter parcial. A ideia de balcão de atendimento único se refere à prestação de serviços num único local e, preferencialmente, num mesmo momento, englobando os conceitos de balcão multisserviços e balcão integrado (AMA, 2008, p. 11). Em relação

à Abordagem do Serviço Público Dominante, a opção da unificação da prestação dos serviços em um único local, corroborando a ideia de balcão de atendimento único, pode favorecer a condução de gerenciamento das operações dos serviços na medida em que aperfeiçoa o *design* operacional, embora não seja uma medida que garanta a melhoria dos serviços em longo prazo.

No que tange à carta de serviços, as informações nela constantes estão condizentes com o que foi verificado *in loco*, com exceção dos prazos para o cumprimento dos serviços, ausentes na carta de serviços para aqueles relacionados a acidentes (com exceção e retificação e autenticação de BAT) e multas.

Dentre os dados coletados, cita-se um de grande relevância. Conforme relato de um dos servidores da Ouvidoria, setor pesquisado na sede nacional da PRF, um cidadão exigiu o cumprimento de um serviço com base na carta da PRF.

Ao ver negado o pedido para abertura de processo de recurso de multa na sede nacional, o usuário fez uma reclamação junto à Ouvidoria para que a organização cumprisse o prometido na página 17, item “d” do tópico “Recurso da Infração” da Carta de Serviços da PRF (Brasil, 2012b, p. 17), *in verbis*: “d) Como solicitar: **Pessoalmente: na Unidade Sede**, nas Unidades Regionais e nas Delegacias da PRF...” (grifo nosso). A reclamação em questão chegou ao conhecimento do próprio Diretor-Geral do órgão à época, que determinou que a área, no caso, o Protocolo, voltasse a receber requerimentos de recurso de multas.

De acordo com informações obtidas na Corregedoria-Geral em Brasília, as denúncias contra servidores da PRF podem ser realizadas presencialmente nas unidades correcionais, por telefone ou por e-mail, conforme prevê a carta da PRF. No entanto, verifica-se que as denúncias também podem ser efetuadas via Fala.BR, que é a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal, sendo repassadas às corregedorias posteriormente pela Ouvidoria da PRF. As denúncias podem ser feitas de forma anônima ou identificada, conforme descrito na carta de serviços. Com exceção do prazo de cumprimento de serviço, ausente na carta de serviços, as demais informações estão condizentes com o verificado no setor. Já no que diz respeito à Lei nº 10.098/2000, referente à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, foi verificado o cumprimento dos requisitos relativos ao interior da sede administrativa livre de barreira arquitetônica ou obstáculo e à disposição de um banheiro acessível.

Em relação à avaliação da Carta de Serviços da PRF, após a aplicação da metodologia de avaliação presente no Apêndice VII do Guia Metodológico da Carta de Serviços ao Cidadão (Brasil, 2014), chegou-se à pontuação de 6,56 pontos, em 12 possíveis, perfazendo um percentual de 54,67%. A avaliação em questão teve como principal objetivo medir o grau de adequação da carta de serviços avaliada aos requisitos previstos no Guia Metodológico. Entretanto, ao fazer uma breve análise dos dados aferidos, verifica-se que os

principais pontos que devem ser alvo de melhoria são o padrão de qualidade dos serviços, a disseminação da carta de serviços e a sua revisão a partir do monitoramento e avaliação.

A partir das quatro premissas da abordagem do serviço público dominante e seu possível relacionamento com a carta de serviços, foram feitas as seguintes análises, com base nos dados coletados na observação, no questionário, na avaliação da carta de serviços da organização e nos documentos colhidos durante a pesquisa.

Proposição 1: Ao adotar uma abordagem de serviço público dominante para a prestação de serviços públicos, tanto o cidadão quanto o usuário estão situados como partes interessadas essenciais dos processos de políticas públicas e prestação de serviços públicos e seu engajamento nesses processos agrega valor a ambos (Osborne et al., 2013). Nas respostas ao questionário, foi identificada uma percepção de alinhamento parcial da carta com o planejamento estratégico e a comunicação institucional da organização, sendo indicadas algumas iniciativas a fim de envolver ativamente os usuários dos serviços.

Para os respondentes, a carta proporciona, mesmo que parcialmente, a participação e o engajamento nos cidadãos nos processos relacionados à prestação de serviços da PRF. Durante a observação, foram observadas as seguintes ações relacionadas à premissa: atuação da organização nas redes sociais, com destaque para a página do Facebook da PRF nacional e do Twitter de superintendências regionais e de campanhas educativas, como o Festival Temático de Trânsito (Fetran) e o Cinema Rodoviário.

Quanto à avaliação da qualidade da carta, destacaram-se a definição dos serviços a partir da estratégia e das competências institucionais; a apresentação e os compromissos da carta coerentes com a orientação estratégica da organização; o mapeamento e a documentação dos processos vinculados à prestação de serviço de forma a identificar a cadeia de valor; os mecanismos de participação, relacionamento, comunicação e interação dos públicos alvos e a consulta às partes interessadas durante a determinação dos padrões de desempenho e da qualidade dos serviços.

Proposição 2: Uma abordagem de marketing de serviço público dominante é essencial tanto para transformar a intenção estratégica de um serviço público em uma "promessa de serviço" específica, quanto para dar forma às expectativas desse serviço por seus usuários e ao papel da equipe ao entregá-lo. Ela também pode oferecer uma estrutura robusta para desenvolver a confiança na prestação de serviços públicos, tanto entre as organizações públicas quanto com os usuários do serviço (Osborne et al., 2013, p. 149).

No questionário, os respondentes entenderam que as críticas e as sugestões dos usuários foram consideradas na elaboração e na atualização em curso das promessas de serviço da carta de serviços. No entanto, faltam processos padronizados referentes ao monitoramento, à avaliação e ao ajuste das necessidades e expectativas dos usuários e da própria carta. Durante a observação participante, foram verificadas relevantes ações relacionadas à segunda premissa, podendo ser citadas as seguintes: a atuação da Ouvidora e do SIC, o site eletrônico Agência PRF, as campanhas publicitárias da organização nos

diversos meios de mídia, o Manual de Identidade Visual da PRF, os serviços virtuais, como o BAT e o DAT, a acessibilidade do site eletrônico e a transparência de dados da organização disponíveis em seu site eletrônico.

Quanto à avaliação da carta, são positivos os seguintes pontos: os procedimentos para receber, atender, gerir e responder às sugestões, queixas/reclamações; os processos de reparação de danos ao beneficiário do serviço prestado em caso de descumprimento dos padrões de qualidade estabelecidos e os compromissos assumidos. É passível de melhoria a consulta aos públicos alvos durante o processo de definição dos padrões de qualidade dos serviços.

Proposição 3: Ao adotar uma abordagem de serviço público dominante, a coprodução torna-se um componente inalienável da prestação de serviços públicos, que coloca as experiências e o conhecimento do usuário do serviço no cerne da concepção e entrega eficazes dos serviços públicos (Osborne et al., 2013, p. 149). Tendo os respondentes do questionário afirmado que a participação dos usuários e o monitoramento do desempenho dos serviços públicos se dão de forma pontual e por meio das reclamações e sugestões apontadas durante o próprio atendimento ou registradas nos canais de Ouvidoria e Corregedoria, verifica-se que o processo de coprodução na instituição ainda é incipiente, não sendo uma prática de gestão contínua e disseminada.

Na avaliação da carta, identificou-se, como ponto forte, a abertura para que os usuários sugiram melhorias. No entanto, falta efetividade, já que, como oportunidade de aperfeiçoamento, viu-se que a manifestação dos públicos-alvo e da sociedade em geral sobre a qualidade dos serviços prestados e do atendimento não tem sido considerada de forma sistemática na análise crítica de desempenho do sistema de gestão da organização.

Proposição 4: Sem uma abordagem de serviço público dominante, a gestão de operações nos serviços públicos só levará a serviços públicos mais eficientes, mas não necessariamente mais eficazes. No entanto, sem a gestão de operações, uma abordagem de serviço público dominante aos serviços públicos levará simplesmente a uma “promessa de serviço” não cumprida (Osborne et al., 2013, p. 149).

Os respondentes do questionário citaram várias ações e iniciativas que apresentam indícios de que os processos de prestação dos serviços da organização têm sido modificados com vistas à melhoria contínua, inclusive com a influência da carta de serviços. Foram relatadas também dificuldades no processo de construção e manutenção da carta de serviços e melhorias advindas de sua implantação.

No que se refere à observação, verificou-se que a adoção do conceito de balcão de atendimento único nas unidades de análise físicas trouxe avanços e melhorias nos processos relacionados aos serviços públicos, bem como os programas de treinamento e capacitação do público interno da organização. Quanto à avaliação da carta, são passíveis de melhoria: (i) a definição de padrões de qualidade dos serviços a partir um diagnóstico de cada serviço oferecido ao usuário-cidadão; (ii) a definição de indicadores e metas de

serviços com o uso de *benchmarks* (iii) e o oferecimento de tempo de resposta para cada serviço.

5 I CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa realizada, foram identificadas oportunidades de melhoria relacionadas aos processos de prestação de serviços e à própria carta de serviços da PRF, mas que podem ser apropriadas por outras organizações públicas brasileiras.

As principais sugestões são: atualização contínua da carta de serviços; especificação do tempo de espera para atendimento e do tempo de atendimento para cada serviço prestado; inclusão das informações relativas aos usuários que farão jus à prioridade no atendimento, ao tratamento a ser dispensado aos usuários durante o atendimento, às condições mínimas a serem observadas pelas unidades de atendimento, em especial no que se refere à acessibilidade, à limpeza e ao conforto, e aos procedimentos para atendimento quando o sistema informatizado se encontrar indisponível; padronização dos campos relativos à unidade responsável pelo serviço, aos locais e às formas de acesso para cada serviço; elaboração e divulgação da carta de serviços em formatos diversos da versão eletrônica já divulgada, a fim de atender a públicos específicos; e divulgação na carta de serviços dos programas e atividades educacionais e culturais da PRF, tais como Fetran, Cinema Rodoviário, Semana Nacional de Trânsito, Galeria de Heróis e Museus da PRF.

Quanto às dificuldades encontradas pelas equipes responsáveis pela carta de serviços, a partir dos dados coletados, podem ser levantadas as questões a seguir. É necessário que a gestão da carta de serviços da organização seja atribuída a uma área específica, com recursos e poderes suficiente, de preferência uma área de cunho estratégico e com diálogo com toda organização. Para a primeira elaboração de uma carta de serviços, é fundamental uma capacitação prévia dos componentes do grupo responsável, a fim de permitir um alinhamento conceitual e técnico quanto ao que vai ser tratado e realizado.

Após o processo de elaboração da carta de serviços, deve ser feito um trabalho criterioso e permanente de sua divulgação ao público interno e externo, utilizando, para isso, as mais variadas estratégias, canais e formatos de comunicação. Por fim, não mesmo importante, é imprescindível que a construção da carta não seja uma ação isolada. Por isso é necessário que a organização tenha mecanismos de monitoramento e avaliação do desempenho institucional no cumprimento de sua carta de serviços, além de um sistema de revisão do conteúdo dela. Mesmo não sendo seu objetivo precípuo, foi observado, na implantação da carta de serviços da PRF, que a ferramenta pode funcionar como um instrumento de monitoramento e avaliação da qualidade dos serviços prestados pela organização pública, mesmo que de forma parcial ou provisória, quando não há mecanismos próprios de controle ou quando eles ainda não insipientes.

Em relação à primeira proposição da pesquisa (as cartas de serviços estão gerando a melhoria de serviços públicos), entende-se que é uma questão complexa para ser respondida completamente num único estudo de caso. Mas, pode-se depreender deste estudo que, a partir da divulgação de sua carta de serviços em 2012, os serviços públicos prestados pela PRF se tornaram mais transparentes e passíveis de controle social, pois, anteriormente, não havia nenhum documento público unificando os compromissos relacionados à qualidade dos serviços prestados, mesmo com lacunas.

Além disso, várias ações tomadas pela organização concomitante à divulgação da carta de serviços, ou partir de então, coadunaram para uma gestão mais estratégica, atenta aos ambientes interno e externo, buscando estabelecer uma relação de maior confiança com a sociedade e com alguns elementos de coprodução dos processos finalísticos. A organização elaborou seu primeiro planejamento estratégico propriamente dito, com vigência de 2013 a 2020, o que corrobora uma visão mais estratégica a partir de então.

Outra ação que se alinha com uma gestão mais focada no serviço externo foi a unificação das áreas de atendimento das unidades físicas visitadas, fazendo a prestação de serviços num único local, tendo a unificação do atendimento na sede nacional ocorrido em 2014 e a da sede administrativa da PRF em Minas Gerais, em 2018.

Houve uma intensificação do uso das redes sociais para comunicação e interação com os cidadãos, com destaque para o Facebook, no caso da PRF nacional e do Twitter, para as superintendências regionais. Podem ser citadas várias outras ações que coadunam para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, como a implantação do SEI em 2016, a atualização do sistema Alerta para o sistema Sinal em 2017 e a transparência dos dados da organização disponíveis na sua página eletrônica.

Entretanto, há nítida carência de padronização de algumas rotinas de monitoramento e avaliação dos processos relacionados aos serviços prestados ao público e também na divulgação da carta de serviços, apesar de isso não ser necessariamente o objetivo principal da ferramenta. A carência no monitoramento e na avaliação da carta e dos padrões de qualidade nela divulgados pode ser fruto da tradição da cultura da administração pública brasileira, a qual normalmente não usa indicadores de resultado e desempenho, embora essa realidade venha mudando recentemente.

Em relação à pouca divulgação da ferramenta interna e externamente, verifica-se que isso também ocorre em outras organizações brasileiras e nos outros países em que a carta de serviços foi divulgada. Sendo um instrumento de divulgação dos padrões de qualidade dos serviços públicos prestados, muitas vezes a carta de serviços se presta para organizar a gestão e os processos dos serviços públicos da organização, mas não se verifica a publicidade da ferramenta em si, mas apenas dos elementos que ela se propõe a divulgar. Pelo exposto, concluímos que, apesar das dificuldades, a utilização da carta de serviços pela organização pública contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados por ela.

No tocante à segunda proposição apresentada neste estudo (a Carta de Serviços tem alinhamento conceitual com a Abordagem do Serviço Público Dominante), pode-se compreender que há grande afinidade conceitual entre os dois. No que se refere à primeira proposição da Abordagem do Serviço Público Dominante, tanto a ferramenta quanto a teoria defendem a participação e o engajamento dos usuários nos processos de política pública e prestação de serviços públicos. Uma das finalidades da carta de serviços é "estimular o controle social mediante a adoção de mecanismos que possibilitem a manifestação e a participação efetiva dos usuários na definição e avaliação de padrões de atendimento dos serviços públicos" (Brasil, 2014, p. 15).

Quanto à segunda proposição, que incentiva o relacionamento de confiança entre a organização pública e a sociedade, o Guia Metodológico (Brasil, 2014, p. 14) aponta que a carta de serviços "contribui para a ampliação dos níveis de legitimidade e de confiança que a sociedade deposita na instituição".

Já a coprodução dos processos relacionados aos serviços públicos, sendo o centro da terceira premissa, se relaciona com a carta de serviços na medida em que o processo de implantação da ferramenta contempla a prévia negociação com a sociedade sobre os padrões de desempenho institucionais a serem observados na execução dos serviços e o investimento na melhoria dos processos para o alcance desses padrões, é possível também desejável oferecer aos públicos alvos oportunidades de cocriação.

O conceito de cocriação é aderente ao contexto da administração pública democrática, ao passo que a carta de serviços representa uma tecnologia de participação democrática dos públicos alvos na definição dos resultados esperados das instituições públicas, fornecendo transparência à sua atuação (Brasil, 2014). Por fim, a gestão das operações dos serviços públicos aliando o foco de eficiência interna com o foco no usuário, que é a quarta proposição da Abordagem do Serviço Público Dominante, se alia à carta de serviços quando, por exemplo, uma das finalidades da ferramenta é "propiciar a avaliação contínua da gestão e o monitoramento interno e externo do desempenho institucional mediante a utilização de indicadores" (Brasil, 2014, p. 15).

Na prática, conforme visto no presente estudo, várias dessas ideias congruentes se confirmaram. A divulgação de padrões de qualidade dos serviços públicos prestados, mesmo que incompletos, expõe a organização pública ao escrutínio dos cidadãos, levando-se em conta, principalmente, o princípio constitucional da legalidade da administração pública no caso brasileiro, favorecendo a participação e o engajamento da sociedade.

No processo de revisão da carta de serviços, várias possibilidades se abrem para a organização, no sentido de verificar o monitoramento, a avaliação e os compromissos firmados relacionados aos serviços públicos e propor melhorias, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão dos serviços com um foco maior no usuário externo. As várias ações aliadas à Abordagem do Serviço Público Dominante tomadas pela organização estudada após a divulgação de sua carta de serviços, mesmo podendo não ter relação

direta com a publicação da ferramenta de gestão, o que pode ser objeto de estudos futuros, complementa lacunas deixadas na divulgação da primeira versão da carta, ou, mesmo, aperfeiçoa elementos que já constavam nela.

É o caso da enorme quantidade de dados e informações internas disponibilizados no site eletrônico, o que sugere um alto nível de transparência da organização, além da migração do sistema Alerta para Sinal, em que o cidadão consegue contatar diretamente o policial próximo à ocorrência; da implantação do sistema SEI, que otimizou e forneceu maior economicidade, publicidade e agilidade aos processos administrativos, e da unificação prestação de serviços num único local, dentre outras ações que podem ser citadas.

Como limitações de estudo, tem-se o seu caráter exploratório e o fato de se buscar aliar uma teoria e uma ferramenta de gestão que, a princípio, estão situadas em tempos e áreas do conhecimento distintos, o que pode ensejar, por um lado, dificuldades no relacionamento de ideias e, por outro, oportunidades de estudo.

Outro fator limitador se deve à quantidade reduzida de unidades de análise e ao estudo de caso único. Isso não afasta definitivamente uma generalização analítica (Yin, 2005), mas requer que mais estudos sejam realizados para analisar a efetividade das cartas de serviços e seu enquadramento como uma ferramenta de gestão alinhada com a Abordagem do Serviço Público Dominante.

Quanto aos métodos de coleta de dados, houve um número reduzido de respondentes do questionário na organização. Isso se deve, em especial, ao fato da carta de serviços ensejar conhecimentos técnicos específicos e, ao mesmo tempo, conhecimentos gerais da organização. Ressalta-se também que a própria metodologia brasileira da carta de serviços carece de revisão e atualização, por coerência, já que sua última versão é datada de 2014.

De acordo com Osborne et al. (2013), as tecnologias digitais introduzidas pelas organizações públicas têm sido, em grande parte, de cunho operacional e não estratégico, não se reconhecendo as implicações de uma abordagem dominante dos serviços para a orientação estratégica dessas organizações.

Há muitas oportunidades de pesquisa que abordem o crescente uso de serviços públicos digitais, a utilização da carta de serviços como instrumento de formalização dos compromissos públicos relacionados com a qualidade dos serviços prestados pelo Estado e a abordagem do serviço público dominante como teoria principal de temas relacionados a marketing no setor público e gestão dos serviços públicos.

Com base nos conceitos da Abordagem do Serviço Público Dominante e da Carta de Serviços, novas pesquisas devem ser feitas para avaliar os ganhos práticos na concepção e gestão de métodos de avaliação de desempenho de organizações públicas, para consolidar sua gestão estratégica. Para isso, são úteis, por exemplo, os conceitos de cocriação de valor e de necessidade de engajamento dos cidadãos para criar um relacionamento de confiança entre a sociedade e a organização pública, coprodução e a gestão das operações dos serviços públicos aliando a necessidade de eficiência interna com o foco no usuário do

serviço externo.

REFERÊNCIAS

Abrucio, F. L. (1996) *O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente*. Brasília, DF: ENAP.

Azevedo, C. E. F., Oliveira, L. G. L., Gonzalez, R. K., & Abdalla, M. M. (2013). A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. *In*: Anais do Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 4., 2013, Brasília, DF.

Biazon, V. V., & Silva, P. P. F. (2013). Fundamentos da administração de recursos materiais e patrimoniais na gestão pública: estudo sobre o funcionamento da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB - Paranavaí/PR. *In*: Anais do Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas, 2., 2013, Francisco Beltrão.

Brasil. (2012a). Portaria nº 160, de 19 de dezembro de 2012. Institui e dá publicidade à Carta de Serviços ao Cidadão. *Boletim de Serviço*, Brasília, DF, n. 96.

Brasil. (2012b). *Carta de serviços ao cidadão*. Brasília, DF.

Brasil. (2018). *Governo federal divulga pesquisa inédita sobre qualidade dos serviços públicos*. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2018.

Brasil. (2014). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. Programa GESPÚBLICA**:** carta de serviços ao cidadão: guia metodológico. Versão 3/2014. Brasília, DF: SEGEP.

Bresser-Pereira, L. C. (1998). *Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial na perspectiva internacional*. São Paulo: Ed. 34.

Espíndola, C. E., Oliveira, J. B. F. de, & Formiga, M. M. (2011). A tecnologia da informação como meio para facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos. *In*: Anais do Congresso Consad de Gestão Pública, 4., 2011, Brasília, DF.

Falco, S. E. (2000). Instrumentos de voice giving na relação entre os cidadãos e a administração pública: a carta dos serviços. *Revista do Serviço Público*, *51*(3), 5-27.

Ghelman, S., & Costa, S. R. R. (2006). Adaptando o BSC para o setor público utilizando os conceitos de efetividade, eficácia e eficiência. *In:* Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 3, Resende.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Haywood, S.; & Rodrigues, J. (2006). Um nuevo paradigma para la gestión pública. *In*: Kliksberg, B. (Comp.). *El rediseño del Estado: una perspectiva internacional*. 2. ed. México: FCE, p. 189-206.

Kotler, P.; & Lee, N. (2008). *Marketing no setor público: um guia para um desempenho mais eficaz*. Porto Alegre: Bookman.

Matias-Pereira, J. (2008). *Manual de gestão pública contemporânea*. São Paulo: Atlas.

Mullen, J. (2005). *John Major's Citizens Charter: fifteen years later*.

Osborne, S. P., Radnor, Z., & Nasi, G. (2013). A new theory for public service management? toward a (public) service-dominant approach. *The American Review of Public Administration*, *43*(2), 135-158.

Pascarelli Filho, M. (2011). *A nova administração pública: profissionalização, eficiência e governança*. São Paulo: DVS.

Pereira, R., & Moreira, L. (2011). Carta de serviços ao cidadão: a experiência da Agência Nacional de Saúde Suplementar. *In*: Anais do Congresso Consad de Gestão Pública, 4., 2011, Brasília, DF.

Saint-Georges, P. (2005). Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios econômico, social e político. *In*: Albarello, L. (Org.). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, v. 1, cap. 2, p. 15-47.

Silva Junior, H. S., & Stanger, A. C. (2010). Carta de serviços ao cidadão: um estudo de caso na polícia federal brasileira. *In*: Anais do Congreso Internacional del Clad Sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 15., 2010, Santo Domingo.

Sofaer, S., & Firminger, K. (2005). Patient perceptions of the quality of health services. *Annual Review of Public Health*, *26*, 513-559.

Souza, F. S. R. N. de, & Parreira, T. J. (2014). A carta de serviços ao cidadão como instrumento de melhoria do serviço público. *In*: Congresso Consad de Gestão Pública, 7., 2014, Brasília, DF.

Vargo, S. L., & Lusch, R. F. (2004). Evolving to a new dominant logic for marketing. *Journal of Marketing*, *68*(1), 117.

Vargo, S. L., & Lusch, R. F. (2016). Institutions and axioms: an extension and update of service-dominant logic. *Journal of the Academy of Marketing Science*, *44*(1), 5-23.

Vargo, S. L., & Lusch, R. F. (2017). Service-dominant logic 2025. *International Journal of Research in Marketing*, *34*(1), 46-67.

Veiga, R. T., Urdan, A. T., & Matos, C. A. (2014). Estetização do marketing. *Revista de Administração de Empresas*, *54*(2), 232-238.

Vigoda, E. (2002). From responsiveness to collaboration: governance, citizens, and the next generation of public administration. *Public Administration Review*, *62*(5), 515-528.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.

MEDIAÇÃO DE CONFLITO NO AMBIENTE *ON-LINE*: DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE MEDIADORES

Data de aceite: 02/06/2023

Maria Zoé Rios Fonseca de Andrade
Mestre em Psicologia. Docente dos cursos de Direito e Psicologia, *campus* São Gabriel

Frederico Guimarães Gontijo
Acadêmico do curso de Direito, *campus* São Gabriel

Lilian Chagas Carvalho
Acadêmica do curso de Direito, *campus* São Gabriel

Ludmila Thaís Costa Gonçalves
Acadêmica do curso de Direito, *campus* São Gabriel

PALAVRAS-CHAVE: Técnicas. Atendimento. Experiência. Prática.

KEYWORDS: Techniques Practice. Screening. Treatment. Project.

INTRODUÇÃO

O trabalho foi elaborado a partir das vivências do Projeto de Extensão "Mediação e Cidadania", com extensionistas dos cursos de Direito e Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), unidade São Gabriel. O estudo foi desenvolvido no Posto de Atendimento Pré-processual (Papre) do Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania (Cejusc) da Comarca de Belo Horizonte/MG da PUC Minas, unidade São Gabriel, e os objetivos foram proporcionar aos beneficiários do Serviço de Assistência Jurídica da PUC Minas São Gabriel (SAJ-SG) a vivência da mediação como forma de resolução de conflito judicial, disseminar a cultura de paz e seus efeitos na pacificação dos conflitos e no exercício da cidadania, oportunizando aos extensionistas desenvolverem competências e habilidades para atuarem como mediadores nos âmbitos *on-line* e presencial, por meio de diálogo aberto com a comunidade beneficiária do projeto, ao mesmo tempo que se busca uma reflexão sobre a prática.

No projeto, atendemos na perspectiva da mediação judicial, contando com a certificação de mediadora judicial da professora orientadora, para cumprir as

exigências dessa modalidade de mediação, e também com o convênio do SAJ-SG com o Cejusc. Destacamos que a Lei nº 13.140 (BRASIL, 2015b) prevê a mediação judicial e a extrajudicial, sendo que a diferença repousa nas exigências previstas na norma quanto aos requisitos do mediador. Durante o primeiro semestre, ocorreram doze audiências de mediação, sendo em média três sessões para cada caso (3), constatando-se ser possível realizar audiências de mediação de forma *on-line*.

Com isso, as práticas de extensão do projeto "Mediação e Cidadania" intensificaram o processo dialético entre teoria e prática e contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas.

DESENVOLVIMENTO

As ações do projeto "Mediação e Cidadania" necessitaram, em função da pandemia de covid-19, ser realizadas apenas de forma *on-line*, pelo Messenger, Teams ou Meets, e nesse espaço virtual deparamos desafios que nos fizeram repensar a prática para atender o que está disciplinado nas leis e na doutrina. Já havíamos nos preparado para as mediações *on-line*, mesmo assim algumas questões surgiram no decorrer dessa modalidade de mediação e, consequentemente, dificuldades referentes à formação dos mediadores, objetivo do projeto, entre outros pontos que aqui elucidamos.

Um dos pontos questionados refere-se às dificuldades na *triagem dos casos*, no encaminhamento das partes que solicitam atendimento jurisdicional no SAJ-SG, para as mediações que não puderam ser realizadas pelos alunos do projeto, com orientação do professor coordenador.

Outro ponto refere-se aos estudos da prática da mediação – procedimento consensual de resolução de conflito norteado por princípios, com a participação ativa das partes, em busca do consenso, e do mediador, que promove os diálogos dos mediandos de forma neutra. Tal prática se contrapõe ao tradicional modelo jurisdicional contencioso e foi instituída como premissa não obrigatória, tendo como alicerces o **Manual de Mediação Judicial** (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016) e as diretrizes normativas da Resolução nº 125 (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2010), da Lei nº 13.140 (BRASIL, 2015b) e da Lei nº 13.105 (BRASIL, 2015a). Esses instrumentos não abordam orientações para a prática da mediação *on-line* de forma clara, limitando os recursos metodológicos para os extensionistas embasarem sua formação em mediação.

Na vivência do procedimento mediatório *on-line*, também se evidenciaram desafios que impuseram limites à **efetiva aplicação das técnicas**, o que comprometeu especialmente dois dos princípios previstos na lei: a confidencialidade e a imparcialidade. Na observação dos dados, buscamos enfrentar e resolver os desafios detectados na formação de mediadores no ambiente virtual.

O caráter interdisciplinar e transdisciplinar da extensão permitiu extrapolar na

busca de soluções e favoreceu uma visão integrada das questões sociais. Contribuições de tecnólogos, psicólogos e assistentes sociais foram essenciais para a relação com as partes, mesmo que virtual. Foi necessário um longo diálogo com as partes envolvidas, alunos e secretários para que a nova realidade imposta nos garantisse ações pautadas na ética, tendo o humanismo como vetor básico.

METODOLOGIA

No trabalho, fez-se uma interlocução entre a prática da mediação *on-line* e os acontecimentos que eclodiram durante as sessões de mediação. Foi a partir desse lugar fluido, submetido a constantes rupturas do que já estava posto, que tentamos investigar a mediação *on-line* com olhar crítico, fazendo valer a atualidade da experiência e as três dimensões acadêmicas: ensino, extensão e pesquisa.

Para Foucault (2003), nos domínios da experiência, inscreve-se a possibilidade de transformação e liberdade. A partir dessa compreensão de experiência, devemos nos preocupar com a prática proposta em nosso fazer profissional e criar possibilidades de nos inscrevermos nessa prática.

Assim, tratamos dos desafios identificados durante os atendimentos *on-line* nas ações do projeto “Mediação e Cidadania”. Fizemos um recorte dos atendimentos de casos realizados pelos extensionistas do projeto no 1º semestre de 2021, ressaltando a integração entre ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto no art. 2º do Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão, “destinado a promover a interação transformadora da Universidade com outros setores da sociedade” (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2015, p. 2).

Para aprimorar a *triagem dos casos*, estudamos a preparação e reestruturação de um novo formulário que será preenchido pelos secretários do SAJ-SG juntamente com os solicitantes de atendimento. Os extensionistas organizarão os dados, para melhor encaminhamento das partes para os atendimentos *on-line*.

Quanto à necessidade de *ajustes das técnicas* – tais como *escuta ativa*, *rapport*, *parafraseamento* e *caucus* – previstas no manual do CNJ para a utilização dessas no ambiente virtual pelos mediadores extensionistas em formação, listamos três pontos para serem reestruturados nas práticas *on-line*: readaptar as técnicas para suprir as limitações do mediador em observar a linguagem corporal das partes, percebendo as sensações e reações manifestadas; elaborar um protocolo de ações para atenuar os problemas de conexão de internet com interrupções abruptas, para as partes sentirem menos desconforto; e garantir os princípios da imparcialidade e confidencialidade por meio de revisões das técnicas e das informações durante a pré-mediação.

Pretendemos com os ajustes do manejo das técnicas de mediação previstas no **Manual de mediação** do CNJ formar mediadores com competência em exercer a prática

de mediação *on-line*; garantir os princípios previstos na legislação; promover a resolução de conflitos de forma pacífica, focando tanto na resolução do pedido realizado no Poder Judiciário, como nos aspectos subjetivos; e, ainda, ampliar a mediação de conflito no âmbito judicial.

Para os ajustes das técnicas, serão feitas entrevistas com instituições formadoras de mediadores, como o Instituto e Câmara de Mediação Aplicada (IMA), a Plataforma de Mediação *On-line* (MOL) e os próprios gestores do Cejusc que se interessarem em participar da discussão e apresentar alternativas para suprir quesitos necessários ao atendimento eficaz e positivo da prática de mediação no projeto "Mediação e Cidadania". Concomitantemente às entrevistas, será aplicado um questionário aos alunos extensionistas que atuarem como mediadores e às partes que participarem da mediação no projeto.

O empenho em realizar este estudo deve-se ao fato de confiarmos na positividade dessa modalidade de atendimento e acreditarmos que a mediação *on-line* poderá continuar após o período de pandemia e atender um grande número de demandantes. Destacamos que o meio *on-line* possibilita aumentar a prática de mediação – pois é um facilitador para as partes que moram distante –, permite um encontro menos evasivo e, ainda, forma maior número de mediadores. É necessário nesse momento, portanto, aprimorar a prática, para suprir as dificuldades encontradas nas ações de mediação *on-line*.

Com vista à criação e manutenção de diálogo entre a universidade e a comunidade, a possibilidade da modalidade *on-line* pode ser uma ação transformadora de todos os agentes envolvidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Orientando-nos pelos objetivos do projeto de extensão "Mediação e Cidadania", buscamos referencial teórico nos instrumentos normativos, nos dados das entrevistas realizadas com as instituições que realizam mediação *on-line*, nas informações coletadas pelas entrevistas com os beneficiários e com os alunos participantes. Visamos evidenciar a relevância da observação na experiência para produzir, de certa forma, uma interlocução entre o saber da vida, particular, local, e o saber dominante, por entendermos, com Foucault (2004), que os efeitos produzidos nas práticas em uma sociedade normalizada podem modificar o saber dominante pela criação do novo.

Levamos em consideração que o empirismo tem a função de desenvolver o conhecimento a partir das sensações advindas principalmente da observação, sendo o estudo de abordagens e técnicas da produção científica os pilares da experiência vivida, valorizando o saber local e a criação do novo.

CONCLUSÃO

A crise provocada pela covid-19 impôs uma nova forma de relação entre as pessoas. Foram impostas reflexões sobre a prática da mediação *on-line* nas ações do projeto "Mediação e Cidadania" e ressignificou-se a experiência como lugar do saber, do diálogo com a comunidade e da transformação e atualização diante das exigências. Dessa forma, o atendimento na mediação também se reinventou, criando possibilidades de disseminar a prática, promover a resolução dos conflitos e atuar na formação de mediadores, lembrando sempre do lema do Projeto: **amparar** judicialmente e **acolher** as partes em seus pedidos jurídicos e subjetivos, buscando uma resolução transformadora, responsável e comprometida com o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015a. Código de Processo Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato 2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.140**, de 26 de junho de 2015b. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13140.htm. Acesso em: 14 jun. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Mediação Judicial 2016**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 125**, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_comp_125_29112010_19082019150021.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20151009142046.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

CAPÍTULO 5

A SOCIAL-DEMOCRACIA NOS TRÓPICOS: A TERCEIRA VIA E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO NOS GOVERNOS FHC E LULA

Data de aceite: 02/06/2023

Gregório Henrique Silva Duarte
Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Graduado em Licenciatura em Sociologia pela Universidade Estadual da Paraíba

Jeferson Alexandre Miranda
Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, pós-graduado em História, Cultura e Poder pela Universidade do Sagrado Coração, pós-graduado em Ensino e Metodologia de História e Geografia pela Universidade Internacional de Curitiba e graduado em História pelas Faculdades Integradas de Jaú

RESUMO: O trabalho ora apresentado se propõe a debater os fundamentos teóricos, históricos, metodológicos e políticos das adaptações teóricas e práticas que foram utilizadas na recepção do projeto político da Social-Democracia no Brasil. Considerando o Brasil como parte integrada da periferia do capitalismo, sendo, portanto, economicamente associada e dependente às nações centrais do capitalismo, buscamos analisar a forma pela qual estabeleceu-se o debate no período da Nova República (a partir de 1985) acerca da Social-Democracia. Para além disso, pretendemos avaliar, em perspectiva comparada, a sua possibilidade de realização a partir da proposta capitaneada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o que chamamos aqui de Social-Democracia de Terceira Via, em contraposição ao modelo implantado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), aqui entendido como Novo-Desenvolvimentista, em que pese ainda, um amplo debate sobre a caracterização e conceitualização das experiências Petistas.

PALAVRAS-CHAVE: Social-Democracia, Estado de Bem-estar Social, PSDB, PT.

ABSTRACT: The text presented here proposes to debate the theoretical, historical, methodological and political foundations of the theoretical and practical adaptations that were used in the reception of the political project of Social-Democracy in Brazil. Considering Brazil as an integrated part of the periphery of capitalism, being, therefore, economically associated and dependent on the central nations of capitalism, we seek to analyze the way in which the debate was established in the period of the New Republic (from 1985) on the Social

-Democracy. In addition, we intend to evaluate, in a comparative perspective, its possibility of realization from the proposal led by the Brazilian Social Democracy Party (PSDB), which we call here Third Way Social Democracy, in opposition to the model implemented by the Brazilian Worker´s Party, here understood as New-Developmentalist, despite still a broad debate on the characterization and conceptualization of PT experiences.
KEYWORDS: Social-Democracy, Welfare State, PSDB, PT.

1 I INTRODUÇÃO

Há sem dúvida muitos limites e dificuldades para se entender a construção de um modelo social-democrata em um país na periferia do sistema capitalista, uma vez que, nesta área do planeta, as políticas e os direitos sociais encontraram duros limites às suas implantações ao longo do século XX. Por aqui, a busca por uma suavização da esfera da acumulação capitalista via doses de equidade pode ser mais bem pensada no período posterior a 1930, antes deste momento a política oligárquica aninhada no poder desde a fundação do Império (1822-1889) se estabeleceu como um grande impedimento aos direitos de liberdade, de opinião, de reunião, de associação e entre outros.[1]

Quebrada a hegemonia da elite oligárquica, já sob a sombra do Estado interventor pós-30, as políticas e os direitos sociais estiveram à mercê das instabilidades do Estado e da economia enfrentadas pelo Brasil no século XX, isto porque, o planejamento e as ferramentas para o desenvolvimento estavam calcados no projeto desenvolvimentista brasileiro, conceito radical e complexo resultante da combinação de dois elementos: o reconhecimento da situação de subdesenvolvimento e a proposta consciente e deliberada de sua superação – via estratégias racionais e ações de ordem econômicas (DRAIBE, 1985). O desenvolvimentismo, neste período, centrava suas metas na superação dos obstáculos estruturais do subdesenvolvimento, enraizados na vocação agrário-exportadora, pela desigualdade centro-periferia e pela completa inaptidão das economias subdesenvolvidas de atingirem o desenvolvimento sem passar pela industrialização (GRIN, 2013).

A trajetória nacional desenvolvimentista comportou períodos e propostas díspares que oscilaram entre o progresso com desenvolvimento social, outro de apropriação privada do custeio e energia do nacionalismo desenvolvimentista e um terceiro de viés burocrático-autoritário. É fato também que o distanciamento entre os projetos com desenvolvimento social e o burocrático autoritário são grandes responsáveis pela atual desigualdade social brasileira (CEPÊDA; SILVA, 2016).

Por fim, em países periféricos como o Brasil, o capitalismo não foi capaz de gerar um equilíbrio entre igualdade e emprego, por que em suas práticas as prioridades sempre foram dadas a acumulação capitalista. Por aqui, o desenvolvimento do capital coabitou, historicamente, com a exclusão social e a concentração de renda, e de formas

1 Para um entendimento melhor do processo histórico anterior a 1930, e como este impossibilitou o surgimento de uma cidadania real ver MIRANDA, 2021.

variadas a “luta democrática de classes” foi obstaculizada pela intervenção do Estado, mediador e fiador de um projeto no qual o bem-estar social seria uma consequência do desenvolvimento e progresso da nação. (GRIN, 2013)[2] Sob estes aspectos a sociedade de bem-estar brasileira nunca foi uma realidade possível, como afirma Draibe (1985). Ainda segundo a referida autora, o que se desenvolveu em terras brasileiras foi um modelo de Estado centralizador, planejador e racionalizador da vida econômica, que esperava do binômio crescimento econômico e industrialização a força suficiente para gerar elevação do bem-estar geral, este paradigma ideológico, conhecido como teoria da modernização, se manteve como eixo do projeto de Estado até o governo militar.[3]

Se buscarmos estabelecer um breve histórico do caso brasileiro (tomando como parâmetro a incorporação, no nome adotado pelos partidos, os termos social-democracia, social democrático ou democracia social), enfrentaremos um grande desafio para estabelecer um cenário claro do histórico desta vertente.Isto porque embora vários partidos tenham assumido uma identidade política pública (e esperava-se, vinculante em termos programáticos), na prática, não ocorreu a incorporação, em suas ações e nos seus programas, das ideias e práticas da social-democracia. Cumpre lembrar que no caso brasileiro, o surgimento de partidos de feição moderna se deu somente após o fim do Estado Novo. Segundo Kinzo (1993, p. 07) foi quando “a arena política nacional comum foi efetivamente constituída”, ou seja, somente após 1946, quando a nova Constituição ampliou a cidadania política é que se assegurou a autonomia do eleitor poder escolher entre partidos programaticamente definidos. Neste período, até o ano de 1964, o único partido que carregou em seu nome a social-democracia foi o Partido Social Democrático (PSD), mas à revelia disto, sempre agiu em torno de seu “centro político”: o burocratismo getulista. Conclui-se que antes da Redemocratização pós 1964 é inviável pensar a social-democracia pelo caminho do histórico partidário, uma vez que há um cenário muito confuso e contraditório sobre a real presença do modelo social-democrata.

1.1 Terceira Via, Liberalismo progressista e Neoliberalismo na virada do século XX

O final do século XX tem sido interpretado no Brasil como o período de hegemonia do neoliberalismo, os defensores desta ideia, apontam que cronologicamente a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) a ideologia neoliberal teria se estabelecido e com o impedimento do primeiro presidente eleito, os governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) teriam completado a consolidação dessa escalada neoliberal (HARVEY, 2014). Ao contrário do liberalismo,

2 Foi de 1930-1964, que a regulação social e a intervenção do Estado tornaram-se mais evidente na tentativa de se estruturar o regime de bem-estar no Brasil. Entretanto esse processo se deu pela “lógica do industrialismo” em que o welfarestateseria consequência do desenvolvimento econômico ver DRAIBE, RIESCO (2006).

3 Sobre as dificuldades e os percalços do desenvolvimento da sociedade de bem-estar social no Brasil é importante acrescentar neste debate os argumentos de DRAIBE, AURELIANO (1989); DRAIBE, RIESCO (2006); OLIVEIRA, (1993).

que emergiu geneticamente como antítese dos Estados autoritários, o neoliberalismo desde suas origens se estabeleceu como uma corrente de pensamento reacionária em favor do rentismo, do capital financeiro e das grandes corporações capitalistas, mediante o esfacelamento do Socialismo Real, ela teria se tornado hegemônica e sofrido divisões internas, fortalecendo novas vertentes que em muitas vezes acabaram por ser conflitantes com os princípios fundadores e revolucionários do liberalismo clássico. (RODRIGUES, 2019)

O surgimento de clivagens do neoliberalismo e concomitante sua difusão teria sido composta por de duas fases: a primeira residiria na intrusão do capital transnacional na arena interna dos países, implicando por vezes, no desmantelamento do sistema produtivo dos países periféricos (SAAD FILHO; MORAIS, 2018). Nesta fase, seria possível observar a emergência de um aparente paradoxo: ainda que em seu ideário se configurasse como espinha dorsal a necessidade de delinear limites à intervenção e a atuação estatal, o que se observou de fato, foi o Estado figurando como um palco de disputas políticas. A lógica neoliberal, portanto, sempre teria apresentado como núcleo duro de suas ações, a intervenção do Estado desde que não gerasse alterações na ordem espontânea do mercado (HARVEY, 2014). Em outras palavras, esta fase consistiria no sequestro do Estado para que os objetivos neoliberais fossem instaurados. Haveria uma intervenção estatal vigorosa para impor o novo quadro institucional e uma estratégia de acumulação que incluiria promover a integração transnacional do capital nacional no âmbito microeconômico.

Em uma segunda etapa desse processo a promoção do ideário neoliberal, se concentrou em moldar a subjetivação do ser humano, o vértice deste estágio residiu na ideia do homem-empresa, centrado no individualismo extremo e no ideal do sujeito como único responsável por seu sucesso e fracasso, ignorando a desigualdade estrutural existente.

David Harvey (2014) ao discutir sobre a ascensão do neoliberalismo, salienta que uma das estratégias presentes neste projeto residiu na manipulação e administração de crises, o autor cita como exemplo o caráter endêmico das crises na América Latina a partir da década de 1960. A implementação do ideário neoliberal no Brasil, embora tenha sofrido um impulso a partir dos anos 1980, com a elevação da dívida externa e as pressões internacionais para execução de reformas-chave no processo de neoliberalização, ainda encontrava alguns percalços ocasionados pelo dissenso entre a elite brasileira. A força motriz para adoção do neoliberalismo orbitava em torno da estabilização monetária, e em razão do insatisfatório desempenho econômico do país, as ideias neoliberais advogadas por economistas e acadêmicos foram ganhando espaço no decorrer da década de 1990. Para este autor, a difusão de ideias voltadas à ortodoxia econômica teria agido como mola propulsora do Plano Real, o receituário adotado previa uma gestão macroeconômica e a necessidade de realização de reformas, especialmente àquelas voltadas às dinâmicas intervencionistas estatais de cunho social.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas por países subdesenvolvidos ou em

desenvolvimento infligidas por um mundo globalizado, deixou um gosto amargo e freou os ímpetos liberais mais radicais. Insegurança, desemprego, perda de rendas e lucros tornaram as eleições momentos em que governos tanto a esquerda quanto a direita foram derrotados, e o resultado claro disso foi a convergência de projetos no centro político, que passou a ser cobiçado em ambos os lados, uma vez que a maioria dos eleitores ali se posicionavam. Dessa forma consolidava-se um centro político clivado em matizes com diferentes tons esquerdistas e direitistas.

À direita podemos apontar como significativo naquele momento o crescimento da corrente liberal de cunho progressista, que sob variações também pode ser chamada de liberalismo social. No Brasil, o mais significativo defensor do liberalismo social foi José Guilherme Merquior, para ele, o Estado brasileiro sempre foi o grande responsável por dar força ao direito, em sua gênese sempre apresentou ênfase social, e em judicie da lei, se construiu dentro de um arcabouço jurídico liberal, mas com características sociais,portanto, como Estado social foi também o grande responsável por universalizar a liberdade ao garantir mais oportunidades (MERQUIOR, 1987a). Para o pensador, enquanto sociedade moderna, o Brasil precisava de uma maior eficiência nas ações do Estado, e isto se atingiria com mais liberdade econômica, atrelada às liberdades políticas e sociais – uma vez que novas demandas deveriam ser atendidas. Assim, o liberalismo contemporâneo necessitaria de um foco no social. Merquior enxergava que em nosso país havia Estado demais e de menos, ou seja, ainda que na economia o Estado fosse um grande empecilho, ao emperrar e onerar a liberdade econômica, havendo neste sentido Estado demais, no social ele era o grande promotor do atendimento as demandas de saúde, educação e moradia, sendo estes aspectos muito carentes na sociedade brasileira, aqui, o Estado era de menos. (MERQUIOR, 1987a)

Vivendo o período da Redemocratização (1985), ficava claro, para Merquior, que a ditadura militar deixara de herança um país desenvolvido industrialmente, com uma alta dívida externa, um descontrolado processo inflacionário e uma imensa desigualdade social. Era evidente que o crescimento econômico não viera acompanhado de uma significativa melhoria social, o novo Estado pós-ditadura deveria agir no sentido de diminuir essas desigualdades, daí a necessidade de uma reforma moderada, próxima àquelas defendidas pela centro-esquerda, ainda aninhadas no PMDB daquela época (MERQUIOR, 1987b). Em contrapartida, esta reforma, deveria libertar as forças econômicas em prol de uma maior produtividade – isso dar-se-ia através de uma reforma tributária com o objetivo de se reduzir o déficit público, melhorando a distribuição de renda, reduzindo os subsídios, deixando de controlar politicamente o câmbio e cortando gastos sociais com o funcionalismo público. Era preciso emagrecer o Estado, redefinir suas funções em favor do social e de um planejamento não-estatista, isto geraria mais empregos e daria folego para se investir em mais programas sociais. (ALMEIDA, 2008)

Na esquerda, as conjunturas políticas e o processo histórico criaram na virada do

século XX um cenário de tensão e transformações, pressionada por uma realidade que se alterava rapidamente e bloqueada pela possibilidade de uma mobilização do tipo tradicional, parte significativa dela acabou por adotar um discurso gestado algumas décadas antes, ainda no período autoritário. Essa “nova esquerda” tinha como um dos seus marcos iniciais o surgimento do CEBRAP[4], entre seus membros podia-se observar, através de seus temas de pesquisas e artigos, uma tentativa de distanciar-se tanto das tradições isebiana[5] quanto das leninistas, independente delas serem aproximadamente identificadas com a esquerda revolucionária ou nacionalista. Buscava-se com isso, para além da crítica ao nacionalismo e ao varguismo, o distanciamento das vertentes da esquerda que haviam optado por uma via de confronto direto com o regime. Contrapondo-se a “velha esquerda”, era contundente na crítica feita, por exemplo, ao desenvolvimentismo e ao revolucionarismo, criticava também de forma hostil a ditadura e opunha-se a existência de um Estado autoritário e burocrático. Em suas formulações o Estado passava a ser analisado como um grande vilão, cujos poderes de intervenção na economia precisavam ser minimizados e, em contrapartida, projetava-se a possibilidade de uma sociedade civil fortalecida e em oposição ao Estado. (BAPTISTA, 2010)

Nascia desta forma uma visão de esquerda que tendia ao centro e que encontraria, na década de 1990, ampla adesão não somente no Brasil, como também ao redor do mundo, principalmente a partir dos governos de Tony Blair (Reino Unido) e Gerhardt Schroeder (Alemanha): a Terceira Via. Como o próprio nome diz, na prática, esse matiz incorporava a ideia de que as divisões clássicas entre esquerda e direita já não podiam ser mantidas.

Giddens (1994), em seu livro *BeyondLeftandRight*, defendia a ideia de que a sociedade contemporânea era extremamente complexa, e as tradicionais fronteiras entre esquerda e direita já não constituíam mais referenciais suficientes para a formulação de políticas adequadas. Com o objetivo de oferecer uma saída para a Social-Democracia, em seu livro, *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*, de 1998, sugeria uma série de ideias para que a social-democracia superasse sua crise de maneira ativa e eficiente. Ao propor o que ele chamava de “política da vida”, defendia que a terceira via deveria não apenas trabalhar as grandes questões da justiça social, eficiência econômica, mas também as questões que afetavam os indivíduos pessoalmente e diretamente, aconselhando a deixar de lado o Estado de bem-estar social para se investir em uma nova concepção: o Estado de Investimento Social.

A Terceira Via chegou ao Brasil muito antes da sua consolidação mundial[6], entre os

4 Fundado em 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) teve como objetivo não somente abrigar os professores universitários uspianos aposentados compulsoriamente após a decretação do AI-5, mas também reunir um grupo de intelectuais cuja preocupação analítica voltava-se para uma nova interpretação a respeito da realidade brasileira, principalmente após o Golpe militar de 1964. Ver: BAPTISTA (2010).

5 O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi um órgão criado em 1955, no Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, dotado de autonomia administrativa, com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra.

6 O marco para a Terceira Via no mundo tem como data o dia 5 de fevereiro de 1998, quando o então primeiro-ministro

dias 25 e 27 de novembro de 1987, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, realizou-se o Seminário Internacional sobre a Social-Democracia. Tendo à frente da organização, Hélio Jaguaribe, o seminário reuniu pensadores, políticos e intelectuais, brasileiros e estrangeiros, e buscava pensar a social-democracia nas condições do mundo, na virada do século XX. Este seminário antecedeu em um ano a fundação do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), e há uma clara ligação entre os participantes brasileiros e os líderes fundadores da legenda, o que sugere que o Brasil pode ser um bom estudo de caso sobre a gestação desse matiz da social-democracia.

1.2 A Social-Democracia de Terceira Via do PSDB

O seminário citado anteriormente demonstra que o Partido da Social-Democracia (PSDB) não surgiu como um calouro no cenário político do final da década de 1980, é importante compreender que sua proposta de social-democracia era, na verdade, um rearranjo abrasileirado do pensamento social-democrata do final do século XX. Se considerarmos o histórico do pensamento social-democrata, ou suas múltiplas facetas, como um modelo que vigorou com mais intensidade nos países centrais de desenvolvimento capitalista, esse abrasileiramento da social-democracia promovida pelo PSDB, costurava diferentes modelos de sociais-democracias ou sociedades de bem-estar social.

Se partimos do pressuposto de que a Terceira Via e o Liberalismo Progressista são matizes políticas diferentes e, naquele momento, concorrenciais entre si, produtos de indivíduos e grupos que se posicionavam em espectros políticos muitas vezes opostos e que disputavam a legitimidade política de seus discursos, podemos sugerir que apesar de próximas em algumas de suas análises, e muitas vezes concordantes em seus enunciados, acomoda-las todas dentro de uma nomenclatura sob a sombra do neoliberalismo é uma simplificação conceitual preguiçosa.

Grande parte dos opositores do PSDB, e parte significativa da comunidade acadêmica, costumam apontar o partido como um representante do pensamento neoliberal, algo que suas lideranças sempre se recusaram a aceitar[7]. Algumas discordâncias conceituais e analíticas podem contribuir para uma aparente confusão sobre a visão de mundo abarcada pelo partido, o que explicaria essa dissonância entre as lideranças pessedebistas e seus concorrentes. É fato que uma liderança, um partido político ou ainda um grupo social não pode ser classificado como neoliberal esocial-democrataao mesmo tempo, ainda que estas correntes tenham sofrido muitas transformações ao longo do século XX. (DULCI, 2010)

O desenvolvimento histórico do PSDB culminou com a adoção de um programa social-democrata reformista, tais reformas procuraram adaptar as ideias da terceira via,

britânico Tony Blair anunciou, em Washington, D.C., junto com o presidente estadunidense Bill Clinton, a decisão de convocar uma reunião internacional para discutir e atualizar a social-democracia, criando um movimento que foi denominado de “Terceira Via”. No Reino Unido a Terceira Via é uma marca das transformações políticas que culminaram na criação do New Labor, para maiores informações: Ver GIDDENS (2000)

7 Dois trabalhos acadêmicos que tradicionalmente apontam o PSDB como um partido ideologicamente neoliberal são: ROMA (2002) e GUIOT (2010).

recriadas ou apropriadas de forma bem particular para o contexto brasileiro, uma espécie de social-democracia de terceira via na periferia latino-americana. Desta forma o que vemos surgir como resultado disso é um renovado modelo social-liberal, sem o espírito libertário e ultraconservador do neoliberalismo e sem a forte defesa da presença do Estado como motor do desenvolvimento, como na social-democracia clássica. Não é uma social-democracia reformista do tipo bernsteiniana ou filosoficamente alemã, que guiou os modelos de bem-estar social ao longo do século XX, é uma via intermediária, e ainda que não autêntica, ocupou importante lugar no debate ideológico do centro político, para muito além das críticas socialistas, sociais-democratas da "velha guarda" ou reformistas sociais, mais ou menos radicais, de diversas correntes. Como afirma Cardoso (1990): um embate que se propunha "dentro da ordem vigente" – nunca contra as instituições democráticas, entretanto, apesar de concordar com elementos do liberalismo político, não se torna por isso neoliberal. A confusão está, talvez, no fato da terceira via, do liberalismo progressista e do neoliberalismo apresentarem certos enunciados comuns, entre eles: a defesa de reformas, a desprivatização do Estado e a integração ao mercado.

Os documentos analisados do partido deixam claro a necessidade de se promover no Brasil a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento que pudesse colocar em pauta as discussões da reforma do Estado e paralelamente de uma nova forma de inserção do País na economia mundial.[8]Enquanto reforma, busca-se resgatar o Estado dos interesses estratégicos, das políticas sociais exclusivistas e do corporativismo, em clara oposição aos modelos desenvolvimentistas defende-se a modernização estatal via novas formas de parcerias do Estado com as empresas e a comunidade, abandona-se a estratégia da proteção social, elemento clássico da social-democracia pós Godesberg, em favor de uma ação de investimento social, a comunidade seria chamada a apontar as prioridades básicas e a fiscalizar a aplicação de recursos, passando a participar diretamente da execução por um novo mecanismo: as organizações não-governamentais.[9]

O novo modo de inserção do país na economia internacional passava pela reforma do Estado, enquanto este devia deixar de ser um produtor direto para se tornar um regulador econômico, queria-se mudar a sua natureza ao criar um marco institucional que assegurasse a plena eficácia do sistema de preços relativos, passando a incentivar os investimentos privados na atividade produtiva (CARDOSO, 1995). Este novo Estado passaria, desta forma, incentivar a iniciativa privada nacional a competir com os países desenvolvidos, buscando garantir o mercado interno e conquistando novos mercados regionais.[10]A proposta do PSDB era estabelecer um Estado, que não mais se pautaria por ser um produtor exclusivo de bens e serviços, mas sim, um normatizador e neutralizador das distorções do mercado, assim como coordenador dos investimentos.

8 Ver: CARDOSO, 1995
9 Ver: CARDOSO, 1994
10 Idem, 1994

A ação externa, neste sentido, seria instrumental para a realização dos objetivos políticos e econômicos estratégicos do Brasil, ela voltar-se-ia firmemente para reivindicar, no plano internacional, que se respeitassem efetivamente as regras do mercado, com maior liberdade de comércio, maior concurso dos investimentos produtivos e maior acesso à ciência e à tecnologia[11].A globalização teria trazido como consequência uma nova forma tecnológica de produzir, por isso o partido via como um grande desafio criar uma social-democracia que pudesse dar respostas a uma sociedade de massas, com muita pobreza e marginalização cultural, imersa em uma economia de mercado globalizada e inepta de minimizar as desigualdades sociais e econômicas. Decorria daí uma não-defesa simples do livre mercado, uma vez que essa desconsideraria a necessidade de fortalecimento do Estado diante uma dívida social, resultante da herança do passado dependente e elitista, que deveria ser resolvida com urgência.

Dada a crise do Estado e o irrealismo da proposta neoliberal do Estado mínimo, defendia-se reconstruir o Estado, de forma que ele não apenas garantisse a propriedade e os contratos, mas também exercesse um papel complementar ao mercado, coordenando a economia e a buscando a redução das desigualdades sociais. Por isso, fazia-se necessário, no campo do processo social, a existência de um Estado que pudesse intervir pelas soluções individuais, assegurando a igualdade a longo prazo, e que não fosse leviano ao considerar válida qualquer reivindicação dos debaixo sem se perguntar sobre os efeitos de médio prazo para as sociedades.[12]

É fato que em diferentes momentos do século XX muitos chegaram a decretar o fim das ideologias e este argumento voltou com muita força depois da queda do Muro de Berlim.[13] Para Segrillo (2006) as ideologias não foram extintas, mas neste período suas existências eram confusas por que houve um “embaralhamento” dos conceitos de esquerda e direita pós-1989. O ambiente cultural e político criou uma “letargia ideológica”. Partidos tidos como esquerda ou direita se viram pressionados a reverem seus posicionamentos, ou, no caso do PSDB que surgiu em plena crise, a adotarem matizes que atendessem as demandas dos eleitores posicionados majoritariamente no centro (ZUCCO JUNIOR, 2011). Todas as eleições a partir de 1989 foram influenciadas por essa nova configuração política, e talvez o mais emblemático exemplo disto são os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, cujo partido, estando na centro-esquerda e possuindo um discurso de Terceira Via, passou a ser tachado como um governo neoliberal.[14]

---

11 Conforme pode ser visto em: CARDOSO, 2008 e BRASIL, 1995.

12 BRASIL, 1995b.

13 Após o fim da Segunda Guerra Mundial surgiu pela primeira vez este questionamento. Pensadores sociais entendiam faltar aos cidadãos comuns a estabilidade, a consistência e a constrição exigidas pelas ideologias. Foi um momento que também se questionou a diferença entre esquerda e direita (conservador/liberal) (conservador/liberal) (Jost, 2006, p. 651). Este ambiente pareceu se repetir nos pós 1989.

14 Podemos dizer que o mesmo aconteceu posteriormente com o Partido dos Trabalhadores, que na virada do século XX era o principal partido de esquerda brasileiro, com ampla abrangência eleitoral. A primeira vitória de Lula foi marcada por um pacto com o Partido Liberal (PL), entendida naquele momento como centro-direita ver: Segrillo, 2004; Fleischer, 2007. Fleischer destaca, ainda, o “abandono” petista do programa de governo aprovado em 2001 e a composição de uma plataforma centrista para a disputa do pleito de 2002 (p. 327).

Vale a pena citar ainda que segundo Zucco Junior (2011), tanto partidos de esquerda quanto da direita convergiram para o centro como sintoma de readequação ideológica, no início do segundo milênio. Suas pesquisas empíricas demonstram que partidos, quando em posição de oposição, se moveram para a esquerda, enquanto estiveram no governo guinaram para a direita. Fica-se evidente que ideologias mais extremadas ou mesmo mais puras foram abandonadas em favor de matizes que pudessem favorecer resultados eleitorais vitoriosos. Ainda, quando pensamos em modelos econômicos de gestão do Estado, a direita sempre se manteve estável em seu vínculo com o mercado, enquanto a esquerda passou a aceitar modelos de equilíbrio entre público e privado, fortalecendo o centro e ampliando a abrangência de matizes como a Terceira Via ou o Liberalismo progressista.

2 | A EXPERIÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Nosso debate em questão se ancora a partir do trabalho de conclusão de curso intitulado: Entre o impeachment e o Bolsonarismo: Interpretações dos movimentos sociais de juventude em Campina Grande acerca do debate sobre a crise brasileira, do autor Gregório Duarte, em 2021, quando discutiu, em partes a experiência do Partido dos Trabalhadores a partir do ano de 2003.

A partir de janeiro de 2003, instaurou-se no Brasil uma experiência particular: a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder. A análise de Laura Carvalho (2018) está situada a partir de quatro movimentos: O milagrinho brasileiro, a agenda FIESP, a panacéia fiscal e acertando os passos.

No que se refere ao milagrinho brasileiro, Carvalho (2018, p.13) dirá: “As altas taxas de crescimento da economia chinesa e sua demanda crescente pelas chamadas commodities, tiveram impactos positivos e beneficiaram o conjunto das economias latino-americanas, no século XXI”.

Esse primeiro momento do chamado “milagrinho brasileiro”, ficará marcado pela política de transferência de renda, sobretudo a partir do programa Bolsa Família, com ênfase nos períodos de 2003 a 2005. Em 2004, aponta a economista, o crescimento da economia marcou 5,8%. A autora dirá, inclusive, que esses indicadores têm base no aumento das exportações que chegou ao número de 14.5% no referido ano. Sobre o momento de crescimento, Carvalho (2018, p.19) enfatiza: “Além da distribuição de renda na base da pirâmide social, o maior acesso a crédito e maiores investimentos públicos em infraestrutura física e social, foram os pilares do crescimento inclusivo do período do milagrinho”.

A grande distinção feita pela autora, para caracterizar o período do milagre econômico durante a ditadura militar, está no fato de que durante o período ditatorial a desigualdade crescia exponencialmente e nos governos do PT, não. Entre 2006 e 2010

houve redução da desigualdade, transferência de renda, valorização do salário-mínimo e a inclusão no mercado de trabalho formal, sobretudo a partir da concessão de créditos e da política de juros baixos com prazos elevados. Nesse sentido, os investimentos públicos, no mesmo período, cresceram 27.6% ao ano a partir da ampliação do PAC.

> O fato é que entre 2006-2010 o fortalecimento do mercado interno, aceleração do salário-mínimo, universalidade de programas de transferências de renda, expansão no acesso a credito e investimentos públicos aliado ao crescimento econômico e dinamismo do mercado de trabalho, não implica durar que isso fosse durar para sempre ou isento de desafios, mas foram essas medidas que proporcionou o país a alçar vôos altos (CARVALHO, 2018, p.42-43).

Em que pese esse momento de boom da economia, o jogo político e a correlação de forças no governo exigiam uma série de mudanças. As disputas internas entre as frações de classe[15], sobretudo o setor associado à indústria, esperava da presidenta recém-eleita medidas austeras, a exemplo de um ajuste fiscal e de uma reorientação na matriz econômica do estado.

> A superação desses limites exigia encarar de frente os conflitos mais acirrados, de modo a conferir maior solidez aos pilares do modelo. Infelizmente, o caminho escolhido a partir de 2011, embora tenha partido do enfrentamento de alguns desses conflitos, acabou levando também à substituição de alguns eixos importantes da política econômica do milagrinho por um conjunto de medidas ineficazes (CARVALHO, 2018, p.53).

A famigerada agenda FIESP que Carvalho faz alusão, reside em um conjunto de medidas que, segundo a autora, tratou-se do abandono da agenda política e econômica que marcara o "milagrinho". Os impactos da execução de uma agenda austera, no sentido político, apontaram para um desgaste, na medida em que passa a impactar dramaticamente a vida das famílias brasileiras, com ênfase para o disparo da inflação a partir do momento em que a SELIC registra o marco de 5,3% em 2014.

Referente aos dados, (CARVALHO, 2018.p.95) diz que a inflação no ano de 2014, no governo Dilma, apontou a 6.75%. Atribui-se isso a alta do dólar e ao processo de desaceleração da economia. Quanto a desaceleração observa-se todos os componentes do PIB, o baixo consumo das famílias e a queda dos preços das commodities.

A partir da vitória nas eleições presidenciais de 2014, com uma diferença de pouco mais de 3%, a tônica do segundo governo Dilma Rousseff foi austeridade econômica com todo receituário neoliberal. Banqueiros sob a liderança do ministério da fazenda, somam-se a isso uma série de denúncias de corrupção a partir da investigação lava-jato, cujo alvo central era membros do Partido dos Trabalhadores.

A defesa de Francisco de Oliveira (2010), no debate sobre a hegemonia às avessas, sintetiza as experiências petistas a partir de movimentos singulares. A percepção de Oliveira

15 Boitto, argumenta a existência de duas burguesias. Uma de caráter financeiro e outra associada ao imperialismo. *Reforma e crise política no Brasil:* os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo; Campinas: Unesp; Unicamp, 2018.

(2010, p.373) é a de que Lula radicalizou no descumprimento de um mandato que lhe foi conferido para reverter o desastre de FHC. É nesse contexto que opera a "hegemonia às avessas".

No que o autor se refere à era Lula, quando o debate econômico se estabelece, é de que sua taxa de crescimento médio, nos seis anos, é inferior à taxa histórica da economia brasileira:

> O crescimento tem se baseado numa volta à "vocação agrícola" do país, sustentado por exportações de ***commodities*** agropecuárias – o Brasil, um país de famintos, é hoje o maior exportador mundial de carne bovina – e de minério de ferro, graças às pesadas importações da China [...] (p. 373) As exportações voltaram a ser lideradas pelos bens primários, o que não acontecia desde 1978 (OLIVEIRA, 2010, p. 373).

O autor dirá, também, que a diminuição da pobreza e da desigualdade, baseada no bolsa família, é contraditória, pelo fato de que o pagamento do serviço da dívida, gira em torno de 200 bilhões de reais por ano, contra uma oscilação entre 10 e 15 bilhões de reais por ano do bolsa família. Outro processo denunciado por Oliveira (2010, p.374) se dá partir de um estudo da FGV, que dirá:

> A fundação Getúlio Vargas divulgou, no fim de setembro, uma pesquisa que prova que a classe que mais cresceu proporcionalmente de 2003 a 2008, não foi a C nem a D. Foi, isso sim, as classes A e B, que têm renda familiar acima de 4.807 reais – e o dado não leva em conta a valorização da propriedade, ações e investimentos financeiros.

A tese de hegemonia às avessas, explica Oliveira, é a de que o dominado conduz a política em benefício do dominador. O argumento do autor de que o PT se propôs a gerenciar o capitalismo em sua face financeira e, esse movimento é marcado pelo atraso, sobretudo por que nega as reivindicações centrais da classe trabalhadora. Além da crítica à política do culto à personalidade, Oliveira é contundente ao afirmar que o lulismo não aponta nenhuma novidade do ponto de vista das classes. Para o autor, as experiências petistas foram marcadas por uma elevação econômica que permitiu que determinados estratos da sociedade tivessem acesso a bens e serviços.

Armando Boitto Junior (2018) defende a tese de que há, nesse cenário, uma disputa interna na burguesia brasileira, ao qual ele denominará da "burguesia vinculado ao setor da infraestrutura e dos estaleiros navais" e outra financeira. Conforme exposição de Laura Carvalho (2018), o marco neodesenvolvimentista exerce protagonismo nos anos iniciais dos governos petistas, enquanto o campo neoliberal, vinculado ao rentismo, ficará de lado.

A ofensiva neoliberal toma força a partir de três movimentos. Boitto Junior (2018) argumenta que a atuação da classe média nas manifestações políticas propiciou as condições para esse fenômeno, na medida em que se torna força social militante, outro fato levantado pelo autor é o processo de desagregação de uma burguesa interna associada a frente neodesenvolvimentista e, por último, o fenômeno político do recuo do governo Dilma

frente à ofensiva desse setor que, em última instância, retroalimentou a crise da frente neodesenvolvimentista.

No desenvolvimento de sua análise, o autor nos apresenta elementos importantes desse conflito intraclasse, a partir da contribuição de Poulantzas (1980)x e seu debate sobre blocos no poder. A tese do autor é a de uma ascensão da política econômica que favorecia uma burguesia interna de neodesenvolvimentista na periferia do capital.

A contradição se estabelece, nesse momento, no fato de que a burguesia interna brasileira, mesmo favorecida com a matriz econômica estabelecida por Lula, não constitui hegemonia no interior desse bloco de poder. Os movimentos internos dessas duas frações da burguesia são fundamentais para compreendermos seus papéis e o desembocar da crise econômica.

2.1 É possível caracterizar as experiências Petistas como eventos Sociais-Democratas?

Ancorados na reflexão de Melo 2017 sobre a contribuição de Meszáros acerca da crítica ao reformismo da social-democracia ocidental, pontuaremos nesse tópico a crítica realizada pelo autor, a partir das organizações partidárias no ocidente e sua relação com a economia.

Nas considerações anteriores destacamos que a base material que veio garantir a inclinação da social-democracia em tendência reformista do capital se deu em função da expansão global do capitalismo, logo, com a partilha posta pela dinâmica imperialista, a relação entre os países deu-se em função da exportação de capitais, esse fenômeno, por exemplo, permitiu as classes dominantes dos países do centro do capitalismo estabelecerem um Estado de bem-estar social, subordinando, assim, as classes trabalhadoras dos países periféricos do capital, com maior ênfase na América latina, à condição de superexploração da força de trabalho, para recompor as margens de lucro, a partir de uma série de concessões realizadas para efetivar o Estado de bem-estar social. Acerca desse processo, Florestan Fernandes (1987), destaca:

> Dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica. (FERNANDES, 1987, p. 223)

Ou seja, na forma de ser/estar do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, se observa esse caráter associado e dependente das classes dominantes. Em se tratando da esfera política, a forma de atuação de partidos políticos se dá através do parlamento, nesse sentido, Meszáros, tratará sobre as impossibilidades de reversão do quadro de exploração pela qual as classes trabalhadoras são subordinadas. Quando destacamos

no debate que a social-democracia se distinguiu de uma abordagem revolucionária por compreender que o espaço de atuação e transformação é a via parlamentar, este dado passa a singularizar a atuação política das tendências sociais-democratas.

Na revisão da literatura destacamos que a estratégia política central da social-democracia ocidental se dá através do parlamento, mesmo ainda em 1870, no recorte de separação do movimento em braço sindical e braço político, ainda se tinha, ao menos no horizonte, uma ruptura com a estrutura social dominante, no entanto, as tendências sociais-democratas foram se resumindo a agentes de pequenas formas econômicas no estado burguês, sem, efetivamente, atacar a contradição fundamental do sistema: a produção da riqueza dá-se de forma social e a apropriação desta se dá de forma individual.

Sobre o a relação capital x trabalho, e a ocupação do espaço do poder, Melo (2007. p.98) enfatiza que esta *"é uma determinação objetiva que inviabiliza por completo a proposta social-democrata reformista de realizar uma reforma estrutural na ordem social estabelecida."*

Desta noção se extrai a concepção de que capital e trabalho não ocupam, no âmbito do poder o mesmo espaço, sendo, portanto, inviável a conciliação dos dois polos antagônicos da sociedade, em sendo o parlamento o espaço de "luta igual", de enfrentamento democrático, quando analisados para além da aparência, percebe-se aquilo que Meszáros destaca:

> As limitadas disputas no parlamento, estritamente reguladas por instrumentos e instituições da "violência legítima" que se apoiam na estrutura global de comando político do capital, não podem ser um enfrentamento contra o capital, mas entre alguns dos seus componentes mais ou menos diferenciados. (MESZÁROS, 2002, p. 836)

Nesse sentido, na concepção do autor, a disputa colocada no âmbito do parlamento, legitimada pelas constituições e pelas regras do jogo, em última instância, aprofundam o fosso existente entre os polos antagônicos da sociedade, o que não significa, como reivindicam tendências antidemocráticas a defesa do fim do parlamento, mas, a impossibilidade de se avançar, efetivamente, em conquistas para os trabalhadores, que são, quantitativamente, minoritários nesses espaços.

Ainda para o autor, o baixo índice de parlamentares vinculados as classes trabalhadoras não são fenômenos espontâneos, mas partes constitutivas da disputa política e ideológica instauradas no cerne das sociedades burguesas, mesmo que para isso, aqueles críticos mais radicais com o sistema, estejam distantes de ocupar cargos de representação. Meszáros explica que o processo de reprodução não necessita da representação parlamentar para assegurar o domínio na sociedade, por isso:

> As relações de poder material existentes - incorrigivelmente iníquas - tornam a representação do trabalho vazia (como representação parlamentar estritamente política da classe materialmente subordinada do trabalho) ou autocontraditória (em termos tanto da representação eleitoral do trabalho

> isolado, como da "participação democrática" do radical antagonista estrutural do capital, que, apesar de tudo, está alegremente predisposto a aceitar as migalhas das acomodações marginais reformistas). Nenhuma reforma política nos parâmetros do sistema existente permitiria sonhar em alterar essas relações de poder material. (MESZÁROS, 2002. p.854)

Ainda Por fim, a crítica marxista a social-democracia está em sua modificação estratégica a partir de 1870, quando adota o reformismo como tática de enfrentamento a ordem do capital, observando no parlamento o espaço para alçar os desejos, necessidades e ímpetos da classe trabalhadora.

A análise realizada por nós nesse tópico buscou, a partir da contribuição de Melo (2017) e Meszáros (2002) apontar, a partir do campo epistemológico vinculado a ontologia do ser social, as determinações e limites da social-democracia, destacando, como dado essencial, a alteração da tática e da estratégia desse setor no âmbito dos programas dos Partidos.

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme constatamos há muitos limites e dificuldades para se entender a construção de um modelo social-democrata em um país na periferia do sistema capitalista, uma vez que, nesta área do planeta, as políticas e os direitos sociais encontraram duros limites à suas implantações ao longo do século XX. A suavização da esfera da acumulação capitalista através de doses de equidade pode ser mais bem pensada no período posterior a 1930, antes deste momento a política oligárquica aninhada no poder desde a fundação do Império (1822-1889) se estabeleceu como um grande impedimento aos direitos de liberdade, de opinião, de reunião, de associação e entre outros.

Em países periféricos como o Brasil, o capitalismo não foi capaz de gerar um equilíbrio entre igualdade e emprego, por que em suas práticas as prioridades sempre foram dadas a acumulação capitalista. Por aqui, o desenvolvimento do capital coabitou, historicamente, com a exclusão social e a concentração de renda, e de formas variadas a "luta democrática de classes" foi obstaculizada pela intervenção do Estado, mediador e fiador de um projeto no qual o bem-estar social seria uma consequência do desenvolvimento e progresso da nação.

As condições ofertadas para a política neodesenvolvimentista empreendidas a partir das experiências nos governos petistas guardam, como particularidade histórica, o único modelo de crescimento permitido pelas potências do centro do capital. Na medida em que pode ser caracterizado a partir de taxas de crescimento inferiores e por uma menor capacidade de distribuição de renda quando comparadas ao desenvolvimentismo original.

Não podemos nos desassociar deste contexto se pretendemos entender a proposta de social-democracia construída pelo PSDB em seus anos de fundação. Em um cenário de falência do socialismo real, crise e estagnação da social-democracia e expansão

do pensamento neoliberal, o partido precisou ajustar seu modelo a um discurso mais centrista próximo ao ideário da Terceira Via europeia. Não podemos descartar também os antecedentes históricos nacionais, aqui no Brasil, o novo liberalismo se interpôs ao projeto desenvolvimentista que transformou o Estado no grande responsável pela superação do subdesenvolvimento, mas acumulou muitos malefícios temporalmente, isto aliado a necessidade de superação dos antigos pactos sociais fizeram da proposta de social-democracia do PSDB uma alternativa mais moderada, democrática e liberal para a superação dos desafios do processo de redemocratização.

Essa particularidade, em nossa análise, ancora-se no caráter das forças produtivas locais, ou seja, expansão da atividade agrícola, por intermédio do agronegócio e a baixa densidade tecnológica de aparato industrial. A opção do governo por esse modelo de desenvolvimento, em nosso entendimento, reforça o caráter dependente do capitalismo brasileiro, mesmo em que pese o "desinteresse" com relação à agenda da burguesia interna, cujo desejo é a de expansão do imperialismo, com a subordinação do estado ao capital estrangeiro.

Nesse sentido é possível, com base na caracterização de Meszaros e a tradição do pensamento social vinculado ao materialismo histórico-dialético, em nosso entendimento, associar a matriz econômica adotada nas experiências dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de um aspecto social-democrata.

REFERÊNCIAS

BOITTO JR., Armando. Estado e Burguesia no Capitalismo neoliberal. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007

BOITTO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. Miolo Rev. Critica Marxista, indd 155, 2015

BOITTO JR., Armando. Lava-Jato, Classe Média e Burocracia de Estado. Revista Princípios, 143, maio, junho, julho de 2016. p. 29-34.

BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo; Campinas: Unesp; Unicamp, 2018.

BOITTO JR. Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. Miolo Rev. Critica Marxista, 2020.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. Plano Fernando Henrique Cardoso: exposição de motivos no. 395. Revista de Política Econômica, v.14, no.2, abril/jun, 1994, p.114-131.

CARDOSO Fernando Henrique. Mãos a Obra: proposta de governo. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2008

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995

BRASIL. A Utopia Viável: uma trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, 1995

FERNANDES, Florestan. Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente. In: A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio da Interpretação Sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MELO, Edivânia Francisca de. Mészaros e a crítica ao reformismo da social-democracia ocidental. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.163. 2017.

MÉSZAROS, I. O Poder da Ideologia. São Paulo, Boitempo, 2004.

MÉSZAROS, I. Para Além do Capital: rumo a teoria da transição. São Paulo, Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: RIZEK, Cibele Saliba; DE OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira, (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980

ADRIANA VAREJÃO: REPRESENTAÇÃO, DIÁLOGOS E SÍMBOLO NAS ARTES PLÁSTICAS

Data de aceite: 02/06/2023

Marcia Costa

Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira

RESUMO: A pesquisa analisa os símbolos como forma de expressão, não só artística, mas de maneira sociocultural, quebrando paradigmas quando se refere a representação da figura feminina por meio da obra *Sereias Bêbadas,* na série *Pratos,* de Adriana Varejão. Para tanto, toma como suporte teórico os Estudos Culturais com Stuart Hall (2003) e Escosteguy (2010), Peirce para a leitura semiótica e as referências sobre as obras de Schwarcz e Varejão (2014), entre outros, fazendo uso de pesquisa bibliográfica, pautada no método hermenêutico com o intuito de verificar como os símbolos presentes nos pratos transmitem mensagens que tratam de memória, história e cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Culturais. Símbolos. Adriana Varejão.

THE VOICE (AND THE TURN) OF ADRIANA VAREJÃO IN THE VISUAL ARTS

ABSTRACT:. The present research deals with symbols as a form of expression, not only artistically, but in a sociocultural way, breaking paradigms when referring to the representation of the female figure through the work Sereias Bébadas, in the series Pratos, by Adriana Varejão. For that, it takes as a theoretical support the Cultural Studies with Stuart Hall (2003) and Escosteguy (2010), Peirce for the semiotic reading and the references on the works of Schwarcz and Varejão (2014), among others, making use of bibliographical research, based on the hermeneutic method in order to verify how the symbols present in the dishes transmit messages that deal with memory, history and culture.

KEYWORDS: Cultural Studies. Symbols. Adriana Varejão.

INTRODUÇÃO

A sociedade se constitui por uma cadeia de fenômenos cheios de significados, que vão sendo construídos diariamente de acordo com a diversidade

de informações que são percebidas e interpretadas por cada indivíduo. Gilbert Durand (1993, p. 55) afirma que o homem é um animal simbólico e explica: “As coisas só existem pela “figura” que o pensamento objetificante lhes dá, são eminentemente “símbolos” dado que só se aguenta na coerência da percepção, da concepção, do juízo ou do raciocínio, pelo sentido que os impregna”, tendo em vista que muito do que consumimos em termo de informação, ocorre intermediado pela cultura visual – televisão, internet, cinema, etc., as imagens passam a transmitir muitas mensagens e a transformar pensamentos e interferir, ainda que inconscientemente, na construção do sujeito.

“Com a extensão do significado de cultura de textos e representações para práticas vividas, considera-se em foco toda produção de sentido” (ESCOTEGUY, 1998, p.90) e com o desenvolvimento dos Estudos Culturais, passaram-se a privilegiar pesquisas que tinham como enfoque temas populares, ou seja, o foco não era mais na alta burguesia, e sim na sociedade como um todo.

> Os Estudos Culturais nascem de uma recusa do legitimismo, das hierarquias acadêmicas dos objetos nobres e ignóbeis. Eles se fixam sobre a aparente banalidade da publicidade, dos programas de entretenimento, das modas vestimentares. O próprio estudo do mundo popular atinge infinitamente menos as figuras heroicas dos dirigentes do que a sociabilidade cotidiana dos grupos, os pormenores de decoração, as práticas e os costumes (ARMAND MATTELART e ÉRIK NEVEU, 2004, p.72).

O início dos Estudos Culturais ocorreu pela implantação do CCCS - *Center for Contemporary Cultural Studies*, um centro de pesquisas de pós-graduação, na Universidade de Birmingham, na Inglaterra. O CCCS foi um caldeirão de cultura de importações teóricas, de trabalhos inovadores com objetos julgados, até então, indignos dos trabalhos acadêmicos. Parte da diretoria do Centro Cultural formou pesquisadores com preocupações e referências heterogêneas e que confrontaram em canteiros partilhados, por exemplo, do marxismo althusseriano à semiologia. “Os estudos culturais não configuram uma ‘disciplina’, mas uma área onde diferentes disciplinas interatuam, visando o estudo de aspectos culturais da sociedade” (HALL apud ESCOSTEGUY, 1998, p.88). O que os une é uma abordagem que insiste em afirmar que através da análise da cultura de uma sociedade – as formas textuais e as práticas documentadas de uma cultura – é possível reconstituir o comportamento padronizado e as constelações de ideias compartilhadas pelos homens e mulheres que produzem e consomem os textos e as práticas culturais daquela sociedade. É uma perspectiva que enfatiza a “atividade humana”, a produção ativa da cultura, ao invés de seu consumo passivo (STOREY apud ESCOSTERGUY, 2010, p.32).

Os Estudos Culturais construíram, então, um espaço que permitiu a inclusão de temáticas, objetos e vozes que nas perspectivas mais clássicas das ciências sociais foram pouco teorizados, visibilizados e por vezes, resistidos. “A cultura é a soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido refletem suas experiências comuns” (HALL, 2003, p.135). Bem como, houve uma quebra de paradigmas, uma nova proposta

de se olhar a produção cultural, dando abertura às vozes caladas e transformando a maneira como se encara arte e toda e qualquer produção artística, seja na música, nas letras, na arquitetura. É a abertura de espaço para o que não era visto, ou se era, passava despercebido por não ser considerado digno de apreciação.

Nesse cenário emergem estudos que se voltam para classes marginalizadas, voltando seus olhares para fora da academia e verificando que, além de consumir o que é produzido como arte e cultura, a maioria da sociedade também produz o que toma para si como desenvolvimento cultural. Segundo Stuart Hal (2003), o que importa são as rupturas significativas— em que velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas. Essa multidisciplinariedade oferece uma abertura para explorar em diferentes vertentes, em suas pesquisas. Assim o texto literário ou as obras de artes, por exemplo, podem traçar uma reflexão, e, consequentemente, produzir conhecimento sobre a própria textualidade.

Varejão é uma artista plástica contemporâneas brasileira, nasceu no Rio de Janeiro em novembro de 1964. No Brasil, as suas peças mais famosas estão expostas no Centro Inhotim de Arte Contemporânea. Segundo Gemin,

> a artista não faz uma pintura sob uma ótica convencional, suas características são mais escultóricas, mas o ponto de vista é quase sempre frontal como na pintura, porém, a espessura sugere que se pode escavar, 'cavocar' as paredes, arrancar os azulejos para descobrir suas entranhas, para ver pulsar o seu corpo (GEMIN, 2008, p. 156).

A composição da arte de Adriana se desloca e ganha força como se deslizasse semanticamente, segundo Santiago (2009, p.77):

> Adriana oferece ao espectador um leque de sentimentos e de sentidos. Mas a escolha de um sentimento ou sentido final não e a melhor forma de apreciar o todo duma imagem compósita, ou o conjunto de sua obra, já que o esforço unívoco do observador empalidece outros elementos ***significantes*** do objeto, que ficam a reclamar o lugar ao sol da atenção. Submetidos a escrutínio-contemplativo ou crítico, propiciado ou não pelo repertório pessoal de cada espectador-, os elementos pictóricos recalcados pelo sentimento ou sentido final se agigantam e denunciam a uniformidade enganosa, emprestada pelo espectador à imagem compósita.

CONSTRUINDO PRATOS, QUEBRANDO PARADIGMAS

História, memória e cultura misturam-se nas obras de Adriana Varejão. Cheia de referências de outros povos, como portugueses e chineses, as peças de Adriana são retrato de muito estudo, viagens e pensamento crítico. Há um mistério em cada uma de suas telas, fotografias, esculturas ou instalações, fazendo com que o espectador mergulhe em um mundo de incógnitas e vá além do objeto em questão. Seja retratando o colonialismo, seja

usando tecnologia 3D, Adriana transcende o que conhecemos por arte, pois consegue transmitir mensagens diversificadas em cada uma de suas peças.

Influenciada pelo Barroco, a artista buscou inspiração na azulejaria portuguesa e mineira para grande parte de suas obras, como *Proposta para uma catequese* e *Figuras de Convite*. As muitas leituras feitas pela artista servem para que ela transponha para as obras diversas narrativas, transformando assim, textos em artes visuais.

> Sonhos criam novos sonhos; imagens produzem outras imagens; livros retirados das prateleiras resultam em pinturas inesperadas; referências são apresentadas sob novas formas; passagens da literatura e do cinema ganham dimensão original; cenas de viagens antigas retornam transfiguradas; desenhos ensejam mais desenhos. Aí estão peças comuns e ao mesmo tempo únicas, que dão lugar a essa cartografia da arte, empreendida por meio de acomodações, releituras e verdadeiras revoluções, o resultado é um mapa feito a partir de várias camadas (SCHWARCZ e VAREJÃO, 2014, p.39).

A série *Pratos*, composta por 12 obras de 1,5m x 25 cm 25 cm de profundidade (a maioria), com design tridimensional, carrega traços de diversos artistas. Tudo teve início quando um amigo presenteou Adriana com um catálogo da Coleção José Berardo, que traz as obras do ceramista português Rafael Augusto Prostes Bordalo Pinheiro (Lisboa, 21 de março de 1846 – 23 de janeiro de 1905). A artista se encantou com a peça *Jarra Beethoven*, com 2,30 m de altura, tamanho que fez com que o comprador desistisse da mesma. Bordalo era conhecido por ultrapassar limites. Hoje, a peça encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Bordalo sempre foi muito autêntico e atuou como jornalista, professor, foi um grande polemista, e grande ceramista, foi exatamente isso que despertou o interesse de varejão: as cerâmicas.

Em 1884, Bordalo foi trabalhar como chefe do setor artístico da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, onde se produziam telhas, tijolos e louças no terreno de 80 mil metros quadrados, ficou encarregado da concepção de arquitetura, bem como do novo projeto artístico das futuras peças. Muito criativo fez com que seu nome ficasse ligado ao empreendimento e suas faianças passaram a ser reconhecidas internacionalmente em diversos eventos, representando seu país, Portugal. Com formatos originais, não industrializados em série, transformou as peças em objetos únicos, seu trabalho era intenso e criativo, aliando a imaginação, a fantasia e irreverência com conhecimento gráfico e técnico.

> Mais do que pratos, Bordalo fazia verdadeiros objetos escultóricos, uma vez que peças de comida literalmente saltavam das baixelas. Camarões, cogumelos, figos, conchas, crustáceos, aspargos, peixes ganhavam vida e dimensão; pratos e objetos viravam peças inesperadas ou transformavam-se em objeto de decoração. Há aqui um paradoxo entre função e uso, pois dificilmente seria possível comer em baixelas como essas, com um camarão tridimensional ocupando o lugar do próprio alimento [...] o alimento se transforma em alimento figurado (SCHWARCZ; VAREJÃO, 2014, p.262).

Em suas cerâmicas, Bordalo utiliza-se inicialmente de elementos naturalistas, com vegetais como flores, folhas, ramos, frutos e algas, dispostos em cuidadosa harmonia, ou animais, como peixes e crustáceos, indo até partes dos bichos, como caudas, barbatanas e asas, motivos que resgatam a vida cotidiana e rural, pensando em artesanatos e hortícolas. Nota-se a forte tendência de Bordalo transpor para suas peças o laço com sua nacionalidade, enaltecendo o folclore e a cultura local.

Assim como Adriana Varejão, Bordalo dedicou-se a várias artes decorativas, levando sempre em conta a modernidade, assume a estética como modo de vida, aliando seu talento como ilustrador, esboça graficamente as peças, sendo então o pioneiro na abordagem técnica da cerâmica, contribuiu para a inserção do *design* na cerâmica portuguesa.

Foi pesquisando a obra de Bordalo que Adriana chegou a outro artista que precede temporariamente seu trabalho, o ceramista francês Bernard Palissy. Nascido no sul da França em meados de 1510 dedicou a vida as "cerâmicas perfeitas", que de tão perfeitas, à semelhança do projeto renascentista, seriam colocadas no lugar da própria realidade. O artista transformou os pratos da família, com anfíbios, conchas, peixes, insetos, etc., em réplicas de tamanho real, se mantendo fiel a essa arte por mais de quarenta anos.

Até o século XVIII, seu trabalho como naturalista e ceramista foi pouco reconhecido, até que virou uma espécie de coqueluche sendo exposto e colecionado pela realeza. A partir do século XVX, teve exposição em museus da Europa. O artesão que tentou "imitar a porcelana chinesa" morreu em 1589.

> É possível dizer que, mais uma vez, o diálogo entre culturas se fazia por meio da cerâmica. Se ambos os ceramistas voltavam-se para os exímios mestres chineses, em busca da perfeição, agora começavam a recorrer a diferentes combinações e a um jogo com as próprias convenções dessa já longínqua história da porcelana. Da mesma maneira – e se jogarmos a bola para nossa artista – é fácil notar como o estudo dos pratos e faianças, bem como a releitura dos mesmos, também não é novidade para Varejão ((SCHWARCZ; VAREJÃO, 2014, p.263).

Pratos e Baixelas já faziam parte da obra de Varejão, como em "Carne à la *Taunay"* que utiliza pratos, porém estava na hora de coloca-los no centro das atenções. Usados no lugar das telas tradicionais, os enormes pratos são tridimensionais, com elementos que saltam deles, como frutas e conchas, mas há uma particularidade em Adriana que não se viu em Bordalo ou Palissy, a pintura de corpos, figuras humanas. E traz, ainda, como referência histórica, as *ama divers* "mulheres pesqueiras que em certas ilhas do Japão, e em alguns cantos da Coreia, saem de casa, há mais de 2 mil anos, para conseguir provento da aldeia no mar" (SCHWARCZ; VAREJÃO, 2014, p.265).

As amas divers, tradicionalmente, faziam seus mergulhos para a captura de pérolas, chamadas de *amas*. Era e continua a ser uma profissão somente de mulheres, por isso a palavra *amas* passou a significar "mulher do mar". Até hoje, essas mulheres mergulham em aguas profundas sem ajuda de aparelhos de ar, em algumas regiões não fazem uso sequer

de roupas, em busca de abalones, ou outras iguarias, que são separadas e vendidas em mercados locais. Durante seus mergulhos coletam todo tipo de frutos do mar, o que garante alimento à sua família.

> Moças, senhoras e idosas realizam a atividade, mas são as mais velhas, a partir de setenta anos, que tem mantido a tradição viva, sobretudo num Japão cada vez mais moderno, sexista e ocidentalizado [...] Se a faixa etária tem variado, o sexo não: são sempre mulheres ao mar (SCHWARCZ; VAREJÃO, 2014, p.265)

Diz-se que o trabalho é feito por mulheres pela quantidade de gordura ideal em seus corpos, mantendo assim a temperatura. Essa é uma daquelas "declarações científicas" que a sociedade adora repetir. Elas vestem aventais brancos amarrados ao corpo, por ser a cor da sorte e afastar os tubarões. Ah então, um misto de ciência e fantasia nessa narrativa.

Ainda hoje, entre março e setembro, esta prática é desenvolvida, duas vezes ao dia, porém as mais velhas temem pelo futuro, pois acreditam que essa tradição não irá se manter. Entretanto as *amas* das fantasias, devem permanecer vivas, na mitologia local são quase sereias e adicionam a essa tradição diversas lendas. Nas narrativas atuais, nas aquarelas e filmes essas figuras são rodeadas de mistério. "Nesse caso elas são retratadas lindas, com corpos esculturais, e parecem resistir a realidade; na imaginação são sempre novas, com cabelos longos e pernas de sereia" (SCHWARCZ; VAREJÃO, 2014, p.267).

> A série *Pratos* dialoga, pois, e de perto, com nossos dois ceramistas, assim como com as *amas*, descobertas por Adriana numa pesquisa sobre sereias. No entanto, e mais uma vez, a obra se comporta como duplo, como paródia, uma vez que funda novas materialidades e processo criativo. Frutas estão presentes nesses pratos, mas comportam pequenas alterações. Os figos são mais erotizados-estão sempre abertos-, enquanto que os de Bordalo aparecem, com frequência, fechados. Igualmente sensuais são as jabuticabas estouradas, ou mesmo as amas, tratadas como sereias. O resultado é, pois, novamente mesclado e híbrido (SCHWARCZ; VAREJÃO, 2014, p.267).

São incontáveis as referências que esses pratos carregam, porém uma não pode deixar de ser citada: a *Druken Mermaid* de Marlene Dumas. Dumas trabalha com densidade psicológica as suas figuras humanas. Desfigura personagens para fazer denúncia à discriminação, ou criticar diferenças sociais como raça, sexo, classe, idade e os que são colocados em exclusão. "Sua *sereia bêbada* representa um condensado das características fortes de sua obra: cores intensas, posições insinuantes, traços torturados" (SCHWARCZ; VAREJÃO, 2014, p.267). Exatamente como as sereias de Varejão, cheias de atravessamentos, trechos de filmes, textos, imagens, tudo relido e (re)transformado.

"Os pratos são pintados na frente e também no verso, com padronagens de origens distintas: ming, song, marajoara, catalã [...] há espaço também para as narrativas particulares, interiores, e para reflexões atemporais" (Galeria Fortes Vilaça, 2009). Temos nos pratos diversos enredos, fatores históricos e culturais, além de tratar de memórias míticas e sociais.

> Os grandes ***Pratos*** retomam a convulsão marítima, recorrente da poética de Adriana, agora não como malha, nem como movimento, mas como o espaço fértil de criação-recri(e)ação-sofrimento. O mar convulso das figuras derretidas ou deformadas de suas telas barrocas- em sombras e transparências que se afogam em ondas de cores, manchas e mofos aquosos [...] um grande mar em que o canto (das sereias?) provoca maremoto. O maremoto dos azulejos de Adriana esconde sereias que nos Pratos surgem em explícitas figuras; loucas; bêbadas, lindas, retorcidas (VAREJÃO, 2009, p.42).

A regra de admissão à sua linguagem pictórica diz que o movimento dos olhos e da sensibilidade do espectador é o de vai e vem, semelhante ao da porta de saloon dos filmes de faroeste. Fechada, se abre e, aberta, se fecha. Semelhante ainda, a embarcação que, desde os grandes descobrimentos marítimos, desliza em ida e volta pelos planisférios renascentistas e barrocos. "Sem ser ribeirinha, ou seja, sem se afirmar como só brasileira, Adriana Varejão é a dobradiça cosmopolita que mantém a porta em vai e vem, ou a caravela em viagem de ida e volta, no lugar que lhes é próprio, que é o seu próprio nas artes plásticas" (SANTIAGO apud VAREJÃO, 2009, p. 73-74).



Sereias Bêbadas, 2009 – Adriana Varejão

Fonte: http://www.adrianavarejao.net/br/imagens/categoria/10/obras

Por muito tempo, as mulheres viveram uma forma de submissão aos homens, sendo tratadas como donas de casa e tinham como um dos principais papéis a reprodução. Seus corpos eram utilizados para procriar ou para dar prazer aos homens. E, ainda, respondiam somente ao pai ou ao marido, sem poder manifestar suas ideias, apenas concordando com o que lhe propunham. Com o passar dos anos e a chegada do feminismo, passaram a ocupar postos de trabalho e também ter subjetividade, passando a ser mais autônomas em relação, não só ao seu corpo, mas em todas as atitudes vivenciadas no dia a dia, e assim representando-se histórica e culturalmente.

> Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressaltar a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou

> gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver (SARTI, 2004, p.36),

Há na obra de Adriana Varejão exatamente essa quebra de paradigmas, colocando o corpo feminino em evidência de maneira lúdica, já que remete ao mito da sereia, que exercia o poder sobre os homens através de seu canto. Há a identificação da genitália feminina através dos figos que compõem a arte, estando relacionados à fecundidade. “Cheios de uma infinidade de sementes, os figos são um símbolo da fecundidade, sendo utilizado em oferendas... oferendas essa que da qual pode compartilhar o viajante necessitado, porque ela é a dádiva do invisível” (Jean Servier apud Jean Chevalier, 2015, p.428). Aqui podemos fazer referência ao uso da sedução própria das mulheres para atrair sua presa e a tornar em um viajante invisível, como fazem as sereias.

Os figos, por estarem soltos nos tratos, mesmo fazendo alusão ao órgão sexual feminino, trata, pois, da liberdade de escolha em relação ao ato. A mulher não está presa ao seu órgão podendo então tomar qualquer atitude sem parecer vulgar ou ser julgada como objeto sexual, como foi por muito tempo.

Segundo Chevalier (2015), as conchas, que também compõem o prato, são igualmente símbolo de fecundidade, lembrando também o órgão sexual feminino. Afrodite saída da concha nasceu de uma pérola, sendo então denominada a deusa do amor e da beleza, como as sereias. As conchas também estão ligadas a prosperidade e a sorte. Nesse caso os marinheiros que se deixam levar, perdem tanto uma quanto a outra.

> A emergência do movimento feminista, no final da década de 1960, produziu novos modos de representação do feminino no campo da arte, desencadeando, assim, a necessidade de questionamentos sobre a formação da identidade de gêneros e suas respectivas “funções” dentro da sociedade ocidental. No âmbito artístico, o gênero loca-se no processo de questionamento da grande presença de nomes masculinos na História da Arte, no mercado de arte, e na inserção midiática das recentes temáticas contemporâneas, ou seja, as poéticas intimistas, sexuais e subjetivas (TEIXEIRA, 2020, p.11).

Quando falamos em cores, a luz que incide sobre a superfície faz com que haja alteração de significados e objetivos para o uso dessa cor. A cor é usada para entrevermos o objeto que nela se manifesta, não sendo sua própria maneira de manifestação. Para Chevalier (2015) o azul é a mais profunda e imaterial das cores, remete ao vazio das águas, é também o caminho do infinito, transformando o real em imaginário, como o mito das sereias.

Adriana Varejão mostra com sua obra que a mulher pode alcançar espaço, em todas as áreas, inclusive em galerias de arte, dando significado aos movimentos feministas quebrando paradigmas impostos e ainda enraizados em pleno século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oportunidade lançada pelos estudos culturais para a explosão cultural vinda de grupos, antes marginalizados, trouxe à tona, dizeres e saberes que antes não eram vistos. Nascem então, não só criações literárias, mas uma gama de novas formas artísticas que dão visibilidade a temas não considerados relevantes: luta de classes, gêneros, raças, etc. Uma enxurrada de imagens começa a ser produzida e utilizada como gritos de resistências. As galerias de artes, até então pertencentes às elites, passam a receber novas ideias, novos recortes de expressões artísticas. Seja para fazer crítica, seja para levantar bandeira, muitos artistas encontraram nas artes visuais a maneira de transmitir seu recado.

Adriana Varejão vem na leva da arte moderna, representando momentos históricos, em muitas de suas artes, mas também, fazendo rupturas ao que sempre foi aceito e nem por isso é o correto. Ao tratar de gênero, ela trabalha as mulheres de uma maneira solta, clara, e poética, dando novas leituras ao que os homens propuseram e a sociedade aceitou. Na série *Pratos,* todas as obras vêm por essa vertente, quebrando paradigmas. Em *Sereias Bêbadas,* há o tom irônico em relação aos homens sempre estarem bêbados, e usarem isso como desculpa em diversos casos de assédios, e há ainda a virada do jogo, quando elas tomam as rédeas da situação. Mesmo que digam que as mulheres não têm voz, (aqui as sereias ecoam cantos), ainda assim, elas conseguem, à sua maneira, atingir seu objetivo e derrubar o inimigo ficando então, libertas.

REFERÊNCIAS

ADRIANA Varejão. **Galeria Fortes Vilaça.** 12 nov -19 dez 2009. Disponível em: https://fdag.com.br/exposicoes/9085/. Acesso: 21.03.2022.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário dos Smbolos:** (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). 28ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica** / Gilbert Durand; L' imagination symbolique. Presses Universitaires de France, 1964; tradução (da 6ª. Ed. Franc. – 1993): Carlos Aboim de Brito revista pelo Gabinete Técnico de Edições 70, lda – Lisboa – Portugal.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latinoamericana** – ed. on-line – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <https://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/cartografias-dos-estudos-culturais-uma-versc3a3o-latino-americana.pdf>. Acesso: 16.01.2017

GEMIN, Deborah Alice Bruel - mestranda em Artes Visuais – UDESC. **Nuno Ramos e Adriana Varejão a constituição do corpo pictórico ou a alegoria da pintura, 2008.** Disponível em: http://anpap.org.br/anais/2008/artigos/015.pdf. Acesso: 01.12.2022.

HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais.** Organização Liv Sovik. Belo Horizonte, Editora, UFMG, 2003

MATTELART, Armand e NEVEU Érik. Introdução aso Estudos Culturais. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

TEIXEIRA, Níncia C.R Borges. Sereias bêbadas:: metáforas corporificadas na obra de Adriana Varejão. **Communitas,** *[S. l.]*, v. 4, n. 8, p. 9–21, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/4405. Acesso em: 6 ago. 2021.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ref/a/QVNKzsbHFngG9MbWCFFPPCv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 01.02.2023.

SANTIAGO, Silvino. **A ficção contemporânea e visionária de Adriana Varejão**. In: VAREJÃO, Adriana. Entre carnes e mares. Editora Cobogó, Rio de Janeiro, 2009

SCHWARZ, Lilia Moritz. 1957; VAREJÃO, Adriana, 1964. **Pérola imperfeita: a história e as histórias na obra de Adriana Varejão**/Lilia Schwarcz, Adriana Varejão - 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2014. Il.; 26 cm.

VAREJÃO, Adriana. **Entre carnes e mares**. Editora Cobogó, Rio de Janeiro, 2009all

A LUTA PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS TRADICIONAIS: A UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO

Data de aceite: 02/06/2023

Márcia Cristina Moreira Paranhos
Mestranda do Programa de pós-graduação em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Advogada OAB/MG 220.377 - Graduada em Direito pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix - CEUMIH; Conciliadora do Juizado de Mediação e Justiça Arbitral do Brasil -ASPTCOMAB

Marcos Pereira da Silva
Graduando em Direito pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUNIH)

Carine Silva Diniz
Mestra em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2009), graduação em Direito - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Unidade Betim (2002), docente do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUNIH). Coordenadora do projeto de extensão

Sílvia Gabriel Teixeira
Doutoranda em Teoria do Direito pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito Internacional Público e Europeu pela Universidade de Coimbra. Bacharel em Direito pela PUC Minas. Docente do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUNIH)

RESUMO: Este artigo visa apresentar projeto de pesquisa e extensão desenvolvido pelo curso de Direito do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUMIH) denominado “Direito ao Desenvolvimento como Direitos Humanos das Comunidades Tradicionais: a proteção da propriedade intelectual da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais” que vem avaliando as necessidades da comunidade tradicionais como a comunidade quilombola Cachoeira dos Forros, no que diz respeito ao incentivo e à regularização da sua produção para comercialização de seus produtos. O objetivo do projeto é estudar a propriedade intelectual e promover ações para fomentar o desenvolvimento das comunidades tradicionais. Entre os resultados apresentados, foi estabelecida parceria entre o Governo do Estado, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais (EMATER) e a Prefeitura Municipal de Passa Tempo/MG para construção da padaria comunitária que produzirá alimentos para revenda em diversas frentes.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades tradicionais; desenvolvimento; propriedade intelectual.

1 | INTRODUÇÃO

A gestão da propriedade intelectual integra um conjunto de atividades que demandam expertise específica e, ocasionalmente, complexa. Levando essa premissa em consideração, foi proposto o projeto de pesquisa "Direito ao Desenvolvimento como Direitos Humanos das Comunidades Tradicionais: a proteção da propriedade intelectual da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais", com o intuito de inserir a academia na realidade das comunidades tradicionais[1], realizando a aproximação entre os diversos órgãos que permeiam o processo e a execução da legalidade da produção, distribuição e manejo das sementes e produtos provenientes destas comunidades, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e sua autossuficiência econômica.

Para fins de delimitação, o grupo de pesquisa elegeu a comunidade quilombola de Cachoeira dos Forros para ser objeto do trabalho deste projeto. Situada no Campo das Vertentes, região Oeste de Minas Gerais, e pertencente ao município de Passa Tempo/MG, a comunidade de Cachoeira dos Forros, atualmente, possui a certidão de atestado de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Palmares e processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), estando em processo de certificação de suas terras.

Há cerca de 92 famílias residindo no quilombo e a principal fonte de renda destas famílias, advém do cultivo de pequenas plantações como a cultura de pimentas, mandioca, feijão e diminutos pomares. Outra fonte de renda familiar é a produção caseira de quitandas e doces de frutas. Destaca-se, de igual forma, a produção de artesanato, em especial, das bonecas *Abayomi, que se trata do resgate cultura da ancestral da comunidade.*

2 | DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO DIREITOS HUMANOS

A proposta apresentada pelo curso de Direito do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix visa trabalhar com seu corpo discente a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especificamente, os objetivos 1, 2 e 8 que versam sobre a erradicação da pobreza e da fome, estabelecimento da segurança alimentar pela promoção da agricultura e o crescimento econômico sustentável, com a geração de trabalho decente para todos (ONU, 2015).

Nessa conjuntura, pretende-se realizar uma leitura interseccional do direito humano ao desenvolvimento e a sua promoção nas comunidades tradicionais, por meio da proteção

1 Partindo da definição legal, nos moldes estabelecidos pelo Decreto nº 6.040 de 07/02/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais pelo que se entende como comunidade tradicional como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (BRASIL, 2007).

dos direitos intelectuais pertinentes aos conhecimentos tradicionais e da biodiversidade. Imprescindível pontuar que não se pretende aqui adentrar nas questões habituais que envolvem as comunidades tradicionais que perpassam pela regularização fundiária de suas terras, licenças ambientais, reconhecimento e efetividade de direitos como valorização cultural, educação, saúde, o acesso à cidadania e problemas básicos de infraestrutura. O projeto visa cuidar das questões relacionadas ao desemprego e ausência de alternativas para a subsistência e geração de rendas nas comunidades tradicionais, além da perda das manifestações e referências culturais, tendo como base o direito ao desenvolvimento.

Tem-se que o direito ao desenvolvimento, na concepção moderna dos Direitos Humanos, está necessariamente atrelado aos direitos econômicos, sociais e culturais e tem como desígnio central a proteção de grupos vulneráveis. Nesse sentido, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento das Nações Unidas, adotada pela Resolução n. 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 04/12/1986, elegeu o direito ao conhecimento como direito humano de "toda pessoa e todos os povos" e que engloba o desenvolvimento econômico, social, cultural e político (art. 1º, §1[2]) (ONU, 1986).

A autora Flávia Piovesan (2010) destaca como sendo os seus princípios norteadores: a) o princípio da inclusão, igualdade e não discriminação; b) o princípio da *accountability* e da transparência; c) princípio da participação e do empoderamento (exercício dos direitos civis e políticos) e d) princípio da cooperação internacional.

Na legislação brasileira, o direito ao desenvolvimento está sedimentado no artigo 3, II e III que elegeu como objetivos fundamentais do Estado Democrático de Direito a garantia ao desenvolvimento, a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais. Já o artigo 4, II e III consagra como princípio a autodeterminação dos povos (BRASIL, 1988). Tem-se que a Carta Constitucional de 1988 ainda reconhece a multietnicidade e o pluralismo na sociedade brasileira, protegendo, assim, a cultura popular, indígena e afrobrasileira e demais grupos que participaram do processo civilizatório brasileiro (art. 215), garantindo a estas comunidades o direito à alteridade (BRASIL, 1988).

Conforme acentuado pelas autoras Márcia Rodrigues Bertoldi e Sandra Akemi Shimada Kishi (2010), ocorre uma mudança de paradigma no tratamento das comunidades tradicionais pela consagração da noção de integralismo desses povos com a cultura ocidental, desnaturando a visão de que tais comunidades estavam fadadas ao desaparecimento, em razão de falsa acepção de primitivo.

O artigo 2º da Lei 13.123/2015 que regulamenta Convenção sobre Diversidade Biológica considera as comunidades tradicionais:

2 Artigo 1º
§1. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, para ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.
§2. O direito humano ao desenvolvimento também implica a plena realização do direito dos povos à autodeterminação que inclui, sujeito às disposições relevantes de ambos os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício de seu direito inalienável à soberania plena sobre todas as sua riquezas e recursos naturais.

> Art. 2o Além dos conceitos e das definições constantes da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998, consideram-se para os fins desta Lei:
>
> (...)
>
> IV - comunidade tradicional - grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. (BRASIL, 2015)

Entende-se como povos ou comunidades tradicionais os indígenas, quilombolas, ciganos, circenses, caiçaras, ribeirinhos, pescadores, seringueiros e castanheiros da região amazônica, os coletores de berbigão de Santa Catarina, babaçueiras do Maranhão, canastreiros e geraizeiros de Minas Gerais e outras populações que, vivendo em coletividade, se diferenciam dos demais agrupamentos sociais que as circunscrevem, pela autodeterminação, reprodução de suas tradições e formas de criar e viver.

A autora Márcia Dieguez Leuzinger (2009) compreende que, para que a comunidade possa ser considerada tradicional para os fins legais, deve reunir em maior ou menor medida, características essências como a auto-identificação e identificação pela sociedade que os envolve como população diferente; práticas sustentáveis de exploração de recursos naturais e atividades de subsistência; reduzida acumulação de capital; ideia de pertencimento a determinado território e posse comum; gestão compartilhada de recursos; reprodução de crenças, mitos e práticas e transmissão intergeracional deste conhecimento.

Direitos mais específicos, todavia, foram estabelecidos a partir da ratificação do Brasil no ano de 2004 à Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os Povos Indígenas e Tribais e que define os direitos universais das populações tradicionais, entendidas como aquelas cujas condições sociais, econômicas, as distingam de outros segmentos da comunidade nacional.

Releva ressaltar que foi nesta Convenção que restou posto critério de autodeterminação ou autodefinição[3] desses grupos para serem reconhecidos como comunidades tradicionais (artigo 1º, 2). E, para além da proteção dos seus valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais, a Convenção também previu a efetiva participação da comunidade nas decisões que envolvam políticas e programas que lhes sejam concernentes. Já com relação ao processo de desenvolvimento, a comunidade deverá escolher as suas próprias prioridades, uma vez que esta escolha certamente causará impacto em seu modo de viver, na sua crença, nas suas instituições, bem-estar espiritual e nas terras que ocupam ou utilizam. (artigos 5º, 6º e 7º). Portanto, por forma da Convenção nº 169/89 é garantido às comunidades tradicionais que assumam o controle de

3 A previsão autodeterminação ou autodefinição dos povos tradicionais também está contida na Declaração de Viena, na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na Carta das Nações Unidas, no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

seu desenvolvimento econômico, social e cultural (OIT, 1989).

O direito ao desenvolvimento também se faz presente no Estatuto do Índio, em seu artigo 2°, III e IV que prevê que o Estado deverá proporcionar aos indígenas, que são livres para escolher o seu meio de vida e subsistência, recursos para promover o seu desenvolvimento (BRASIL, 1973).

Na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, há a previsão de que os indígenas têm direito de desenvolver todos os aspectos de seu patrimônio material e imaterial (ONU, 2007). Do mesmo modo, é a Declaração e Programa de Ação de Viena (ONU, 1993).

Tratar do direito ao desenvolvimento dos povos tradicionais significa, ademais dos diversos instrumentos e perspectivas previstos nas legislações específicas, valorizar o patrimônio e expressões culturais, os conhecimentos tradicionais, as manifestações das ciências, tecnologias e culturas das comunidades tradicionais. Do mesmo modo, devem ser aquilatados os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas (ONU, 2007).

A terra para as populações tradicionais tem sentido diferente da significação formal imposta a partir da colonização. Para além do direito de propriedade, é a terra[4] o *locus* de desenvolvimento social, cultural e econômico da comunidade. É lugar de manifestação de seus conhecimentos, práticas, vivências, inovações. Dessa feita, a terra não é tida como propriedade particular, mas sim, como bem de uso comum, existindo, ainda, o compartilhamento da gestão dos recursos naturais[5].

Do mesmo modo, a biodiversidade assume preponderante significação para as comunidades tradicionais, já que, na maioria dos casos, é a fonte de sustento direto destes povos. Tanto é verdade que a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) estabelece que este deverá ser preservado, em razão de sua importância intergeracional, incluindo a responsabilidade das comunidades tradicionais.

O conceito de “biodiversidade” ou “diversidade biológica’ foi estabelecido na Convenção de Diversidade Biológica, cujo texto foi assinado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de

4 Com relação às terras das comunidades tradicionais, é importante destacar que estas não são necessariamente rurais. Como exemplo, pode-se citar os quilombos e tribos indígenas urbanos. Na cidade de Belo Horizonte/MG, há três quilombos urbanos (afora aqueles que não foram certificados), sendo eles: o quilombo “Mangueiras”, cercado pelos bairros Aarão Reis e Ribeiro de Abreu; o quilombo de “Luízes”, localizado no bairro Grajaú e o quilombo “Manzo Ngunzo Kaiango”, no bairro Paraíso.

5 As comunidades tradicionais normalmente não têm a propriedade de suas terras, sendo esta uma das suas maiores reivindicações. No Estado de Minas Gerais, desde o edito constitucional que garantiu a propriedade das terras às comunidades remanescentes de quilombos, somente uma comunidade obteve a titulação de suas terras. Estimava-se, todavia, que o território mineiro abrigue mais de 700 (setecentas) comunidades quilombolas, oriundas de atividade de mineração ou agropastoril, urbanas e rurais, e que pleiteiam a efetivação desse direito, com base em dados do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES e da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais - N’Golo. Há ainda aquelas comunidades que estão em processo de retomada de suas terras originais ou simplesmente retomadas de terras para fins de estabelecimento, como é o caso da retomada da tribo indígena “Kamakã Grayra”, em Esmeraldas/MG.

Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992 e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 2 de 1994. Em seu artigo segundo, foi descrito o que se compreende por diversidade biológica:

> (...) “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas” (ONU, 1992).

Esta Convenção nomeou como seus objetivos a “preservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos”, e, em seu artigo 8J, que se tornou emblemático na proteção da propriedade material e imaterial das comunidades tradicionais, previu os direitos de propriedade intelectual, com a repartição da utilização destes conhecimentos:

> Artigo 8 - Conservação ***In situ***
>
> j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas (ONU, 1992).

Os conhecimentos, inovações e práticas das comunidades tradicionais são chamados de “conhecimentos tradicionais”. No Brasil, a Lei 13.123/2015 regulamentou o inciso II do § 1o e o § 4o do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3o e 4o do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, em seu artigo 2, define os “conhecimentos tradicionais associados”:

> Art. 2º Além dos conceitos e das definições constantes da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998, consideram-se para os fins desta Lei:
>
> (...)
>
> II - conhecimento tradicional associado - informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético (BRASIL, 2015).

Nos moldes Convenção de Diversidade Biológica, a Lei 13.123/2015 estabeleceu que o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, seja para quaisquer finalidades, inclusive a exploração econômica, só será possível mediante a obtenção do consentimento prévio informado da comunidade. Do mesmo modo, fez a previsão de repartição dos benefícios e lucros derivados da exploração dos conhecimentos tradicionais, bem como de sua associação aos elementos da biodiversidade (BRASIL,

2015).

Sob perspectiva diversa, é da biodiversidade que emanam as atividades agrícolas, pesqueiras e florestais. Todavia, o sistema de proteção de propriedade intelectual tradicional não alcança a produção de plantas e sementes que recebem tratamento legal diferenciado.

A agrobiodiversidade, conforme conceito elaborado pela professora Juliana Santilli (2010), é a relação estabelecida entre a sociedade, às plantas cultivadas e o ambiente em que convivem. É parte da biodiversidade. São nesta seara que se desenvolvem as políticas de conservação de ecossistemas cultivados, sustentabilidade para a agricultura e segurança alimentar e nutricional (SANTILLI, 2010).

O Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, assinado pelo Brasil e promulgado em 2008, tem como objetivos centrais o fomento de uma agricultura sustentável, a segurança alimentar, a conversação e o uso dos recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura (entendidos estes como "material genético de origem vegetal com valor real ou potencial para a alimentação e a agricultura), e, finalmente, a distribuição dos lucros advindos de sua utilização (ONU, 2004).

Ao longo da história humana, as plantas foram e ainda continuam sendo domesticadas, por mulheres e homens, para melhor servirem às suas necessidades agrícolas. Desta maneira, a biodiversidade cultivada de plantas e sementes carrega consigo, os aspectos culturais próprios da comunidade em que está inserida. Trata-se, portanto e nos dizeres de Juliana Santilli (2009), de um "fenômeno cultural", não podendo ser reduzida somente a um fenômeno natural.

Neste contexto é preciso estabelecer a proteção das variedades agrícolas locais e tradicionais (crioulas) pertencentes às comunidades tradicionais, para evitar a sua perda e também para estimular a produção sustentável de alimentos que proporcione benefícios a estes grupos.

No Brasil, destaca-se a Lei de Sementes e Mudas (Lei n° 10.711/2003) que estabelece o conceito de sementes e cultivar locais, tradicionais ou crioulos (art. 2º, XVI) e os procedimentos para sua inscrição em registro próprio para fins de produção, beneficiamento e comercialização. Já a Lei de Proteção de Cultivares (Lei n° 9.456/1997) estabelece os direitos inerentes à propriedade intelectual e procedimentos para a concessão de Certificado de Proteção de Cultivar.

Finalmente, muitos asseveram que o sistema normativo atual, no que concerne à proteção de direitos intelectuais das comunidades tradicionais, é inapto para esta finalidade, sendo preciso a criação de um sistema "sui generis" de proteção, inclusive, com a adaptação de normas já vigentes para a sua construção.

3 | A PADARIA COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CACHOEIRA DOS FORROS

O presente projeto de pesquisa teve início no primeiro semestre de 2018 sendo coordenado pela Professora Ms. Carine Silva Diniz. Atualmente, conta com a participação dos discentes Márcia Cristina Moreira Paranhos; Delízia da Silva Gusmão; Marcos Pereira da Silva; Divina Maria de Freitas Silva, todos alunos do curso de Direito e da aluna Talita Rosa Barbosa do curso de Engenharia de Produção. Os docentes que integram o projeto são os professores Henrique Bedetti (convidado), Renato Martins Vieira Fonseca (convidado) e a Dra. Célia Lucia de Luces Ferreira (convidada).

Importante ressaltar que se trata de comunidade remanescentes de quilombos que se encontra em processo de regularização fundiária de suas terras, junto ao INCRA e demais órgão responsáveis, possuindo certidão de autodefinição, emitida pela Fundação Palmares, razão pela qual não há registro de nenhum imóvel pertencente à comunidade, como é a realidade da maioria das comunidades remanescentes de quilombo. Todavia, possuem a posse mansa e pacífica das terras.

Em reunião, as mulheres, homens e jovens da comunidade, ainda em 2018, manifestaram grande vontade em terem uma renda advinda de trabalho coletivo e preocupação com a permanência dos jovens na localidade, mesmo que estudando à noite e participando das atividades produtivas da comunidade durante o dia.

Nessa mesma oportunidade, manifestaram também a vontade de instalarem os maquinários e equipamentos de padaria que receberam por doação da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), além de se qualificarem para a incremento da produção pães e quitandas de forma organizada com qualidade, credenciada reconhecida pelo Serviço de Inspeção Sanitária Municipal, com o objetivo de comercializarem a sua produção em diferentes mercados consumidores e, principalmente, nos programas de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que tem no consumo dentro do próprio município uma garantia de vendas a curto prazo.

Em parceria com o a EMATER, foi apresentada proposta ao projeto Receita Solidária[6], em benefício do quilombo de Cachoeira dos Forros/MG, para aquisição de materiais para construção da Padaria Solidária, sendo o projeto aprovado, e, já no segundo semestre do presente ano de 2019, liberados os recursos para esta finalidade.

Antes mesmo da liberação de recursos pela Receita Solidária, foi realizada nova reunião com a participação dos representantes da EMATER regional, representantes da associação quilombola de Cachoeira dos Forros (ALCAFOR), Município de Passa Tempo/MG, por meio de seu prefeito, Câmara Municipal de Passa Tempo/MG e professora e

6 Trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, gerida de forma voluntária por servidores da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, não vinculada a quaisquer órgãos públicos ou privados que apoia projetos sociais e econômicos em benefício da população carente do Estado. Para mais informações: https://www.receitasolidaria.org.br/quem-somos/missao

alunos do projeto de pesquisa e extensão, com a finalidade de estabelecimento de rede de apoio para implementação da construção da sede da padaria. Atualmente, a "Padaria Comunitária" está em construção e tem como finalidade o fortalecimento da produção organizada e com excedentes regulares e crescentes que ampliem as possiblidades de educação qualificada para os jovens, proporcionando segurança e autonomia às famílias.

Dentro deste contexto, tem-se como perspectiva que o trabalho de modo coletivo passe a representar, para a comunidade, oportunidade de fortalecimento da organização da produção, de negociação e inserção em novos mercados consumidores, com qualidade e competitividade.

Conclui-se, desta feita, que é fundamental a adoção de políticas públicas e ações de responsabilidade social que priorizem práticas de inclusão social e econômica de das pessoas pertencentes às comunidades tradicionais, em especial, jovens e mulheres e que sejam reforçadas pelos governos e instituições que trabalham com estas comunidades. Ressalta-se que a inclusão de jovens da comunidade no projeto apresenta reais possiblidades de preservação da tradição e sucessão de habilidades tradicionais no meio rural.

4 I CONCLUSÃO

A Organização das Nações Unidas aborda o direito ao desenvolvimento para além de um fenômeno meramente econômico, pois, o crescimento econômico de um país não significa que há promoção de desenvolvimento. Logo, verifica-se a necessidade de implantar medidas que trabalhem o efetivo acolhimento de distribuição de renda e desenvolvimento humano.

No cenário internacional também vemos a importância da mobilização das comunidades tradicionais que se unem em torno de seus reconhecimentos, pelo direito a sua diversidade e conseguem dois importantes mecanismos de proteção com a Convenção 169 da OIT e a Declaração Internacional dos Direitos Indígenas, que, consequentemente, também irão influenciar as decisões tomadas em âmbito comunitário da OEA, em sede de Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Contudo, os povos tradicionais lutam para além de desenvolvimento, lutam pela sobrevivência de seu modo de vida, de sua cultura, sua história. E é isso que esse projeto de extensão tem como objetivo também. Ao se proporcionar a instalação de uma padaria comunitária leva-se desenvolvimento, mas leva esperança de ser reconhecido e direito a ser uma comunidade tradicional.

O ensino do Direito deve também sair de sua zona de conforto e levar os alunos para fora das salas de aula, para a realidade que lhes rodeiam. Logo, foi escolhido a temática da propriedade intelectual, pois, é um tema pouco trabalhado em nível de bacharelado e de grande relevo na vida profissional. A junção da temática aos direitos humanos é mostrar

aos alunos a realidade da população tradicional, que sofre com o esquecimento por parte do poder público e as aprender como é a pratica da efetivação dos direitos.

O projeto de extensão ainda esta no inicio de sua trajetória, tratando-se de um grande passo para os alunos e professores envolvidos. Espera-se que ao longo dos próximos tempos de desenvolvimento do projeto seja ainda produzidos novos benefícios para a comunidade tradicional atendida e que sirva de inspiração para novos projetos.

REFERÊNCIAS

BERTOLDI, Márcia Rodrigues; KISHI, Sandra Akemi Shimada. Direito ao desenvolvimento dos povos tradicionais. *In*: PIOVESAN, Flávia; Inês Virgínia Prado (Coord.). **Direito ao desenvolvimento: direito, política e sociedade**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 337-367.

BRASIL. **Constituição da República Federação do Brasil de 1988**. Planalto. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em 29 mar 2019.

BRASIL. **Lei n° 6.001, de 19 de setembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, 1973. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm. Acesso em 28 mar 2019.

BRASIL. **Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em 28 mar. 2019.

BRASIL. **Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997**. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9456.htm. Acesso em 28 mar. 2019.

BRASIL. **Lei n° 10.711, de 5 de agosto de 2003**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.711.htm. Acesso em 28 mar. 2019.

BRASIL. **Lei n° 13.123, de 20 de maio de 2015**. Regulamenta o inciso II do § 1o e o § 4o do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3o e 4o do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm. Acesso em 30 mar. 2019.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. Populações tradicionais e conhecimentos associados aos recursos genéticos: conceitos, características e peculiaridades. *In*: KISHI, Sandra Akemi Shimada; KLEBA, John Bernhard (Coord.). **Dilemas de acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais: direito, política e sociedade**. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 217-238.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento das Nações Unidas**. 1986. Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/decl_direito_ao_desenvolvimento.pdf. Acesso em 28 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. 1992. Disponível em http://www.mma.gov.br/informma/item/7513-conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-diversidade-biol%C3%B3gica-cdb. Acesso em 28 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 1993. **Declaração e Programa de Ação de Viena. Conferência Mundial sobre Direitos Humanos**. Viena: 1993. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%AAncia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf. Acesso em: 28 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 2004. **Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura. Roma: 2001**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6476.htm. Acesso em: 01 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 2007. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf. Acesso em: 28 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 15 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais**. Brasília: 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 28 mar. 2019.

PIOVESAN, Flávia. Direito ao desenvolvimento: desafios contemporâneos. *In*: PIOVESAN, Flávia; Inês Virgínia Prado (Coord.). **Direito ao desenvolvimento: direito, política e sociedade**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 95-116.

SANTILLI, Juliana.O Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação a e Agricultura (TIEFA) e sua implementação no Brasil. *In*: KISHI, Sandra Akemi Shimada; KLEBA, John Bernhard (Coord.). **Dilemas de acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais: direito, política e sociedade**. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 217-238.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade, desenvolvimento rural sustentável e direito: uma análise socioambiental da lei de sementes. *In*: PIOVESAN, Flávia; Inês Virgínia Prado (Coord.). **Direito ao desenvolvimento: direito, política e sociedade**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 253-274.

CAPÍTULO 8

HISTÓRIA JURÍDICA E POPULAÇÃO NEGRA: ORDENS LEGAIS, LEGISLAÇÃO E ORDENAÇÕES

Data de aceite: 02/06/2023

Luzia Fernanda dos Santos Moraes
Pesquisadora e escritora sobre direito, legislação e população negra, estudante de sociologia e pós graduação em cultura africana, Bacharela em Direito pela Faculdade Zumbi dos Palmares no período de 2012 à 2016. Curso de especialização em Bioética/ Biodireito e Direitos Humanos pela Universidade Portal da Educação. Iniciação Científica: tema "Bioética/ Biodireito – Uma análise jurídica da saúde da população negra no Brasil.. Aluna ouvinte do curso de Mestrado em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA. Disciplina Educação, Cultura e Pensamento Negro

Henrique Cunha Junior
Pesquisador sobre Populações Negras, História Tecnológica Africana e Urbanismo Africano. Professor titular da área de engenharia elétrica, pesquisa e ensina sobre Planejamento de Energia a as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade. Tem formação em engenharia (EESC-USP) e sociologia (UNESP-Araraquara), mestrado em engenharia e mestrado em história. Doutoramento em Engenharia pelo Instituto Politécnico de Lorraine – França, 1983. Defendeu tese de livre docência na Universidade de São Paulo em 1993. Professor Titular da Universidade Federal do Ceará desde 1994

RESUMO: Este artigo visa trazer à luz do conhecimento de todos aqueles que buscam alcançar um patamar de compreensão a respeito da legislação voltada à população negra, no decorrer da história do escravismo de Portugal e Brasil. Possui o condão de transmitir conhecimento legal do ordenamento jurídico nos pontos que se referem ao povo negro, para a todos os interessados no assunto em tela e colaborar para estudos e conhecimento multidisciplinar. Ao longo destes séculos a população negra no Brasil galga seu espaço de igualdade através da legalidade, mas nem sempre isso é cumprido pelo Estado. A legislação representa apenas uma parte da realidade e deve ser encarada com grandes reservas, entretanto, leis e decretos podem fornecer dados importantes sobre o papel do Estado no desenvolvimento da instituição do escravismo. Mais que um simples inventário ou repertório da legislação, este trabalho compila parte do material legislativo localizados através de nossa pesquisa bibliográfica, tais como: Ordenações, Legislação Extravagante, decretos, cartas e, por último, as Consultas do Conselho. A legislação aqui transcrita registra somente o conteúdo pertinente ao escravismo negro, apresentado em duas fases: a do período

colonial e a do Brasil independente. No primeiro, toda ela se orienta no sentido de manter o estado existente, sem objetivo de transformar o trabalho escravizado em trabalho livre. Já no independente, as coisas iniciam uma mudança de rumo, por força das contingências da política internacional e pela evolução do processo da política sócio econômica nacional. Para este arrolamento, utilizamos as obras de Lara, Malheiros dentre outras publicações. Na transcrição dos textos adotamos o princípio geral da atualização ortográfica.
PALAVRAS-CHAVE: População Negra, História Jurídica, Legislação**.**

INTRODUÇÃO

Primeiramente cabe apontar a influência que a Republica de Palmares teve sobre a legislação brasileira descrito por Chignoli, como segue.

Dos dispositivos das Ordenações Filipinas que tratavam do escravismo, é possível constatar semelhanças e diferenças em relação aos escravizados no território metropolitano de Portugal e no Brasil.

Em ambos os casos, o escravizado era um objeto de direito sem a faculdade de testar ou de, a princípio, ser testemunha de processo, bem como sua compra e venda representar o negócio jurídico de mercantilização de força de trabalho corporificada.

Da mesma forma, em ambas as regiões havia a necessidade de se batizar os escravos sempre que possível, bem como o receio de que essas pessoas formassem grupos, quilombos ou colônias, ou se organizassem para celebrar sua cultura ou para fugir.

Todas essas manifestações eram severamente punidas, assim como eram os cúmplices dessas condutas, mesmo que fossem livres e cristãos.

Em contrapartida, como diferença, havia a presença de escravos judeus, mouros e da Índia, além dos escravos da Guiné, no Reino de Portugal, e era feita diferença entre eles, com os escravos originários da Guiné valendo menos.

De qualquer forma, o escravismo era uma característica importante na sociedade portuguesa seja no território europeu, seja na América, a ponto de ser regulada em diferentes livros e títulos das Ordenações Filipinas.

A situação começou a mudar com o desenvolvimento da América portuguesa, que vai tornando a sociedade do Brasil mais complexa, e aditamentos específicos sobre a situação naquela colônia são constituídos para as Ordenações Filipinas.

É o caso do Alvará de 10 de março de 1682, que regulou a liberdade e cativeiro dos negros apreendidos na rebelião de Palmares, na Capitania de Pernambuco, bem como a regulação do escravismo, que foi feita como um aditamento ao Livro IV das Ordenações Filipinas.

Segundo Grimberg :

> a legislação sobre ações de escravidão e manutenção de liberdade no Brasil está fundada no alvará de 10 de março de 1682, que institui medidas de repressão aos quilombolas de Palmares.

O alvará estabelece que todos aqueles que eram escravos antes de irem para o quilombo deveriam voltar a sê-lo se seus senhores os reclamassem no prazo de cinco anos:

> Estando de fato livre o que por direito deve ser escravo, poderá ser demandado pelo senhor por tempo de cinco anos somente, contados do dia em que foi tornado à minha obediência (isto é, contados da data em que a posse da liberdade houvesse se tornado pacífica); no fim do qual tempo se entenderá prescrita a dita ação. (NEQUETE, apud Grinberg, p.2)

Ainda nas palavras do autor, este documento buscava proporcionar estabilidade às relações de propriedade que existiam na Capitania de Pernambuco, após a destruição do Quilombo dos Palmares.

Nesse sentido, determinou-se que todos os negros ou mulatos que, antes de haverem ido por qualquer causa para os Palmares, eram livres, permaneceriam livres após o fim do quilombo, bem como aqueles que nasceram no quilombo filhos de moradores livres.

Do mesmo modo, aqueles que eram cativos antes do quilombo ou que nasceram de cativos no quilombo seguirão escravos (Ord. Filipinas, Adit. ao Livro IV, Alvará de 10 de março de 1682).

Igualmente, os que eram livres e foram cativos no Quilombo seguiriam livres por ofício de juiz, bem como aqueles que não pudessem provar por fato notório, teriam advogado custeado pela Fazenda do Reino, se ficasse provado que não possuíam meios para pagar por sua defesa, para provarem que eram livres antes de irem ao Quilombo.

Em contrapartida, estando de fato livre aquele que era escravo, o seu senhor tinha o prazo de cinco anos para reivindicá-lo; após esse prazo, perdendo o direito à ação por "não ser conveniente ao Governo político do dito meu Estado do Brazil que por mais do dito tempo seja incerta a liberdade nos que possuem, não devendo o descuido ou negligência, fora dele, aproveitar aos Senhores".

Regulou-se, também, aqueles que, antes de irem para Palmares, eram réus. Se voltassem voluntariamente e ninguém os acusasse de nada, estariam perdoados, se voltassem à força, seriam castigados de acordo com suas culpas, agravada pela fuga para Palmares.

Não obstante isso, a pena mais grave recaiu sobre todos.

Tanto os cativos quando os que fossem livres não poderiam mais ficar no Brasil, bem como os filhos maiores de 7 anos, por temor que a fuga viesse a se repetir, pois "aos menores é jurídico o temor da imitação aos pais, herdada por sangue e derivada por natureza".

Desse modo, os que eram livres seriam notificados para que saíssem do Brasil em determinado prazo, com pena de açoites e galés[1], bem como os donos dos cativos também

1 Segundo dicionário jurídico - **PENA DE GALÉS** Espécie de antiga sanção criminal. O Código Criminal de 1830 adotou-a, determinando, no artigo 44, os réus a andarem com calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província onde ocorrera o delito, à disposição do governo.

seriam notificados para que procedessem da mesma forma com seus escravos, sob o risco de perderem-nos para a Fazenda Real, se esses escravos permanecessem no Brasil.

Além disso, o referido alvará determinava que fosse instituída uma devassa sobre os ditos "Negros de Palmares", onde quer que estivessem, a respeito do crime de traição.

Em consequência, a revolta do Quilombo dos Palmares teve influência significativa sobre o direito português.

Isso é tão patente que até mesmo um alvará foi feito como aditamento ao Livro IV das Ordenações Filipinas, a fim de regular as relações após o fim do Quilombo.

No que se refere às relações de propriedade, o intuito desse alvará foi manter o status quo, de maneira a manter a liberdade de quem era livre e manter o cativeiro daquele que era cativo; havendo, entretanto, uma inovação no direito português: a estipulação de um prazo para a prescrição do escravismo, de cinco anos, caso não houvesse nenhuma reclamação.

No contexto da manutenção da ordem pública, o Estado Português demonstrou que a revolta dos Palmares não foi algo de menor importância. A disposição de mandar todos os envolvidos moradores do quilombo, livres ou não, para fora do Brasil foi um exemplo do temor da Coroa de que essa situação se repetisse.

Além disso, o Alvará deu indícios de como o Quilombo dos Palmares era um ajuntamento complexo, em que conviviam negros que eram escravos e tornaram-se livres no quilombo, negros que eram livres e assim permaneceram, negros que eram escravos e voltaram a ser cativos em Palmares, negros que eram livres e foram cativos em Palmares, assim como brancos que também habitavam o quilombo.

Embora a lei não descrevesse em detalhes quais eram as proporções dessas populações, todos foram punidos com o exílio da terra brasileira.

Finalmente, havia, uma vez mais, a confirmação de que, para o direito penal português, o escravo era sempre sujeito de direito, na medida em que todos os Negros de Palmares enfrentariam não somente as penas, mas também o processo penal, uma devassa a respeito do crime de traição, constituído em regime de exceção para a questão do quilombo da Serra da Barriga.

Na historiografia brasileira dos últimos anos, os documentos produzidos pela justiça têm se constituído, cada vez mais, em fontes importantes para a investigação histórica.

Desde os anos 1960-70, seguindo um movimento historiográfico, os inventários e a parte notarial da documentação dos cartórios já eram utilizados por estudiosos brasileiros interessados em análises de caráter demográfico e/ou econômico.

Desde o início dos anos 80, no entanto, os textos legais e o exercício das normas jurídicas passaram a interessar não somente aos juristas, mas também aos historiadores.

Assim, seja pela perspectiva da história política ou da história social, o tema da justiça e do direito entrou para a história e para a historiografia brasileira, deixando de ser exclusividade de advogados, juristas ou da sociologia do direito.

Com relação ao período colonial, o movimento foi menos intenso mas não deixou de ser significativo, com os estudiosos voltando-se particularmente para os processos cíveis e criminais.

Evidentemente, a busca por estas fontes judiciais esteve associada a novas perspectivas teóricas e metodológicas e levou a novas interpretações sobre temas clássicos da historiografia brasileira.

Com estudos incidindo geralmente sobre o período imperial no Brasil, a lei vem deixando de ser compreendida pelos historiadores apenas a partir do ponto de vista parlamentar para ser flagrada como resultado de projetos e perspectivas que, no confronto, constroem um texto minimamente consensual, cuja ambiguidade permite que todos nele se reconheçam.

DESENVOLVIMENTO

HISTORICIDADE DA TRADIÇÃO LEGISLATIVA DO ESCRAVISMO NEGRO

Nossa pretensão não é realizar aqui um exame da legislação coletada e publicada a seguir. Destarte, necessário destacar alguns elementos importantes que a reunião destes textos permitiu verificar.

Conforme afirmam alguns autores, apesar de nunca ter havido para a América portuguesa um código negro ou mesmo uma recolha de leis sobre o escravismo que funcionasse de modo similar a uma codificação, é possível detectar nas várias disposições régias a existência de uma tradição quanto à escravização dos africanos e seus descendentes.

Um exame das menções aos mouros cativos e escravizados africanos nas três Ordenações mostra uma descontinuidade legislativa entre estas duas formas de dominação e exploração do trabalho.

Enquanto os principais textos legais referentes aos mouros cativos pertenciam ao livro II (sobre pessoas e bens eclesiásticos) das Ordenações Afonsinas e Manuelinas, aqueles sobre os escravizados de origem africana encontram-se especialmente nos livros IV (sobre o direito civil substantivo, direito das pessoas e coisas sob o ponto de vista civil e comercial) e V (que trata do processo penal) das Ordenações Filipinas.

Passa-se assim de uma questão submetida ao domínio do religioso, para um escravismo compreendido como pertencente ao campo do comércio e do controle punitivo.

Por outro lado, é preciso notar que há várias passagens nas Ordenações que são retomadas de uma a outra, com pequenas mas significativas modificações.

É o caso do título referente à alforria, em que se observa, além das naturais alterações linguísticas, a "substituição" de *servo* (presente nas *Ordenações Afonsinas* e *Filipinas*) por *escravo* (nas Filipinas).

Ainda que um certo número de escravizados africanos já tivessem sido levados

a Portugal quando da promulgação das *Ordenações Afonsinas*, seu caráter compilatório praticamente a impedia de levar em conta esta nova realidade.

Não é o caso das Manuelinas, que inclui o Brasil entre os lugares de degredo e o tráfico de escravizados florescia no Atlântico, mas ainda mantém a palavra *servo* em muitos de seus parágrafos - que só seriam “traduzidos” para a *escravidão* africana na América a partir das Ordenações Filipinas.

Com as Ordenações Manuelinas e sobretudo com as Filipinas acham-se fixados alguns princípios básicos que fundamentaram juridicamente as relações entre senhores e escravos.

Nenhum título trata especificamente da posse e domínio sobre os escravizados, mas o respeito a estes princípios acha-se de certo modo regulamentado nos textos sobre a devolução dos fugitivos e a nulidade da venda de escravizados com doenças ou manqueiras, complementados pelos que penalizam os que ajudavam os fugitivos.

O domínio encontra-se explicitado não através de seu próprio exercício, mas de sua manutenção depois da doação da alforria.

A estes elementos juntam-se tanto a necessidade do batismo quanto o controle sobre o comércio com a África.

É evidente que a lei não instituía nem moldava a relação senhor-escravizado, mas estas passagens nas *Ordenações Manuelinas* e *Filipinas*, assim como as leis posteriores, indicam claramente os fundamentos que legitimavam o escravismo e o cativeiro dos africanos e seus descendentes.

Aí estão perfeitamente entrelaçados os aspectos que hoje nos parecem contraditórios, mas são inerentes ao escravismo: homens e mulheres que precisavam ser batizados, que podiam receber doações de seus senhores como os filhos de seus pais, mas que também eram comprados e vendidos como gado, devolvidos a seus donos como coisas.

A legislação extravagante se desdobra sobre essa base legal, incidindo majoritariamente sobre o controle do fluxo de mercadorias tão especiais e a coleta de impostos gerado pelo tráfico atlântico e entre as regiões coloniais.

Uma análise da legislação portuguesa seiscentista referente ao ultramar empreendida por Francisco da Silva aponta que mais de 57% dos diplomas legais entre 1640 e 1699 diziam respeito ao Brasil (incluídos aí os referentes ao Estado do Maranhão, ou a alguma capitanias em particular), enquanto a Ásia ocupava pouco mais de 24% e a África quase 18%.

A análise das matérias sobre as quais versavam estes textos indica que as instituições e administração do Brasil ocupavam 27,9% dos textos, enquanto apenas 3,3% referia-se ao escravismo de origem africana (considerando-se os índios em item separado, com um índice de 3,9%).

Este último dado precisa ser completado com os índices relativos à África, já que 13,6% da legislação dirigida a este continente trata do escravismo, mais precisamente do

embarque, comércio e transporte de escravizados.

Embora restritos ao século XVII, estes dados revelam a importância das regiões americanas no império português e das relações escravistas entre os dois continentes que ladeiam o Atlântico.

Paralelamente a esta preocupação administrativa com as colônias e o tráfico, a legislação sobre os escravizados africanos e seus descendentes mostra-se sobretudo cuidadosa em não interferir no poder senhorial e no direito de propriedade do senhor sobre seu escravizado.

Um traço marcante que muitas vezes se reequilibra diante da emergência da face paternal do soberano preocupado com o mais ínfimo de seus súditos - e que interfere para corrigir abusos, afastar a crueldade dos castigos, o excesso no luxo das escravas, cuidar para a execução de um enterro cristão, etc.

A intenção é clara: cortar o excesso, sem entretanto afetar o poder dos senhores nem dar margem à soltura dos escravizados.

As chamadas leis humanitárias sobre o tráfego, por exemplo, precisam ser entendidas em contextos políticos precisos, que envolvem os interesses da Coroa, da burocracia metropolitana e colonial e, principalmente, dos negociantes de escravizados nos dois lados do Atlântico.

Pierre Verger e Luís Felipe Alencastro já indicaram vários elementos neste sentido, mas neste caso também é preciso encontrar respostas capazes de explicar o modo como estes poderes se equilibravam, chegando a cálculos que estipulam em 2,65 litros diários a quantidade de água necessária a uma pessoa transportada no porão de um navio que atravessa o Atlântico numa viagem cuja média era de 40 dias.

Bem longe do que hoje possamos entender por espírito humanitário, a maior parte da legislação apenas deixa entrever o jogo de tensões e confrontos que permeou a experiência do escravismo.

Podemos, no entanto, falar em uma tradição legislativa portuguesa sobre o escravismo negro.

Segundo Lara, 2000, o termo já foi empregado por outros autores, em sentido bem diferente.

> Tannenbaum, por exemplo, enfatizou a maleabilidade integradora do escravo e do manumitido na península ibérica, enquanto Watson buscou rastrear as origens de uma cultura legal excluindo de sua análise a história social, ambos concordando com a maior generosidade da lei no Brasil. (LARA, p.).

Aqui, entretanto, a expressão não pretende obliterar o caráter inequivocamente escravista da legislação. Mesmo as disposições referentes à abolição da presença de escravizados em Portugal não pode ser tomada com uma medida abolicionista, já que o cativeiro dos africanos na Conquistas ficava inteiramente assegurado, reafirmado e preservado até por esta medida.

Constituindo um pano de fundo para as relações entre senhores e escravizados, esta tradição foi mantida no caso brasileiro ao longo do século XIX, já sob o período imperial, embora tenha sido lida, progressivamente com outros olhos e noutro sentido.

ORDENAÇÕES MANUELINAS

Livro IV, título XVI

Como se podem enjeitar os escravos e bestas, por os acharem doentes ou mancos.

Qualquer pessoa que comprar ou, por qualquer outro modo, houver escravo de Guiné, da mão daquele que o trouxe de Guiné ou do tratador que o dito trato de Guiné tiver, ou de mercador que os ditos escravos ou parte deles compra para revender, e quiser provar como ao tempo que lhe foi entregue era doente ou manco da doença ou manqueira que, ao tempo que o enjeita, tiver, poderá enjeitar o dito escravo de Guiné e demandar o que lho assim entregou, que tome o dito escravo e que lhe torne o que por ele deu, contanto que o cite e demande dentro de um mês do dia que lhe foi entregue. E isso, mesmo se o dito escravo morrer da dita enfermidade, que lhe torne o que lhe por ele deu, porque, não o citando dentro do dito mês, não o poderá jamais por isso citar nem demandar para o poder enjeitar e desfazer o contrato, nem para pedir que lhe torne o que mais deu, pelo dito escravo, do que valia por razão das ditas enfermidades ou defeitos ao tempo do contrato. E isto haverá lugar quando a parte de que assim o houve estiver no lugar onde está o mesmo que lho vendeu ou, por outro qualquer modo, trespassou; porque não estando no dito lugar, se o dito comprador protestar ao juiz do dito lugar e mostrar o dito escravo a dois físicos, que digam que é manco ou doente da enfermidade ou manqueira que tinha ao tempo que lhe foi entregue, em tal caso poderá citar a parte dentro de outro mês e, assim, dentro de dois meses contados do dia da entrega. E isto estando a dita parte que assim vendeu ou trespassou no reino; porque, sendo fora do reino, terá lugar (tendo feito a dita protestação e diligência como dito é) para o citar do dia que chegar ao reino, a um mês.

1 - E o que dito é nos escravos de Guiné haja lugar nas compras e vendas e trocas, escambos de todas as bestas que, por quaisquer pessoas forem compradas, vendidas, trocadas e escambadas, que se quiserem enjeitar por manqueira ou doença.

2 - E quanto a outros escravos assim de Guiné que outras pessoas venderem, como quaisquer outros escravos e assim outros vícios que nas bestas e nos escravos, por quem quer que forem vendidos, trocados ou escambados, se acharem, que não seja doença ou maqueira, não haverá lugar a disposição desta lei, mas guardar-se-á o que por direito for achado.

Livro IV, título XXV

Que cada um possa vender seu herdamento e coisas que tiver e não seja constrangido de as vender contra sua vontade, salvo nos casos abaixo declarados.

Cada um pode vender a sua coisa a quem quiser e pelo melhor preço que puder e não será obrigado de a vender a seu irmão, nem a outro parente, nem poderão dizer que a querem tanto por tanto, nem poderão os filhos nem outros descendentes desfazer a venda e haver a coisa tanto por tanto, por dizerem que foi de sua avoenga. (...)

3. E mais porque em favor da liberdade são muitas coisas outorgadas contra as regras gerais, mandamos que se alguma pessoa de nossos reinos tiver algum mouro ou moura cativo , o qual seja pedido para na verdade se haver de dar e resgatar algum cristão cativo em terra de mouros, que por tal cativo se puder e se haver de remir, que qualquer pessoa que tal mouro ou moura tiver, seja teúdo e obrigado de o vender, e seja para isso pela Justiça constrangido. E se o comprador e senhor do mouro ou moura se não concertarem no preço que se tenha esta maneira na avaliação dele, convém saber que, no lugar onde houver dois juízes, eles ambos com um dos vereadores mais antigos, não sendo suspeitos; e onde não houver mais de um juiz, ele com dois vereadores sem suspeita; e sendo algum suspeito, se meterá outro em seu lugar, em maneira que sejam sempre três, avaliem o dito mouro ou moura, informando-se compridamente do que justamente pode segundo comum valia e estimação valer e não segundo afeição particular, havendo respeito a sua idade, saúde, saber, fidelidade, costumes, serviços e disposição, arte e ofício ou qualquer outra qualidade por bem da qual mais ou menos valer deva; e bem assim se é de resgate e se tem já tratado seu resgate e certificado seu senhor dele por alfaqueque, em tal maneira que pareça que aquilo poderá haver de seu resgate; e naquilo que acharem que na verdade poderá em salvo haver, tirados os custos todos de tal resgate, assim de despesas como de dízima, fretes e quaisquer outros, avaliem tal mouro ou moura. E o que não for de resgate por-lhe-ão sua valia como tudo dito é, ouvindo sempre primeiro as partes sobre as ditas qualidades para sua informação, e aquilo em que avaliado for, com mais a quinta parte da dita avaliação que é a razão de vinte por cento, façam dar e pagar ao senhor do dito mouro ou moura, dando apelação e agravo às partes. E não seja o senhor do dito mouro ou moura desapossado dele sem seu prazer, até ser primeiro compridamente pago de todo o que houver de haver. E em Lisboa terão o dito conhecimento dois juízes do Cível (se não forem suspeitos) com o corregedor da dita cidade, ou quem seu cargo tiver. E seguindo-se caso que tal resgate se não faça, pelo cristão cativo morrer ou se tornar elche, que fique então a escolha ao senhor que foi do dito mouro ou moura, o tornar a haver, tornando o que por ele houve se quiser ou ter, [di]ante [d]o dito preço que já tiver recebido.

ORDENAÇÕES FIIPINAS

Quando os que compram escravos ou bestas, os poderão enjeitar, por doenças ou manqueiras.

Qualquer pessoa que comprar algum escravo doente, de tal enfermidade que lhe tolha servir-se dele, o poderá enjeitar a quem lho vendeu, provando que já era doente em

seu poder da tal enfermidade, contanto que cite ao vendedor dentro de seis meses do dia, que o escravo lhe for entregue.

1 - E sendo a doença de qualidade, ou em parte, que facilmente se deixe conhecer, ou se o vendedor a manifestar ao tempo da venda, e o comprador comprar o escravo sem embargo disso: em tais casos não o poderá enjeitar nem pedir o que menos valia do preço que por ele deu, por causa da tal doença. Porém, se a doença que o escravo tiver for tão leve que lhe não impeça o serviço, e o vendedor a calar ao tempo da venda, não poderá o comprador enjeitar o escravo, nem pedir o que menos vale por causa da tal doença.

2 - Se o escravo tiver algum vício do ânimo, não o poderá por isso o comprador enjeitar, salvo se for fugitivo ou se o vendedor ao tempo da venda afirmasse que o escravo não tinha vício algum certo, assim como se dissesse que não era bêbado nem ladrão, nem jogador; porque achando-se que ele tinha tal vício ao tempo da venda, o poderá enjeitar o comprador. Porém, ainda que por o escravo ter qualquer vício do ânimo (que não seja de fugitivo) e o vendedor o calar, não possa o comprador enjeitá-lo; poderá todavia pedir o que menos vale por causa do tal vício, pedindo-o dentro de um ano, contado no modo acima dito.

3 - Se o escravo tiver cometido algum delito, pelo qual, sendo-lhe provado, mereça pena de morte e ainda não for livre por sentença, e o vendedor ao tempo da venda o não declarar, poderá o comprador enjeitá-lo dentro de seis meses, contados da maneira que acima dissemos. E o mesmo será, se o escravo tivesse tentado matar-se por si mesmo com aborrecimento da vida e, sabendo-o o vendedor, o não declarasse.

4 - Se o vendedor afirmar que o escravo que vende sabe alguma arte ou tem alguma habilidade boa, assim como pintar, esgrimir ou que é cozinheiro, e isto não somente pelo louvar mas pelo vender por tal, e depois se achar que não sabia a tal arte ou não tinha a tal habilidade, poderá o comprador enjeitá-lo; porém, para que o não possa enjeitar, bastará que o escravo saiba da dita arte ou tenha a tal habilidade meiamente. E não se requer ser consumado nela.

5 - Se o escravo, que se pode enjeitar por doente, falecer em poder do comprador, e ele provar que faleceu da doença que tinha em poder do vendedor, poderá pedir que lhe torne o preço que por ele deu. E quando se o escravo enjeitar por fugitivo (como acima dissemos) poderá o comprador pedir o preço que por ele deu, posto que ande fugitivo, contanto que possa provar que, em poder do vendedor, tinha o vício de fugitivo. E dará fiança a o buscar, pondo nisso toda a diligência de sua parte, e a o entregar ao vendedor, vindo a seu poder.

6 - Enjeitando o comprador o escravo ao vendedor, tornar-lho-á, e o vendedor tornará o preço e a sisa que o comprador pagou, e assim o que tiver dado ao corretor, não sendo mais que o que por direito ou regimento lhe for devido. E assim mais pagará o vendedor ao comprador as despesas que tiver feitas na cura do escravo, quando por causa da doença o enjeitar.

7 - Se o escravo que o comprador quiser enjeitar for de Guiné, que ele houvesse comprado a pessoa que de lá o trouxesse ou ao tratador do dito trato, ou ao mercador que compra os tais escravos para revender201, não poderá ser enjeitado senão dentro de um mês, que lhe correrá do dia que lhe for entregue, para dentro dele citar e demandar ao vendedor que lhe torne o que por ele lhe deu, provando que, ao tempo da entrega, já era doente da doença ou manqueira porque lho enjeita. O que haverá lugar quando ambos estivessem em um mesmo lugar; porque não estando ambos nele, protestando o comprador ao juiz do lugar onde está e mostrando o escravo a dois físicos, se os houver, ou ao menos a um examinado, que digam que é manco ou doente da doença ou manqueira que tinha ao tempo que lhe foi entregue, poderá citar e demandar ao vendedor dentro de outro mês: e assim dentro de dois meses contados do dia da entrega.

E isto estando o vendedor no reino porque, estando fora dele, poderá o comprador protestando e, fazendo a diligência acima dita, citá-lo dentro de um mês do dia que

chegar ao reino.

8 - E que o dito é nos escravos de Guiné haverá lugar nas compras e vendas de todas as bestas que por quaisquer pessoas forem compradas, que se quiserem enjeitar por manqueira ou doença. E ainda que os escravos se não podem enjeitar por qualquer vício e falta do ânimo, como atrás é declarado, as bestas se podem enjeitar pelos tais vícios ou faltas do ânimo, assim como se, sem causa e não lhe sendo feito mal algum, se espantarem ou empinarem, ou rebelarem.

9 - E todas as coisas acima ditas se poderão enjeitar não somente quando são havidas por título de compra, mas ainda se forem havidas por troca ou escambo, ou dadas em pagamento ou por qualquer outro título em que se traspasse o senhorio: mas não se poderão enjeitar quando forem havidas por título de doação.

10 - E as coisas que não são animadas, quer sejam móveis, quer de raiz, se poderão enjeitar por vícios ou faltas que tenham, assim como um livro comprado no qual falta um caderno ou folha em parte notável, ou que está de maneira que se não possa ler, ou um pomar ou horta que, naturalmente, sem indústria dos homens, produzem plantas ou ervas peçonhentas.

DOCUMENTOS LEGAIS: ALVARÁS, CARTAS DE LEI, LEIS E DECRETOS.

Alvará de 29 de março de 1549, que autorizou os senhores de engenho a importarem até 120 escravos de Guiné e da Ilha de São Tomé, para cada engenho que estivesse funcionando.

Carta Régia de 29 de março de 1559, concedendo aos senhores de engenho pagarem apenas um terço dos direitos sobre os escravos que mandassem buscar no Congo, até o número de 120.

Alvará de 18 de março de 1684, relativo ao embarque em Angola de negros para o

Brasil.

Alvará de 10 de março de 1682, determina que fossem dominados com gente armada os negros fugidos para o sertão.

Carta Régia de 17 de março de 1693, ordenando ao governador do Maranhão que desse providências afim de que os escravos não morressem sem os últimos sacramentos.

Alvará de 20 de fevereiro de 1696, declarando que, “sendo presente o demasiado luxo das escravas no Brasil e devendo evitar-se esse excesso e o mau exemplo que dele podia seguir-se, o rei era servido resolver que as escravas de todo o Brasil em nenhuma capitania pudessem usar vestidos de seda, de cambraia ou holandas, com rendas ou sem elas, nem também de guarnição de ouro ou prata nos vestidos”.

Carta Régia de 10 de junho de 1699, elevando os direitos sobre a entrada de escravos africanos no Brasil.

Carta Régia de 31 de janeiro de 1701, mandando dar sábado livre aos escravos.

Alvará de 15 de agôsto de 1736, criando o serviço da capitação dos escravos.

Alvará de 3 de março de 1741, mandando marcar com um F nas espáduas os negros fugitivos .

Alvará de 14 de outubro de 1751, dispõe sobre a exportação de pretos.

Alvará de 3 de julho de 1751 aprovando o contrato de 3$500 por escravo na alfândega de Bahia.

Lei de 24 de janeiro de 1756, punindo os escravos que andassem com faca.

Alvará de 14 de dezembro de 1757, sobre direitos pagos por entrada de escravos em Pernambuco.

Alvará de 16 de dezembro de 1757, sobre a matéria do anterior.

Alvará de 24 de setembro de 1761, sobre direitos pagos por entrada de escravos na Bahia.

Decreto de 19 de outubro de 1798, isentando de direitos a exportação de escravos de Angola para o Pará.

Alvará de 3 de junho de 1809, criando impostos nas alienações onerosas de escravos ladinos, para atender às despesas do Estado com a vinda da Família Real.

Código Criminal de 1830, artigo 28, § 19, estabelece que “serão obrigados à satisfação, posto que não sejam delinquentes, os senhores pelo escravo até o valor deste”.

Código Criminal de 1830, artigo 179, impunha pena de 3 a 9 anos e multa a quem reduzisse à escravidão a pessoa livre que se achasse na posse de sua liberdade.

Portaria de 31 de maio de 1831, manda processar, com aplicação do inciso supra citado, quem introduzisse africanos como escravos, no Brasil.

Lei de 7 de novembro de 1831, estabelece que todos os escravos que l entrassem no território brasileiro ou portos do Brasil, vindos de fora ficavam livres, excetuando-se os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão era permitida, enquanto empregados no serviços das mesmas embarcações e os que

fugissem do território, ou embarcação estrangeira, os quais seriam entregues aos senhores que os reclamassem, e exportados para fora do Brasil.

Lei de 10 de julho de 1835, marca penas aos escravos que matarem seus senhores, estabelecendo novas regras para pronta punição. Lei n9 581, de 4 de setembro de 1850, estabelece medidas para a repressão do tráfico negreiro no Império do Brasil e impõe penas aos contrabandistas.

Lei de 5 de julho de 1854 autoriza uma perseguição mais decisiva aos traficantes de escravos.

Aviso de 27 de abril de 1853 esclarece que o escravo não é pessoa miserável para que o promotor público dê queixa a seu favor, cabendo este direito ao seu senhor.

Decreto nº 1.303, de 28 de dezembro de 1853 declara que os africanos livres, cujos serviços foram arrendados por particulares, ficam emancipados depois de quatorze anos, quando o requeriam, e providencia sobre o destino dos mesmos africanos.

Lei 9 731 de 5 de junho de 1854 declara desde quando deve ter lugar a competência dos auditores de Marinha para processar e julgar os réus mencionados no artigo 3 9 da lei n.° 581, de 4 de setembro de 1850, e os casos em que devem ser impostas pelos mesmos auditores as penas de tentativa de importação de escravos.

Avisos de 21 de setembro de 1863, estabelece que os escravos libertados em testamento além das forças da terça estão sujeitos à restituição do excesso por meio de arrematação dos serviços.

Lei n' 1.237, de 24 de setembro de 1864, reforma a Legislação Hipotecária. O § 1.° do artigo 2 9 desta lei inclui entre as "coisas" que podem ser objeto de hipoteca, os escravos e os animais pertencentes às propriedades agrícolas, que forem especificados no contrato, sendo com as mesmas propriedades.

Decreto nº3.310, de 24 de setembro de 1864, concede emancipação a todos os africanos livres existentes no Império do Brasil. Lei n9 2 040, de 28 de setembro de 1871, declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data da lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores, e sobre a libertação anual dos escravos.

Decreto nº 4.835, de v.° de dezembro de 1871, aprova o Regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos de mulher escrava, conforme o disposto no artigo 89 da Lei n.°2.040, de 28 de setembro de 1871.

Artigo 807 da Consolidação das Leis Civis, de Augusto Teixeira de Freitas, onde estatui que será obrigado à satisfação, posto que não seja delinquente, o que gratuitamente tiver participado dos produtos de crime até a concurrente quantia .

Decreto nº 4960, de 8 de maio de 1872 altera o regulamento aprovado pelo Decreto n° 4.835, de 1º de dezembro de 1871, na parte relativa à matricula dos filhos livres de mulher escrava.

Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, aprova o regulamento geral para a

execução da Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871.

Lei 3.270, de 28 de setembro de 1885, regula a extinção gradual do elemento servil e declara livres os escravos maiores de 60 anos.

Decreto nº 9.517, de 14 de novembro de 1885, aprova o regulamento para a execução da Lei 3.270, de 28 de setembro de 1885.

Lei 3.353, de 13 de maio de 1888, também denominada Lei Aurea, declara extinta a escravidão no Brasil.

Na análise dos Alvarás de 1761 e de 1773 houve, evidentemente, a escolha política do Estado português pelo afastamento do Direito Romano para regular a escravidão na metrópole, por ser contrário à "boa razão".

Nesse contexto, a dicotomia inicial entre escravizado e livre, entre objeto e sujeito, também aparece como a dicotomia entre Reino e Colônia, entre legislação iluminista e legislação escravocrata. A escravidão no território do Reino de Portugal e Algarve era um acinte.

LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO RELATIVA AOS ESCRAVOS NO IMPÉRIO DO BRASIL.

ALVARÁ DE 24 DE NOVEMBRO DE 1813. "Regula a arqueação dos navios empregados na condução dos negros que dos portos da África se exportam para os do Brasil". 1813.

CARTA DE LEI DE 8 DE JUNHO DE 1815. "Ratifica o Tratado entre o Príncipe Regente de Portugal e o Rei da Grã-Bretanha, assinado em Viena a 22 de janeiro deste ano para a abolição do tráfico de escravos em todos os lugares da Costa da África ao Norte do Equador". 1815.

CARTA DE LEI - DE 8 DE JUNHO DE 1815. "Ratifica a convenção entre o Príncipe Regente de Portugal e o Rei da Grã-Bretanha, assinado em Viena a 21 de janeiro deste ano para terminar as questões e indenizar as perdas dos súditos portugueses tráfico de escravos da África". 1815.

DECRETO DE 5 DE NOVEMBRO DE 1817. "Sobre reexportação ou baldeação das fazendas do comércio de escravos". 1817

CARTA DE LEI DE 8 DE NOVEMBRO DE 1817. "Ratifica a convenção adicional ao Tratado de 22 de janeiro de 1815 entre este Reino e o Grã-Bretanha assinada em Londres em 28 de julho deste ano, sobre o comércio ilícito de escravatura". 1817.

ALVARÁ DE 26 DE JANEIRO DE 1818. "Estabelece penas para os que fizerem comércio proibido de escravos". 1818

Comércio de escravos em todos os portos da Costa d'África ao norte do Equador. Tratado de 22 de janeiro de 1815. Convenção Adicional de 28 de julho de 1817.

DECRETO DE 18 DE AGOSTO DE 1818. "Designa a cidade do Rio de Janeiro para

residência da Comissão mista sobre o comércio ilícito de escravos». 1818.

DECRETO DE 9 DE OUTUBRO DE 1819. "Dá instruções à Comissão Mista estabelecida na cidade do Rio da Janeiro para julgar as embarcações detidas pelo comércio ilícito de escravos». 1819.

DECRETO DE 4 DE JUNHO DE 1821. "Dispensa os navios que se empregam no tráfico da escravatura da visita da Botica e reduz a metade a importância dos emolumentos devidos na saída dos portos». 1821.

CARTA DE LEI DE 23 DE NOVEMBRO DE 1826. "Ratifica a Convenção entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha para abolição do tráfico de escravos". Atos do Executivo - 1826.

DECRETO DE 12 DE ABRIL DE 1832. "Dá regulamento para a execução da Lei de 7 de novembro de 1831 sobre o tráfico de escravos". 1832.

LEI N.° 581 - DE 4 DE SETEMBRO DE 1850. "Estabelece medidas para a repressão ao tráfico africano neste Império". 1850.

DECRETO N.° 708 - DE 14 DE OUTUBRO DE 1850. "Regula a execução da Lei que estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império". 1850.

DECRETO N.° 731 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 1850. "Regula a execução da LEI n.° 581, que estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império". 1850.

DECRETO N.° 1.115 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 1853. "Autoriza o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça a despender no exercício de 1852-l853, além do crédito votado, mais a quantia de cinquenta contos de réis, com a repressão do tráfico de africanos". 1853.

DECRETO LEGISLATIVO N.° 731 - DE 3 DE JUNHO DE 1854. "Declara desde quando deve ter lugar a competência dos auditores de Marinha para processar e julgar os réus mencionados no artigo 3.°, da Lei n.° 581 de 4 de Setembro de 1850, e os casos em que devem ser impostas pelos mesmos auditores as penas de tentativas de importação de escravos".

DECRETO N.° 1506 - DE DEZEMBRO DE 1854. "Autoriza o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios a despender com a repressão do tráfico de africanos, e por conta do exercício 1853-1854, mais a quantia de 25:000$000, 1854.

DECISÕES GOVERNAMENTAIS

N.° 16 - PROVISÃO DA MESA DE DESEMBARGO DO PAÇO DE 26 DE JUNHO DE 1815. "Determina que sejam recebidas, matriculadas e criadas todas as crianças que forem expostas, qualquer que seja a sua cor".

N.° 18 - EM 26 DE FEVEREIRO DE 1844. "Declarando como se deve proceder na matrícula dos escravos, depois de encerrado o processo da mesma matrícula".

N.° 198 - EM 21 DE AGOSTO DE 1852. “Baixa na matrícula de escravos que morrerem”. “Explicação sobre a matrícula dos escravos”. 1853

N.° 44 - FAZENDA - EM 17 DE MARÇO DE 1859. “Sobre a matrícula de escravos menores de doze anos”.

N.° 199 - FAZENDA - EM 8 DE AGOSTO DE 1859. “Sobre multas por falta de matrícula de escravos”.

N.° 41 - FAZENDA - EM 13 DE FEVEREIRO DE 1868. “Determina que na cidade de Niterói se proceda à matrícula dos escravos de conformidade com o artigo 18 da Lei n.°1, e à cobrança da taxa nos devidos tempos, por estar ali feita demarcação para a cobrança da décima urbana”.

N.° 385 - FAZENDA - EM 21 DE NOVEMBRO DE 1871. “Providência sobre a execução do artigo 6.°, da Lei n° 2040 de 28 de Setembro de 1871”.

N.° 458 - JUSTIÇA - EM 10 DE FEVEREIRO DE 1872. “Declara que, onde não residir Promotor Público e não houver Adjunto designado, compete ao Juiz Municipal nomear pessoa idônea, para assistir ao encerramento da matrícula dos escravos”.

N.° 210 - FAZENDA - EM 12 DE JULHO DE 1872. Marca a porcentagem que deve ser abonada aos Coletores e seus Escrivães pelo serviço na nova matrícula dos escravos, e dos filhos livres de mulher escrava”.

N.° 247 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 1 DE JULHO DE 1873. “Resolve que em falta de Coletores e seus Escrivães devem os Agentes do Correio ser incumbidos do serviço da matrícula dos escravos”.

N.° 189 - FAZENDA - EM 29 DE MAIO DE 1873. “Nega aprovação à deliberação da Tesouraria do Amazonas de multar os donos ou administradores de escravos que, pela matrícula opcional a que se está procedendo, se verifica não tê-los dados à matrícula geral”.

N.° 214 - FAZENDA - EM 30 DE JULHO DE 1873. “O serviço de matrícula especial dos escravos nos municípios, cujas Coletorias se acham vagas, deve ser incumbido aos Agentes do Correio e não aos Promotores Públicos atenta a obrigação que a este cabe pelo artigo 15 do Regulamento n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871”.

N.° 297 - FAZENDA - EM 19 DE AGOSTO DE 1873. “Declara aprovada a deliberação que tomou a Tesouraria de Pernambuco, de mandar cobrar a taxa de 500réis pela matrícula dos escravos existentes no município de Vila Bela, não obstante ter-se efetuado a mesma matrícula fora do prazo marcado”.

N.° 334 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE SETEMBRO DE 1813. “Decide que os credores hipotecários devem ser admitidos a promover a matrícula de escravos quando os respectivos senhores se recusem a fazê-lo”.

N.° 431 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE NOVEMBRO DE 1873. “Determina que as pessoas que desistirem da indenização ou prestação dos serviços de filhos livres de suas escravas, são obrigados a dá-los a matrícula”.

N.° 56 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 1.° DE FEVEREIRO DE 1874. "Declarando que, segundo o artigo 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.° 4835 de 1 de dezembro de 1872 a matrícula dos escravos deve ser feita no município em que eles residem".

N.° 132 - FAZENDA - EM 14 DE ABRIL DE 1874. "Confirma o despacho pelo qual o Coletor do Município de Santo Antônio de Sá, negou-se a incluir em uma nova matrícula como escravos, indivíduos que já se achavam ali matriculados com a nota de libertos condicionalmente".

N.° 245 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - 23 DE JUNHO DE 1875. "Declara que são válidas as matrículas dos escravos de um termo onde não havia Estação fiscal, feitas em outro até 30 de setembro de 1873; que são nulas as realizadas depois daquela data; que o benefício da lei deve aproveitar aos escravos que deixarem de ser matriculados, salvo dos respectivos senhores o recurso do artigo 19 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871 e que em relação ao fato de não ter havido matrícula por falta de livros ou pessoal, o Governo oportunamente deliberará".

N.° 462 - FAZENDA - EM 26 DE OUTUBRO DE 1875. "Para a eliminação da matrícula de escravos a lei não exige o prévio registro da carta de alforria em notas de Tabelião".

N.° 516 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE NOVEMBRO DE 1875. "Manda proceder a matrícula de 3 escravos cujas relações foram apresentadas em tempo à Coletoria das Rendas Gerais de Niterói, mas que deixaram de ser escrituradas no livro competente por esquecimento ou descuido do respectivo empregado".

N.° 555 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE NOVEMBRO DE 1875. "Declara que somente depois de passada em julgado uma sentença favorável a um senhor que deixou de matricular em tempo uma sua escrava, pode ser esta matriculada".

N.° 557 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE NOVEMBRO DE 1875. "Autorizando a retificação do nome de um escravo, matriculado com nome indevido, depois de produzida uma procedente justificação".

N.° 579 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE DEZEMBRO DE 1875. "Manda fazer a retificação pedida por Francisco José Teixeira de Mesquita: na matrícula de 4 escravos que por engano foram dados em seu nome à Coletoria Rendas Gerais do Piraí mas que pertencem a sua irmã D. Rosália da Conceição".

N.° 580 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE DEZEMBRO DE 1875. "Mandando averbar a transferência de dois escravos matriculados em nome de Antônio Francisco da Silva e vendidos por seus legítimos herdeiros quando ainda o espólio estava pro indiviso não constando que os mesmos escravos pertencessem a outros herdeiros que não fossem os próprios vendedores".

N.° 581 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE

DEZEMBRO DE 1875. “Pede esclarecimentos a respeito dos municípios nos quais deixou de verificar-se a matrícula de escravos, até o dia 30-09-1873 por falta de agentes oficiais ou dos respectivos livros”.

N.° 16 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE JANEIRO DE 1876. “Manda matricular um escravo, cuja escritura de compra lavrada no decurso do segundo prazo marcado no artigo 16 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871 não contém as declarações exigidas no artigo 45 do mesmo Regulamento, devendo entender-se a disposição deste artigo em relação a outros prazos da matrícula”.

N.° 71 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 14 DE FEVEREIRO DE 1876. “Declara que não incorre em multa o condomínio de um escravo que no ato de matrícula deixou de declarar a circunstância do condomínio nem o marido que requerer, fora do prazo de três meses a averbação em seu nome, de escravos matriculados pela mulher anteriormente ao casamento”.

N.° 175 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE ABRIL DE 1876. “Declara caber a matrícula, ainda depois de encerrados os prazos legais, nos casos em que o senhor é vencedor na 594a e 2a instância em ação intentada na forma do artigo 15 do Regulamento n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871”.

N.° 195 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE ABRIL DE 1876. “Resolve várias dúvidas relativas a um caso de não matrícula de escravos”.

N.° 310 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 2 DE JUNHO DE 1876. “Declara que no caso de desmembramento de uma freguesia deve o Coletor da que houver sido desmembrada remeter ao da nova freguesia uma relação dos escravos na estação competente, com as necessárias observações, a fim de facilitar a escrituração e averbações que tenham de seguir-se-lhe”.

N.° 370 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 27 DE JUNHO DE 1876. “Não cabe multa aos senhores de escravos residentes e matriculados em localidade desmembrada de um município e anexado a outro, quando deixam de declarar esta alteração à coletoria do novo município”.

N.° 283 - FAZENDA - EM 26 DE MAIO DE 1876. “Nega provimento a um recurso, sobre imposição de multa, por não haverem sido dados à matrícula diversos escravos no devido tempo”.

N.° 338 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE JUNHO DE 1876. “O fato de ter sido relevada uma multa imposta pela omissão da matrícula de uma menor livre, não firma regra geral”.

N.° 374 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS EM - 6 DE JULHO DE 1876. “Os encarregados da matrícula devem aceitar para os fins de averbação as notas e escrituras e alienação de escravos, transmissões e outras, ainda quando estas não mencionem a província a que pertence o município em que os escravos foram matriculados”.

N.° 460 - FAZENDA - EM 3 DE AGOSTO DE 1876. “Declara que a multa do artigo

35 combinado com o artigo 33 do Regulamento n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871, deve ser repetida tantas vezes quantos forem os escravos emitidos na declaração de mudança de residência, de domínio ou falecimento".

N.° 514 - FAZENDA - EM 30 DE AGOSTO DE 1876. "Declara que tendo sido aprovado o ato da presidência do Pará negando a inclusão na matrícula especial de quatro filhos de uma escrava, que nasceram em um quilombo, cumpre aguardar o resultado da ação ordinária que os interessados intentarem, para então se resolver, como for de direito quanto à matrícula geral dos mesmos escravos".

N.° 528 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 9 DE SETEMBRO DE 1876. "Regula o modo de proceder quando não houver exibição imediata da matrícula de escravos, nos processos do inventário ou partilhas entre herdeiros ou sócios".

N.° 575 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 28 DE SETEMBRO DE 1876. "Providência sobre a abertura de novo prazo a matrícula (escravos) nos municípios em que por causa de força maior, forem inutilizados os respectivos livros".

N.° 576 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 28 DE OUTUBRO DE 1876. "Providência sobre a execução da matrícula nos municípios em que por causa de força maior, foram inutilizados os livros respectivos".

N.° 585 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE SETEMBRO DE 1876. "É aplicável às causas de que trata o artigo 19 do Regulamento n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871 a regra do artigo 7, § 2.° da Lei n° 2040 de 28 de setembro de 1871".

N.° 724 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE DEZEMBRO DE 1876. "Manda abrir a matrícula de escravos, durante o prazo de um ano, naqueles municípios da Província de Pernambuco, onde tal serviço se não realizou por falta de agentes oficiais ou de livros próprios".

N.° 728 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 23 DE DEZEMBRO DE 1876. "Sobre a matrícula de escravos dentro do prazo legal".

N.° 729 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 23 DE DEZEMBRO DE 1876. "Manda abrir a matrícula dos filhos livres de mulher escrava naqueles municípios da Província de Pernambuco, onde por falta de agentes oficiais ou por deficiência de livros próprios, não tenra sido realizado esse serviço".

N.° 31 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE JANEIRO DE 1877. "Declara que a disposição do artigo 41 do Regulamento n.° 5135 de 13 de novembro de 1872 ficou implicitamente revogada pela do artigo 2.° do Decreto n.° 6341 de 20 de setembro de 1876".

N.° 56 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 14 DE FEVEREIRO DE 1877. "Manda retificar a matrícula de 61 escravos".

N.° 108 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE MARÇO DE 1877. "Resolve a criação de um livro apêndice ao de matrícula especial de escravos,

modelo A, anexo ao Regulamento de 1 de dezembro de 1871".

N.° 125 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 5 DE ABRIL DE 1877. "A doutrina do artigo 47 do Regulamento n.° 5135 de 13 de novembro de 1872 é extensiva aos escravos residentes nas freguesias desanexadas de um município para formarem outro".

N.° 157 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE ABRIL DE 1877. "O fato de haver confessado no ato do batismo a condição livre de um filho de mulher escrava, não isenta o senhor desta da multa em que incorre por não havê-lo dado a matrícula em tempo oportuno".

N.° 197 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE MAIO DE 1877. "Cria um livro apêndice ao da matrícula de ingênuos".

N.° 224 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE JUNHO DE 1877. "Recomenda a observância do artigo 23 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871.

N.° 287 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE JULHO DE 1877. "Manda matricular um ingênuo no município em que a mãe estiver residindo".

N.° 342 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE AGOSTO DE 1877. "Nos municípios em que, por força maior, foi aberto novo prazo para a matrícula, devem ser admitidos a esta, ainda findo o novo prazo, aqueles escravos a respeito dos quais foram exibidas sentenças confirmadas em 2a. instância, quer na hipótese de perda da relação, quer na do artigo 19 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871".

N.° 367 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 6 DE SETEMBRO DE 1877. "Manda fazer no próprio livro de matrícula as averbações relativas aos ingênuos entrados de um em outro município".

N.° 411 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE OUTUBRO DE 1877. "Manda fazer uma averbação de matrícula".

N.° 431 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE OUTUBRO DE 1877. "Manda retificar o nome de uma escrava na matrícula e na classificação".

N.° 483 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE NOVEMBRO DE 1877. "Manda averbar em nome de seu senhor, 23 escravos matriculados no de um credor hipotecário".

N.° 571 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 28 DE DEZEMBRO DE 1877. "Manda o modo de completar o número da relação e o da matrícula dos ingênuos, quando entrados de um em outro município". 1877 - p. 484.

N.° 576 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 28 DE DEZEMBRO DE 1877. "Manda retificar o nome da mãe de um escravo".

N.° 167 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 20 DE MARÇO DE 1878. "Declara que não prejudica os fins essenciais da Circular de 6 de setembro de 1877, que trata da averbação concernente a entrada dos filhos livres de

mulher escrava de um outro município, o fato de se escriturar o nome do município em que o ingênuo foi matriculado, a data da averbação, o número e a data da matrícula no lugar para tal fim destinado, conforme o modelo C - apenso ao Regulamento de 1 de dezembro de 1871".

N.° 320 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE MAIO DE 1878. "Manda abrir de novo, pelo prazo de um ano, matrícula especial de escravos no município de Vila-Bela, visto ter ali começado aqueles serviços três meses antes de findar o segundo prazo marcado no Regulamento que baixou com o Decreto n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871".

N.° 321 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE MAIO DE 1878. "Recomenda o exame da escrituração referente à matrícula especial de escravos e estabelece regras para serem observadas nesse serviço".

N.° 714 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 17 DE OUTUBRO DE 1878. "A elevação de seis meses do prazo de três, primitivamente fixado para a matrícula dos filhos livres de mulher escrava, e para as declarações constantes dos artes. 21 e 31 do Decreto 4835 de 1 de dezembro de 1871, não pode ser extensiva a fatos praticados anteriormente à promulgação dos Decretos n°s 6966 e 6967 de 8 de julho do corrente ano".

N.° 845 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE NOVEMBRO DE 1878. "Declara que pelos Decretos n°s 7089 e 7090 foram alterados os artigos 25, 29 e 32 do Regulamento que baixou com o Decreto n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871".

N.° 50 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 20 DE JANEIRO DE 1879. "Declara que os livros destinados à matrícula dos filhos livres de mulher escrava e respectivos índices na Província do Rio de Janeiro devem ser abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo Diretor Geral das Rendas Públicas".

N.° 214 - FAZENDA - EM 16 DE ABRIL DE 1879. "Manda classificar na renda geral os emolumentos das certidões da antiga e nova matrícula de escravos".

- (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 6 DE MARÇO DE 1880. "Declara que a matrícula de escravos, feita a requerimento de pessoa ilegítima, só pode ser retificada mediante o processo do artigo 19 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871.

N.° 168 - FAZENDA - EM 18 DE MARÇO DE 1880. "A autoridade judicial não é competente para julgar da validade da matrícula de escravos".

N.°11(ADIAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE MARÇO DE 1880. "Declara que a doutrina da Circular de 25 de janeiro de 1877 não é extensiva ao caso especial do artigo 33 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871".

N.° 219 - FAZENDA - EM 8 DE JUNHO DE 1880. "Solve dúvidas relativas a matrícula de escravos".

N.° 290 - FAZENDA - EM 12 DE JUNHO DE 1880. "É competente o Administrador

da Recebedoria para mandar eliminar da matrícula não só o escravo falecido ou vencido, mas também o que não foi dado à matrícula especial de 1872”.

N.° 28 - (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 22 DE JUNHO DE 1880. “Declara falecer competência ao Poder Executivo para ordenar a matrícula de escravos, cabendo a seu presumido senhor a ação do artigo 19 do Regulamento 1 de dezembro de 1871, nos termos ali expressos”.

N.° 21(ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE JUNHO DE 1880. “Declara aproveitar a escravos dados a matrícula, em data posterior ao encerramento desta, a disposição do artigo 19 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871, ficando salvo aos interessados o recurso concedido pela segunda parte do mesmo artigo”.

N.° 29 - (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE JUNHO DE 1880. “Consulta o Ministério dos Negócios da Fazenda acerca da inteligência do artigo 27 do Regulamento n.° 7536 de 15 de novembro de 1879”.

N.° 30 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 26 DE JUNHO DE 1880. “Autoriza a matrícula de vários escravos a vista de decisão do Poder Judicial, recomendando a observância das formalidades regulamentares”.

N.° 32 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 16 DE JULHO DE 1880. “Declara aplicável a disposição da primeira parte do artigo 19 do Regulamento de 1 de dezembro de 1871 ao caso em que o senhor, obtida as sentença de que trata o mesmo artigo, deixa de matricular o escravo. em prazo igual ao da matrícula, e inaplicável a esta omissão o recurso facultado pela segunda parte do precitado artigo”.

N.° 33 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 26 DE’ JULHO DE 1880. “Manda observar as formalidades prescritas pelo artigo 14 do Regulamento que baixou com o Decreto n.° 5135 de 13 de novembro de 1812, explicando o Aviso Circular de 17 de maio último”.

N.° 430 - FAZENDA - EM 9 DE NOVEMBRO DE 1880. “Sobre a matrícula de escravos”.

N.° 43 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE SETEMBRO DE 1880. “Resolve dúvida sobre a averbação da mudança de residência de escravos, que foram matriculados depois do prazo legal”.

N.° 61 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE SETEMBRO DE 1880. “Manda executar a disposição do n.°2, § 2.°, do artigo 27 do Regulamento de. 13 de novembro de 1872”.

N.° 43 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 5 DE ABRIL DE 1881. “Solicita providências no sentido de ser intentado o recurso de que trata o artigo 8, § 2.°, do Regulamento de 13 novembro de 1872”.

N.° 48 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 9 DE ABRIL DE 1881. “Fixa a inteligência do artigo 42 do Regulamento de n.° 5135 de 13

de novembro de 1872”.

N.° 92 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE JULHO DE 1881. “Manda intentar recurso em favor de 4 escravos não matriculados”

N.° 96 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE JULHO DE 1881. “Manda cancelar a matrícula de três presumidos libertos”.

N.°109 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE SETEMBRO DE 1881. “Denega a matrícula de uma escrava”.

N.°117 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE OUTUBRO DE 1881. “Estabelece regras acerca de omissões na matrícula especial de escravos”.

N.°1 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 16 DE JANEIRO DE 1882. “Dá explicações relativas a execução do Regulamento de 1 de dezembro de 1871”.

N.° 14 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE SETEMBRO DE 1882. “Manda manifestar revista contra um acórdão da Relação de São Luiz acerca de matrícula de escravos».

N.° 15 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 26 DE SETEMBRO DE 1882. “Sobre os recursos do artigo 43, membro 1.°, do Regulamento de 1 de dezembro de 1871”.

N.° 81 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 11 DE JULHO DE 1883. “Recomenda a estrita execução do artigo 46, § 2.° do Regulamento de 13 de novembro de 1872”.

N.° 49 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS. PÚBLICAS - EM 29 DE FEVEREIRO DE 1884. “Declara que a penalidade cominada no Regulamento n.° 4835 de 1 de dezembro de 1871 rege-se pelo Decreto n.°7536 de 15 de novembro de 1879”.

N.° 3 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE JULHO DE 1884.. “Interpretação. do artigo 27, § 1.°, n.°1 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.° 5135 de 13 de novembro de 1872”.

N.° 109 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE OUTUBRO DE 1885. “Declara que a disposição do § 7.° do artigo 3.° da Lei n.° 3270 de 28 de setembro de 1885 só terá execução quanto à limitação do valor dos escravos, depois que começar a correr o prazo para nova matrícula”.

N.° 127 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE DEZEMBRO DE 1885. “Dá instruções para execução da Lei n.° 3270 de 28 de Setembro de 1885 e do respectivo Regulamento”.

N.° 29 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE MARÇO DE 1886. “Resolve dúvidas sobre idade de matriculandos e arrolandos e sobre o valor dos escravos”.

N.° 32 - JUSTIÇA - EM 24 DE MAIO DE 1886. “Providência sobre a nova matrícula

de que trata a Lei n.° 3270 de 28 de setembro de 1885".

N.° 89 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1886. "Resolve dúvidas sobre matrícula de escravos e arrolamento de sexagenários".

N.° 102 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS EM 5 DE OUTUBRO DE 1886. "Resolve dúvida sobre a nova matrícula de escravos que na antiga tinham a nota de libertos".

N.° l05 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE OUTUBRO DE 1886 "Resolve dúvidas sobre matrículas de escravos".

N.° 114 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE NOVEMBRO DE 1886. "Resolve dúvidas sobre matrícula de escravos».

N.° 2 (ADITAMENTO)- AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JANEIRO DE 1887. "Resolve consulta sobre a obrigação dos Coletores remeterem aos Juizes de órfãos a relação dos escravos africanos matriculados".

N.° 9 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM l7 DE MARÇO DE 1887. "Marca o prazo de 30 dias para a escrituração das relações de matrícula que não forem inscritas até 30 de março".

N.° 30 - FAZENDA - EM 18 DE MARÇO DE 1887. "Providência sobre o recebimento de relações de escravos para a nova matrícula".

N.° 12 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 27 DE ABRIL DE 1887. "Declara que o desconto da porcentagem do preço dos escravos não pode ser admitido antes de encerrada a nova matrícula".

N.° 14 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 5 DE JULHO DE 1887. "Sobre matrícula de escravos de condôminos".

N.° 73 - FAZENDA - EM 8 DE JULHO DE 1887. "Declara qual a disposição de lei que aproveita aos senhores que houverem deixado de dar à matrícula seus escravos, ou desistirem dos serviços dos que tocarem a idade de 60 anos"

N.°17 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE SETEMBRO DE 1887. "A falta de pagamento de emolumentos não invalida a matrícula de escravos".

N.° 62 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE OUTUBRO DE 1887. "Manda que seja cancelada a matrícula dos indivíduos incluídos no rol dos escravos depois de alforriados condicionalmente".

N.° 21 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE OUTUBRO DE 1887. "Manda cancelar a matrícula de escravos alforriados condicionalmente".

N.° 22 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS ° EM 22 DE OUTUBRO DE 1887. "Declara que, encerrada a matrícula, não é aceita nova relação de matriculandos ou arrolandos senão nos casos expressos no artigo 13 do Regulamento 14 de novembro de 1885".

N.° 24 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 29 DE OUTUBRO DE 1887. “Sobre irregularidades havidas na matrícula de escravos”.

N.° 25 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS – 9 DE NOVEMBRO DE 1881. “Deve ser feito o abatimento de 25% no valor das escravas, embora o processo se tenha realizado antes da nova matrícula”.

N.° 31 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE NOVEMBRO DE 1887. “Sobre matrícula de escravos libertos condicionalmente e causa mortis.

N.° 34 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 25 DE NOVEMBRO DE 1887. “Sobre matrícula de escravos libertos em testamento aberto”.

N.° 43 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE DEZEMBRO DE 1887. “Nas participações de mudança de domicílio de escravos deve ser mencionado o valor da nova matrícula”

N.° 45 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE DEZEMBRO DE 1887. Cancelamento de matrícula de escravos libertos condicionalmente”.

N.° 414 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE NOVEMBRO DE 1873. “Decide que a classificação dos escravos deve ser feita no município, onde se procedeu a matrícula cumprindo à Junta classificadora compreender todos os escravos matriculados sem atender para as forças do fundo de emancipação e dedicar-se a este serviço em dias consecutivos”.

N.° 138 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS EM 18 DE ABRIL DE 1814. “Declara ser gratuito o serviço de classificação de escravos e manda arbitrar quantia para as despesas do expediente”.

N.° 190 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE MAIO DE 1875. “Declara ser gratuito o serviço de classificação de cravos de que trata o Regulamento de 13 de novembro de 1872”.

N.° 205 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 31 DE MAIO DE 1875. “Declara que a classificação deve compreender todos os escravos matriculados, procedendo-se a verificação do valor dos mesmos fundos que sejam os respectivos trabalhos, e a libertação dos classificados pelo fundo de emancipação, guardadas as disposições do artigo 23 e seguintes do Regulamento de 13 de novembro de 1872”.

N.° 241 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE JUNHO

DE 1875. “Esclarece vários pontos relativos a classificação de escravos, sob os dois títulos - FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS”.

N.° 242 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE JUNHO DE 1875. “Declara que as Juntas classificadoras de escravos devem trabalhar em dias consecutivos e horas em que possa comparecer o Coletor; que a classificação deve. ter por base a matrícula, podendo a Junta exigir dos senhores, possuidores ou quaisquer

funcionários os esclarecimentos de que carece, impondo multas a quem negar tais esclarecimentos; - e que a pena de prisão, imposta pela autoridade judiciária, só é aplicável aos que de má fé derem seus escravos à classificação».

N.° 243 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE JUNHO DE 1875. "Declara que, não só os cônjuges pertencentes a um senhor e os filhos menores a outro, como as mães com filhos menores nas mesmas condições e também o cônjuge que permanece no cativeiro sendo livre o seu consorte, devem ser classificados sob o título - FAMÍLIAS; e que os escravos menores de 12 anos cujos pais houverem falecido ou ignore a Junta a quem pertençam - devem ser classificados sob o título - INDIVÍDUOS".

N.° 289 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 17 DE JULHO DE 1815. "Resolve diversas dúvidas sobre o processo de classificação de escravos".

N.° 413 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE OUTUBRO DE 1875. "Declara ser gratuito o serviço da classificação de escravos".

N.° 501 - GUERRA - EM 10 DE NOVEMBRO DE 1875. "Manda chamar o Promotor Público para fazer parte da Junta de revisão cabendo ao Adjunto do dito Promotor substituir a este na Junta de classificação de escravos visto ser o serviço de revisão mais importante do que o de classificação de escravos».

N.° 508 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE NOVEMBRO DE 1875. "Resolve diversas dúvidas sobre a classificação de escravos".

N.° 556 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE NOVEMBRO DE 1875. "Aprova a autorização dada a uma Tesouraria de Fazenda para o fornecimento de livros requisitados por algumas Juntas de classificação de escravos".

N.° 194 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE ABRIL DE 1876. "Resolve dúvidas sobre a classificação de escravos».

N.° 219 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 2 DE MAIO DE 1876. "Declara que devem ser classificados todos os escravos matriculados, e que os escravos menores de 12 anos, que não tiverem pai vivo e sim mãe liberta, devem ser compreendidos no n.° II, do artigo 27 do Regulamento de 13 de novembro de 1872".

N.° 220 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 2 DE MAIO DE 1876. "O Escrivão do Juiz de Paz não se pode eximir do serviços das Juntas classificadoras de escravos, sendo suprida sua falta ou impedimento pelo cidadão que o respectivo Presidente nomear".

N.° 229 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 4 DE MAIO DE 1876. "Declara que deve ser feita em primeiro lugar a classificação de - FAMÍLIAS - e em segundo a de - INDIVÍDUO - preferindo em uma e outra classe, os escravos que já houverem entrado com certa quota para sua libertação, e observando-se o que dispõe o cap. 3.° do Regulamento de 13 de novembro em relação ao pecúlio".

N.° 245 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE MAIO DE 1876. "Declara que a classificação de uma família escrava, embora os membros de que se

compõe residam em diferentes municípios, deve ser feita naquele em que a mesma família tiver sido matriculada".

N.° 302 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 31 DE MAIO DE 1876. "Resolve sobre a classificação, arbitramento do valor e transferência de escravos".

N.° 309 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS EM 2 DE JUNHO DE 1876. "Declara que os trabalhos anuais das Juntas classificadoras de escravos, uma vez concluídos, subsistem inalteráveis até a futura reunião".

N.° 322 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JUNHO DE 1876. "Declara que, salvo a única exceção prevista no artigo 90 § 3.° do Regulamento de 13 de novembro de 1872, os alforriados com cláusulas de serviço não podem ser contemplados na classificação, e, se classificados, devem ser omitidos".

N.° 346 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 16 DE JUNHO DE 1876. "Releva a multa de 50$000 imposta pelo Presidente da Província ao Promotor Público da Comarca de Serinhaém por não ter feito a classificação de escravos".

N.° 393 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1876. "Estabelece regras sobre a classificação de escravos».

N.° 551 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE SETEMBRO DE 1876. "Sem embargo de não constar das matrículas o número de ordem, devem os escravos ser classificados".

N.° 561 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 22 DE SETEMBRO DE 1816. "Ordem em que devem ser classificados os escravos maiores de 50 anos e menores de 12".

N.° 621 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE OUTUBRO DE 1816. "A falta de declaração do valor dos escravos classificados por parte dos respectivos senhores não invalida a classificação".

N.° 101 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1816. "Pode ser admitida a declaração do valor dos escravos classificados independentemente da exibição dos documentos comprobatórios do seu estado de filiação".

N.° 134 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE ABRIL DE 1877. "Menores filhos de escravo casado com pessoa livre são classificados conjuntamente com a mãe ou pai".

N.° 135 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM l0 DE ABRIL DE 1877. "Reitera a decisão do Aviso de 12 de novembro de 1875, relativamente a classificação de escravos menores de 21 anos, filhos de cônjuges".

N.° 145 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE ABRIL DE 1877. "Cria um livro apêndice ao de que trata o artigo 21, § 1.°, do Regulamento de 1 de dezembro de 1877.

N.° 186 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE MAIO DE 1877. "Dá solução a várias dúvidas sobre classificação e libertação de escravos".

N.° 187 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE MAIO DE 1877. “Aprova uma decisão sobre classificação de escravos”.

N.° 292 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE JULHO DE 1877. “Anula os trabalhos de duas Juntas classificadoras de escravos”.

N.° 432 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE OUTUBRO DE 1877. “Aprova uma decisão sobre classificação de escravos”.

N.° 22 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE JANEIRO DE 1878. “Aprova o procedimento do Juiz de Órfãos no município de S. Fidélis que não libertou três escravos inscritos no meio das relações dos classificados por não os ter avaliado o Coletor, e bem assim os que na mesma relação se lhes seguiam”.

N.° 222 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE ABRIL DE 1878. “Declara que nenhum procedimento cabe ao Juiz de Órfãos em relação ao fato de não terem sido classificados, com todos os indivíduos a elas pertencentes, as famílias escravas inscritas em dois e três lugares, sendo parte no arbitramento o senhor do escravo e o Coletor, não pode este funcionar nos casos em que aquele é seu tio e que sendo diversas a caráter dos atos da administração e dos da ordem judiciária, não há razão para que se aplique a todos indistintamente a mesma regra das suspeições”.

N.° 712 - FAZENDA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 1879. “Autoriza a prorrogação do prazo marcado para a entrega da nova relação de escravos”.

N.° 1 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 5 DE JANEIRO DE 1880. “Declara que nem a oferta de uma quota para a libertação, nem a insuficiência da que haja sido distribuída ao município, autorizam a inversão da ordem da classificação”.

N.° 71 - FAZENDA - EM 3 DE FEVEREIRO DE 1880. “Prorroga o prazo para a entrega da nova relação dos escravos existentes dentro dos limites sujeitos a taxa a que; se refere o artigo 2.° do Regulamento n.° 7536 de 1879”.

N.° 12 - FAZENDA - EM 4 DE FEVEREIRO DE 1880. “Prorroga por mais trinta dias o prazo para a entrega da nova relação de escravos”.

N.° 26 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRASPÚBLICAS - EM 16 DE JUNHO DE 1880. “Ordena a observância de um modelo na organização das relações a que se refere o artigo 42 do Regulamento que baixou com o Decreto n.° 5135 de 13 de novembro de 1872”.

N.° 41 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 17 DE NOVEMBRO DE 1880. “Regula o modo da substituição dos membros das Juntas classificadoras”.

N.° 42 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - AVISO DE 23 DE SETEMBRO DE 1880. “Aprova a decisão dada pela Presidência da Província de Pernambuco a dúvidas suscitadas no serviço classificação de escravos”.

N.° 48 (ADITAMENTO) - FAZENDA - EM 9 DE OUTUBRO DE 1880. “A relação de

escravos exigida pelo Regulamento de 15 de novembro de 1879 é relativa aos existentes nas cidades, vilas e povoações e não aos que se acham em distritos rurais”.

N.° 52 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 16 DE OUTUBRO DE 1880. “Autoriza o uso de cadernos nos trabalhos da Junta classificadora de escravos”.

N.° 59 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE OUTUBRO DE 1880. “Resolve dúvidas acerca da classificação de escravos”.

N.° 55 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 27 DE OUTUBRO DE 1880. “A Junta classificadora deve reunir-se no dia marcado, ainda quando a quota distribuída ao município for insuficiente para a libertação de um escravo”.

N.° 58 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE NOVEMBRO DE 1880. “Providência acerca da substituição do Presidente da Câmara Municipal no serviço da Junta classificadora de escravos”.

N.° 63 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 10 DE DEZEMBRO DE 1880. “Declara não ficar inibido o Presidente da Câmara Municipal de servir na Junta classificadora de escravos por ter de presidir as sessões destinadas a apuração de votos e regula o modo por que deve ser substituído na Junta o mesmo funcionário quando em exercício do cargo de suplente do Juiz municipal”.

N.° 68 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE DEZEMBRO DE 1880. “Anula a classificação de escravos a que se procedeu no município de Campanha, Província de Minas Gerais, já por haverem servido na Junta dois cunhados com infração do Aviso de 14 de agosto de 1816, já por ter sido inobservado o artigo 27 do Regulamento de 13 de novembro de 1872”.

N.° 6 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 15 DE JANEIRO DE 1881. “A classificação de um escravo em um ano não lhe dá direito a ser compreendido na do ano seguinte”.

N.° 46 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 7 DE ABRIL DE 1881. “Declara nula a classificação de um escravo fugido”.

N.° 56 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 5 DE MAIO DE 1881. “Recomenda a exclusão de dois escravos classificados como casados, e reconhecidos viúvos sem filhos”.

N.° 61 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE MAIO DE 1881. “Resolve dúvidas sobre classificação de escravos” .

N.° 62 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRASNPÚBLICAS - EM 21 DE MAIO DE 1881. “Resolve dúvidas sobre classificação de escravos”.

N.° 64 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS – EM 31 DE MAIO DE 1881. “Resolve dúvidas acerca de classificação”.

N.° 65 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 3 DE JUNHO DE 1881. “Providência sobre dificuldades trazidas à classificação e libertação

de escravos por parte dos senhores destes”.

N.° 71 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 11 DE JUNHO DE 1881. “Indica regras para o serviço de classificação e libertação de escravos”.

N.° 13 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 14 DE JUNHO DE 1881. “O Governo tem faculdade de manter a classificação dos escravos, se ela não estiver de acordo com as prescrições legais”.

N.° 16 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE JUNHO DE 1881. “O Juiz de Órfãos não conhece do merecimento de uma classificação de escravos. A doença de ausência de escravos não é motivo de preterição”.

N.° 77 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE JUNHO DE 1881. “Resolve dúvidas sobre classificação de escravos».

N.° 79 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE JUNHO DE 1881. “Exceto viúva com filhos menores escravos, todos os escravos viúvos são classificados na ordem dos indivíduos. Cônjuges separados por venda antes da Lei de 15 de setembro de 1869 não perdem direito a classificação”.

N.° 85 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1881. “Escravo classificado num município e transferido para outro não perde o direito a alforria no primeiro”.

N.° 86 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1881. “Resolve sobre classificação de escravos mudados de município”.

N.° 87 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1881. “Filhos menores havidos antes do casamento de mãe escrava devem ser classificados com esta e seu cônjuge na mesma ordem e número de preferência”.

N.° 88 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 8 DE JULHO DE 1881. “Resolve dúvidas sobre classificação de escravos».

N.° 95 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE JULHO DE 1881. “Dá várias indicações relativamente ao serviço de classificação de escravos”.

N.° 98 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE AGOSTO DE 1881. “A ilegitimidade da filiação materna não exclui da ordem das famílias os filhos escravos menores”.

N.° 99 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE AGOSTO DE 1881. “Não há recurso da decisão do Juiz de Órfãos sobre classificação de escravos, mas o Presidente da Província pode mandar reformar a classificação, para o fim de fazer observar formalidades substanciais desse processo administrativo”.

N.° 100 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 13 DE AGOSTO DE 1881. “Não subsiste a classificação feita na ordem e indicação de cônjuges com filhos escravos para o efeito de alforriar ao viúvo e filhos, verificando-se que

a cônjuge faleceu antes da classificação”.

N.° 101 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 25 DE AGOSTO DE 1881. “Reitera decisões acerca da classificação de escravos e acrescenta que a maior importância de pecúlio determina prelação de escravos nas mesmas condições”.

N.° 102 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 25 DE AGOSTO DE 1881. “Resolve dúvida relativa à classificação de escravos e indenização da alforria”.

N.° 103 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 25 DE AGOSTO DE 1881. “Trata da classificação de escravos viúvos e de escravos casados com pessoas livres e do efeito do pecúlio na classificação”.

N.° 105 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 25 DE AGOSTO DE 1881. “As circunstâncias do artigo 27 do Regulamento de 13 de novembro de 1872 só determinam preferência na mesma ordem e indicação dos classificados”.

N.° 112 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 4 DE OUTUBRO DE 1881. “Livros e papéis concernentes aos trabalhos da Junta classificadora de escravos recolhem-se oportunamente ao arquivo da Câmara Municipal respectiva”.

N.° 116 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 18 DE OUTUBRO DE 1881. “Dá provimento a uma petição de recurso por inversão da ordem numérica da classificação de escravos”.

N.° 120 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 29 DE OUTUBRO DE 1881. “Filhos menores escravos têm a mesma classificação dos cônjuges seus pais ou da mãe solteira ou viúva”.

N.° 106 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS EM 12 DE SETEMBRO DE 1881. “Esperança de alforria por testamento não tira ao escravo o direito à classificação”.

N.° 124 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE DEZEMBRO DE 1881. “Providência acerca do serviço de matrícula e classificação de escravos em dois municípios regidos por uma só Coletoria”.

N.° 8 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 29 DE MAIO DE 1882. “Resolve dúvidas sobre classificação e libertação de escravos”.

N.° l0 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE JUNHO DE 1882. “Resolve dúvidas sobre classificação e libertação de escravos”.

N.° 13 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS – EM 23 DE AGOSTO DE 1882. “Declara que a Junta classificadora não pode decidir de reclamações sobre classificação terminada”.

N.° 17 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM

14 DE NOVEMBRO DE 1882. “Trata da classificação de escravos menores”.

N.° 18 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 24 DE NOVEMBRO DE 1882. “Resolve dúvidas sobre classificação de escravos”.

N.° 21 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 21 DE DEZEMBRO DE 1882. “Manda manter a classificação de um escravo, cuja mulher, de condição livre, faleceu depois dele classificado”.

N.° 24 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 29 DE DEZEMBRO DE 1882. “Resolve dúvidas sobre classificação de escravos”.

N.° 6 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS – EM 5 DE JANEIRO DE 1883. “Sobre alienação e remoção de escravos, pendente o processo de classificação e arbitramento».

N.° 15 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE JANEIRO DE 1883. “Recomenda às Juntas classificadoras de escravos, Juízo de órfãos e repartições e agentes fiscais a observância de certas regras”.

N.° 41 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 28 DE FEVEREIRO DE 1883. “Resolve uma consulta da Junta classificadora de escravos de Cantagalo”.

N.° 48 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE MAIO DE 1883. “Resolve uma consulta da Junta classificadora de Goiana”. AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 7 DE JUNHO DE 1883. “Resolve uma consulta acerca de classificação de escravos e confirma o Aviso de 24 de novembro de 1882.

N.° 71 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE JUNHO DE 1883. “Providência acerca do abuso que se dá de casarem escravos durante os trabalhos das Juntas classificadora, a fim de forçar a preferência”.

N.° 82 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 12 DE JULHO DE 1883. “Sendo irmãos o Promotor Público e o Coletor de rendas, não podem servir na mesma Junta de classificação”.

N.° 93 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE AGOSTO DE 1883. “Resolve uma questão de classificação de escravos”.

N.° 111 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 20 DE NOVEMBRO DE 1883. “Resolve uma dúvida acerca de escravos não adjudicados em partilha e classificados para a alforria por conta do fundo de emancipação”.

N.° 114 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE NOVEMBRO DE 1883. “A classificação de um escravo, não libertado por deficiência da quota, não se pode supor subsistente no ano seguinte”.

N.° 116 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 11 DE DEZEMBRO DE 1883. “Classificado o escravo, e iniciado o processo de arbitramento, fica o senhor inibido de inovar-lhe a condição”.

N.° 71 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE JUNHO DE 1885. “Aprova a solução dada pela Presidência de Santa Catarina à consulta da Junta

classificadora de escravos do município de Laguna".

N.° 83 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 30 DE JULHO DE 1885. "Havendo dúvida sobre a existência de ascendentes ou descendentes de um escravo classificado, a avaliação deste é provisória".

N.° 119 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE DEZEMBRO DE 1886. "Resolve dúvidas sobre classificação de escravos".

N.° 8 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 1 DE MARÇO DE 1881. "Declara que, havendo dúvida sobre o estado de qualquer escravo classificado, o juiz de Órfãos pode exigir a certidão de casamento".

N.° 18 (ADITAMENTO) - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 19 DE SETEMBRO DE 1881. "Resolve dúvidas sobre classificação e avaliação de escravos".

LIBERTAÇÃO DE ESCRAVIZADOS - LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS.

LEI DE 7 DE NOVEMBRO DE 1831. "Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos".

DECRETO N.° 30 - DE 11 DE AGOSTO DE 1837: "Autorizando o Tutor de Sua Majestade Imperial a conceder alforria graciosa aos quatro escravos que carregaram o Mesmo Augusto Senhor em cadeirinha na sua convalescência".

DECRETO N.° 1303 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 1853. "Declara que os africanos livres cujos serviços foram arrematados por particulares, ficam emancipados depois de quatorze anos, quando o requeiram, e providencia sobre o destino dos mesmos africanos".

DECRETO N.° 3310 - DE SETEMBRO DE 1864. "Concede emancipação a todos os africanos livres existentes no Império".

LEI N.° 2040 - DE 28 DE SETEMBRO DE 1871. "Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos".

DECRETO N.° 5135 - DE 13 DE NOVEMBRO DE 1872. "Aprova o regulamento geral para a execução da Lei n.° 2040 de 28 de setembro de 1871".

DECRETO N.° 6341 - EM 20 DE SETEMBRO DE 1876. "Altera algumas disposições do Regulamento aprovado pelo Decreto n.° 5135 de 13 de novembro de 1871".

DECRETO N.° 8020 - AGRICULTURA, - EM 26 DE FEVEREIRO DE 1881. "Revoga a última parte do artigo 39 do Regulamento que baixou com o Decreto n.° 5135 de 13 de novembro de 1872".

LEI N° 3270 DE 28 DE SETEMBRO DE 1885. "Regula a extinção gradual do elemento servil".

DECRETO N.° 9602 - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS - EM 23 DE JULHO DE 1886. "Aprova o Regulamento para a execução dos artigos 3 e 4 da Lei n.°

3210 de 28 de setembro de 1885”.

LEI N.° 3353 - DE 13 DE MAIO DE 1888 (AGRICULTURA). “Declara extinta a escravidão no Brasil”.

CONCLUSÃO:

Por hora concluímos nossa compilação, porém a conclusão deste trabalho não esgota a legislação referente aos escravizados, muito ainda há sobre a questão, mas buscaremos trazer tais conhecimentos em uma segunda parte desta obra.

Desejamos que este trabalho possa contribuir para o conhecimento legal das legislações escravistas à nova geração que nos dias atuais se preocupam em manter viva a chama do direito à história legal escravista do Brasil.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Cândido Mendes de et al. **Codigo Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal**: recopiladas por mandado d’El-Rey D. Philippe I, v. 14, p. 638-639, 1870.

BANDECCHI, Brasil. **Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil**. Revista de História. São Paulo, ano XXIII, v. 44, n. 89, p. 206-213, 1972.

CHIGNOLI, Daniel Nogueira. **Legislação sobre escravidão no Reino e na América portuguesa.** Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 114, p. 349-362, 2019.

Re-escravização, Direitos e Justiças no Brasil do ... – ANPUH https://anpuh.org.br › uploads › anais-simposios › pdf . Acesso em 16/03/2022

LARA, Silvia Hunold. **Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa.** Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis/ Fundación Hernando de Larramendi, 2000

MENDES, Cândido. **Codigo Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal**. Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino https://ahu.dglab.gov.pt/. Acesso em 23/07/2022

Re-escravização, Direitos e Justiças no Brasil do ... – ANPUH https://anpuh.org.br › uploads › anais-simposios › pdf . Acesso em 16/03/2022

CAPÍTULO 9

MÉTODOS MISTOS EM PESQUISA DE INSTITUIÇÕES TOTAIS

Data de aceite: 02/06/2023

Aline Prado Atassio
Doutora em Ciências Sociais. Professora – UESC

Humberto José Lourenção
Doutor em Ciências Sociais. Pós-doutorado em Ciências Militares

RESUMO: A utilização de métodos de pesquisa mistos em Ciências Sociais é tida como amplamente benéfica e recomendável. Porém nem sempre ela é realizada, seja pelo purismo das áreas, seja por falta de domínio das técnicas pelos pesquisadores. O presente trabalho procura demonstrar o valor da utilização de métodos mistos através do estudo do processo de construção de uma tese de doutorado que utilizou a triangulação de dados obtidos a partir de diferentes métodos de pesquisa. O objeto da tese foi uma instituição total, a Escola de Sargentos das Armas (EsSA) do Exército Brasileiro, um caso que acarretou desafios singulares, tanto por ser uma instituição total como por ser uma instituição militar. Os resultados levantados nesta tese só foram possíveis graças à junção de diferentes metodologias: referências bibliográficas com dados primários e secundários, entrevistas semiestruturadas e pesquisa de campo de natureza etnográfica. Tal conjugação de metodologias suscitou novas considerações sobre estudos militares, que foi a área específica da tese, e provocou novos debates sobre a interação de métodos distintos em uma mesma pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Métodos Mistos, Pesquisa de Campo, Instituições Totais. Forças Armadas.

ABSTRACT: The use of joint research methods in Social Sciences is widely regarded as desirable and recommended. However, it is not always carried out, either because of the purism of the areas, or because of the researcher's lack of mastery of the techniques. This work seeks to demonstrate the value of using mixed methods through the study of the process of building a doctoral thesis that used the triangulation of data obtained from different research methods. The object of the thesis was a total institution, the Escola de Sargentos das Armas (EsSA) of the Brazilian Army, a case that entailed unique challenges, both for being a total institution and for being a military institution. The results raised in this thesis were only

possible thanks to the interaction of different methodologies: bibliographical references with primary and secondary data, semi-structured interviews and field research of ethnographic nature. This combination of methodologies raised new considerations about military studies, which was the specific area of the thesis, and provoked new debates about the interaction of different methods in the same research.
KEYWORDS: Mixed Methods, Field Research, Total Institutions. Armed Forces.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos e a subdivisão das Ciências Sociais em áreas específicas (Sociologia, Política e Antropologia) desde o início da graduação (MICELI, 1989), houve também uma disputa pelas metodologias por parte destas áreas, o que culminou com a criação de nichos de atuação, implicando em um purismo não justificado para a realização de pesquisas. A antropologia pegou para si a etnografia, a Sociologia ficou com as entrevistas e a Ciência Política optou pela utilização em larga escala do método quantitativo. Em comum, todas as áreas realizam a revisão bibliográfica. Aos discentes, a especialização excessiva em uma área trouxe os benefícios do maior domínio de conteúdo teórico específico, porém o domínio de métodos distintos deixou de ser uma característica dos estudantes de Ciências Sociais.

A redação deste texto traz uma provocação: utilizaremos a primeira pessoa do plural, recurso aceito na Antropologia, porém não muito utilizado na Ciência Política, que utiliza majoritariamente a redação impessoal. Acreditamos que as vozes presentes no texto precisam ser caracterizadas e não há implicações decorrentes do processo de pessoalização, uma vez que o objetivo do texto se fundamenta em um relato de caso pessoal.

A impessoalidade recomendada pelos teóricos na abordagem do texto acadêmico é uma busca pela desvinculação do autor com o trabalho, uma constante procura por impessoalidade, apagando o princípio da autoridade de quem propõe uma solução para o problema investigado. “A autoria imprime força à solução, na medida em que expressa a responsabilidade e o comprometimento do pesquisador com os resultados alcançados” (OLIVEIRA, 2015, p.4).

Desta forma, partiremos aqui de um relato de pesquisa. Isso porque pretendemos defender os métodos mistos e a interdisciplinaridade como forma de realização de uma pesquisa mais completa e frutífera, e isso implica também na revisão de como o pesquisador se coloca perante sua própria produção.

É inegável que há uma tensão histórica entre os métodos quantitativos e qualitativos. Diversas correntes surgiram ao longo da história das Ciências Sociais defendendo os usos e abusos de determinadas técnicas de obtenção e análise de dados. Bryman (1984) e Morgan (2007), afirmaram que o debate entre métodos é ontológico e epistemológico:

> De um lado, tem-se a visão positivista de que os métodos e técnicas das

Ciências Humanas devem aproximar-se daqueles das Ciências Naturais. De outro, os seguidores do interpretativismo defendem que as Ciências Naturais e Sociais constituem abordagens distintas e, por isso, requerem métodos específicos. Estudar um componente químico em um laboratório é totalmente diferente da investigação dos fenômenos sociais. Para a posição interpretativista, existe uma diferença fundamental entre os mundos natural e social: o significado. Por isso, a realidade social deve ser interpretada. Na tradição sociológica alemã, o termo Verstehen é utilizado como sinônimo de compreensão/interpretação. Dessa forma, o principal componente da abordagem hermenêutica é o significado subjetivo das ações (Marsh; Furlong, 2002: 24)" (PARANHOS, 2016, p.388).

A combinação de técnicas quantitativas e qualitativas são atualmente vistas com excelentes olhos, porém são poucos os trabalhos que se valem de multimétodos. Para que um conhecimento receba a caracterização de científico é de fundamental importância a sua verificabilidade. Assim, conforme Gil (1999) é essencial determinar as táticas e métodos utilizados pelo cientista que possibilitaram a conclusão de determinado conhecimento. Este texto objetiva mostrar quais são as vantagens da triangulação metodológica, através da exposição da metodologia utilizada para a realização do trabalho de doutorado de um dos autores do presente artigo.

Sobre a metodologia qualitativa, Minayo (1994) afirma que ela proporciona a apreensão de dados não visíveis, aqueles decorrentes da ação humana e do mundo das significações, que podem ser decifrados pela reflexão e interpretação. Na tese a principal estratégia qualitativa utilizada foi a pesquisa etnográfica, através da observação participante, além das entrevistas que foram conduzidas. A observação participante permite ao pesquisador exercer simultaneamente um papel subjetivo, como participante, e um objetivo, como observador, sem que haja a necessidade da armação artificial de um experimento. Da Matta (1978), define o "fazer etnografia" através de dois movimentos contínuos e complementares em que, por um lado, o pesquisador atua transformando o exótico em familiar, na tentativa de compreender um universo de significação diferente do que estamos acostumados; e, por outro, transformando o familiar em exótico, pelo questionamento da prática de pesquisa.

CULTURA INSTITUCIONAL E PROFISSÃO MILITAR

Cultura é tudo o que um povo ou comunidade cultiva: tecnologias, padrões de comportamento, normas, valores e crenças. Este termo pode ser definido como um todo complexo que abarca conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e outras capacidades adquiridas pelo homem como integrante da sociedade (TYLOR apud KAHN, 1975). Em uma instituição a cultura se manifesta principalmente na forma de crenças compartilhadas, que se refletem nas normas e tradições historicamente constituídas. A cultura de uma instituição também pode ser observada quando materializada em símbolos (insígnias), rituais, uniformes, móveis, edifícios e outros componentes estéticos.

No processo de enculturação ou socialização, ou seja, na transmissão e assimilação da cultura, as novas gerações internalizam os conteúdos culturais provindos pelas gerações anteriores. Trata-se de uma “ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (BERGER & LUCKMANN, 1978), o que resulta na formação do “Eu”, ou seja, da identidade individual e social.

Toda instituição age para que seus novos membros desenvolvam atitudes e sentimentos coletivos específicos daquela instituição; ou seja, que absorvam sua cultura e passem a reproduzir suas crenças, regras e valores. O propósito final é que os novos membros se ajustem adequadamente, tornando-se dóceis e úteis aos propósitos da organização (ROSA & BRITO, 2010). Pode-se afirmar que o processo de enculturação institucional é uma socialização secundária, na medida em que um indivíduo, já primariamente socializado na sua infância, ao ser introduzido em uma instituição é levado a incorporar novas condutas de rotina, bem como novas atitudes e crenças. Aqui a conduta institucionalizada é aprendida como um “papel”, mas do qual o indivíduo pode se desligar. Ou seja, diferentemente da socialização primária, a secundária não é tão carregada de afetividade. (LOURENÇÃO & MUNIZ, 2013).

Entretanto, esta vivência em termos de papéis sociais, que tende a ocorrer com a maioria das profissões pode não se configurar quando se trata de uma instituição militar aqui entendida como uma instituição total, tal como definida por Goffman, a saber: “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. (GOFFMAN, 1974, p. 11). Dada a proeminência daquilo que é denominada “família militar” sobre o indivíduo, o ser militar pode assumir a função de definir a identidade do indivíduo que buscou a profissão militar. Este passa a depender totalmente da instituição que estrutura e sustenta sua identidade.

Neste contexto, a instituição precede e determina o indivíduo, introduzindo-o “na ordem de sua subjetividade” predispondo as estruturas da simbolização, tanto pela apresentação da lei, como pela disposição dos símbolos e demais referenciais identificatórios. Assim, uma parte do indivíduo não lhe pertence propriamente, mas às instituições sobre as quais se apoia. (KAËS, 1991). Ou seja, por um lado, a instituição permite realização pessoal e prazer, mas por outro, gera sofrimento e frustração, principalmente devido ao incitamento à competição e ao desempenho de excelência, típico da profissão militar, sem a contrapartida do desenvolvimento do sujeito como ser ativo na construção de sua história. (LOURENÇÃO & MUNIZ, 2013). Trata-se do sofrimento psíquico associado à diminuição do espaço psíquico do sujeito, em que ocorre a prevalência do instituído sobre o instituinte, com o brutal desenvolvimento burocrático da organização e todo seu peso repressivo e denegador. (KAËS, 1991).

De acordo com Janowitz (1971, p. 175), a “missão” fundamental da profissão militar seria o manejo, emprego e/ou administração da força “que constitui monopólio do

governo nacional”. A profissão destes especialistas no uso da força é fruto de um intenso processo de socialização secundária, que ocorre em instituições relativamente isoladas e autônomas em relação ao mundo exterior - o que contribuiria para uma grande coesão interna, o denominado “espírito-de-corpo”, e para o distanciamento do mundo civil. Dessa forma, a profissão militar, segundo Janowitz, é mais do que uma ocupação - é todo um estilo de vida - e o oficial militar faz parte de uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres formais e ocupacionais. Nesta perspectiva, a própria regulamentação minuciosa do estilo de vida militar teria o fim de realçar a coesão grupal, a lealdade profissional e manter o espírito marcial. (JANOWITZ, 1971).

Por fim, se, de acordo com Janowitz (1971), toda profissão se atribui uma importância maior do que os outros estão dispostos a conceder-lhe, nas Forças Armadas esta autoatribuição é potencializada ao extremo. Aqui há um imenso esforço institucional de comunicação social para impactar positivamente sua imagem para o público interno, através de um poderoso e sofisticado processo de endomarketing que é tão vasto ou ainda maior do que aquele elaborado para o grande público[1]. (LOURENÇÃO & MUNIZ, 2013).

A CONSTRUÇÃO DA TESE: ETAPAS DE UM ARTESANATO INTELECTUAL

A tese de Aline Atassio, realizada no extinto Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), objetivava em um primeiro plano descobrir quem eram e o que desejavam os futuros sargentos, formados pela Escola de Sargentos das Armas (EsSA) do Exército Brasileiro (EB). A primeira pergunta poderia facilmente ser respondida pela análise de dados quantitativos sobre o perfil dos alunos da Escola. No entanto, responder o que pensavam era algo extremamente mais complexo e exigiria, portanto, métodos diversificados.

O trabalho foi inédito e ainda é uma das pouquíssimas produções que aborda o estamento “sargentos”, em comparação aos trabalhos sobre oficiais, bem mais volumosos na área de estudos militares e estratégicos. Outro ponto a ser considerado é o de que são poucos os trabalhos acadêmicos que tratam da instituição militar como um objeto legítimo de análise por si mesmo; a maioria dos trabalhos tem por objeto o papel dos militares na política brasileira, principalmente em razão de intervenções armadas na política. Disso resulta a “paisanização” dos militares, “despindo-os da forte marca da instituição castrense”. (COELHO, 1985, p. 5). Entretanto, a relação civil-militar não é só de caráter político, mas também de ordem psicossocial, e a presente pesquisa se propôs a desvelar um pouco deste ser “estranho” para a óptica civil.

Esse desvelamento, além de pode contribuir com a melhoria das relações civis-militares, pode também promover o autoconhecimento do cadete e do oficial militar pois, de acordo com Romanelli (1998), a organização de experiências a serem expressas a

1 Um estudo dos valores e atributos militares que formam uma autoimagem muito positiva do ser militar encontra-se em Lourenção & Muniz, 2013.

um interlocutor que não emite julgamentos, apenas interessado em ouvi-las e que vai se tornando íntimo, apesar da alteridade sempre presente, induz o falante a recuperar aspectos de sua biografia poucas vezes comentados, sendo estimulado a ver sua própria realidade de ângulos diferentes e a reencontrar fragmentos de uma identidade esquecida ou oculta de si próprio.

Dentre os enfoques do texto estavam a recuperação da história dos sargentos, a formação desses ao longo do tempo e o cotidiano dos alunos da EsSA. Por ser um trabalho sem precedentes, exigiu pesquisa para além da bibliográfica, tendo em vista a escassez de fontes bibliográficas disponíveis sobre o assunto. Isto impeliu a pesquisadora a ir aos arquivos da Instituição, que naquela ocasião ainda não possuía acervo digitalizado. A tese, deste modo, utilizou as pesquisas bibliográfica e documental.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica consiste em um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados relacionados ao tema, tem como fundamento as fontes secundárias e como finalidade proporcionar ao pesquisador o contato direto com tudo que já foi escrito sobre o tema. Já a pesquisa documental tem como característica a restrição a documentos para a fonte de coleta de dados, que constituem as fontes primárias. As fontes secundárias utilizadas no estudo configuraram, em sua maioria, artigos que abordam a temática central da pesquisa.

O estudo apresenta estatísticas que retratam a origem social dos alunos, pesquisas de campo (no plural porque foram três incursões à EsSA) com o objetivo de apreender o cotidiano da Escola e por fim as entrevistas, que apresentam as histórias dos alunos e suas aspirações com a carreira.

Pontua-se aqui que as Forças Armadas (FFAA) se inserem entre as instituições totais, pois são instituição que impossibilitam aos indivíduos a ela submetidos uma interação social livre de seus preceitos, uma vez que constituem uma estrutura organizacional e instância reguladora das práticas dos seus agentes. Por isto, exerce nestes, através das condições e da disciplina que submete seus integrantes, uma ação formadora de disposições duráveis[2].

Podemos dizer que o Exército impõe a todos aqueles que dele fazem parte um princípio comum de visão e divisão, ou seja, "estruturas cognitivas e avaliativas idênticas" (BOURDIEU, 2001, p.210). De acordo com Goffman (2001, p.11), as instituições totais "são locais de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada". O autor ainda define cinco tipos de instituições totais, estando as Forças armadas classificadas como a tipo D, as erigidas com a intenção de realizar de um modo mais adequado alguma tarefa instrumental, tais como: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias. Sendo assim, o

2 Disposições são aqui entendidas como "atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer pensar, interiorizadas pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência e que funcionam então como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão". (BONNEWITZ, 2003, p.77).

trabalho proposto não se daria em ambiente livre e amistoso, onde imperariam preceitos democráticos. Os fatores complicadores atraem pesquisadores, não é mesmo?

A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A escolha do objeto estudado nesta pesquisa não foi um acaso. Ao realizar um mapeamento da bibliografia sobre estudos militares, seja no Brasil ou no exterior, a autora da tese não encontrou referências consistentes sobre a formação de sargentos, suas atribuições e sua história. Assim, a opção pelo estudo da Escola de Sargento das Armas tinha objetivos claros: conhecer uma das duas instituições do EB que formam sargentos do Brasil[3], realizar um mapeamento socioeconômico dos indivíduos que ingressam na instituição, acompanhar um pouco do cotidiano da Escola e entrevistar os futuros sargentos para tomar ciência das motivações e aspirações com a carreira escolhida.

Há ponto positivo e negativo nesta escolha. O ponto negativo é não ter bibliografia na qual se amparar. O trabalho foi todo construído como um artesanato, um bordado em papel, ponto por ponto – ou palavra por palavra - em criação livre.

Como guia, portanto, poucas literaturas falando sobre sargentos fora do país e que não correspondem à realidade brasileira e muita pesquisa histórica, garimpando em autores variados, cujo tema principal não consistia no estudo de sargentos, porém que necessariamente passavam pela constituição do EB, das Forças Armadas, tendo em vista que é impossível trabalhar qualquer período da história do país sem aludir ao papel dos militares. Assim, autores como Alfred Stepan, José Murilo de Carvalho, Francisco Doratioto, Boris Fausto e Vanda Ribeiro da Costa foram utilizados. Também imergimos em leituras sobre oficiais, para compreender o *habitus*[4] e o ethos[5] dessa parcela das FFAA. Autores como Celso Castro, Piero Leirner, Samuel Huntington, Morris Janowitz e Charles Tilly foram fundamentais.

A questão teórica foi abordada com auxílio de Bourdieu, autor polêmico, uma vez que é amado ou odiado, todavia o objetivo de uma tese não é evitar debates e não apenas optamos por enfrentar todos os possíveis problemas que tal abordagem pudesse causar - e causou, inclusive na banca de defesa – como a autora da tese defendeu a instituição do termo capital militar em artigo publicado posteriormente[6].

Em relação às fontes primárias, parte substancial do acervo de arquivos sobre militares encontra-se no Rio de Janeiro e é preciso tempo, dinheiro e autorização institucional

3 A outra escola responsável pela formação de praças encontra-se localizada no Rio de Janeiro.
4 Habitus é entendido aqui conforme literalmente definido por Bourdieu (2007a) “sistemas de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funciona como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o controle expresso das operações
5 Ethos: O habitus contém em si o ethos, variável importante para compreendermos melhor esse processo de socialização militar, e que corresponde a normas e valores morais que regulam a conduta cotidiana de maneira inconsciente.
6 Cfr: ATASSIO, Aline Prado. A formação profissional dos militares e a lógica da distinção hierárquica. Saberes em Perspectiva, v. 5, p. 1-12, 2015.

para realizar uma pesquisa nestes locais. Garantido, apenas o acesso ao arquivo da EsSA, localizada em Minas Gerais. Ainda assim, foi dali que a pesquisadora conseguiu retirar a maior parte do material que utilizamos para reconstruir a história dos praças[7], e consequentemente dos sargentos, no Brasil. O arquivo não havia sido estudado ainda, portanto trabalhar com ele foi de suma importância. Todavia o trabalho, olhado hoje com a distância que só o tempo proporciona, deixou a sensação de uma história extremamente oficial, ou seja, institucional.

Já o aspecto positivo da ausência de bibliografia é desbravar caminhos e abrir o campo tornando-se uma nova fonte bibliográfica, desde que o trabalho seja adequadamente realizado. Isso implica sofrer inúmeras críticas, e de fato elas vieram, positivas e negativas. No caso da tese de Atassio, tanto a crítica externa quanto sua autocrítica convergem: o trabalho reflete excessivamente o que a instituição gostaria que fosse passado de sua história, carecendo de novas fontes e novos estudos, mais profundos e abrangentes, provavelmente com dados que só seriam obtidos em arquivos que mostrasse os bastidores da construção da instituição, de sua mudança do RJ para MG, das transformações das exigências de acesso, entre outras questões.

No entanto, a autora ainda considera de grande valia os capítulos que versam sobre a história dos praças e a constituição da Escola, bem como admite que foi a parte mais difícil de construir no texto. São os ônus e bônus do ineditismo.

AS ESTATÍSTICAS

Como exposto por Creswell (2012), os dados quantitativos são compostos em essência por números e indicadores, e estes são analisados por meio de estatísticas. No caso da tese, o objetivo maior foi encontrar frequência e média. As estatísticas, postas em gráficos, nos dão informações úteis, rápidas, precisas e confiáveis quando bem realizas e expostas, além de garantir objetividade. Na confecção da tese, não foi preciso realizar a coleta dos dados, uma vez que a instituição forneceu os arquivos contendo as estatísticas que traçavam o perfil dos alunos da EsSA nos últimos dez anos (2000-2010). O levantamento da composição socioeconômica dos sargentos é particularmente importante na medida em que incide sobre uma parcela significativa do Exército que não havia sido estudada até então.

Existe, de fato, na literatura, algumas menções sobre este assunto, todavia, remetem-se há tempos anteriores ao regime militar e em alguns casos retroagem até a Guerra do Paraguai. Analisando dados sobre as FFAA na Primeira República, José Murilo de Carvalho (1978) asseverou que, na história dos exércitos europeus, quando o grau de profissionalização e especialização não era ainda elevado, o recrutamento representava

7 Não obstante o uso correto seja o pronome feminino “as praças”, como mostrado por vários autores, opto nos meus trabalhos por utilizar o pronome masculino, em respeito aos meus “nativos”, que referiam-se à si mesmos como os praças.

importante variável, pois por meio dele era estabelecida a relação do exército com a estrutura de classes da sociedade. Para este autor o Brasil preservou a estrutura do exército português, o que explicaria a composição do exército brasileiro.

Ainda de acordo com estudos de Carvalho (op.cit, p.186), "o recrutamento militar favorecia a entrada para o oficialato de representantes de grupos sociais dominantes pelo prestígio, pela riqueza ou pelo poder". O recrutamento endógeno também foi uma realidade no Império e a organização militar acabava por fechar-se em si mesma. A realidade modificara-se durante a Primeira República, período no qual o autor acredita que muitos oficiais eram recrutados entre as famílias mais pobres que buscavam no exército um meio de ascensão social:

> Alguns, como os Távora, confessadamente entraram para o exército como a única maneira de prosseguir os estudos, uma vez que as rendas familiares eram insuficientes. Quando Leitão de Carvalho manifesta intenção de ingressar no exército, seu professor lhe pergunta se o motivo é falta de dinheiro (Carvalho, 1978, p.187).

Entretanto, o autor afirma que o recrutamento endógeno em 1962 e 1966 era tenaz e o exército continuou tendo entre seus oficiais uma grande parcela de filhos de militares. Em resumo, Carvalho nos diz que o recrutamento de oficiais do exército evoluiu de aristocrático para endógeno e de classe média.

O mais recente trabalho realizado que segue esta linha de pesquisa foi escrito em 1992 por Celso Castro, em artigo intitulado "A Origem Social dos Militares", onde o autor fez um mapeamento da oficialidade do Exército, a partir de dados obtidos na AMAN, e concluiu que, independente da classe social de origem, a maioria dos alunos da Academia era composta por filhos de militares, porém não do oficialato, mas sim de militares subalternos e praças. Castro também concluiu em seu estudo que 90% dos cadetes dos anos 1980 já haviam vivido experiência militar, seja ela em colégios militares, no colégio naval ou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx). Sua hipótese é que, dada a pouca idade com que a opção pela carreira militar é tomada, muitas vezes ela é uma decisão familiar e não do indivíduo. Para Castro o "ingresso na Academia Militar represente um claro meio de ascensão social dentro do próprio Exército, com filhos de militares de baixa patente cruzando a principal barreira da hierarquia militar, a que separa praças de oficiais" (CASTRO, 1992, p.229).

Apesar de extremamente reveladora da composição socioeconômica do Exército, e mesmo de seu comportamento social, pesquisa semelhante à de Castro jamais havia sido aplicada às escolas de formação de praças, o que significava que existia uma lacuna nos estudos sobre as origens sociais dos militares brasileiros. Na verdade, ela ainda existe. Trabalho semelhante não foi realizado com cabos e soldados e também não foi com quadros temporários das FFAA.

Tendo em mente a necessidade de preencher parte desta lacuna, a autora debruçou-

se sobre dados colhidos na EsSA com o intuito de mapear a condição socioeconômica dos sargentos do Exército (EB). Todavia, conclui que a análise do capital econômico não era suficiente; era preciso estudar também fatores como idade, região de procedência, grau de escolaridade e principalmente a questão da filiação.

O objetivo era compreender melhor o *habitus* dos alunos da EsSA, antes do ingresso desses na Escola. Tendo mapeado o perfil profissional do pai, bem como o nível educacional e social, a região, religião, a condição militar anterior, estaremos próximos de conhecermos o *habitus* de classe desses alunos em sentido mais amplo, abarcando o aspecto do capital cultural, além de pura e simplesmente olharmos o capital econômico e, assim, entendermos melhor algumas questões de difícil compreensão.

Os resultados desta parte do trabalho foram satisfatórios uma vez que foi possível mapear um perfil socioeconômico dos alunos da Escola. Algumas hipóteses pré concebidas foram derrubadas e sempre é satisfatório perceber que a pesquisa rompeu o senso comum. Outras hipóteses foram corroboradas e seguem válidas até hoje, anos após a defesa. O mais importante foi constatar que os alunos da EsSA não provêm do norte e nordeste, como assinalado pela história do recrutamento no Brasil e sim do Sul e Sudeste. É uma constatação importante afinal nos mostra como a questão cultural interfere na escolha profissional do indivíduo. Sul e Sudeste possuem grande tradição militar e, portanto, o imaginário da população garante maior capital social à ocupação, mesmo no caso de sargentos, que estão na parte de baixo da cadeia de comando de formato piramidal que constitui as FFAA.

Importante também foi descobrir que o recrutamento entre sargentos não é endógeno, como é entre os oficiais, e isso significa que a ascensão social é dada em outro nível, no civil e não no militar, como proposto por Castro ao analisar o recrutamento dos oficiais. Ora, mas por que seria essa uma constatação tão importante? Em uma instituição como a militar, tradições e "vocação" são extremamente valorizadas. Não pertencer à uma família militar e não possuir familiaridade com o *habitus* e o *ethos* da instituição coloca sargentos em posição de inferioridade aos oficiais e isso transborda para uma questão amplamente estudada por quem trabalha com militares: a distinção hierárquica[8] e a clivagem que separa praças de oficiais.

Não iremos nos estender aqui na divulgação dos resultados pois não é o objetivo do texto. Gostaríamos de ressaltar que a parte do trabalho que analisou estatísticas foi crucial para o texto, um avanço nos estudos sobre militares e resultou em respostas importantes, porém suscitou mais questões, anunciando um campo amplo de estudos que ainda precisa ser desvendado.

Apesar de reveladora, a análise dos dados não respondia questões importantes propostas pelo projeto e uma delas consistia em compreender o que pensam os futuros sargentos combatentes do Exército. Para tanto, a autora precisou de entrevistas, viagens

8 Para compreender melhor este tema, ver Atassio, 2012; Castro, 1990 e Leirner, 1997a.

e vivência de campo.

A PESQUISA DE CAMPO

Para a pesquisa de campo, somando-se à observação participante, optou-se pelo Relato Oral, através de entrevistas semiestruturadas. O Relato Oral é uma estratégia de pesquisa “que se define por depender da relação entre uma pessoa que pergunta e outra que, detentora da informação, responde à primeira; portanto, através do estabelecimento da empatia o pesquisador torna-se o receptor dos dados que seus informantes lhe passam [...]”. (BIASOLI-ALVES, 1998, p.143). A entrevista cria uma forma de sociabilidade específica, descontínua e temporalmente limitada, em que o estranhamento e alteridade iniciais precisam ser superadas para que o encontro ocorra e a matéria-prima do conhecimento possa ser produzida. (ROMANELLI, 1998). Tem-se portanto, através do Relato Oral informações sobre atitudes e valores subjacentes ao comportamento e que o ultrapassam - o que possibilita contextualizar o comportamento dos sujeitos, relacionando-o com sentimentos, crenças e valores. (BURKE, 1991; THOMPSON, 1992 apud BIASOLI-ALVES, 1998).

De acordo com Biasoli-Alves (1998, p 145), na entrevista semi-estruturada as questões são abertas, devendo “[...] ‘evocar’ ou ‘suscitar’ uma verbalização que expresse o modo de pensar ou agir das pessoas face aos temas focalizados”; freqüentemente elas dizem respeito a uma avaliação de crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos”. Segundo Spink (1993, p. 100), “[...] dar voz ao entrevistado, evitando impor as preconcepções e categorias do pesquisador, permite eliciar um rico material, especialmente quando este é referido às práticas sociais relevantes ao objeto da investigação e às condições de produção das representações em pauta”.

As entrevistas foram realizadas tendo em mente um questionamento fundamental: o que leva um indivíduo a buscar a profissão de sargento? Esse questionamento garantiu a ramificação da pesquisa em várias outras questões: Quem são estas pessoas que irão compor o quadro de sargentos combatentes do Exército brasileiro? O que pensam da profissão e o que pretendem? De onde vieram e para onde vão? Qual a classe econômica? São filhos de militares? São mais jovens ou estão no limite de idade para servirem? Possuem algum curso superior? Ou seja, fundamentalmente buscou-se compreender sobre o universo de representações sociais de um grupo profissional específico e bem delimitado.

A pesquisa documental ajudara na reconstrução de parte da história, as estatísticas responderam parte das perguntas acima citadas, no entanto, só um bom diálogo responderia o que pensam esses jovens. Para tanto, iniciaram-se as entrevistas na Escola de Sargento das Armas. Todavia, a realização de entrevistas em uma instituição fechada não é tarefa simples. Os trâmites legais burocráticos são muitos, em especial se tratando de instituições

militares.

Dentre os estudiosos de assuntos militares é conhecida a relutância dos militares em falar e em expor o mundo da caserna aos civis[9]. Muitas vezes o pesquisador, desconhecendo os trâmites legais, a hierarquia da cadeia de comando, a estrutura organizacional interna própria às instituições militares, ou seja, o "caminho das pedras", tem o pedido de autorização para o estudo negado. Não são poucos os casos onde é necessário recorrer inúmeras vezes e por caminhos diferentes para que a aprovação seja liberada. É também sabido que o tempo requerido para a aprovação da autorização pode ser longo e nesta espera o pesquisador passa por questionamentos sobre os objetivos do trabalho, os métodos, a forma de divulgação do conteúdo, ou até perguntas mais pessoais, como, por exemplo, o que levou aquele indivíduo ao estudo dos militares.

Nesta pesquisa a situação não foi diferente: a aprovação levou um ano para sair. Ao elaborar o projeto a pesquisadora enviou imediatamente uma carta ao comandante da EsSA que repassou ao coronel responsável pela área educacional o encargo de me interrogar sobre a pesquisa. Dias após o envio da carta ela recebeu um telefonema deste coronel e respondeu a inúmeras dúvidas que vinham não apenas dele mas especialmente da cadeia de comando da Escola.

Após esta explanação recebeu, via e-mail, a autorização do primeiro escalão da EsSA, ou seja, dos responsáveis pela parte pedagógica da Escola, a aprovação do trabalho, mas este era apenas o primeiro passo. Ao passar pelas instâncias superiores o pedido foi negado e refeito algumas vezes. O coronel[10] responsável pela coordenação pedagógica da EsSA, empolgado com o interesse pela Escola e alegando que nunca um(a) pesquisador(a) havia se interessado por estudá-la, contribuiu para a aprovação pois antes mesmo que a pesquisadora soubesse da reprovação do pedido em alguma das instâncias, ele refazia, por si próprio, a solicitação.

Mas o processo foi lento e tortuoso. Por muitos dias a sensação era de que a pesquisa seria inviável. No entanto, em agosto de 2007, exatamente 12 meses após o envio da primeira carta à Escola, a doutoranda recebeu um e-mail que além de aprovar a pesquisa, exigia que a data da minha visita fosse imediatamente marcada, afinal em novembro o ano letivo terminaria e a turma de 2007 seria substituída por novos alunos. Um ponto importante no trabalho com instituições militares é a flexibilidade que o(a) pesquisador(a) precisa ter. Por ser uma instituição com normas, regras e calendário rígido, não há grandes possibilidades de negociação sobre a data de incursões ao local pesquisado, de forma que estipulada uma data pelos militares, é difícil conseguir alguma mudança. Além disso,

---

9 Há alguns casos onde o trabalho acadêmico foi interrompido ou teve que adquirir novo rumo graças a resistência dos comandos superiores em autorizarem a entrada de civis na caserna. Um caso exemplar é o ocorrido com Leirner (1997). Em Castro (1990) encontramos outro exemplo sobre as dificuldades que enfrentam os pesquisadores para a realização de suas pesquisas em terreno militar.

10 Os nomes não foram nem serão revelados pois foi parte do acordo entre pesquisadora e instituição para que a pesquisa pudesse ser realizada. O sigilo exigido será respeitado, assim as denominações se darão pela patente e no caso dos alunos, pela idade e arma.

não é possível entrar em alguma instituição fechada sem que seu projeto de trabalho seja avalizado e para cumprir tal meta. Desta forma, a pesquisadora foi aconselhada a entregar um cronograma detalhado com as datas e horas para a realização das entrevistas (que, no final das contas, não foi utilizado, pois os meus horários de trabalho eram definidos pela rotina da Escola, pela disponibilidade de turmas ou mesmo pela boa vontade dos comandos em enviar os alunos à sala de entrevistas). Foi também pedido o envio dos questionários tipo *Survey* que deveriam ser respondidos pelos alunos e o teor das entrevistas que eu realizaria com as turmas e uma oficial temporária estava designada para ser meu elo dentro da instituição.

A partir daquele momento, todas as dúvidas deveriam ser reportadas a esta oficial. A pesquisadora foi alojada no hotel de trânsito da instituição[11] e essa tenente a acompanhou durante os mais de quatro anos de pesquisa, auxiliando-a nos pedidos de dados e esclarecendo dúvidas. É importante destacar que a oficial de ligação, ou seja, aquela que ficaria responsável pela integração entre a pesquisadora e a escola, exerceria também a função de monitorar os passos na caserna e o andamento da pesquisa.

As entrevistas foram semidirigidas, ou semiestruturadas uma vez que havia necessidade de perguntas basais para atingir o objetivo da pesquisa e, segundo Manzini (2003) "o roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante", sem contudo restringir em absoluto a fala dos entrevistados, mantendo assim a possibilidade do surgimento de novos elementos de análise que não estavam previstos no questionário.

A primeira visita da pesquisadora para aplicação de questionários na EsSA ocorreu em novembro de 2007, estendendo-se por cinco dias. Foi a primeira vez que a Escola recebeu um representante da academia e a recepção foi positiva. A apresentação da pesquisadora era sempre antecedida pela titulação (eles a chamavam de professora, mesmo com as ressalvas que ela ainda era aluna da universidade e não lecionava) e precedida por explicações sobre a natureza da pesquisa. A impressão que teve foi de que todos na escola estavam informados sobre a sua visita e haviam recebido instruções sobre como se portar perante uma "representante da ciência".

Já na rodoviária, Atassio foi recebida pela tenente, que era a bibliotecária da Escola, como dito acima, e foi o seu elo com os comandos mais altos da instituição. No trajeto entre a rodoviária e a Escola a tenente perguntou bastante sobre a pesquisa e seus interesses. Como chegaram na Escola à noite, Atassio recebeu apenas as orientações imediatas e foi encaminhada ao hotel da Escola. Este seria um ritual que iria se repetir pelas próximas duas visitas.

Na escola a tenente cumpriu a missão que estava incumbida, de apresentar

11 Os Hotéis de Trânsito (HT) são hotéis administrados por organizações militares para atender, principalmente, palestrantes externos àquela Organização Militar. Também serve para hospedar algum militar que está sendo transferido para uma aquela guarnição, bem como hospeda militares em férias. A hospedagem da pesquisadora em um Hotel da própria instituição pode ser entendida como um dado de pesquisa que indica uma boa aceitação de sua presença.

a pesquisadora a todos e acompanhar sua expedição pela Escola, explicando seu funcionamento, os símbolos, os monumentos. Ela foi responsável por informar os horários em que poderia realizar a pesquisa, pois como era período de preparação para a formatura (as aulas já haviam terminado), os alunos tinham um rígido treinamento onde ensaiavam o que seria apresentado dali a 15 dias.

A estrutura hierárquica dentro do Exército não é ignorada pelos estudiosos que pretendem investigar a instituição e ao adentrar os portões da EsSA a pesquisadora pode sentir o peso da hierarquia incidir sobre ela. Foi antes de tudo, apresentada ao general comandante da escola e tiveram apenas um breve momento de conversa, onde expôs o que pretendia encontrar na instituição, os motivos da pesquisa, onde desejava chegar com tal trabalho e os motivos que a levaram a estudar a Escola de Sargento das Armas. Após a ligeira explanação o general desejou uma boa estada na Escola e um bom trabalho e retirou-se, afinal tinha muitos afazeres.

Posteriormente, foi encaminhada à sala do coronel chefe da divisão de ensino, responsável pela parte pedagógica da Escola. Nesta sala foi novamente discutido o teor do trabalho, donde o coronel ia seguindo, página por página, o projeto que estava em seu poder desde que os trâmites com o intuito de ir a campo foram iniciados, e se encontrava grifado em várias partes.

Após fazer algumas inquirições, o coronel revelou que a sua presença na EsSA era uma honra pois nunca antes um civil havia se interessado pela Escola, diferentemente do que ocorre geralmente com as escolas de formação de oficiais, donde saem alguns livros e trabalhos acadêmicos. Quando, em meio à conversa informal, informou sobre a demora de um ano para ter aprovada minha visita à EsSA, o sargento disse que os militares eram muito desconfiados com os civis pois em vezes anteriores ao permitirem o acesso destes nas academias, foram surpreendidos com publicações que não correspondiam à realidade do ambiente e que deturpavam a imagem dos militares

O início dos trabalhos foi árduo. Optou-se por realizar entrevistas em grupo de cinco alunos da mesma Arma, afinal o tempo que eles teriam disponível seria pequeno se acaso tivesse que entrevistá-los separadamente. Desta forma foi possível travar duas horas e meia de entrevista com cada Arma, sendo essas a Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações .

Os alunos não foram voluntários, não obstante os pedidos para que isso se realizasse. Por determinação superior, os cinco melhores alunos de cada turma (ou seja, 01, 02, 03, 04 e 05, na maioria das vezes) foram convocados a comparecer na sala de entrevista em horário pré-determinado pelo coronel chefe da divisão de ensino. Foi interessante constatar o que já havia sido relatado por Castro (1990, p.164): no exército “todos são sempre voluntários”, ou seja, todos estão à disposição do comando superior. Sabendo que as turmas não eram compostas por voluntários, testei a tese de Castro citada acima e perguntei a todas as turmas se eles estavam ali voluntariamente. As respostas eram

sempre que sim, *voluntariamente eles tinham sido escolhidos* pelo desempenho notável.

Contudo, logo que iniciada a sessão de entrevistas percebeu-se que o fato de não serem voluntários não afetava o conteúdo das entrevistas. Para os alunos responder às indagações era como cumprir uma missão qualquer. Com o passar do tempo e o conhecimento da pesquisa, a realização de entrevistas tornou-se mais fácil. As outras duas incursões à Escola foram mais produtivas e menos cansativas, uma vez que tanto cadeia de comando quanto alunos (ainda que estes mudassem anualmente) sabiam da realização da pesquisa e passaram a contribuir com mais tranquilidade.

O fato de estarem autorizados pelos superiores a responderem aos questionamentos e a assinatura do termo de compromisso logo no início das entrevistas, no qual a pesquisadora se comprometia a não revelar nomes, deu aos entrevistados a sensação de que poderiam falar sobre tudo com segurança e sem receio de sofrerem punições. Infelizmente não foi possível conversar com os alunos em outro ambiente além da Escola, pois o regime da EsSA é de internato, assim não há como estabelecer uma comparação entre o conteúdo das entrevistas realizadas na instituição e outras realizadas fora dela.

As turmas vinham ainda acompanhadas do seu sargento. Com exceção de um único caso, a presença do sargento não inibiu os alunos; estes pareciam à vontade na presença do superior. Houve ainda um caso onde o sargento foi quem mais falou e incitou os alunos a falarem, principalmente a "denunciarem" os problemas da carreira. O anonimato afiançava revelações que muitas vezes beiravam a confissão, pois eram carregadas de pessoalidade, da exposição de emoções, de fraquezas que provavelmente não seriam reveladas a outros, fossem estes colegas de turma ou não. Como os cinco estudantes estavam se expondo, travou-se um pacto simbólico e tácito onde o que era dito naquela sala não sairia dela, afinal revelar o dito pelo colega a um terceiro era incorrer no risco de ter sua intimidade devassada pelo companheiro que também estava presente na entrevista. As entrevistas foram gravadas em todas as turmas com exceção da Artilharia, que disse sentir-se inibida com a presença do gravador. Neste caso, a maior utilização do caderno de campo foi imprescindível.

Acima foi dito que a pesquisa foi "monitorada" pela oficial de ligação que repassava ao coronel responsável pela parte pedagógica todo o andamento do trabalho. Contudo acredita-se que o objetivo não era interferir no andamento da pesquisa, pois em momento algum houve censura ou qualquer tentativa de retirar dos questionários as propostas iniciais de questionamento, mas sim de monitoramento do trabalho para verificar se estava a pesquisadora seguindo o roteiro entregue a EsSA.

A segunda visita a Escola foi muito satisfatória, tal qual a primeira. Nesta segunda etapa do trabalho houve menor resistência dos superiores para realizar a pesquisa. Um clima de confiança havia se estabelecido entre a escola e a pesquisadora.

A ida à escola ocorreu aproximadamente um mês antes de completar um ano da primeira visita à Escola. Assim como da primeira vez, a pesquisadora foi recebida pela

tenente, elo com os altos escalões da Escola, na rodoviária de Três Corações e levada ao hotel da EsSA, onde foi hospedada.

O general, apesar de ser renomado na Escola como enérgico e "mais bravo que o outro", pareceu-lhe, ao contrário, mais simpático e solícito. Enquanto na primeira visita apenas foi apresentada ao general, com este novo comandante travou-se uma agradável conversação. Ficamos por volta de uma hora falando sobre a pesquisa, seus objetivos, a carreira do general e até sobre suas filhas.

Evidentemente houve uma sabatina. A impressão no início da conversa foi a de que o general, dada a pouca idade na época da pesquisa (dado que ele mesmo apontou), não imaginava que ela pudesse estar ali realizando uma observação séria, de forma que começou a testar seus conhecimentos sobre história do exército, patentes, hierarquia, entre outras questões, e deve ter chegado a conclusões positivas, pois, após esse primeiro quarto de hora em que esteve a questionar, a conversa fluiu agradavelmente e ele se mostrou muito solícito em ajudar com a pesquisa, fazendo inclusive a ressalva, ao fim da conversa, que apesar de possuir duas filhas da mesma idade, nenhuma havia se interessado pela carreira militar e que Atassio provavelmente entendia muito mais da vida na caserna do que elas, que conviviam diariamente com um pai militar.

Como era uma segundo visita, pode atentar para outros aspectos da instituição, além de manter todo o calendário anteriormente estipulado, com entrevistas realizadas da mesma maneira que na visita anterior. Uma das questões fundamentais foi a transformação do cotidiano da instituição com a troca de comando. Esse general instituiu uma nova forma de começar os dias na Escola: todos os dias ele realizava uma reunião com alguns comandos de áreas, chamada de "Bom Dia". Os comandantes eram chamados mais de uma vez por semana a virem participar da reunião que durava em torno de meia hora, onde o general, além de tomar conhecimento do que se passava em cada repartição da EsSA, distribuía tarefas aos seus subordinados. Isso se apresentou como um aspecto positivo entre os subordinados, que interpretavam a reunião como um sinal de respeito do superior hierárquico com os subordinados e a instituição.

Voltar algumas vezes ao mesmo local, em diferentes contextos, foi instigante e respondeu muitas questões do projeto, além de suscitar novas indagações. Esse é um ponto importante na pesquisa de campo: quanto maior a vivência, mais dados para análise, no entanto, maior a necessidade de cuidado com a imparcialidade, uma vez que é impossível não ser emocionalmente atingido pela própria pesquisa e pelos pesquisados.

Neste momento, a curiosidade sobre signos, homenagens, tradições e outros aspectos simbólicos da instituição que eram repassados aos alunos e iriam compor o imaginário destes estava aguçado e a pesquisadora sentiu necessidade de expor tais questões de maneira mais clara e objetiva no texto.

Assim, para ilustrar o cotidiano da Escola, além de todos os itens acima mencionados, muitas imagens foram inseridas no texto. Elas não são apenas ilustrativas, mas também

explicativas. Aos leigos e aos que não conhecem a EsSA, a visualização do dito tornou o trabalho mais atrativo e dinâmico. De acordo com Campos (1996, p.278), desde Malinowski a Antropologia Visual tornou-se um instrumento de coleta, ordenação e interpretação de dados:

> As fotografias, desenhos e pranchas são inseridos no corpo de seus livros como parte integrante dos textos e não apenas como apêndice ilustrativo. Não bastava falar sobre as populações da Melanésia, era necessário mostrá-las em seu cotidiano. As criações visuais assumem, em seus trabalhos, o status de fontes reveladoras das sociedades humanas em momentos diversos de sua história, mostrando suas formas de ser, vestir, suas expressões, posturas, aparências, assim como as diversas características culturais.

De tal monta, nesta segunda incursão, pôde captar aspectos antes não reportados na pesquisa e enriquecer a análise.

A terceira e última visita à EsSA ocorreu dois anos depois, por motivos que estavam além do seu alcance e foi revelador, pois o passeio pela EsSA como um todo mostrou um lado antes desconhecido. Na primeira visita foi guiada pela Tenente, seu elo na instituição, que deu ênfase aos monumentos históricos, ao pátio denominado "Pátio Sargento Max Wolff Filho" onde são realizadas formações e à parte interior da Escola. Desta vez, foi levada para a visita guiada por um soldado que serve temporariamente na EsSA, motivo pelo qual a perspectiva da visita mudou amplamente.

Desta vez não foi (re)conhecer estátuas e ilustrações de figuras históricas representativas ao Exército; o mundo que foi descortinado era o mundo do dia a dia, o cotidiano daqueles que servem na Escola e dos alunos; a perspectiva da "ralação", como os alunos diziam, representada pelos aparelhos de ginástica, campos de jogos e treinos, pelos cavalos – que, de acordo com o nosso "guia", estavam vivendo um momento privilegiado pois a cavalaria era a arma do atual general comandante da Escola.

Essa terceira visita à Escola implicou em distintas avaliações para o olhar do oficial (ou seria melhor dizer o olhar oficial?) e o olhar do soldado, daquele que passa o dia vivendo a EsSA na prática e não tem pretensões de cooptar simpatia e apoio da pesquisadora. Nesta análise, ficou claro que a visão oficial da Escola é muito distinta daquela que os praças e os alunos possuem do local. Enquanto oficialmente a ênfase é dada em monumentos e na parte histórica da EsSA, os alunos e soldados preferem relatar o cotidiano, que envolve muita atividade física, aulas e principalmente a parte prática do aprendizado. Mais uma vez, ressalto a importância das conversas e da vivência com o objeto de estudo em trabalhos que envolvem instituições totais. A partir destas vivências e entrevistas, pôde constatar que há uma história oficial e uma oficiosa da instituição – que ainda precisa ser desvendada – bem como diferentes ordenações do "mundo EsSA", dependendo dos olhos de quem olha, ou melhor, da situação militar ocupada dentro da instituição pelo indivíduo que narra o cotidiano, símbolos, signos e tradições.

Sem dúvida, este capítulo é o mais instigante da tese. É a partir dele que os

dados estatísticos que haviam sido apresentados anteriormente deixam de ser apenas números para se transformarem em realidade. As entrevistas foram essenciais para que descobríssemos quem realmente são, o que pensam, sentem, desejam os futuros sargentos do EB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande mérito da tese precisa ser atribuído à utilização dos métodos mistos. Jamais seria possível alcançar os objetivos propostos pelo projeto se não houvesse esse mix entre dados estatísticos, entrevistas, pesquisa de campo e bibliográfica. Cada parte da tese foi sendo complementada e constituída pela somatória das técnicas de pesquisa, pelas vastas possibilidades de abordar, sob prismas distintos, o mesmo objeto.

Não consideramos em hipótese alguma que o trabalho responde à todas as questões sobre sargentos, pelo contrário, o ineditismo do tema possibilitou que, junto com cada resposta e descoberta, nascessem ainda muitas perguntas. O trabalho foi apenas o início de um campo de pesquisa que precisa ser ampla e profundamente estudado. A tese, com a certeza, contribui para que uma parcela significativa e importante do exército tenha se tornado mais conhecida, todavia, espero que esse estudo seja um estímulo para os pesquisadores que buscam desvendar o mundo da caserna e que, como eu, não cessam na busca por respostas às várias questões ainda pendente quando o assunto é militar e jamais se atenham à limitações metodológicas para a busca de seus objetivos.

Para tanto, é imprescindível que os cursos de graduações e as pós-graduações enfatizem a necessidade do conhecimento profundo sobre várias metodologias e garantam ao pesquisador ou futuro pesquisador o arcabouço teórico-metodológico necessário com o objetivo de produzir, cada vez mais, pesquisas de grande profundidade e qualidade, tornando as Ciências Sociais no Brasil robustas e competitivas para publicações internacionais.

REFERÊNCIAS

ATASSIO, Aline Prado. **A formação profissional dos militares e a lógica da distinção** hierárquica. Saberes em Perspectiva, v. 5, p. 1-12, 2015.

.... **A Escola de Sargento das Armas: Um estudo sociopolítico sobre a formação de praças do Exército**. Tese de doutorado. UFSCar, 2012.

.... **A base da pirâmide: quem são e o que pensam os praças do Exército Brasileiro**. Caxambú, 32º Encontro Anual da Anpocs, 2008.

BERGER, Peter. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade; tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BIASOLI-ALVES, Zélia M. “A pesquisa em Psicologia; análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico”. In: ___________ & ROMANELLI, Geraldo. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. (p. 135-157).

BONNEVITZ. Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007A

.... **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007b

BRYMAN, A.; BELL, E. **Business research methods (2nd ed)**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CAMPOS, Sandra Maria C.T.L. **A imagem como método de pesquisa antropológica: um ensaio de Antropologia Visual**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, (5: 275-286, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **O Espírito militar**. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

COELHO, Edmundo C. **A instituição militar no Brasil; um ensaio bibliográfico**. BIB Nº 19. Rio de Janeiro, 1985.

CORACINI, Maria José R. Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. 2. ed. Campinas (SP): Pontes, 2007.

CRESWELL, J. W. **Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2012.

DA MATTA, Roberto. O ofício de Etnólogo; ou como ter ‘Anthropological Blues’. In NUNES, Edson O. (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social** (pp.2-35). Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, s/d.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Edição São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

JANOWITZ, Morris. **The professional soldier; a social and political portrait**. New York: Free Press, 1971.

KAËS, René. **A Instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

KAHN, J. S. **El concepto de cultura; textos fundamentales**. Barcelona: Anagrama, 1975

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997a.

.... “A Pesquisa de Campo com Militares: algumas questões metodológicas”. ***Revista Brasileira de Ciências Sociais***. Nº 34, São Paulo, Anpocs, 1997b.

LOURENÇÃO, Humberto J.; MUNIZ, Monalisa. “A constituição da subjetividade militar em cadetes da Academia da Força Aérea (AFA)”. Revista Sul Americana de Psicologia. ISSN: 2318-650X . V. 1, Nº 2, Ago/Dez, 2013. p. 114-133.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo pra frente dois Passo Atrás**. Revista Olhar. Ano 02, N. 4, Dez. 2000

MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil I**. São Paulo: Vértice, 1989.

MINAYO, Maria C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORGAN, D. Paradigms Lost and Pragmatism Regained, Methodological Implications of Combining Qualitative and Quantitative Methods. **Journal of Mixed Methods Research**. January 2007 vol. 1 no. 1 48-76.

OLIVEIRA, Sérgio de Freitas. As vozes presentes no texto acadêmico e a explicitação da autoria. **Pedagogia em Ação.** [S.l.], v. 6, n. 1, mar. 2015. ISSN 2175-7003. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/9182>. Acesso em: 23 nov. 2018.

PARANHOS, Ranulfo. **Uma introdução aos métodos mistos**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 42, mai/ago 2016, p. 384-411.

ROMANELLI, Geraldo. “A entrevista antropológica: troca e alteridade”. In ROMANELLI, Geraldo & Z. M. BIASOLI-ALVES (org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa** (pp. 119-133). Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

ROSA, Alexandre R.; BRITO, Mozar J. “Corpo e Alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. **Rev. adm. contemp**. Curitiba, v. 14, n. 2, Apr. 2010 .

SPINK, Mary Jane P. “O estudo empírico das Representações Sociais”. In: _________. SPINK, Mary Jane P. (org.). **O conhecimento no cotidiano; as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.85-106.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus (1990-1992)**. São Paulo: Edusp, 1996.

WACHELKE, João Fernando Rech. A estatística para pesquisadores. **Psicol. estud**. vol.11 no.2 Maringá May/Aug. 2006.

REDES SOCIALES Y APRENDIZAJE DEL INGLÉS DE LOS ESTUDIANTES DEL PRIMER CICLO DE EDUCACIÓN DE UNA UNIVERSIDAD PÚBLICA

Data de submissão: 03/05/2023 *Data de aceite: 02/06/2023*

Carlos Enrique Bernardo Zárate
Universidad Nacional Federico Villarreal. Lima - Perú
https://orcid.org/0000-0001-6960-6826

Yaneth Carol Larico Apaza
Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima - Perú
https://orcid.org/0000-0001-6889-2234

Claudia Noemi Rivera Rojas
Universidad Nacional Federico Villarreal. Lima - Perú
https://orcid.org/0000-0001-7265-2727

José Eduardo Zorrilla Díaz
Universidad Nacional Federico Villarreal. Lima - Perú
https://orcid.org/0000-0002-0674-8373

Oscar Mauricio Flores López
Universidad Nacional del Altiplano. Puno - Perú
https://orcid.org/0000-0002-0527-5551

Rosa Isabel Larico Apaza
Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima - Perú
https://orcid.org/0000-0001-5093-4651

José Oscar Huanca Frías
Universidad Nacional de Juliaca. Juliaca - Perú
https://orcid.org/0000-0003-0638-2129

Leopoldo Wenceslao Condori Cari
Universidad Andina Néstor Cáceres Velásquez. Juliaca, Perú
https://orcid.org/0000-0003-2372-6720

Ingrid Liz Quispe Ticona
Universidad Andina Néstor Cáceres Velásquez. Juliaca, Perú
https://orcid.org/0000-0002-7619-9592

RESUMEN: El trabajo de investigación tiene como objetivo determinar la relación entre el uso de las redes sociales y el aprendizaje del idioma inglés de los estudiantes del I ciclo de Educación de una Universidad Pública en el 2021. Enfoque cuantitativo de tipo básico y de diseño no experimental transversal descriptivo correlacional. La población está compuesta por 122 estudiantes del I ciclo de Educación de una Universidad Pública. Muestra probabilística está conformada por 93 estudiantes. Para analizar las variables Redes Sociales y Aprendizaje del inglés, se elaboró cuestionarios, que fueron validados a través de juicio de expertos. Se aplicó

una prueba piloto para determinar la consistencia interna del instrumento, redes sociales fue de 0.89, lo que significa que el instrumento tiene una fuerte confiabilidad. El instrumento aprendizaje del inglés tiene 0.94 que indica que tiene una alta confiabilidad, esto significa que ambos instrumentos son confiables para su aplicación. La investigación concluyo, que existe relación estadística significativa moderada, directamente proporcional y positiva, entre el uso de las redes sociales y el aprendizaje del idioma en los estudiantes del I ciclo de Educación. Representa que ha mayor uso de las redes sociales, mejora el aprendizaje del idioma.
PALABRAS CLAVE: Redes Sociales, Aprendizaje del Inglés, web 2.0, comunidad virtual.

SOCIAL NETWORKS AND ENGLISH LEARNING OF STUDENTS IN THE FIRST CYCLE OF EDUCATION AT A PUBLIC UNIVERSITY

ABSTRACT: The objective of the research work is to determine the relationship between the use of social networks and the learning of the English language of the students of the 1st cycle of Education of a Public University in 2021. Quantitative approach of basic type and transversal non-experimental design correlational descriptive. The population is composed of 122 students of the I cycle of Education of a Public University. Probabilistic sample is made up of 93 students. To analyze the Social Networks and English Learning variables, questionnaires were developed, which were validated through expert judgment. A pilot test was applied to determine the internal consistency of the instrument, social networks was 0.89, which means that the instrument has a strong reliability. The English learning instrument has 0.94 which indicates that it has a high reliability, this means that both instruments are reliable for its application. The research concluded that there is a moderate, directly proportional and positive statistical relationship between the use of social networks and language learning in students of the 1st cycle of Education. It represents that there is greater use of social networks, improves language learning.
KEYWORDS: Social Networks, English Learning, web 2.0, virtual community.

INTRODUCCIÓN

El uso tecnológico en la actualidad ha generado nuevas formas de interpretar la realidad, adquirir conocimientos y diversos aprendizajes, para ello se hace uso de diversos dispositivos digitales como son los medios sociales que tienen un rol imprescindible en la manera obtener información, siendo importantes en la vida de las personas y convirtiéndose en una necesidad su conocimiento y manejo, existiendo varias redes sociales del cual se puede ser uso, tanto para estar enterados de lo que está pasando alrededor nuestro, en el mundo; pero también se usa para adquirir información y conocimiento, ya que también nos pueden ayudar a realizar diversos tipos de aprendizajes, como el aprendizaje de un idioma.

Los estudiantes son nativos digitales, (CERVANTES, 2019) es una generación que ha crecido rodeada de tecnología, que se diferencia en la manera de procesar la información siendo diferentes a los adultos nacidos en un mundo análogo. En casi su totalidad hacen uso de diversos medios virtuales que existen para diversas actividades, como son la comunicación, relacionarse entre ellos y aprender diversas actividades. El

desarrollo de las redes sociales ha generado grandes cambios en el campo tecnológico, digital y los diferentes ámbitos de la vida humana como en la comunicación y la educación.

Esto ha llevado a considerarlas como una herramienta innovadora, en la comunicación y el aprendizaje, se encuentra influenciado por el educador y estudiante en el sector educativo los estudiantes en la actualidad, teniendo gran valor para fomentar que fomenta la incursión en el inglés. Generando un aumento en el conocimiento del idioma para su formación estudiantil en las universidades, Dominio del idioma inglés les brindara mayores competencias, para desenvolverse mejor en el campo profesional. En la actualidad mucha de la información actualizada está en el idioma inglés y se hace necesario el conocimiento del inglés.

Por ello la Universidad Federico Villarreal, en la facultad educación del año 2019, tienen a incluido en la malla curricular la asignatura de inglés que se lleva en tres ciclos, inglés I, inglés II e inglés III. Que se lleva en el Primer, Segundo y Tercer ciclo de su carrera. Por ellos es importante conocer las diversas, herramientas, metodologías utilizadas por los docentes durante su sesión de clase y se encuentra influenciado el aprendizaje a través del inglés. El conocimiento del idioma y del aprendizaje estudiantil se encuentra complementado a través de sus competencias profesionales.

Luego de los análisis teóricos se elaboró el problema general: ¿Qué relación existe entre el uso de las redes sociales y el aprendizaje de la lengua inglesa de los dicentes del I ciclo de Educación de una Universidad Pública en 2021?

El trabajo justifica teóricamente por considerarse los aportes de la comunidad académica en la conceptualización, mediante la utilización de la red social mediante el uso del inglés. Siguiendo las líneas metodológicas de la investigación académica que nos permitió percibir la realidad de forma objetiva.

La justificación práctica se da porque se puede reconocer la relación de las variables, reconocimiento des importancia a través de los cambios de enseñanza, donde los docentes deben ser los principales beneficiarios. Para la parte metodológica, se utilizó instrumentos estandarizados para el recojo de datos. Asimismo, se elaboró el propósito principal: Determinar la correspondencia entre el uso de las redes sociales y el aprendizaje del idioma inglés de los aprendices del I ciclo de Educación de una Universidad Pública.

MATERIALES Y MÉTODOS

Tipo de investigación

Es básica donde la indagación del fenómeno ya existente se observa y describe en su ambiente natural. El trabajo básico, tiene como propósito la adquisición de nuevos conocimientos, analizar sus propiedades, estructuras y sus relaciones con la finalidad de elaborar y contrastar hipótesis. (BERNAL, 2010).

Diseño de la Investigación

Diseño no experimental transaccional correlacional. Según (HERNÁNDEZ SAMPIERI, FERNÁNDEZ COLLADO, *et al.*, 2014) es poder identificar la correspondencia entre las variables a través muestra. Investigación es de diseño correlacional, ya que tiene relación con las variables redes sociales y aprendizaje del inglés.

Población

Identifica a una clase de individuos mediante sus atributos o aciertos en cómo (HERNÁNDEZ SAMPIERI, FERNÁNDEZ COLLADO, *et al.*, 2014). La población está conformada por 122 sujetos de las Escuelas de Inicial, Primaria, Secundaria y Educación Física, UNFV.

Muestra

Es un subconjunto de la población. (HERNÁNDEZ SAMPIERI, FERNÁNDEZ COLLADO, *et al.*, 2014). La muestra del presente trabajo está integrada por 93 alumnos del primer ciclo. La obtención la dimensión de la muestra se empleó el estadístico, tamaño de muestra para estimar proporciones para la muestra final.

Técnicas

Es una forma para recolección de información haciendo uso de herramientas que permitan la apreciación de una manifestación abocado a un problema (Hernández y Mendoza, 2018). Se aplicó una encuesta como técnica, que nos permite la obtención datos de manera más sistemática que otros procedimientos, esto hace posible el registro detallado de los datos. (Grasso, 2016).

instrumento

Los instrumentos utilizados en la investigación es el cuestionario. El cuestionario redes sociales, posee 18 preguntas y el cuestionario aprendizaje del inglés, posee 28 preguntas; tipo escala Likert, estructuradas en relación con los indicadores, dimensiones y variables, para la construcción los instrumentos que fueron sometidos al proceso de confiabilidad y validez.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

		Aprendizaje del idioma inglés							
		Malo		Regular		Bueno		Total	
		fi	%	fi	%	fi	%	fi	%
Redes sociales	Malo	0	0%	10	11%	0	0%	10	10,8%
	regular	9	10%	38	41%	13	14%	60	64,5%
	Bueno	0	0%	3	3%	20	22%	23	24,7%
Total		9	10%	51	55%	33	35%	93	100%

Tabla 1. Nivel de redes sociales en aprendices del I ciclo de Educación de una Universidad Pública

Se puede verificar en la tabla 1, que la magnitud de la variable redes sociales en aprendices ingresantes de Educación de una Universidad Nacional, el 25% (23) presentan un nivel malo de redes sociales; 65% (60) se encuentra en un nivel regular y 11% (10) está en un nivel bueno en redes sociales

	fi	%
Malo	9	10%
Regular	51	55%
Bueno	33	35%
Total	93	100%

Tabla 2. Nivel de Aprendizaje del idioma inglés en aprendices de I ciclo de Educación de una Universidad Pública.

Podemos observar en la tabla 2, que la variable de aprendizaje del inglés en aprendices del I ciclo de Educación de una Universidad Nacional, el 35% (33) denotan un mal nivel para la adquisición de la lengua inglesa; 55% (51) Estando en un nivel regular, 10% (9) presentan un buen nivel de adquisición del idioma inglés.

			Aprendizaje del idioma inglés
Rho de Spearman	Redes sociales	Coeficiente de correlación	,548**
		Sig. (bilateral)	0,000
		N	93

**. La correlación es significativa en el nivel 0,01 (bilateral).

Tabla 3. Prueba de correlación de Rho Spearman para redes sociales y el aprendizaje del idioma inglés

Si $p= 0.000 < \alpha = 0.05$, entonces no se acepta la hipótesis nula, se reconoce la hipótesis alterna; identificando la relación estadísticamente significativa, nivel de correlación

mesurada (Rho=,548), directamente proporcional (con signo positivo) de las redes sociales y el aprendizaje del idioma inglés en los aprendizajes del I ciclo de Educación de una Universidad Pública. A mayor sea el uso de las redes sociales, mejor será la adquisición del idioma inglés por los aprendices ingresantes a Educación en una Universidad Nacional.

DISCUSIÓN

Luego del estudio realizado, podemos demostrar si $p = 0.000 < \alpha = 0.05$, en conclusión, se niega la hipótesis nula, admite la hipótesis alterna; donde existe correspondencia estadísticamente significativa, nivel de correlación moderada (Rho=,548), directamente correlacional (con signo positivo) las redes sociales, el aprendizaje del idioma inglés en los dicentes ingresantes de Educación en una Universidad Nacional. Donde a más horas uso de las redes sociales, es mejor el aprendizaje de la lengua inglesa de los estudiantes ingresantes de Educación en la Universidad Nacional. Así mismo el trabajo de (BENDEZÚ, 2020) contradice la existencia de correlación entre el manejo de las redes sociales y aprendizaje del inglés. finalmente se evidencia que no hay correspondencia significativa entre el manejo de las redes sociales y aprendizaje de aprendices de segundo año del departamento de didáctica general de la UNMSM-2019.

También en el estudio de (ROJAS, 2020) tiene como objetivo general identificar la correlación existente en el manejo de redes sociales y el aprendizaje móvil en los participantes de pregrado de la Universidad Peruana de Ciencias e Informática 2019 -II, con el estadístico de correlación de Pearson que indica que las variables existe una relación positiva mesurada, con un coeficiente de correlación de 0.560, desde el punto de vista de los educandos encuestados manifiestan que las redes sociales inciden en su aprendizaje móvil que se desarrollan a lo largo de su vida académica en la universidad, se acepta la hipótesis presentada, porque los participantes usan las redes sociales como medio de participación, colaboración, creatividad, conversación y aprendizaje que se desarrollan de forma individual y colectiva con sus compañeros de aula. Considerándose estos recursos son parte de las referencias dar fuerza a la dinámica de enseñanza – aprendizaje de los participantes de esta institución y de otras del ámbito académico.

Existe una similitud en los resultados del trabajo de (BARTURÉN, 2019) dando como resultado que el empleo de los medios sociales como recursos virtuales que están relacionadas en forma significativa con la adquisición de la lengua inglesa de los dicentes del cuarto año de inglés – español como lengua extranjera de la Universidad Nacional de Educación Enrique Guzmán y Valle, La Cantuta, 2016. ($p < 0.05$ y Rho de Spearman = 0,678 correlación positiva media).

En la primera hipótesis especifica. Se observa $p = 0.000 < \alpha = 0.05$, la hipótesis nula no reconoce, se reconoce la hipótesis alternativa, existe relación estadística significativa, nivel de correlación conservadora (Rho=,524), directamente relacionado (con signo positivo)

Web 2.0 y el aprendizaje del idioma inglés en los educandos ingresantes de Educación en una Universidad Pública. A mayor uso de la Web 2.0, mejora la adquisición de la lengua inglesa en los ingresantes de Educación de la Universidad Nacional. Resultado similar de (VEGA, 2017) como el Valor $p = 0.005 < 0.05$, se puede confirmar que el 95% es probable la existencia de una influencia significativa entre el uso de la tecnología de la información y comunicación con la enseñanza aprendizaje del idioma inglés de los educandos del I y II ciclo de la Facultad de Educación de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

Los resultados del trabajo de (BENDEZÚ, 2020) contradicen la relación de la Web 2.0 y el aprendizaje del inglés. Donde se llegó a la conclusión que no hay repercusión de la web 2.0 en la enseñanza de los participantes de segundo año del departamento general de didáctica de la UNMSM-2019.

De manera similar los resultados del trabajo (YAURI, 2018) El coeficiente de correlación hallado r= 0,848 que cuantificó la relación entre la variable Aplicaciones móviles y Aprendizaje del inglés, se identificó que las variables se correlacionan de forma positiva con una intensidad perfecta se descubrió que los aprendices en general que hacen uso de cualquiera de las aplicaciones aprendieron con mayor eficacia el manejo del idioma inglés en un 71.91%.

Otro resultado similar de (BASANTES, ESCOBAR e BARRAGÁN, 2021) El manejo de las herramientas virtuales es correspondido de manera significativa en la adquisición del idioma inglés en los dicentes del cuarto año de la especialidad de Inglés-Español como lengua extranjera de la Universidad Nacional de Educación Enrique Guzmán y Valle, La Cantuta, 2016. ($p < 0.05$ y Rho de Spearman = 0,642 correlación positiva media).

En el trabajo de (NEIRA, 2019) tiene un resultado similar. Hay correspondencia mesurada entre las variables el uso de la plataforma Google Classroom y el aprendizaje del idioma inglés en alumnos de Educación y Ciencias Humanas modalidad semipresencial UPLA FILIAL Lima 2018, se pudo comprobar que la primera hipótesis específica, haciendo uso del coeficiente de Spearman (rho = 0,532)

El trabajo de (GONZÁLEZ e ORTIZ, 2017) tiene resultados similares. El uso del aula virtual como herramienta pedagógica tiene una influencia positiva en la adquisición del inglés en cursos de educación en contextos socioeconómicos vulnerables. Se verifica el hecho de que, para la muestra elegida para esta investigación, el valor del coeficiente de Correlación Rho de Spearman revela una correlación altamente positiva entre la utilización del aula virtual y el aprendizaje del idioma inglés en estudiantes de la institución distrital Almirante Padilla, ubicado en una zona periférica de la ciudad Bogotá. Por otra parte, los resultados obtenidos en la prueba final de inglés muestran avances en la conceptualización y en el uso apropiado de la lengua. Ahora bien, no obstante, este buen resultado, es importante tener presente que en el caso de estudiantes de primaria el uso de las TIC debe ser razonablemente moderado.

En la segunda hipótesis específica, se observa que si $p= 0.000 < \alpha = 0.05$, entonces

rechazamos la hipótesis nula, reconociendo la hipótesis alterna; hay correspondencia estadísticamente si, nivel de correlación mesurada (Rho=,526), está relacionada directamente (con signo positivo) compartir información y aprendizaje del idioma inglés en los ingresantes de Educación en la Universidad Nacional. A mayores horas de compartir información, mejor es el aprendizaje de la lengua inglesa entre los ingresantes de Educación en la Universidad Nacional Federico Villarreal. Existe un resultado similar en el trabajo de (VEGA, 2017) el manejo de los diversos recursos digitales para la información y comunicación, que se expresan en medios didácticos tecnológicos y auxiliares tienen una influencia del 86.9% en la enseñanza – aprendizaje del idioma inglés de dicentes de I y II ciclo de la facultad de educación de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, con lo que se acepta la hipótesis establecida en el trabajo con una confianza del 95%.

En otros resultados similares en el trabajo de (NEIRA, 2019) hay una correlación alta, entre la participación al uso de la plataforma Google Classroom y el aprendizaje del idioma inglés en dicentes de Educación y Ciencias Humanas modalidad semipresencial UPLA FILIAL Lima 2018; con un coeficiente de Spearman (rho = 0,630).

Los resultados del trabajo de (BENDEZÚ, 2020) contradicen la relación de compartir información y aprendizaje del inglés. Cuya conclusión determina que no hay una relación significativa en compartir información y aprendizaje de los alumnos del segundo año del departamento de general didáctica de la UNMSM2019.

Finalmente es posible verificar la relación significativa en el manejo de redes sociales para el aprendizaje del inglés. Siendo importante tanto para el docente y para el estudiante el uso la Web 2.0, compartir información y participar en las comunidades virtuales son importantes para la enseñanza aprendizaje del inglés.

CONCLUSIONES

Se concluye que existe correlación estadística significativa moderada, es directa proporcional y verdadera en usar las redes sociales, en la adquisición del idioma en los participantes ingresantes de Pedagogía de una Universidad Nacional. Del cual se colige que si existe mayor manejo de las redes sociales la adquisición de la lengua inglesa mejora. (Rho Spearman= ,548; $p< 0.05$). Además, existe correspondencia estadística significativa mesurada, directamente proporcional y verdadera, de la Web 2.0 y el aprendizaje del idioma en los ingresantes de Educación, una Universidad Nacional. Cuyo resultado demuestra que ha mayor uso de la Web 2.0, mejora el aprendizaje del idioma. (Rho Spearman= ,524; $p< 0.05$). Así mismo, existe una correspondencia estadística significativa mesurada, directa y verdadero, entre compartir información, adquisición del idioma los participantes ingresantes a Pedagogía de la Universidad Nacional. Se concluye que más tiempo compartiendo información, mejora el aprendizaje del idioma. (Rho Spearman= ,526; $p< 0.05$) y finalmente se evidencia la existencia de una relación estadística mesurada, proporcionado y verdadera,

entre Comunidad virtual, adquisición del idioma en estudiantes ingresantes de pedagogía en la Universidad Nacional. Donde se puede concluir que ha mayor uso de las Comunidad virtual, mejora el aprendizaje de la lengua inglesa. (Rho Spearman=,440; $p < 0.05$).

REFERENCIAS

ACOSTA, R. **Communicative language teaching**. Brasil: [s.n.], 1996.

ARTUNDUAGA, M. **uthentic tasks to foster oral production among English**. Neiva: [s.n.], 2018.

BARTURÉN, N. **El aprendizaje basado en tareas como método para desarrollar la expresión oral en estudiantes de inglés de un Instituto Superior Tecnológico de Lima**. Lima: [s.n.], 2019.

BASANTES, E.; ESCOBAR, M.; BARRAGÁN, R. **El impacto de la virtualidad en el aprendizaje del idioma inglés en educación superior**. Ecuador: [s.n.], 2021.

BELCAGUY, M. et al. **Adolescencia y tecnologías de la información y la comunicación**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005.

BELTRÁN, M. **La producción oral y comprensión del inglés como segunda engua dentro de un sistema de inmersión en estudiantes de Educación Básica Media**. [S.l.]: [s.n.], 2017.

BENDEZÚ, M. **Redes sociales en el aprendizaje de los estudiantes del cuarto ciclo de la Facultad de Educación, UNMSM**. [S.l.]: [s.n.], 2020.

BERNAL, C. A. **Metodología de la investigación**. Tercera edición. ed. Colombia: Prentice Hall, 2010.

CERVANTES, D. **Las redes sociales y el aprendizaje de la lengua extranjera. Universidad del atlantico**. [S.l.]: [s.n.], 2019.

CORDERO, H. **El facebook y su influencia en el aprendizaje del idioma nglés en los estudiantes del centro de idiomas de la Escuela de Posgrado de la Universidad Nacional Enrique Guzmán y Valle.** [S.l.]: [s.n.], 2017.

GONZÁLEZ, A.; ORTIZ, L. **Utilización del aula virtual y su relación con el aprendizaje del idioma inglés en estudiantes del grado quinto de primaria**. [S.l.]: [s.n.], 2017.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R. et al. **Metodología de la investigación**. sexta edición. ed. México: McGrawHill, 2014.

MEDINA, A. **El papel del docente y del estudiante en el uso de las redes sociales como herramienta para la enseñanza en la educación a distancia**. [S.l.]: [s.n.], 2019.

NEIRA, D. **Uso de la plataforma Google Classroom y el aprendizaje del idioma inglés en estudiantes de educación y ciencias humanas UPLA filial Lima**. Lima: [s.n.], 2019.

OLIVARES, G. **El uso de estrategias para desarrollar la expresión oral en inglés en estudiantes de segundo semestre de bachillerato del CECyTE**. Tecamachalco: [s.n.], 2017.

ROJAS, M. **Uso de las redes sociales en el aprendizaje móvil de los estudiantes de pregrado de la universidad peruana de ciencias e informática 2019 II.** [S.l.]: [s.n.], 2020.

VEGA, C. **Uso de las TICS y su influencia con la enseñanza – aprendizaje del idioma inglés en los estudiantes del I y II ciclo de la Escuela Académico Profesional de la Facultad de Educación UNMSM-Lima**. [S.l.]: [s.n.], 2017.

YAURI, A. **Aplicaciones móviles como estrategia didáctica y aprendizaje del inglés en estudiantes del centro de idiomas de la universidad católica los ángeles de Chimbote satipo-2018**. [S.l.]: [s.n.], 2018.

CAPÍTULO 11

O USO DOS TELEFONES CELULARES NO INVENTÁRIO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Data de aceite: 02/06/2023

Eliane Maria da Silva Jovanovich
(UEL)

Suelen Souza
(UEL)

RESUMO: A pressão tecnológica tem provocado grandes mudanças no cotidiano e nas atividades das pessoas. Na área da Ciência da Informação, a tecnologia tem sido uma aliada importante para otimizar e melhorar os serviços prestados pelas bibliotecas. É importante que o bibliotecário esteja atento às novas ferramentas tecnológicas e saiba como utilizá-las para inovar os produtos e serviços da sua biblioteca. O uso de aplicativos em smartphones é um exemplo de como a tecnologia pode ser usada em benefício das bibliotecas. Os smartphones podem ser utilizados para diversas atividades, como acesso a e-mail, navegação por GPS, acesso a mídias sociais e outras funções que podem ser adaptadas para o uso em bibliotecas, como a leitura de códigos de barras para inventário do acervo, consulta ao catálogo online da biblioteca e outras atividades que possam facilitar o trabalho do bibliotecário. Além disso, o bibliotecário deve estar atento em tratativas que envolvam parcerias com as outras áreas, como a tecnologia da informação, para desenvolver ferramentas que possam dar suporte às atividades da biblioteca. Independente do tipo de biblioteca em que atua, é importante que o bibliotecário esteja sempre em busca de inovação e de novas formas de atender às demandas dos usuários, utilizando as tecnologias disponíveis para oferecer serviços de qualidade e eficientes.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Aparelho celular e biblioteca 2. Tecnologia móbile 3. Acervo bibliográfico. 4. Biblioteca jurídica - Inventário de acervo 5. Tecnologia de Informação.

THE USE OF CELL PHONES IN THE INVENTORY BIBLIOGRAPHIC COLLECTION

ABSTRACT: Technological pressure has caused major changes in people's daily lives and activities. In the area of Information Science, technology has been an important ally to optimize and improve the services provided by libraries. It is important for librarians to be aware of new technological tools and know how to use them to innovate their library's products and services. The

use of applications on smartphones is an example of how technology can be used for the benefit of libraries. Smartphones can be used for a variety of activities, such as email access, GPS navigation, access to social media and other functions that can be adapted for use in libraries, such as reading barcodes for holding inventory, querying to the library's online catalog and other activities that may facilitate the work of the librarian. In addition, the librarian must be aware of negotiations involving partnerships with other areas, such as information technology, to develop tools that can support the library's activities. Regardless of the type of library in which he works, it is important that the librarian is always looking for innovation and new ways to meet the demands of users, using available technologies to offer quality and efficient services.
KEYWORDS: 1. Cell phone and library 2. Mobile technology 3. Bibliographic collection. 4. Legal library - Collection inventory 5. Information Technology.

1 I INTRODUÇÃO

A democratização do uso dos novos aparelhos celulares e do acesso à internet móvel tem um papel importante na popularização e no uso dos smartphones em grande parte do dia. Com o aumento do acesso à internet móvel, as pessoas podem usar seus smartphones para diversas atividades, como acessar redes sociais, ler notícias, enviar e-mails, fazer compras online, assistir a vídeos, ouvir música e muito mais.

Os smartphones modernos oferecem recursos avançados que facilitam o uso diário, como assistentes virtuais, reconhecimento de voz, recursos de localização e navegação, entre outros. Esses recursos tornam a experiência de uso dos smartphones mais intuitiva e acessível, aumentando assim a adoção desses dispositivos pela população em geral.

As tecnologias estão provocando grandes mudanças no cotidiano e nas atividades das pessoas. Na área da Ciência da Informação, a tecnologia tem sido uma aliada importante para otimizar e melhorar os serviços prestados pelas bibliotecas. É importante que o bibliotecário esteja atento às novas ferramentas tecnológicas e saiba como utilizá-las para inovar os produtos e serviços da sua biblioteca.

O uso de aplicativos nos smartphones é uma forma de aproveitar a tecnologia para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelas bibliotecas. Os aplicativos podem oferecer uma série de recursos e funcionalidades que permitem aos usuários acessar informações sobre o acervo, renovar empréstimos, fazer reservas de materiais, verificar a disponibilidade de itens nas estantes e até mesmo acessar conteúdos digitais, como e-books e revistas eletrônicas.

Além disso, os aplicativos também podem ser utilizados pelos bibliotecários para aprimorar o gerenciamento do acervo, permitindo a leitura de códigos de barras para fazer o inventário e a verificação da localização dos itens nas estantes, por exemplo. Essas funcionalidades podem ajudar a economizar tempo e facilitar o trabalho dos bibliotecários, permitindo que eles se dediquem a outras atividades importantes, como a promoção de

eventos e atividades de leitura.

O avanço tecnológico tem transformado também a maneira como as pessoas consomem e compartilham informações, e as bibliotecas precisam se adaptar a essa nova realidade para continuarem sendo relevantes.

É importante que as bibliotecas acompanhem as mudanças tecnológicas e busquem formas de integrá-las ao seu trabalho, para oferecer um atendimento cada vez mais ágil e eficiente aos usuários.

O bibliotecário deve estar sempre atento às parcerias com outras áreas, especialmente com a tecnologia da informação, pois as ferramentas digitais e as tecnologias são cada vez mais importantes para o sucesso das bibliotecas modernas e a aplicabilidade das ferramentas contribui para o desenvolvimento das práticas biblioteconômicas.

A receptividade é uma característica importante, o bibliotecário precisa estar receptivo à inovação e à adoção de novas tecnologias para atender às demandas dos usuários e estar atento às tendências tecnológicas e às novas ferramentas disponíveis no mercado, de modo a identificar as melhores soluções para as necessidades da biblioteca. Dessa forma, ele poderá oferecer serviços mais eficientes e de alta qualidade, proporcionando uma experiência positiva para os usuários da biblioteca.

2 I IMPORTÂNICIA E NECESSIDADE DE REALIZAR INVENTÁRIOS DE ACERVO

A importância de realizar um inventário periodicamente em uma biblioteca jurídica para garantir que o acervo esteja atualizado e em boas condições para atender às necessidades dos usuários. Além disso, o inventário ajudará a identificar e corrigir possíveis discrepâncias nos dados de catalogação, localização e segurança do material.

Concordando com Palufê (2014) ao falar da biblioteca especializada em agronômia e asseverar que existe pouca literatura nacional sobre o tema, reverbera a mesma situação sobre as bibliotecas especializadas na área jurídica.

Realizar um inventário periodicamente em uma biblioteca é uma prática importante para manter um controle preciso do acervo e garantir que todos os itens estejam em seu devido lugar.

Além dos motivos pelos quais o inventário é importante, o inventário também identifica possíveis situações em desacordo com o acervo, como por exemplo:

1) *Identificação de itens ausentes*: durante o inventário, é possível identificar itens que estão ausentes ou extraviados. Isso permite que a biblioteca tome medidas para localizar esses itens ou, se necessário, substituí-los, por se tratar de uma biblioteca jurídica, muitas vezes os advogados levam os livros para as suas salas.

2) *Controle de empréstimos*: o inventário permite que a biblioteca controle com mais precisão os empréstimos de itens. Por exemplo, se um item estiver emprestado,

mas não for registrado como tal, o inventário ajudará a identificar essa falha.

3) *Identificação de itens em mau estado de conservação*: durante o inventário, é possível identificar itens que estão em mau estado de conservação, visto que cada ítem é retirado da estante para a leitura Isso permite que a biblioteca tome medidas para preservar esses itens ou, se necessário, descartá-los.

4) *Planejamento para aquisições futuras*: ao realizar o inventário, a biblioteca pode avaliar o estado geral do acervo e determinar quais áreas precisam ser fortalecidas com novas aquisições, considerando que Direito é uma área muito dinâmica e em constante atualização.

5) *Manutenção da organização*: o inventário ajuda a manter a organização do acervo, garantindo que todos os itens estejam devidamente classificados, indexados, catalogados e armazenados de maneira correta.

Na concepção de Pierotti e Neils as etapas na realização do inventário são importantes e exigem muito do bibliotecário desde o seu planejamento até a sua realização:

> O inventário é uma das atividades de referência, que possibilita o conhecimento adequado e a avaliação do estado da coleção da biblioteca. Por estas razões o inventário exige do bibliotecário uma grande carga de trabalho para cumprir etapas diversificadas, tais como cobertura, análise e avaliação do acervo. (PIEROTTI E NEILS, 1985, p. 59).

A realização do inventário bibliográfico é uma prática fundamental para garantir a integridade do acervo de uma biblioteca e garantir que todos os itens estejam disponíveis para seus usuários.

É significativo lembrar que a realização de um inventário requer um planejamento antecipado e cuidadoso para minimizar os impactos na rotina da biblioteca e garantir a eficiência do processo e a confiabilidade dos resultados. Quanto mais detalhado for o planejamento, mais eficaz será o processo e os dados coletados poderão ser melhor analisados.

Assim, com os resultados em mãos, o bibliotecário poderá traçar as estratégias de modo que no final do inventário, após as correções, o resultado seja satisfatório.

Por isso, Independente do tipo de biblioteca, as etapas básicas que devem ser consideradas num inventário bibliográfico estão descritas na figura 1 e incluem algumas ações:

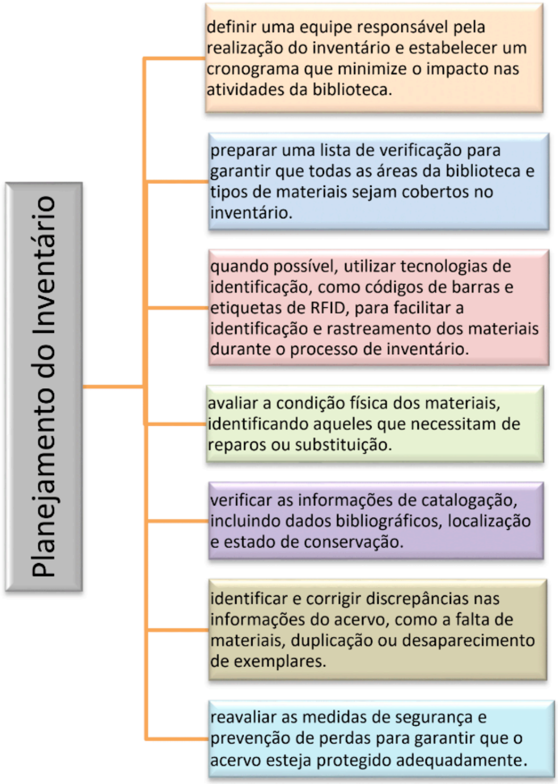


Figura 1 – Etapas do planejamento do inventário.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com essas medidas, a biblioteca poderá realizar um inventário completo e eficiente, atualizando seu acervo e garantindo que os usuários tenham acesso às informações mais atualizadas e confiáveis.

Para Chiavenato (2005, p. 133) o inventário é "verificação de ou confirmação da existência de materiais ou bens patrimoniais da empresa". Essa atividade é regida pela Constituição Federal (CF) de acordo com o art. 216 "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários". (CF, 1988, p. 1). Sendo assim, o inventário é um instrumento de grande importância para manutenção, desenvolvimento e preservação dos acervos das bibliotecas.

3 I DESCREVENDO O AMBIENTE INVENTARIADO

O acervo proposto no projeto piloto foi o da Biblioteca Setorial do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos[1](EAAJ)[2] da Universidade Estadual de Londrina é uma

1 Endereço eletrônico: http://www.uel.br/eaaj/portal/pages/biblioteca.php
2 Endereço eletrônico: https://www.uel.br/eaaj/portal/

biblioteca especializada em Direito que fornece serviços de informação para os alunos de 4º e 5º ano do curso de Graduação em Direito.

O principal objetivo dessa biblioteca é apoiar os alunos na realização de suas pesquisas acadêmicas, fornecendo-lhes acesso a recursos bibliográficos relevantes e atualizados, tanto em formato impresso quanto digital. Além disso, a biblioteca também oferece serviços de referência, tais como orientação na busca de informações, elaboração de referências bibliográficas e empréstimo de materiais.

De acordo com Jovanovich e Ribeiro (2019), a biblioteca possui um acervo de aproximadamente 6.000 volumes, entre livros e periódicos, revistas especializadas em Direito, por se tratar de uma fonte de informação jurídica que dissemina com rapidez as atualizações da área.

Existem 17 títulos de periódicos e nessa fase do processo, os fascículos de periódicos especializados na área de Direito Civil, Processo Civil, Direito do Trabalho, Direito de Família, Direito Penal, processo Penal, não serão inventáriados por decisão da equipe do Sistema de Bibliotecas da UEL (SB/UEL) que coordena esse inventário.

Além de oferecer acesso a bases de dados jurídicas nacionais e internacionais. O espaço físico da biblioteca é composto por áreas para estudos individuais e em grupo, possui computadores para consulta ao catálogo online e acesso à internet, e uma sala de reuniões para professores e pesquisadores.

Com a mudança anual dos alunos de 4º para 5º ano, a biblioteca se adapta para atender às necessidades de cada turma, oferecendo treinamentos específicos para o uso de recursos bibliográficos e acesso a bases de dados jurídicas relevantes para cada disciplina do curso. A biblioteca também desenvolve atividades de extensão, como palestras, cursos e eventos voltados para a comunidade acadêmica e profissionais do Direito em geral.

Apesar do inventário ter sido realizado em todas as bibliotecas do sistema, o relato aqui exposto é a experiência da Biblioteca Jurídica do EAAJ. Por ser uma biblioteca com um acervo considerado pequeno, especializada em Direito e por essas características foi escolhida como projeto piloto. O quadro 2 resgata outros inventários realizados na Biblioteca do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos.

Ano	Local	Ação
2010	BSEAAJ	Inventário manual, listas impressas.
2013	SB/UEL	Inventário automatizado, coletores e notebook.
2015	BSEAAJ	Inventário manual, listas impressas.
2018	SB/UEL	Inventário automatizado, smartphone android

Quadro 2 – Datas dos inventários

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O SB/UEL, contituiu um grupo formado por três bibliotecários sendo uma da Divisão de Processamento Técnico, um da Divisão de Circulação e uma bibliotecária que gerenciava o software utilizado na biblioteca e, em conjunto com um servidor da Divisão de Fiscalização de Patrimônio da Universidade que desenvolveu o aplicativo para smartphone android especificamente para realizar o inventário do acervo chamado “Inventário de Livros”. (PEREIRA; BIZ; TERCIOTTI, 2018).

Após o aplicativo estar pronto, devidamente testado, os bibliotecários fizeram uma capacitação para que os demais servidores do SB/UEL pudéssem desenvolver as atividades necessárias para a realização do inventário.

Os aparelhos celulares são instrumentos utilizados para o desenvolvimento das mais diversas tarefas realizadas pelos indivíduos, principalmente as gerações nativos digitais que não dispensam um mobile[3], são ferramentas muito importantes na vida moderna e se tornaram essenciais para a realização de diversas tarefas, desde comunicação até trabalho, lazer e entretenimento.

O dispositivo móvel se tornou uma ferramenta tão eficiente que deixou de ser utilizado apenas para ligações ou envio de SMS. Segundo LEMOS (2002, p. 6):

> O celular passa a ser um ‘teletudo’, um equipamento que é ao mesmo tempo telefone, máquina fotográfica, televisão, cinema, receptor de informações jornalísticas, difusor de e-mails e SMS7, WAP8, atualizador de sites (moblogs), localizados por GPS, tocador de música (MP3 e outros formatos), carteira eletrônica, fazendo com que a utilização de Notebooks e Netbooks queaté pouco tempo eram utilizados como dispositivos móveis. A maior parte dos bancos, hoje em dia, utiliza sistema Bank Phone, que ajuda o cliente a resolver qualquer problema com apenas um telefonema, esteja ele onde estiver. A partir disso, não precisa em momento algum enfrentar filas para se livrar de contas e problemas financeiros a serem resolvidos.

Entretanto, é importante lembrar que nem todos os aplicativos são compatíveis com todos os tipos de aparelhos celulares. Alguns aplicativos podem ter restrições de uso em determinados modelos ou sistemas operacionais, como no caso mencionado de não funcionar em iPhones ou aparelhos não regulamentados pela Anatel. É importante informar que esse aplicativo não funciona em IPhones ou em aparelhos celulares não regulamentados pela Anatel.

Por isso, é primordial verificar as especificações técnicas dos aparelhos e os requisitos mínimos dos aplicativos antes de instalá-los, para evitar problemas de compatibilidade e funcionamento. Além disso, é fundamental garantir que o celular seja regulamentado pela Anatel, para assegurar a qualidade e a segurança do produto.

4 I PERCURSO PARA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO

Para desenvolver a atividade foram necessários alguns procedimentos antecipados,

3 Tecnologia mobile ou móvel é toda tecnologia que permite seu uso durante a movimentação do usuário.

já mencionados anteriormente e executados pela bibliotecária e pela técnica: conferência do acervo (geral e de referência) e conferência do material que estava no depósito da biblioteca separado para desbaste.

Segundo Figueiredo (1993, p. 64), a atividade desbastamento, é o “[...] processo de extrair títulos ou partes da coleção, quer para remanejamento, quer para descarte”. Para os autores Maciel e Mendonça (2006, p. 25), o desbastamento se trata da “[...] retirada de documentos pouco utilizados pelos usuários, de uma coleção de uso frequente para outros locais”, enquanto o descarte é um processo de “[...] retirada definitiva do material do acervo da biblioteca, com a correspondente baixa nos arquivos de registro da mesma”.

Nessa perspectiva, Vergueiro (1989, p. 76) é categórico ao afirmar que: “As bibliotecas não podem ser o cemitério de informações insepultas [...]”. é o “[...] processo de extrair títulos ou partes da coleção, quer para remanejamento, quer para descarte”.

Para Vergueiro (1989, p. 75), “[...] de todas as atividades ligadas ao desbastamento, o descarte parece ser aquela cercada por mais dúvidas e preconceitos [...]”, pois causa uma dicotomia nos bibliotecários, entre podendo ser útil ou inútil aos usuários.

Todo o material que é desbastado do acervo por estar desatualizado, por falta de uso ou até mesmo por estar em condições físicas inadequadas é encaminhado para o depósito para que posteriormente seja avaliado por docentes especialistas da área e o resultado é a abertura de um processo institucional de descarte do material. O material descartado pode ser doado, permutado ou enviado para a reciclagem.

A conferência do acervo é necessária para certificar que todo material estava organizado pelo número de chamada, pois os dados seriam confrontados (acervo, empréstimo e leitura dos dados). Toda a capacitação foi feita pelo whatsapp e por e-mail, para sanar dúvidas e como seria o processo de envio dos arquivos de dados.

Os telefones celulares não param de inovar, isso não é novidade, são tantos os modelos que pode parecer complicado escolher o aparelho ideal para o seu dia a dia. Os smartphones são indicados para quem vai realizar ainda mais tarefas com o aparelho. Como ele conta com sistema operacional multitarefa e multimídia, está pronto para acessar a internet, redes sociais, baixar aplicativos, jogar, entre outras atividades.

Após realizar manualmente a organização dos livros do acervo e posteriormente fazer a conferência de todos os materiais que estavam no depósito, a bibliotecária e a técnica de biblioteca, realizaram a leitura (coleta) dos códigos de barras dos livros.

Nessa etapa, a coleta foi realizada com a câmera dos seus smatphones particulares, pois a instituição não forneceu os aparelhos para realizar a atividade.

A prática de usar os dispositivos móveis de propriedade do trabalhador para fins organizacionais é conhecida pela sigla em inglês BYOD, que significa “Bring your own device” ou seja, “traga seu próprio dispositivo” ou ainda consumerização de tecnologia da informação. Essa tendência segundo Akin-Adetoro e Kabanda (2016) se tornou popular nos últimos anos devido à crescente dependência de dispositivos móveis e à necessidade de

flexibilidade no ambiente de trabalho.

Por se tratar de um acervo jurídico, composto por materiais relacionados ao direito e ao sistema jurídico, como leis, decisões judiciais, doutrina, jurisprudência, entre outros. Devido à natureza desse tipo de material, é esperado que o acervo seja atualizado regularmente, para refletir as mudanças nas leis e na jurisprudência.

No entanto, a frequência de atualização do acervo pode variar dependendo da fonte e do tipo de material. Por exemplo, as leis podem ser atualizadas com mais frequência do que os livros de doutrina, que geralmente são atualizados em intervalos maiores de tempo.

Em resumo, embora o acervo jurídico deva ser atualizado regularmente, a frequência de atualização pode variar dependendo da fonte e do tipo de material, a foto 1 apresenta o livro do acervo da BSEAAJ e a identificação do pelo código de barras.

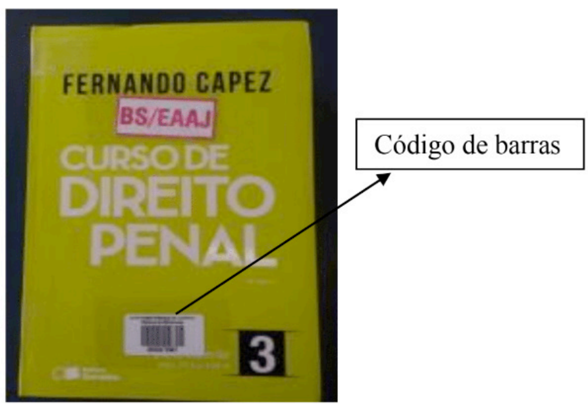


Foto 1 - Livro da BSEAAJ

Crédito: Arquivo particular das autoras

Os livros pertencentes ao acervo da BSEAAJ são todos etiquetados com a sigla da biblioteca, bem como possuem um código de barras que identifica cada livro no sistema. É a partir do código de barras que foi feita a leitura para o inventário, de acordo com a foto 2.

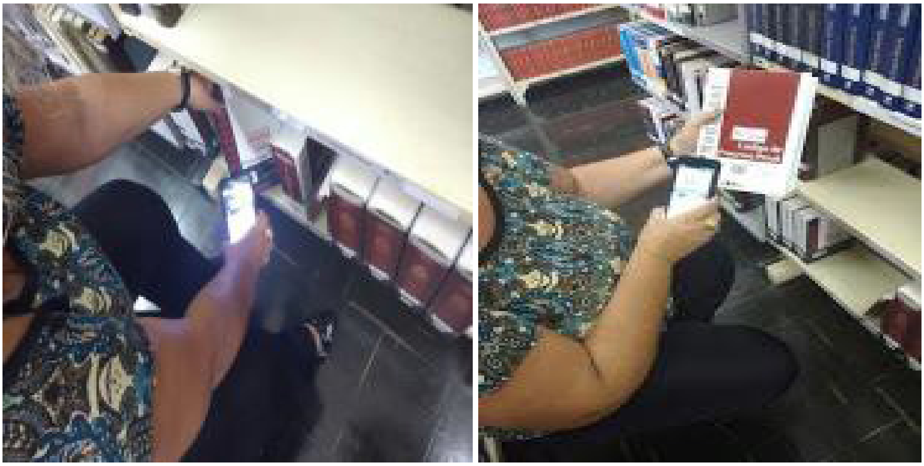


Foto 2 – Coleta dos dados

Crédito: Arquivo particular das autoras.

Os dados coletados pelo aplicativo foram armazenados no aparelho e a posteriori descarregados em arquivos para a confecção de relatórios. Os dados eram validados com as informações do acervo para futura análise das informações.

Desta forma, foi possível realizar o inventário da BSEAAJ em 12 horas aproximadamente, sem grandes problemas de software, aplicativo ou de outras questões técnicas. Com os dados todos coletados, as listagens foram geradas para a conferência dos ítens com algum problema e posteriormente a sua resolução. A questões a serem resolvidas eram pontuais e de fácil resolução.

5 | CONCLUSÃO

Concluiu-se que na BSEAAJ o uso das tecnologias de informação e comunicação, aliadas aos aparelhos celulares proporcionam agilidade nas tarefas biblioteconômicas, minimizam o risco de erros, bem como aceleram o processo tornando-o mais eficiente. As tecnologias oportunizam que novos serviços sejam efetuados com aplicativos, o que além de faciliatr, oportuniza ao bibliotecário desenvolver suas atividades com maior segurança, fazendo uso das tecnologias que estão disponíveis a seu favor.

A importância do inventário de acervo está relacionada a diversos aspectos, tais como: preservação, gestão, planejamento e segurança. O bibliotecário deve estar receptivo para o uso das novas tecnologias que estão alterando significativamente as práticas de inovação no desenvolvimento das suas tarefas, principalmente no uso dos smartphones que é uma ferramenta muito útil.

É comprovado que o inventário de acervo é uma ferramenta fundamental para a gestão de qualquer tipo de coleção, seja ela em uma biblioteca, museu, arquivo, ou

qualquer outra instituição que mantenha um acervo. Ele consiste em um registro detalhado de todos os itens do acervo, incluindo informações como título, autor, data de criação, localização física, condições de conservação, entre outras.

Em resumo, o inventário de acervo é uma ferramenta fundamental para a gestão e preservação de um acervo, sendo indispensável para qualquer instituição que mantenha uma coleção de materiais de valor histórico, artístico, científico ou cultural.

Experiências como essa devem ser compartilhadas com o objetivo de despertar reflexões sobre a necessidade de uso de ferramentas que facilitem a realização do processo de inventário principalmente utilizando ferramentas e recursos acessíveis a todo tipo de biblioteca, principalmente aquelas que não possuem recursos, reforçando o trabalho dos bibliotecários na busca por parcerias com outros profissionais reforçando a questão da Ciência da Informação ser uma ciência multidisciplinar.

Por fim, a democratização do uso dos smartphones também permite o acesso à informação e serviços para um público mais amplo, possibilitando a inclusão digital e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

AKIN-ADETORO, A.; KABANDA, S. Where are we with the BYOD phenomenon? In: EEUROPEAN CONFERENCE ON IS MANAGEMENT AND EVALUATION, ECIME, 2016. Proceedings [...] p. 279-287, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Art. 216. Disponível em: Acesso em: 02 abr. 2023.

CHIAVENATO, I. **Administração de materiais**: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DOARGAJUDHUR, M.S.; DELL, P. The effect of bring your own device (BYOD) adoption on work performance and motivation. **Journal of Computer Information Systems**, v. 60, n. 6, p. 518-529, 2020.

JOVANOVICH, E. M. S.; RIBEIRO, S. S. **Relatório anual das atividades desenvolvidas na Biblioteca Setorial do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (BSEAAJ)**: **2018**. Londrina: [s. n.], 2019.

LEMOS, A. Cibercidades: um modelo de inteligência coletiva. In. LEMOS, A. (Org). **Cibercidade**: as cidades na cibercultura. Rio de Janeiro: Editora e-papers, 2004a. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/modelo.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

LEMOS, A. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

PELUFÊ, M. S. Inventário do acervo: relato de experiência em uma biblioteca agropecuária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2014, Belo Horizonte. **Bibliotecas universitárias e o acesso público à informação**: articulando leis, tecnologias, práticas e gestão: anais... Belo Horizonte: UFMG, 2014. SNBU 2014.

PEREIRA, E. Z.; BIZ, F. S.; TERCIOTTI, O. **Manual do inventário de acervo de livros (acervo geral, referência e multimeios), teses, monografias e TCCs**. Londrina: [s. n.], 2018.

PIERROTTI, M. L.; NEILS, V. R. Inventário rotativo: uma visão pragmática. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 13, n. 1, p. 59-65, jan./jun. 1985.

APLICATIVOS MÓVEIS PARA A SELEÇÃO DE MATERIAIS TÊXTEIS: UMA ANÁLISE DIRECIONADA AO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS DE MODA

Data de submissão: 07/04/2023 *Data de aceite: 02/06/2023*

Raquel Rabelo Andrade
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
Apucarana – Paraná
http://lattes.cnpq.br/4230970628482601

Livia Marsari Pereira
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
Apucarana – Paraná
http://lattes.cnpq.br/2114324653982688

Patricia Aparecida de Almeida Spaine
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
Apucarana – Paraná
http://lattes.cnpq.br/7080230684508317

Fabia Regina Gomes Ribeiro
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
Apucarana – Paraná
http://lattes.cnpq.br/4616131363496919

RESUMO: Os aplicativos móveis tornaram-se um acessório da vida atual, resultando em uma ferramenta que auxilia na realização atividades sociais e profissionais diariamente e que é bastante utilizado pelos brasileiros, população que se destaca mundialmente pelo tempo investido no uso deste recurso. A seleção de materiais, fase considerada crucial para o desenvolvimento de produtos de moda satisfatórios, pode se beneficiar amplamente pelo uso de ferramentas digitais que apoiem este processo, objetivando a obtenção do melhor desempenho do material empregado na peça confeccionada. Deste modo, este estudo tem por objetivo a busca e análise de aplicativos móveis que possam amparar a triagem têxtil inserida no universo do Design de Moda, apresentando o emprego de recursos como a realidade virtual e a realidade aumentada como fatores de grande proveito a esta categoria de ferramenta. Por meio de uma pesquisa de caráter exploratório, foram identificados e apresentados dezoito aplicativos que possuem potencial para contribuir para a temática abordada de forma direta e indireta.

PALAVRAS-CHAVE: Design de Moda; Seleção de Materiais; Aplicativos móveis.

MOBILE APPS FOR TEXTILE MATERIAL SELECTION: AN ANALYSIS FOCUSED ON FASHION PRODUCT DEVELOPMENT

ABSTRACT: Mobile apps have become modern life accessories, furnishing tools that help people carry out social and professional activities daily. They are intensely used by Brazilians, who stand out in the world population due to the time they spend using such resources. Material selection is a crucial phase in satisfactory fashion product development, and it can greatly benefit from digital tools that help this process by obtaining better performance of clothing material. Hence, this study aimed to search and analyze mobile apps that help screen textiles in the context of fashion design, presenting resources such as virtual reality and augmented reality as greatly advantageous factors in this tool category. The exploratory research identified and presented 18 apps with the potential to contribute to the topic in question, either directly or indirectly.
KEYWORDS: Fashion Design; Material Selection; Mobile Applications.

1 I INTRODUÇÃO

De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, 2022), a base de assinantes da telefonia móvel apresentou aumento no ano de 2021. Foram registrados 253,3 milhões de celulares em dezembro, crescimento de 8,2% em comparação com os registros do final de 2020. O emprego de aplicativos móveis acompanha a crescente das linhas: segundo levantamento publicado na revista Forbes e que analisou o mercado *mobile* em parte do ano de 2021, o Brasil é, atualmente, o país com a maior média de tempo gasto em aplicativos, resultando em uma média de 5,4 horas por dia (HENRIQUE, 2021).

Um vasto leque de opções de aplicativos, gratuitos ou pagos, é disponibilizado para *download* nas lojas virtuais operantes nos aparelhos, variando entre os que apresentam perfis mais utilitários ou de entretenimento. Contudo, apesar do acelerado desenvolvimento desse setor e da ampla variedade de aplicativos disponíveis para o usuário, Magnus, Bassani e Montardo (2015) afirmaram que em 2015 na *AppStore*, loja on-line da Apple, não havia sequer uma categoria de aplicativos para a Moda nesta plataforma. Dado este que permanece comprovado até os dias atuais.

Ao projetar produtos de moda, designers utilizam critérios para definir as propriedades que serão essenciais aos artigos em desenvolvimento e para isso, realizam a triagem dos materiais que serão empregados. Andrade (2016, p.20) explica que “a adoção de uma ferramenta eficaz de seleção de tecidos, pode colaborar para o bom desempenho dos produtos de moda, o que, consequentemente, aumenta as chances do mesmo para competir no mercado”.

Desse modo, a partir do cenário apresentado vislumbrou-se a oportunidade de se efetuar uma busca e análise de aplicativos direcionados à área de seleção de materiais têxtil. Portanto, esse estudo tem como objetivo pesquisar e verificar o funcionamento geral de aplicativos que possuem recursos que possam ser incluídos ou adaptados ao processo

de seleção de materiais no Design de Moda. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de carater exploratório, tendo como delimitação a plataforma de *downlods* de aplicativos *App Store*. Tem-se portanto, como objeto de estudo, aplicativos que possam contribuir para o processo de seleção de materiais têxteis no projeto de produtos de moda.

Como resultado foram identificados dezoito apps que podem trazer contribuições para a temática abordada de forma direta e indireta. Acredita-se que colocar o designer em contato com aplicativos que apresentam informações técnicas e estéticas de materiais texteis contribuirá com a ampliação do repertório profissional e o auxiliará em seu processo criativo.

2 | REVISÃO TEÓRICA

Os aplicativos ou *apps*, são programas destinados a suprir necessidades específicas dos usuários em atividades de seu cotidiano. Conforme o relatório "*Adjust global app trends* 2019", produzido pela Adjust, empresa especialista em análises e prevenção de fraudes em negócios móveis*,* o Brasil é o segundo mercado de aplicativos que mais cresceu no mundo em 2018, atrás apenas da Indonésia (ADJUST, 2019). Já a pesquisa publicada: "*The State of Mobile* 2019", pela empresa App Annie, plataforma global de análises de dados móveis, apontou que houve um crescimento de 25% em *downloads* de aplicativos no Brasil entre 2016 e 2018 (APP ANNIE, 2019).

Em dados mais recentes, o relatório da Statista (2021) referente ao primeiro trimestre de 2021, observa-se que cerca de 2,22 milhões de aplicativos móveis estavam disponíveis na Apple App Store, representando um aumento de 6,10% dos aplicativos disponíveis em relação ao trimestre anterior.

Na investigação realizada por Magnus, Bassani, Montardo (2015), foram buscadas possibilidades de aplicativos que poderiam ser empregados durante a pesquisa e o desenvolvimento de uma coleção de moda e foi constatato que a maioria dos aplicativos apresentados eram direcionados ao comércio de produtos de moda, revistas femininas ou jogos infantis que abordam o universo da moda e beleza. Entretanto, as autoras localizaram cinco aplicativos voltados para as fases de pesquisa, tema de coleção, cartela de cores e desenho, sendo que somente um era direcionado especificamente às práticas de moda, enquanto os outros poderiam ser utilizados como auxílio em aulas ou atividades profissionais.

Ao tratar da questão da triagem de materiais, Ashby et. al (2004), Bezooyen (2002), Silva (2005) e Walter (2006), reconhecem o uso de ferramentas digitais como um importante recurso, seja de forma isolada ou aliados a demais instrumentos, como um banco de amostras físicas. Corroborando com essa premissa encontra-se o estudo de Ramalhete, Senos e Aguiar (2010), que produziu análises das funcionalidades de ferramentas digitais que podem auxiliar designers, estudantes de engenharia e todos os tipos de profissionais

que realizam seleção de materiais para projeto de produtos, baseados em critérios, como: materiais disponíveis; métodos de seleção; propriedades para seleção e tipo de resultado.

Os recursos digitais que atuam propiciando assistência ao processo de seleção de materiais já são uma realidade. Seu objetivo é a localização do material que assegure o melhor desempenho do produto a ser desenvolvido, considerando ainda seu uso e descarte. Em meio a este universo, o emprego de artifícios com a Realidade Virtual (RV) e a Realidade Aumentada (RA) enriquecem esta triagem, proporcionando visualizações prévias dos materiais aplicados nos artigos em concepção.

Tori, Hounsell e Kirner (2020, p. 12) explicam que o significado de "virtual" remete à "potencial", ou seja, "um elemento virtual é algo que tem potencial para vir a se tornar aquele elemento (...) O arquivo digital que representa um modelo 3D de uma chaleira tem potencial para se tornar uma chaleira de verdade, por meio de uma impressora 3D". Os autores complementam que Realidades Virtuais são "realidades alternativas, criadas artificialmente, mas são percebidas pelos nossos sistemas sensórios da mesma forma que o mundo físico à nossa volta: podem emocionar, dar prazer, ensinar, divertir e responder às nossas ações, sem que precisem existir de forma tangível" (TORI, HOUNSELL E KIRNER, 2020, p. 11).

Ou seja, compreende-se que a Realidade Virtual é concebida de forma integral, estando, portanto, totalmente desvinculada do mundo real. Diferentemente desta, a proposta da realidade aumentada tem por objetivo interpor elementos virtuais no "cenário real" de seus expectadores. Segundo Hounsell, Tori e Kirner (2020, p. 31), esta modalidade "enriquece o ambiente físico com objetos sintetizados computacionalmente, permitindo a coexistência de objetos reais e virtuais, podendo ser considerada uma vertente da RV". Lima, Pereira e Viana (2022, p. 154) finalizam expondo que "a RA difere da Realidade Virtual (RV) visto que o usuário não está imerso em um ambiente virtual, que em soluções de RV pode ser muito diferente do ambiente atual do usuário".

Dadas as qualidades apontadas, fica claro, portanto, a potencialidade da aplicaçao de ambas as Realidades: Virtual e Aumentada, nos recursos digitais de seleção de materiais, sendo esta uma fase percebida por diferentes autores como uma das mais relevantes para o alcance do resultado desejado (ANDRADE, 2016).

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos desta investigação, fundamentada em uma pesquisa exploratória, foram realizados em três momentos: Levantamento Teórico, Levantamento de Campo e Resultados. Na pesquisa teórica foram abordados assuntos como: os aplicativos móveis e o processo de seleção de materiais texteis no desenvolvimento de produtos de moda. A pesquisa de campo é de caráter exploratória, por "examinar um tema ou um problema de pesquisa pouco estudado" (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006) e com abordagem

qualitativa. Para tanto, algumas delimitações foram estabelecidas a fim de restringir e direcionar o processo de coleta de dados.

A busca foi efetuada na *AppStore*, loja de aplicativos da Apple, pois é uma das mais utilizadas plataformas de *dowloads*. Dados do relatório da Statista (2021) apontam que no terceiro trimestre de 2020 os gastos globais de consumidores em aplicativos móveis por meio da *Apple App Store* totalizaram 19 bilhões de dólares, resultado significamente superior à outras plataformas. Os termos de busca utilizados foram as seguintes palavras-chave: “seleção materiais”, “triagem materiais”, “têxtil” e “tecido”; bem como, a tradução, em inglês, de todos estes termos: “materials selection”, “materials triage”, “textile” e “fabric”. Essa escolha deve-se ao fato destes termos serem representativos para a temática investigada.

A pesquisa ocorreu no mês de março de 2022 e adotou o seguinte procedimento para realização: inserir a palavra-chave, leitura do nome do aplicativo e, caso relacionado a materiais texteis, realizada a analise da descrição fornecida pelo aplicativo. Não foram examinados, ainda que houvesse relação com têxteis, os aplicativos direcionados exclusivamente à venda de produtos (sem nenhuma outra funcionalidade em conjunto), bem como os demais que não possuem relação alguma com o universo dos materiais e sua seleção, tais como jogos, aplicativos de manipulações de fotos, entre outros.

Nos resultados, os dados colhidos foram tabulados e apresentados de forma detalhada, discriminando as características funcionais de cada aplicativo.

4 | RESULTADOS

A partir da busca pelas palavras-chave delimitadas, foram catalogados 446 aplicativos, sendo que 18 podem trazer contribuições para o processo de seleção de materiais têxteis no Design de Moda. Foram definidas duas categorias para esses aplicativos: os que podem trazer contribuições diretas para esse processo, ou seja, os que possuem funcionalidades que interferem diretamente na seleção dos materiais, e outra dos que podem colaborar de maneira indireta, que seriam aqueles que de algum modo oferecem conhecimentos/funcionalidades abrangentes sobre a temática, e podem auxiliar na produção dos produtos que estão sendo projetados.

A Tabela 1 apresenta os resultados da pesquisa realizada, expondo o número de aplicativos encontrados por palavra-chave, assim como a sua classificação quanto a contribuição no processo de seleção de materiais e seus objetivos. A ordem de aplicativos apresentada na tabela reflete o ordenamento em que as ferramentas foram encontrados na plataforma da *App Store*, e os apps que, durante a pesquisa, apareceram em mais de uma palavra-chave, foram alocados na que apareceu em primeiro.

Palavra-chave	**Número de *apps* encontra-dos**	***Apps* relacionados ao universo de materiais têxteis**	**Contribuição direta**	**Contribuição indireta**	**Principal objetivo do *app***
Seleção materiais	0	---	---	---	---
Material selection	6	---	---	---	---
Triagem materiais	0	---	---	---	---
Material triage	0	---	---	---	---
Têxtil	58	Fabric & Textile Dictionary		X	Dicionário têxtil
		Sense Fabric	X		Plataforma de busca unificada de tecidos e visualização em produtos 3D
		Yarn count		X	Conversor de contagem de fios e lista de fibras têxteis
		Swatchbook	X		Apoio na seleção têxtil e visualização em produtos 3D
Textile	167	Textile tools		X	Calculadora de tecidos
		Acana Textile Care		X	Dicionário de simbologia de cuidado têxtil
Tecido	19	Guia de Tecido da Lena Melo	X		Apoio na seleção têxtil e calculadora de tecidos
Fabric	196	Fabric Butler	X		Apoio na seleção têxtil, indicação de tendências e contato de profissionais para confecção dos produtos
		Laundry Lens		X	Dicionário de simbologia de cuidado têxtil
		Quilting Calc		X	Calculadora de tecidos
		Slabware Fabricator		X	Controle de estoque de tecidos
		Stash Star Fabric		X	Controle de estoque de tecidos
		Fabric Selector	X		Apoio na seleção de têxteis técnicos
		Fabric Weight		X	Calculadora de peso de tecidos
		All about fabrics	X		Calculadora de tecidos, sugestão de encaixe, registro de medidas corporais, rastreamento de fornecedores têxteis e enciclopédia.
		Fabric Look	X		Plataforma de busca unificada de tecidos e visualização em produtos 3D
		Fabric Calculator		X	Calculadora de tecidos
		iSewMe	X		Catalogação de materiais e registro de medidas corporais.

Tabela 1: Aplicativos a partir de palavras-chaves sobre seleção de materiais têxteis

Conforme apresentado, as expressões "seleção materiais", "triagem materiais", "*materials triage*" não obtiveram resultados. O termo "*materials selection*" apresentou seis aplicativos, sendo que nenhum se relaciona com o universo de produtos têxteis.

4.1 Resultado da busca pelas palavras-chave: "têxtil" e "textile"

Na pesquisa relacionada ao termo "Têxtil" foram localizados quatro aplicativos que podem amparar o processo de desenvolvimento de produtos de moda tendo em vista o processo de seleção dos materiais têxteis. Considerando as contribuições efetivas para a seleção de materiais para os produtos de moda foram encontrados dois aplicativos: o "*SenseFabric*" e o "*Swatchbook".*

O "*SenseFabric*" opera com base na realidade virtual - VR e na realidade aumentada - AR, unindo o universo físico e o digital para o mercado da moda. O aplicativo disponibiliza catálogos de amostra digitais que apresentam dados técnicos e simulam o comportamento físico e estético dos materiais têxteis, como: textura, cor, padronagem, comportamento e peso, a partir da movimentação do smartphone. Esse recurso possibilita ao usuário interagir com as amostras em tempo real, observando o movimento do tecido sendo alterado como resposta às suas ações, tornando a interação imersiva. Somada a essa experiência, ainda é possível a aplicação do material escolhido em protótipos 3D do corpo humano, a fim de avaliar a adequação funcional e visual do tecido escolhido, tal qual apresentado a Figura 1.



Figura 1: Processo de seleção e simulação de aplicação de materiais - Aplicativo *SenseFabric*.

Fonte: Sense immaterial reality.

Essa plataforma coloca-se como um recurso inovador e facilitador no processo de seleção de materiais, contribuindo com a redução de tempo, custos e do envio de catálogos físicos.

O "*Swatchbook"* pode ser compreendido em três categorias de serviços: biblioteca, aplicação dos materiais e registro de inspiração. Na biblioteca é possível realizar buscas,

fazer a compra e ainda construir uma cartela de materiais para o projeto/coleção. Os materiais são apresentados em fotos, vídeos, aplicações virtuais em 3D e em realidade aumentada. A aplicação dos materiais inicia-se com a seleção do produto, que pode ser: vestuário, sapatos, bolsas, entre outros, em seguida são definidos os materiais a construção a partir das cartelas produzidas, e ainda é possível criar filtros, como: preço, sustentabilidade, cores, texturas. Por fim, o aplicativo propõe alternativas de composição dos materiais no produto, que podem sofrer edições conforme as necessidades do designer e os produtos gerados podem ser observados em 3D e realidade aumentada. Esse processo pode ser observado na Figura 2.



Figura 2: Processo de aplicação de materiais em produtos - Aplicativo Swatchbook.

Fonte: Adaptado de Swatchbook.

Na aba de registro de inspiração, os designers adicionam texturas, definem o produto que irá fazer a simulação e o aplicativo apresenta uma reprodução em 3D com possibilidades para alteração da escala, rotação e posição da padronagem e, por fim é possível visualizar o resultado em realidade aumentada.

Entre os outros dois aplicativos apresentados na busca pelo termo "têxtil" mas que foram considerados como contribuição indireta, estão o "*Fabric & Textile Dictionary"* e o "*Yarn count".* O primeiro deles exibe os termos dispostos alfabeticamente ou por busca de palavras e, como resultado, apresenta uma breve descrição do material pesquisado. Já o "*Yarn count"* disponibiliza fórmulas de conversão de fios, executa o processo de contagem e ainda oferece uma lista de fibras têxteis com suas respectivas abreviaturas.

Grande parte dos resultados exibidos com a palavra-chave "*Textile*" dizem respeito

à categoria foto e vídeo, e apenas dois apps foram identificados como potenciais auxiliares indiretos no processo de seleção de materiais: o "*Textile tools",* que realiza cálculos relacionados aos têxteis, como: conversões de medidas, calculadora de consumo e análise por comprimento ou peso; e o "*Acana Textile Care",* que tem como função ser um glossário virtual de símbolos que representam os processos de conservação de artefatos têxteis. Os símbolos podem ser buscados por países ou categorias e o aplicativo ainda disponibiliza orientações de lavagem e secagem para os materiais.

4.2 Resultado da busca pelas palavras-chave: "tecido" e "fabric"

A busca com o termo "tecido" resultou somente em um aplicativo com características que corroboram com o objetivo deste estudo. O aplicativo "*Guia de Tecido da Lena Melo",* que apresenta indicações de tecidos de acordo com o modelo de vestuário que será desenvolvido e ainda calcula a quantidade de material necessário para a sua confecção, considerando variações de peso e altura do público para essa operação.

Já o termo "*fabric*" apresentou onze opções de aplicativos, entre auxiliares diretos e indiretos ao processo de seleção de materiais têxteis. Entre os cinco que possuem contribuição direta está o Fabric Butler, desenvolvido pelo Grupo Albini, tradicional fabricante têxtil italiano. Ele é ofertado pela empresa como um aplicativo que oferece diferentes funcionalidades a seus consumidores, os quais podem ser empregados também por designers. Por meio de um game interativo, o aplicativo auxilia na seleção dos tecidos que são mais adequados às necessidades do usuário, além de apresentar as últimas tendências da indústria têxtil. É possível ainda entrar em contato com alfaiates selecionados pela empresa para contratar serviços de manufatura personalizadas, escolhendo tecidos, design, modelagem e tamanho, bem como enviar demais informações sobre preferências na confecção de seus ternos e camisas.

O *app* simula como cada tecido selecionado ficaria em uma camisa e indica cuidados de manutenção. Os materiais têxteis podem ser adicionados à listas de desejos e enviados diretamente para seu alfaiate. Caso não tenha um, o aplicativo localiza um profissional em sua região.

Do mesmo modo que o anterior, o aplicativo "*Fabric Selector*", é um aplicativo ofertado por um fabricante têxtil e visa contribuir para a seleção de materiais por meio de filtros. Objetivando a oferta exclusiva de têxteis técnicos destinados a usos variados (excluindo produtos de moda), os tecidos podem ser selecionados pelos critérios: peso, largura, resistência à tração, objetivo de aplicação, características de superfície e cor.

O "*All about fabrics*" possui quatro seções principais: cálculo de material, sugestão de encaixe, medidas de usuários, compras e enciclopédia. Na primeira delas, o *app* ajuda a calcular a quantidade de tecido necessária para diferentes tipos de vestuário: vestidos, blusas, saias, calças e jaquetas. Em seguida, a ferramenta oferece dicas e auxilia o usuário a verificar a melhor possibilidade de encaixe da modelagem no tecido indicado.

Na seção intitulada "medidas", o usuário pode criar uma lista de pessoas e cadastrar suas medidas, dados que são utilizados pelo *app* para refinar o cálculo de tecido necessário para uma determinada peça de roupa. Finalizada esta etapa, pode-se, automaticamente, rastrear as lojas de tecidos e acessórios mais próximas. Por fim, a plataforma oferece cinco enciclopédias temáticas: estampas, tipos de tecido, propriedades do tecido, composições e entrelaçamentos têxteis.

Já o aplicativo "*Fabric Look*" compreende três funcionalidades: a primeira consiste em reunir as cartelas de tecidos de variados fabricantes para que o usuário possa realizar uma busca unificada mediante determinados critérios de seleção. Em seguida, é possível obter uma visualização virtual prévia dos tecidos selecionados aplicados em looks vestidos por *Avatares* 3D em realidade aumentada. Caso esta experimentação seja satisfatória, o aplicativo direciona o usuário à terceira e última funcionalidade, que é a de entrar em contato com os fabricantes para fazer pedidos, solicitar amostras ou tabelas de cores.

O "*iSewMe*" é um aplicativo próximo aos anteriormente apresentados, com as funções de cadastramento de materiais têxteis e informações do projeto, também sendo possível incluir dados sobre as medidas corporais do público-alvo e documentos.

Sobre o grupo de aplicativos que podem atuar como colaboradores indiretos na fase de seleção textil do desenvolvimento de produtos de moda encontrados na busca pelo termo "*fabric*" os seis aplicativos a seguir foram encontrados. O primeiro encontrado foi o *"Laundry Lens", que* atua como identificador de símbolos de cuidado têxtil presente nas etiquetas de composição dos produtos de moda, de forma bastante similar ao "*Acana Textile Care"*. Já o *"Quilting Calc"* atua como uma calculadora têxtil específica para *quilting,* que de forma bastante simplista, consiste em uma técnica de costura artesanal.

O "*Stash Star Fabric*" tem como função organizar e rastrear materiais têxteis. O *app* permite que os tecidos adquiridos sejam cadastrados e catalogados e exibidos em uma única página rolável. O registro ocorre por meio da inserção de fotos do tecido e em seguida informações técnicas, como: nome do tecido, cor, dimensões, composição, quantidade disponível, localização no estoque, informações sobre a compra (data e preço), informações sobre o fabricante (nome comercial do material têxtil, linha e fabricante) e espaço para anotações. Para facilitar a busca, eles podem ser filtrados conforme seus atributos. A interface do *app* é simples e as informações são dispostas por meio de palavas. De forma bastante similar atua o *"Slabware Fabricator",* cuja proposta também é de auxiliar no controle de estoque têxtil.

Finalizando este grupo encontram-se os aplicativos "Fabric Weight", que atua como calculadora de peso para tecidos, e o "*Fabric Calculator"* que calcula a quantidade de tecido necessária para um projeto, não atuando como uma ferramenta especifica para produtos de moda.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar as ferramentas orientadas para a seleção de materiais, Bezooyen (2002) divide-as em dois grupos: as que visam a ofertar, prioritariamente, a informação, e as que propendem para a inspiração. Ao avaliar o conjunto de aplicativos descritos neste tópico, verificou-se que podem ser verificadas outras duas categorias, além destas duas mencionadas pelo autor. Assim, os aplicativos analisados foram delimitados como: inspiracionais, informativos, comerciais ou de gerenciamento.

Os aplicativos inspiracionais são os que não apresentam muitas informações técnicas nem fornecedores, pois visam a operar apenas como uma fonte de pesquisa para a impulsão da criatividade. Os aplicativos com características informativas funcionam como base de dados para a obtenção de informações sobre tecidos e demais objetos ou processos que habitam o universo têxtil. Dentre estes, podem ser encontradas variações, ou seja, os que oferecem informações, mais ou menos, técnicas, e os aplicativos que apresentam a informação, diretamente, na tela ou oferecem arquivos para *download*.

Os comercias são aqueles que, de algum modo, estimulam ou possibilitam a comercialização dos materiais. Incluem-se, neste caso, além dos aplicativos exibidos neste estudo, os que são desenvolvidos pelas próprias empresas, com o escopo de oferecer seus produtos. Por fim, são considerados aplicativos de gerenciamento os que auxiliam o usuário na administração dos materiais.

É possível constatar, ainda, que alguns dos aplicativos possuem ferramentas bastante diversificadas, logo, enquadram-se em mais de uma categoria. Dentre estas ferramentas, verifica-se que há uma variedade mais ampla de aplicativos que atuam como calculadoras de metragem textil necessária para a produção de determinados tipos de produto e controle de estoque de materiais. Dentre as opções com informações têxteis tecnicas, há os dicionários têxteis e de simbologias de cuidado têxtil e os conversores de contagem de fios.

Com atuação mais comercial estão os apps que funcionam como plataforma de busca unificada de materiais, aonde os designers buscam pelo tecido almejado em uma mesma ferramenta, o que confere agilidade ao processo de busca. Demais funcionalidade que do mesmo modo são de grande auxílio ao designer de moda de forma bastante direta são: a indicação de tendências direcionadas a determinados nichos de produto, rastreamento de fornecedores têxteis, sugestão de risco e encaixe, possibilidade de registro de medidas corporais diversos e contato de profissionais/confecções de produto.

Por fim, verifica-se que com o advento dos aparatos tecnológicos, muitas das atividades que eram realizadas de forma inteiramente manual pelos designers de moda, passaram a ser desenvolvidas mediante o uso de softwares e dispositivos moveis. Deste modo, avalia-se que os aplicativos que, por meio de filtros diversificados, apresentam-se ao designer como uma ferramenta digital de apoio ao processo de seleção de materiais,

constituem o ápice da funcionalidade almejada pelos profissionais atuantes.

REFERÊNCIAS

Adjust, 2019. **Adjust Global App Trends 2019 Global Benchmarks Report**. [Online] (Updated Abril 2022) Disponível em: https://a.storyblok.com/f/47007/x/d0bcb0c3bc/adjust_global_app_trends_2019.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

ANATEL. **Balanço dos serviços de telecom mostra crescimento expressivo da banda larga**. 2022. Dados Setoriais da Ciência e Tecnologia. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/02/balanco-dos-servicos-de-telecom-mostra-crescimento-expressivo-da-banda larga/. Acesso em: 26 mar. 2022.

Andrade, R. R. **Uma ferramenta para a seleção de tecidos no desenvolvimento de produtos de moda**. 2016. 178 f. Tese (Doutorado) - Curso de Design, Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2016.

App annie, 2019. **The state of mobilie 2019**. [Online] (Updated Abril 2022) Disponível em: https://www.data.ai/en/go/state-of-mobile-2019/. Acesso em: 30 mar. 2022.

Ashby, M.f. et al. 2004. **Selection strategies for materials and processes.** Materials & Design, [s.l.], v. 25, n. 1, p.51-67, fev. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/s0261-3069(03)00159-6.

Bezooyen, A. V. 2002. **Material Explorer-Selection support tool for designers.** 2002. Tese (Doutorado) - Industrial Design Engireering, Delft University Of Technology, Holanda.

Henrique, A. **Brasil é o país que passa mais tempo em aplicativos, diz pesquisa.** 2021. Disponível em: https://olhardigital.com.br/2021/07/17/internet-e-redes-sociais/brasil-e-o-pais-que-passa-mais-tempo-em-aplicativos/. Acesso em: 27 mar. 2022.

Hounsell, M. S.; Tori, R.; KIRNER, C. **Realidade Aumentada** in: Tori, R.; Hounsell, M. S. (org.). Introdução a Realidade Virtual e Aumentada. 3. ed. Porto Alegre: Editora SBC, 2020.

Lima, E.; Pereira, R. R.; Viana, W. **AmongNET Game: Um relato de experiência do uso da Virtualidade e da Realidade Aumentada no Ensino Remoto Emergencial de Redes de Computadores**. *In*: Simpósio Brasileiro de Educação em Computação (Educomp), 2022, Online. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022 . p. 152-162.

Magnus, E. B.; Bassani, P. B. S.; Montardo, S. P. 2015. **Aplicativos para dispositivos móveis: novas possibilidades para o desenvolvimento de coleções de moda**. Modapalavra E-periódico, Florianópolis, Ano 8, n.16, jan-jun 2015.

Ramalhete, P.S.; Senos, A.M.R.; Aguiar, C. 2010**. Digital tools for material selection in product design.** Materials & Design (1980-2015), [s.l.], v. 31, n. 5, p.2275-2287, mai 2010. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.matdes.2009.12.013.

Sampieri, R. H; Collado, C. H.; Lucio, P. B. 2006. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill.

Sense Immaterial Reality. 2022. Disponível em: https://sense-immaterialreality.com/portfolio/sense-fabric/. Acesso em: 26 mar. 2022.

Silva, E. S. A. 2005. **Um sistema informacional e perceptivo de seleção de materiais com enfoque no design de calçados**. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Statista, 2021. **Number of apps available in leading app stores as of 1st quarter 2020.** [Online] (Updated Abril 2022) Disponível em: https://www.statista.com/statistics/276623/number-of-apps-available-in-leading-app-stores/. Acesso em: 30 mar. 2022.

Swatchbook. 2022. Available at: https://www.swatchbook.us/swatchbook-mix. Acesso em: 26 de março de 2022.

Tori, R.; Hounsell, M. S.; KIRNER, C. **Realidade Virtual** in: Tori, R.; Hounsell, M. S. (org.). Introdução a Realidade Virtual e Aumentada. 3. ed. Porto Alegre: Editora SBC, 2020.

Walter, Y. 2006. **O conteúdo da forma: subsídios para seleção de materiais e design.** 113 f. Dissertação (Mestrado) - FAAC, Universidade Estadual Paulista. Bauru.

CAPÍTULO 13

A VOZ DA EXPERIÊNCIA: O EFEITO DO COMPORTAMENTO FINANCEIRO E DO ESTRESSE FINANCEIRO NO BEM-ESTAR DOS CONSUMIDORES

Data de aceite: 02/06/2023

Luiz Alves da Silva Cruz Neto

Ana Cristina Batista dos Santos

Verónica Peñaloza

RESUMO: A finança é um importante domínio na vida dos consumidores na sociedade moderna e os seus fatores subjetivos como o comportamento financeiro e o estresse financeiro têm influência direta no bem-estar dos consumidores. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é realizar um estudo exploratório com o intuito de compreender a relação do comportamento financeiro e do estresse financeiro no bem-estar dos consumidores ao longo da vida, escolhendo como *corpus* para a pesquisa consumidores idosos. Os resultados demonstram que o comportamento de poupança é o mais habitual entre os entrevistados e o comportamento de gestão do consumo é a prática financeira diferenciadora do consumidor que se avalia como bom gestor financeiro e aquele que se avalia como mal administrador financeiro. Por fim, constatou-se que o comportamento financeiro que o consumidor desempenhou ao longo de sua vida provoca efeito na satisfação financeira e no bem-estar geral.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento financeiro. Estresse financeiro. Bem-estar financeiro. Finanças do consumidor.

ABSTRACT: Finance is an important domain in the lives of consumers in modern society and its subjective factors such as financial behavior and financial stress have a direct influence on consumer welfare. Thus, the objective of this research is to conduct an exploratory study to understand the relationship between financial behavior and financial stress in the well-being of consumers throughout life, choosing as a corpus for research elderly consumers. The results demonstrate that the saving behavior is the most habitual among the interviewees and the consumption management behavior is the financial differentiating consumer practice that evaluates as a good financial manager and the one that evaluates as a bad financial manager. Finally, it was found that the financial behavior that the consumer has played throughout his life influences financial satisfaction and overall well-being.

KEYWORDS: Financial behavior. Financial stress. Financial well-being. Consumer Finance.

1 | INTRODUÇÃO

A finança é um importante domínio na vida dos consumidores na sociedade moderna (XIAO; CHEN; CHEN, 2014), pois possui impacto direto no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas (MUGENDA; HIRA; FANSLOW, 1990; EASTERLIN, 2006). Nos últimos anos, pesquisas foram desenvolvidas na busca de entender a finança do consumidor, identificando a influência do bem-estar financeiro em vários aspectos da vida e os fatores que afetam este domínio (HSIEH, 2003; VERA-TOSCANO; ATECA-AMESTOY; SERRANO-DEL-ROSAL, 2006; PLAGNOL, 2011; KIM; GARMAN; SORHAINDO, 2003; XIAO; TANG; SHIM, 2009; VIEIRA *et al.,* 2016). Desses estudos, dois fatores subjetivos apresentaram relação direta com o bem-estar financeiro: o comportamento financeiro e o estresse financeiro. Entretanto, a associação desses dois construtos com o bem-estar geral é pouco conhecida, principalmente se tentarmos analisar o efeito destes fatores no bem-estar do consumidor no decorrer da vida.

As oscilações econômicas dos últimos anos e as alterações no cenário social, como a anunciada crise causada pelo envelhecimento da população que provoca uma futura transformação no sistema previdenciário (WONG; CARVALHO, 2006), exigem que os consumidores se tornem mais responsáveis pelo seu futuro financeiro. Dessa forma, o entendimento dos fatores objetivos e subjetivos que afetam a finança dos consumidores faz-se, cada vez mais, necessário tanto para os consumidores quanto para o governo e as organizações privadas no intuito de manter um funcionamento adequado da economia e de maximizar a qualidade de vida da sociedade.

Na literatura, principalmente nacional, não há estudos que investiguem os efeitos dos fatores comportamento financeiro e eventos financeiros estressantes no ciclo de vida dos consumidores e que busquem entender o resultado gerado por estes fatores no bem-estar dos idosos.

Desse modo, o objetivo desta pesquisa é realizar um estudo exploratório com o intuito de compreender a relação do comportamento financeiro e do estresse financeiro no bem-estar da vida dos consumidores idosos. Assim, este estudo apresenta como pergunta norteadora: Como as práticas financeiras pessoais e os eventos financeiros estressantes influenciam a qualidade de vida dos consumidores idosos? Como tal, este estudo serve para melhorar o entendimento dos aspectos que afetam diretamente e indiretamente o bem-estar dos indivíduos.

2 | BEM-ESTAR GERAL, BEM-ESTAR FINANCEIRO E SATISFAÇÃO FINANCEIRA

O bem-estar é um conceito subjetivo, avaliado internamente por cada indivíduo e conhecido por terceiros apenas por meio de expressões comportamentais ou verbais (CAMPBEL,1981). O bem-estar é conceituado de forma geral como o estado de ser

saudável, feliz e livre de preocupações (ZIMMERMAN, 1995; JOO, 2008), que depende diretamente das experiências e sentimentos de cada indivíduo (CAMPBEL, 1981). Este construto é dividido em partes, chamadas de domínios, que são relacionados com aspectos da vida dos indivíduos, como emprego, saúde, família, amigos e situação financeira (VAN PRAAG; FRIJTERS; FERRER-I-CARBONELL, 2003).

Baseado no domínio situação financeira, possuímos o sub-construtor do bem-estar geral, o bem-estar financeiro (PRAWITZ *et al.*, 2006), que se trata do estado no qual o indivíduo consegue cumprir totalmente suas obrigações financeiras, sentindo-se seguro e apto a realizar escolhas que permitam aproveitar a vida (BUREAU, 2015).

O bem-estar financeiro (BEF) pode ser mensurado por meio de indicadores objetivos e subjetivos. Os indicadores objetivos mais comuns são receitas, gastos, débitos, ativos e combinações desses indicadores como patrimônio líquido e liquidez. As medidas subjetivas mais utilizadas são a satisfação financeira de forma geral ou a satisfação em relação a aspectos específicos de recursos financeiros, como salário, nível de economia e outros (XIAO, 2016).

A satisfação financeira (SF) é a autopercepção do indivíduo sobre a situação de suas finanças de forma geral, que depende de um processo de auto comparação com outras pessoas (VERA-TOSCANO; ATECA-AMESTOY; SERRANO-DEL-ROSAL, 2006).

Estudos vêm apresentando a influência da SF em outros fatores da vida, como saúde física e mental, sentimento de depressão, sucesso acadêmico e satisfação geral com a vida (O'NEILL *et al.*, 2005; XIAO; TANG; SHIM, 2009; SHIM et al, 2009). As pesquisas também demonstram fatores que influenciam a satisfação financeira, como a renda (HSIEH, 2003; VERA-TOSCANDO, ATECA-AMESTOY, SERRANO-DEL-ROSAL, 2006), o nível de dívidas (ARCHULETA; DALE;SPANN, 2013), a atitude financeira (LOWN;JU,1992), o ciclo de vida (HANSEN; SLAGVOLD; MOUM, 2008; PLAGNOL, 2011), os eventos financeiramente estressantes (KIM; GARMAN; SORHAINDO, 2003; PRAWITZ et al, 2006) e o comportamento financeiro (XIAO; SORHAINDO; GARMAN, 2006; XIAO; TANG; SHIM, 2009; VIEIRA *et al.,* 2016). Seguindo o objetivo deste estudo, abordamos os três últimos fatores.

Ciclo de vida e satisfação financeira

Pesquisas demonstram que a satisfação financeira, diferentemente do esperado, apresenta níveis altos em idosos, apesar da redução de receita após a aposentadoria (GEORGE, 1992). Esses resultados coincidem com o fenômeno conhecido como o "Paradoxo da Satisfação", alta satisfação com baixas condições de vida (OLSON; SCHOBER, 1993), indicando ser mais presente em idosos do que em jovens. O consenso entre os pesquisadores é que a alta satisfação financeira entre os idosos é atribuída principalmente ao uso de estratégias de enfrentamento passivo, tais como ajuste de redução de necessidades, aspirações e padrões de comparação (HANSEN; SLAGVOLD;

MOUM, 2008; HSIEH, 2003; FRANCOEUR, 2002).

No entanto, estudos recentes verificaram que outros fatores afetam a alta satisfação financeira das pessoas mais velhas, como os ativos e os débitos (HANSEN; SLAGVOLD; MOUM, 2008; PLAGNOL, 2011). Essas pesquisas concluíram que o aumento do ativo durante o ciclo de vida das pessoas e a redução das dívidas na velhice contribui com o aumento da satisfação financeira nos idosos. Entretanto, Hansen, Slagvold e Moum (2008) verificaram que esses resultados não se adequam às pessoas mais pobres, pois não apresentam acúmulo de ativos no decorrer da vida.

Estresse financeiro e satisfação financeira

O estresse financeiro (EF) surge do acúmulo de eventos financeiros não normativos, os chamados eventos financeiros estressantes (KIM; GARMAN; SORHAINDO, 2003), que são acontecimentos como "retomada de imóvel ou veículo por inadimplência", "crescimento descontrolado de dívida no cartão de crédito" e "perda da fonte de recursos financeiros".

O estresse financeiro afeta negativamente a satisfação financeira, provocando redução no nível de contentamento dos indivíduos com sua situação financeira (JOO; GRABLE, 2004; O'NEILL; *et al.*, 2005). Pesquisas demonstraram o efeito direto e redutivo do estresse financeiro na saúde das pessoas e como esses três fatores se relacionam (SF, saúde e EF) (KIM; GARMAN; SORHAINDO, 2003; O'NEILL *et al.*, 2005). O acúmulo de estresse pode desencadear doenças físicas e mentais, as quais provocam o aumento das despesas com saúde e a redução do bem-estar financeiro ou problema de saúde pode aumentar as despesas e provocar o surgimento de estresse financeiro (PAWTIZ *et al.*, 2006).

Comportamento financeiro e satisfação financeira

O comportamento financeiro pode ser definido como qualquer comportamento humano relevante para a gestão de dinheiro (XIAO, 2008). Este comportamento pode variar de desejável para não desejável; o comportamento financeiro desejável proporciona melhoria no bem-estar financeiro dos indivíduos enquanto o indesejável prejudica (XIAO, 2016). Pesquisas confirmam essa relação por meio da influência positiva do comportamento financeiro desejável com a satisfação financeira (MUGENDA; HIRA; FANSLOW, 1990; JOO; GRABLE, 2004; XIAO; TANG; SHIM,2009; SHIM et al, 2009;).

Os comportamentos financeiros comuns envolvem ações relacionadas a ganhos, gastos, empréstimos, poupança e proteção (XIAO, 2016). Dew e Xiao (2011), no desenvolvimento de uma escala de medição do comportamento de gestão financeira, dividiu o comportamento financeiro em cinco dimensões comportamentais: (i) gestão do consumo, controle sobre as compras (ii) gestão de fluxo de caixa, controle sobre a utilização dos recursos financeiros; (iii) gestão de crédito, controle sobre o crédito e adimplência (iv) poupança e investimentos, padrão de economizar parte da renda e investir de forma a aumentar a receita e (v) segurança, controle sobre o risco. No entanto, na pesquisa realizado

por CRUZ NETO *et al* (2017) em uma amostra de consumidores brasileiros verificou-se a formação de três dimensões comportamentais: poupança, seguro e investimento e fluxo de caixa. Outro resultado importante dessa pesquisa é a influência do ciclo de vida no comportamento financeiro, o estudo demonstrou que os consumidores mais jovens e os mais velhos possuem um comportamento de poupança mais positivo do que os de meia idade, evidenciando a alteração do comportamento de poupança no decorrer da vida.

3 I METODOLOGIA

O procedimento metodológico deste trabalho é de caráter exploratório e de natureza qualitativa, utilizando como técnica de coleta de dados entrevistas individuais do tipo semiestruturada, que possibilita discorrer sobre o tema em questão sem seguir a indagações formuladas (MINAYO, 2002).

Os sujeitos pesquisados são consumidores da cidade de Fortaleza, especificamente idosos com idades entre 60 e 70 anos. A escolha desse tipo de consumidor é devido à necessidade da pesquisa de buscar entender de forma profunda a associação e o efeito do comportamento e do estresse financeiro na vida dos consumidores. Na escolha dos sujeitos, procurou-se manter uma heterogeneidade de sexo e renda.

A pesquisa foi realizada na residência dos respondentes, durante o mês de junho e julho de 2018. Inicialmente, o pesquisador apresentou, de forma breve, a pesquisa e os seus objetivos, em seguida, os respondentes assinaram o Termo de Consentimento e de Confiabilidade para então iniciar a entrevista. A saturação empírica foi obtida com 04 sujeitos entrevistados.

Tendo em vista a melhor compreensão, as entrevistas foram integralmente transcritas e a análise empreendida pela vivência de um processo de leitura-imersão-categorização, em que as falas dos sujeitos pesquisados determinaram as categorias base da análise.

A técnica utilizada nas entrevistas foi do tipo análise de conteúdo, com intuito de produzir inferência da narrativa para um contexto social de maneira objetiva (BAUER, 2004). A análise de conteúdo seguiu as seguintes etapas: pré-análise, exploração e inferência (MINAYO, 2002)

4 I ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na análise dos discursos dos entrevistados, foi possível obter os resultados sobre as dimensões estudadas nesta pesquisa: i) Comportamento Financeiro; ii) Estresse Financeiro; e iii) A relação dessas dimensões com o bem-estar dos consumidores idosos.

Comportamento financeiro

Nas falas dos entrevistados, identificou-se as práticas de gestão financeira utilizadas pelos consumidores, conforme apresentado no Quadro 01. Os comportamentos

identificados se assemelham com os descritos por Dew e Xiao (2011).

Comportamento	Falas
Poupança	"Quando eu ganhava muito dinheiro com pesquisa, eu colocava mais. Agora não, boto 100, 120, entendeu? Depende da sobra" (E2)
Gestão do Consumo	"Eu compro, eu procuro as coisas mais em contas, compro no cartão de crédito sem juro, procurando promoções nas lojas" (E1)
Gestão de Caixa	"De cabeça, mesmo, mas, antes, minhas coisas era sempre anotada, eu tinha um caderninho" (E1)
Gestão de Crédito	"É mais fácil eu não comer do que eu não pagar o meu cartão" (E4)
Seguro	"Pago seguro" (E2)

Quadro 01 - Comportamentos financeiros identificados nos consumidores

O comportamento de poupança surgiu como o mais habitual entre os entrevistados, seguido pelo gerenciamento de consumo e gerencialmente de crédito. Com relação ao hábito de realizar o planejamento e controle dos recursos financeiros, que seria a prática de gerenciamento de fluxo de caixa, apenas um consumidor informou que realizava essa atividade, no entanto, executava a atividade de forma muito simples. Então, indagados como conseguiam realizar o controle das suas receitas para pagar pontualmente seus débitos, os entrevistados informaram que realizavam mentalmente, como exemplificado na fala de E3 "Ah, que a gente sabe que tá devendo, a gente tira aquele dinheiro, porque sabe que tem que pagar ele. Aí água, energia, essas coisas, a gente já sabe. Aí no dia já não atrasa, já paga no dia certo, porque já guarda aquele dinheiro, separa.".

Esse comportamento condiz com a Teoria da Contabilidade Mental, que é descrita como um conjunto de operações cognitivas usadas por indivíduos para organizar, avaliar e acompanhar as atividades financeiras (THALER, 1985). Os consumidores relataram obtenção de resultados positivos nas suas finanças realizando o fluxo de caixa somente de forma mental, em discordância com execução da prática na maneira mais atribulada, com registro dos gastos em papel ou planilha eletrônica. No estudo de Davis e Carr (1992), os autores questionam se os consumidores idosos realmente necessitam desenvolver um orçamento ou um fluxo de caixa da maneira tradicional, talvez os consumidores tenham desenvolvido padrões estáveis e previsíveis de renda e gastos que carecem da necessidade de um orçamento, o que requer tempo para coleta e análise de informações de renda e gastos.

A prática de realizar seguro apareceu apenas em dois consumidores e foram os que demonstraram ter vivido ou viver com recursos financeiros mais elevados. O comportamento

de realizar investimentos na forma de aplicação financeira foi descrito apenas por um consumidor e de forma excepcional, quando adquiriu uma alta quantia monetária. Tal resultado assemelha-se com a Teoria dos Padrões Hierárquicos do comportamento financeiro (XIAO,2016), a qual pressupõe que os comportamentos financeiros do consumidor podem ser categorizados juntamente com os recursos econômicos. Quando o nível de recurso econômico é baixo, os consumidores são mais propensos a realizar um certo conjunto de comportamentos (XIAO; O'NEILL, artigo aceito).

Analisando a autopercepção dos consumidores, emergem dois tipos de perfis: o que avalia ter uma boa gerência sobre os recursos financeiros e o que não considera ser bom com as finanças. A gestão do consumo é um comportamento perceptível nas falas dos entrevistados como diferenciador entre esses dois perfis, o consumidor que se avalia com boas práticas possui uma administração, um controle maior sobre as compras, como exemplificado na fala de E3 "Eu não compro muita besteira, eu não compro tudo, só compro o que é preciso mesmo." Enquanto o consumidor que se avalia como mau gestor financeiro é mais impulsivo nas compras, E2 "mas eu não pesquiso não. Vamos dizer, eu vi esse jarro bem ali. Ele custava R$ 70,00. Mas eu gostei, vou levar. Gostei, levo."

Na análise da existência de diferenciação das práticas financeiras dos consumidores ao longo da vida, não houve um padrão, há consumidores que relataram que utilizam essas práticas durante toda a sua vida, como relatado por E3 "Eu fui assim, sempre eu economizava as coisas sabe, quando eu trabalhava também. Era do mesmo jeito. Não sou de gastar muito e dever também não."; e há consumidores que iniciaram essas práticas mais saudáveis financeiramente somente quando avançou na idade, E4 "Todas as quartas-feiras, eu falava quero ir no centro, quero comprar isso para mim, quero comprar isso para minha filha, coisas pros meninos, né. Aí, ele me dava para ir comprar [...] só vim poupar quando o dinheiro acabou". Os relatos assemelham-se parcialmente com os resultados da pesquisa CRUZ NETO *et al.* (2017).

Estresse financeiro

O estresse financeiro dos entrevistados foi descrito como um momento que houve uma redução na capacidade financeira dos consumidores, provocado por um aumento das despesas, conforme na experiência de E1, "Foi pela quantidade de dinheiro que eu ganhava que era pouco. Minhas dívidas estava acima do que eu estava ganhando. Eu lhe digo que foi só por aquele momento, foi assim por questão de três anos que passei aperreado, mas foi, assim, por uma causa muito justa, né?!", ou quando houve uma redução ou cessação da fonte financeira como no caso do E2, "Passei uma dificuldade financeira, quando meu marido, era funcionário da Vasp, ele saiu. Botaram para fora..."

Os consumidores relataram que esses momentos geram diversos tipos de sentimentos, como: i) vergonha, E1"aí eu não queria passar por baixo, pior o que eu já passei. Me sentir um pouco constrangida por um bom tempo, mas deu para eu superar"; ii)

raiva, E2 “Ele que era tão assim, nós nos separamos devido a essa crise financeira...essas coisas e eu não aceitava, achava que tinha que se levantar e lutar e batalhar, entendeu ”; iii) angústia, E3 “dei entrada nesse carro, aí ficou de pagar R$ 600,00 e pouco por mês, 4 anos. Aí foi indo, o aperreio foi muito.” iv) inclusive surgimento de doenças, E2 “Afetou muito, por que ele também com depressão”. As falas estão de acordo com os trabalhos de Kim, Garman e Sorhaindo (2003) e O’Neill *et al.* (2005).

Quando interpelados sobre as práticas financeiras que utilizaram para superar os eventos de estresse financeiros, a busca pelo aumento de recursos monetários foi a mais salientada, E2 “Eu vivia procurando o que fazer, algo para mim fazer para mim ganhar, nem que fosse pouco, mas eu queria qualquer coisa para mim ganhar dinheiro para poder também, me faltar aquilo que eu gosto”, E1 “como minhas vendas extras, comprando e revendendo algumas coisas para eu consegui levar meu padrão de vida”.

Relação entre os comportamentos financeiros e o estresse financeiro e o bem-estar com a vida

Os consumidores, de forma geral, afirmaram que estão satisfeitos com suas vidas e com suas condições financeiras, como comentado por E1 “Eu me realizo com que eu tenho, eu sou feliz do jeito que eu sou e tudo que eu tenho. Da maneira que eu consegui conquistar, eu valorizo muito, os meus bens e as minhas coisas que eu passei para os meus filhos”.

No entanto, pôde-se identificar nos discursos dos entrevistados idosos, principalmente por aqueles que não apresentaram acúmulo de ativos no decorrer da vida, estratégias de enfrentamento passivo, como ajuste de necessidades e de aspirações, pode-se identificar essas estratégias no caso do entrevistado E3 “ Ah, tem que se considerar, por que se não se considerar o que a gente vai fazer, hum? A gente tem que aceitar o que a gente ganha é o jeito, né. Se você ganha pouco e no outro dia, você ganhar mais, você não gosta? [...] Só isso todo mundo gostaria de ganhar mais. Eu gostaria de ganhar dois salários, né. Não ganho, ganho só um. Administro as coisas com um salário com minha família, com minha filha e meu esposo.”, outro exemplo seria o E2 “Bom, bom, quando a pessoa faz o que gosta e procura ter tudo que gosta. Você vive bem. Meu problema agora é só minha casa própria. Nós estamos focando nisso”. Os resultados estão de acordo com os achados de Hansen, Slagvold e Moum (2008) e Plagnol (2011)

Os consumidores afirmaram que as suas práticas financeiras apresentam uma relação direta na qualidade de vida que possuem hoje, como relatado neste trecho por E2 “ Tem...se na venda da casa da minha mãe, foi um dinheiro bom, foi trezentos e poucos mil, a receber, cada um e quer dizer se eu tivesse investido em alguma coisa, sei lá, comprado imóveis pelo menos vivia, alugava e tinha uma renda para mim. Não fiz. Eu não fiz nada. Só gastei.” Resultados de acordo com os trabalhos de Xiao, Tang,Shim (2009) e Shim *et al.* (2009). Na análise das falas, percebe-se que a relação de satisfação se torna maior na

proporção que o indivíduo acumulou riqueza durante a vida, proporcionando segurança ou redução de custos para o consumidor na velhice. Um exemplo seria a casa própria que é vista como uma vantagem devido ao fato de não necessitar do pagamento de aluguel, como foi demonstrado na fala de E2.

Com relação ao estresse financeiro, nem todos afirmaram a existência dessa relação, somente no caso do entrevistado com autoavaliação negativa sobre suas finanças que o evento estressante financeiro teve efeito direto em sua vida, como comentado por E2 "Poderíamos, se tivéssemos mais juízo, cabeça. Ele que era tão assim, nós nos separamos devido a essa crise financeira. Afetou muito, por que ele também com depressão, essas coisas e eu não aceitava, achava que tinha que se levantar e lutar e batalhar, entendeu."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo desenvolvido buscou por meio de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratório entender de forma mais profunda a relação entre os fatores subjetivos do comportamento do consumidor e do estresse financeiro, com o intuito de observar como se relacionam para proporcionar o aumento do bem-estar dos consumidores ao longo de suas vidas. Dessa forma, realizou-se entrevistas individuais de profundidade com consumidores idosos para identificar a relação no ciclo de vida.

A pesquisa obteve como resultado que os comportamentos praticados pelos consumidores são: gestão do consumo, gestão de crédito, poupança, gestão de fluxo de caixa e seguro. O comportamento praticado por todos os entrevistados foi de poupança, comportamento este utilizado tanto por consumidores com autoavaliação positiva como negativa com relação ao gerenciamento financeiro. Os comportamentos também parecem seguir uma hierarquia de acordo com o nível de renda dos indivíduos durante a vida, isto é, momentos em que há aumento de recursos, os consumidores executam novas práticas financeiras, como a utilização de seguro e de investimento.

O comportamento de gestão de caixa foi detectado em apenas um consumidor e com execução bastante simplória. Contudo, os consumidores idosos, principalmente os com avaliação positiva sobre suas finanças, relataram que realizam o planejamento de suas finanças de forma mental, obtendo, dessa forma, um resultado satisfatório com a administração dos seus recursos econômicos e colaborando com o questionamento da necessidade de utilização de fluxo de caixa tradicional (registro dos gastos em papel ou planilha eletrônica), após o consumidor ter desenvolvido padrões estáveis e previsíveis de renda e gastos.

A pesquisa também identificou que o comportamento de gestão do consumo é a prática financeira diferenciadora do consumidor com autoavaliação positiva sobre a administração das finanças em comparação com aquele que se avalia como mal administrador financeiro, dando a esse comportamento uma importância relevante para a obtenção da satisfação

financeira dos consumidores.

Na análise dos eventos financeiramente estressantes no decorrer da vida dos consumidores, pôde-se verificar que esses eventos possuem um forte impacto no bem-estar da vida dos consumidores, provocando uma variedade de sentimentos negativos, como constrangimento, angústia entre outros. Detecta-se também que em alguns casos o evento pode gerar consequências além do aspecto meramente financeiro, influenciando alterações na vida social dos consumidores. Assim, no intuito de superar os momentos de dificuldade financeira, os consumidores utilizaram como estratégia de enfrentamento a busca pelo o aumento da receita, em vez da redução dos custos.

Por fim, constatou-se que o comportamento financeiro que o consumidor desempenhou ao longo de sua vida provoca efeito na satisfação financeira e no bem-estar geral. Resultado esse que deve ser provocado pelo o acúmulo de riqueza que os comportamentos financeiros desejável proporciona; o acúmulo de riqueza provoca segurança e redução de custos para os consumidores na velhice, aumentando, assim, a sensação de bem-estar. Já o estresse financeiro não foi considerado tão determinante na qualidade de vida dos consumidores, somente nos casos em que os efeitos do evento afetam outras áreas da vida social do indivíduo.

Dessa forma, o estudo demostra como as práticas financeiras são fatores importantes no desenvolvimento do bem-estar dos consumidores. O impacto que o comportamento financeiro diário gera no decorrer da vida dos consumidores se torna mais visível na velhice quando ocorre a redução da receita dos consumidores.

Os resultados da pesquisa são úteis para incentivar os governos a realizarem a implementação de políticas públicas que busquem o desenvolvimento do comportamento financeiro dos consumidores no intuito de melhorar o bem-estar da população, principalmente no cenário de alteração previdenciária que exige que os consumidores se tornem mais responsáveis pelo seu futuro financeiro.

No entanto, o estudo apresentou algumas limitações, como a escolha da amostra que não obteve uma heterogeneidade considerável na questão de renda e na restrição da coleta de dados em apenas uma região do país. Outro fator limitador foi a dificuldade dos consumidores idosos conseguirem relatar com precisão de detalhes as práticas financeiras executadas no passado e de avaliar de forma comparativa o seu nível de satisfação financeira no decorrer da vida.

A pesquisa que foi abordada de forma exploratória ainda deixa algumas lacunas para o desenvolvimento de pesquisas futuras, como a mensuração do impacto de cada dimensão do comportamento financeiro no bem-estar do consumidor; o entendimento da estruturação do comportamento financeiro, verificando os comportamentos que estão na extremidade inferior ou superior da hierarquia comportamental; e, principalmente, desenvolver um estudo longitudinal com as variáveis renda, débitos, acúmulo de ativos e comportamento financeiro buscando entender o efeito de cada fator na qualidade de vida

dos consumidores.

REFERÊNCIAS

ARCHULETA, Kristy L.; DALE, Anita; SPANN, Scott M. College students and financial distress: Exploring debt, financial satisfaction, and financial anxiety. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 24, n. 2, p. 50, 2013.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BUREAU, Consumer Financial Protection. Financial well-being: The goal of financial education. **Report, Iowa City, IA: Consumer Financial Protection Bureau**, 2015.

CAMPBEL, Angus. The Sense of well-being in America: ReCent patterns and trends. **New York: MCGraw Hill**, 1981. Acessado https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015071885714;view=1up;seq=11 - 21/06/2018.

CRUZ NETO, Luiz Alves da Silva et al. ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO E COMPORTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR. **Revista Reuna**, v. 22, n. 1, p. 63-82, 2017.

DAVIS, Elizabeth P.; CARR, Ruth Ann. Budgeting practices over the life cycle. **Financial Counseling and Planning**, v. 3, n. 1, p. 3-16, 1992.

DEW, Jeffrey; XIAO, Jing Jian. The financial management behavior scale: Development and validation. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v.22, n.1, p. 43-59, 2011.

EASTERLIN, Richard A. Life cycle happiness and its sources: Intersections of psychology, economics, and demography. **Journal of Economic Psychology**, v. 27, n. 4, p. 463-482, 2006.

FRANCOEUR, Richard Benoit. Use of an income-equivalence scale to understand age-related changes in financial strain. **Research on aging**, v. 24, n. 4, p. 445-472, 2002.

GEORGE, Linda K. Economic status and subjective well-being: A review of the literature and an agenda for future research**. Aging, money, and life satisfaction: Aspects of financial gerontology**. p. 69-99, 1992.

HANSEN, Thomas; SLAGSVOLD, Britt; MOUM, Torbjorn. Financial satisfaction in old age: A satisfaction paradox or a result of accumulated wealth? **Social Indicators Research**, v. 89, n. 2, p. 323-347, 2008

HSIEH, Chang-Ming. Income, age and financial satisfaction. **The international Journal of aging and human development**, v. 56, n. 2, p. 89-112, 2003.

JOO, Soh-yun. Personal financial wellness. In: **Handbook of consumer finance research**. Springer, New York, NY,p. 21-33, 2008.

JOO, So-hyun; GRABLE, John E. An exploratory framework of the determinants of financial satisfaction. **Journal of family and economic Issues**, v. 25, n. 1, p. 25-50, 2004.

KIM, Jinhee; GARMAN, E. Thomas; SORHAINDO, Benoit. Relationships among credit counseling clients' financial wellbeing, financial behaviors, financial stressor events, and health. 2003.

LOWN, Jean M.; JU, In-Sook. A model of credit use and financial satisfaction. **Financial Counseling and Planning**, v. 3, n. 1, p. 105-124, 1992.

MINAYO, Maria C. Pesquisa social: teoria e método. **Petrópolis: vozes**, 2002.

MUGENDA, Olive M.; HIRA, Tahira K.; FANSLOW, Alyce M. Assessing the causal relationship among communication, money management practices, satisfaction with financial status, and satisfaction with quality of life. **Lifestyles**, v. 11, n. 4, p. 343-360, 1990.

OLSON, Geraldine I.; SCHOBER, Brigitte I. The satisfied poor. **Social Indicators Research**, v. 28, n. 2, p. 173-193, 1993.

O'NEILL, Barbara et al. Financially distressed consumers: Their financial practices, financial well-being, and health. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 16, n.1, 2005.

PLAGNOL, Anke C. Financial satisfaction over the life course: The influence of assets and liabilities. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 1, p. 45-64, 2011.

PRAWITZ, Aimee et al. InCharge financial distress/financial well-being scale: Development, administration, and score interpretation. 2006.

SHIM, Soyeon et al. Pathways to life success: A conceptual model of financial well-being for young adults. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v. 30, n. 6, p. 708-723, 2009.

THALER, Richard. Mental accounting and consumer choice. **Marketing science**, v. 4, n. 3, p. 199-214, 1985.

THALER, Richard H. Mental accounting matters. **Journal of Behavioral decision making**, v. 12, n. 3, p. 183-206, 1999.

VAN PRAAG, Bernard MS; FRIJTERS, Paul; FERRER-I-CARBONELL, Ada. The anatomy of subjective well-being. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 51, n. 1, p. 29-49, 2003.

VERA-TOSCANO, Esperanza; ATECA-AMESTOY, Victoria; SERRANO-DEL-ROSAL, Rafael. Building financial satisfaction. **Social Indicators Research**, v. 77, n. 2, p. 211-243, 2006.

VIEIRA, Kelmara Mendes et al. De Onde Vem o Bem-Estar Financeiro? Análise dos Fatores Comportamentais, do Gerenciamento Financeiro e da Renda. **TPA-Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 2, p. 136-171, 2016.

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, José Alberto. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Rev Bras Estud Popul**, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006.

XIAO, Jing Jian. Applying behavior theories to financial behavior. In: **Handbook of consumer finance research**. Springer, New York, NY, 2008. p. 69-81.

XIAO, Jing Jian. Consumer Financial Capability and Wellbeing. In: **Handbook of Consumer Finance Research**. Springer, Cham, p. 3-17, 2016.

XIAO, Jing Jian; CHEN, Cheng; CHEN, Fuzhong. Consumer financial capability and financial satisfaction. **Social Indicators Research**, v. 118, n. 1, p. 415-432, 2014.

XIAO, Jing Jian; O'NEILL, Barbara. Mental accounting and behavioral hierarchy: understanding consumer budgeting behavior. **International Journal of Consumer Studies**, artigo aceito, doi: 10.1111/ijcs.12445.

XIAO, Jing Jian; SORHAINDO, Benoit; GARMAN, E. Thomas. Financial behaviours of consumers in credit counselling. **International Journal of Consumer Studies**, v. 30, n. 2, p. 108-121, 2006.

XIAO, Jing Jian; TANG, Chuanyi; SHIM, Soyeon. Acting for happiness: Financial behavior and life satisfaction of college students. **Social indicators research**, v. 92, n. 1, p. 53-68, 2009.

ZIMMERMAN, Shirley L. **Understanding family policy: Theories and applications**. Sage, 1995.

REFLEXÕES SOBRE O CAPITALISMO, A EXPLORAÇÃO E A LUTA PELO COMUM A PARTIR DA OBRA CALIBÃ E A BRUXA, DE SILVIA FEDERICI

Data de aceite: 02/06/2023

Bruno Ramos
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Comum; Educação Ambiental; Calibã e a Bruxa; Silvia Federici.

1 I INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio, escrito a partir da obra Calibã e a Bruxa, da filósofa Silvia Federici, é abordar temáticas relacionadas à formação do senso comum a partir da transição do feudalismo para o capitalismo. No contexto do livro, essa transição abordada mostra a depreciação dos trabalhos entendidos como pertencentes ao campo da Reprodução Social, trazendo uma diferença entre as classes sociais, e apontando dificuldades para tentar uma mudança das classes mais baixas para melhores condições de vida.

Federici (2017), ao trazer sua crítica a esse sistema, foca principalmente no papel atribuído às mulheres, o que nesse aspecto relaciona-se a algumas privações e objetificações. Por fim, também nos é trazido através da leitura da obra a exata forma como essa transição do feudalismo para o capitalismo aconteceu, mostrando algo que hoje é visto como "normal", mas que tem a necessidade de ser mais refletido dentro da sociedade para uma outra compreensão da condição humana.

Esse trabalho foi escrito durante a vigência de bolsas de Iniciação Científica dos editais, PROBIC/FAPERGS – 2021 e Edital Conjunto De Circulação Interna – PDE/EPEC Nº 01/2021, e está inserido junto às pesquisas desenvolvidas pelo projeto Ambientes, feminismos e esquerdas: contribuições à Educação Ambiental.

2 I METODOLOGIA

Baseado na leitura do livro Calibã e a Bruxa (2017), escrito por Silvia Federici, buscou-se abordar temáticas relacionadas à formação do senso comum a partir da transição do feudalismo para o capitalismo,

através de provocações trazidas pela leitura e discutidas dentro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofias Emergentes – GEFE/FURG, onde dialogamos sobre diversas passagens da história do pensamento ocidental relacionadas ao surgimento do capitalismo e suas consequências. Este texto é um registro de algumas reflexões baseadas no estudo teórico da obra de Federici, por isso trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o capitalismo foi se expandindo, da Europa ao mundo, as pessoas se viram cada vez mais dependentes do capital, já que ele é o principal símbolo que movimenta esse sistema. Como sabemos, esse sistema nunca teve a intenção de ser justo com a população em geral e sempre priorizou os interesses dos detentores de maior poder social, essa distinção fez com que alguns trabalhos fossem mais valorizados que outros, e que muitos fossem até esquecidos, caindo na falácia de que as coisas aconteciam da forma que aconteciam porque esta seria a "ordem natural".

Esse cenário é de difícil mudança, pois ao mesmo tempo em que se espera uma transformação significativa por parte das grandes lideranças, o ciclo vicioso se mantém e essas lideranças continuam seguindo a mesma lógica. Trata-se de uma organização para não perder seus privilégios, para assegurar o processo de inferiorização e e exclusão social, o que reduz as possibilidades de crescimento de quem se encontra oprimido socialmente.

Neste sentido, podemos pensar sobre o que vem se tornando comum no Brasil, como consequência de um processo de processo de deterioração das condições do trabalho e reprodução da vida cotidiana, isto implica que as pessoas trabalham mais, ganham menos e ficam com seu poder de compra cada vez menor. Mesmo assim, ainda existem aqueles que acreditam que basta apenas trabalhar para um dia, quase que magicamente, colher os frutos dos seus esforços. Porém, a realidade que nos é mostrada é a de que estamos sujeitos cada vez mais ao retorno da escravização e ao desamparo político e estatal.

Ao analisarmos o que é trazido pela autora, o papel das mulheres como progenitoras é essencial para o funcionamento do capitalismo, pois cria novos trabalhadores a serem explorados. Esse papel é atribuído ao feminino pela sociedade patriarcal, que cada vez mais tem desvalorizado, oprimido e explorado as mulheres, como se fossem máquinas reprodutoras responsáveis por manter o lar. Essa dinâmica acaba banalizando a existência das mulheres, cada vez mais privadas de ~~muitos~~ espaços sociais e de direitos.

Essas relações estabelecidas de formas diferentes entre as diversas classes e também relacionadas ao gênero, segundo Silvia Federici, tiveram início na Europa entre os séculos V e VII. Diante da queda do sistema de escravização, os detentores do poder precisavam criar novas formas para manterem-se soberanos, criando assim novas relações de servidão. Para que isso fosse possível, proprietários de grandes terrenos não tiveram opção a não ser ceder parte de suas terras aos que antes eram escravizados, mantendo

aquela força de trabalho ainda dentro dos seus domínios, sempre deixando a falsa ilusão de que aquela terra dada de bom grado era sua, desde que condições fossem satisfeitas para mantê-las. Com isso, a exploração já existente se mantinha, porém, dando uma falsa sensação de liberdade ao povo.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos sobre a obra de Silvia Federici, concluímos que ela ressignifica o conceito de luta pelo comum, algo pouco explorado, trazendo questionamentos importantes para a luta contra a exploração crescente que viemos sofrendo. Logo, esses conceitos de comum precisam ser cada vez mais questionados em busca de maiores igualdades entre gênero, raça, classes e todos os tipos de diversidades que possam existir. Isso poderá oportunizar a busca por condições de vida igualitárias, algo que não deveria ser tão custoso em pleno século XXI.

Esse cenário no qual nos encontramos mostra uma alarmante desigualdade social, seguimos sendo explorados por pessoas consideradas superiores e, embora com diversas tentativas falhas de atentar a população a essa sistemática estabelecida, continuamos reféns.

Não podemos fugir dessas relações de trabalho sem sofrermos alguma exclusão social, então acabamos por nos submeter a esse sistema, muitas das vezes evitando questioná-lo. Temos que usar esses muitos exemplos de coisas que de fato aconteceram no passado e questionar como fazer para mudar esse cenário para o futuro, talvez essas mudanças não sejam vistas por aqueles que deram os primeiros passos, mas com certeza para as novas gerações esse será um bem valioso, algo que hoje só podemos vislumbrar como uma Utopia de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

UMA ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO IMEDIATA DE GUARAPUAVA/PR NO PERÍODO DE 2010 A 2020

Data de aceite: 02/06/2023

Raquel Virmond Rauen Dalla Vecchia
Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO
Guarapuava – Paraná
http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4701558Z0

Guilherme Arthur Haan
Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO
Guarapuava – Paraná
https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=BD7A84A29C5D71A33A98091A96CE252A#

RESUMO: A delimitação de regiões permite que sejam realizados estudos possibilitando a melhor caracterização dos municípios que a compõem, auxiliando na identificação de desigualdades e potencialidades, facilitando no desenvolvimento de políticas públicas no intuito de melhorar a situação econômica e social da região. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar o desempenho socioeconômico dos municípios da Região Imediata de Guarapuava (RIG) no Paraná, a partir dos indicadores do Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM) no período de 2010 a 2020. Para tanto, buscou-se caracterizar a estrutura produtiva e o perfil socioeconômico dos municípios da RIG neste período. Realizou-se uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva com abordagem qualitativa, apoiada na pesquisa bibliográfica para revisão de literatura e em dados secundários do IPARDES e IBGE para coleta, tabulação e análise dos dados, utilizando a estatística descritiva na apresentação destes. Os resultados mostraram que a região é composta de municípios de pequeno porte e que possuem em sua maioria a agropecuária como atividade mais representativa no PIB. No período de estudo os municípios apresentaram avanços no desenvolvimento na área de saúde e de educação, mas não em relação ao emprego e a renda e, portanto, este foi o índice que mais pesou negativamente no desenvolvimento dos municípios da região, o que impõe a constatação de que a região apresenta baixo desempenho nos índices de emprego e renda e necessita de políticas públicas voltadas a atender esse propósito.

PALAVRAS-CHAVE: Região, estrutura produtiva, desenvolvimento, emprego, renda

AN ANALYSIS ON THE SOCIOECONOMIC PERFORMANCE OF THE IMMEDIATE REGION OF GUARAPUAVA/PR IN THE PERIOD 2010 TO 2020

ABSTRACT: The delimitation of regions allows studies to be carried out, enabling a better characterization of the municipalities that comprise it, helping to identify inequalities and potentialities, facilitating the development of public policies in order to improve the economic and social situation of the region. Thus, the present study aimed to analyze the socioeconomic performance of the municipalities in the Immediate Region of Guarapuava (RIG) in Paraná, based on the indicators of the IPARDES Municipal Development Index (IPDM) in the period from 2010 to 2020. to characterize the productive structure and the socioeconomic profile of the municipalities of the RIG in this period. An exploratory and descriptive research with a qualitative approach was carried out, supported by bibliographical research for literature review and secondary data from IPARDES and IBGE for data collection, tabulation and analysis, using descriptive statistics in their presentation. The results showed that the region is composed of small municipalities and that mostly have agriculture as the most representative activity in the GDP. During the study period, the municipalities showed advances in development in the area of health and education, but not in terms of employment and income and, therefore, this was the index that weighed most negatively on the development of municipalities in the region, which imposes the finding that the region has low performance in terms of employment and income and needs public policies aimed at meeting this purpose.
KEYWORDS: Region, productive structure, development, employment, income

1 | INTRODUÇÃO

A temática da dinâmica econômica regional é bastante complexa, tendo em vista as conexões interdependentes que se estabelecem tanto dentro como entre diferentes áreas geográficas, sendo que seu papel é de grande relevância para a integração e progresso da economia do país. Diante disso, a divisão regional é um instrumento para subsidiar planejamento de políticas públicas voltadas a gestão do território, da estrutura produtiva e identidade cultural.

Considerando que o processo de desenvolvimento econômico não ocorre de forma homogênea em todas as áreas do Estado do Paraná, torna-se importante analisar o desenvolvimento em nível regional, levando em consideração as disparidades existentes.

Sendo assim, reconhece-se a importância de se conhecer o perfil socioeconômico das regiões e dos municípios do Estado do Paraná, possibilitando a elaboração de políticas públicas voltadas a promover o desenvolvimento local, de acordo com as especificidades encontradas em cada local, pois as regiões e municípios possuem características próprias e apresentam diferentes níveis de desenvolvimento.

Este estudo tem como enfoque analisar a Região Imediata de Guarapuava, (RIG) que é composta por 12 municípios, a maioria de pequeno porte, que possuem no total uma população estimada de 355.115 habitantes (IPARDES, 2022). Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar o desempenho socioeconômico dos municípios da

RIG, a partir dos indicadores do Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM) no período de 2010 a 2020.

A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva com abordagem qualitativa, apoiada na pesquisa bibliográfica realizada a partir de uma revisão da literatura sobre Desenvolvimento Regional. Para analisar o perfil socioeconômico e a estrutura produtiva da RIG no estado do Paraná, foi realizado levantamento em dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Para determinar o desempenho de desenvolvimento socioeconômico da região em suas dimensões mais significativas: composta por renda, emprego e produção agropecuária, educação e saúde, foi utilizado o Índice IPARDES de Desempenho Municipal o IPDM.

O estudo está dividido em cinco partes, além desta introdução, a segunda parte apresenta o referencial teórico, com enfoque nas Teorias Regionais de Desenvolvimento. Na terceira parte os procedimentos metodológicos. Na quarta, os resultados e discussões em que serão apresentadas a caracterização da Região Imediata de Guarapuava. A análise da evolução do IPDM dos Municípios da Região no período de 2000 a 2020. Desempenho do IPDM por Município. Desafios e perspectivas de políticas de desenvolvimento para a Região Imediata de Guarapuava. E por fim as Considerações Finais.

2 I REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Regional

A desigualdade no desenvolvimento, não ocorre apenas entre regiões, mas também é perceptível a nível municipal, sendo que pode existir uma grande diferença entre municípios que fazem parte da mesma região.

Com esta perspectiva Mendes et al (2020) argumentam que as desigualdades não se limitam apenas às regiões, mas ocorrem também entre municípios vizinhos e de uma mesma região, sendo que as atividades econômicas, a gestão das políticas públicas e demais características políticas, sociais, econômicas e ambientais podem interferir no processo do desenvolvimento, resultando em diferentes níveis de avanço para cada região particular. Assim, o desenvolvimento nos municípios, estados ou regiões, pode ser influenciado diferentemente por diversos aspectos.

Acompanhando as transformações estruturais da economia, as teorias de desenvolvimento regional mudaram consideravelmente ao longo do tempo. Deste modo, dada a existência de desigualdades verifica-se a importância de se estudar o desenvolvimento regional que tem como foco o desenvolvimento de determinado grupo, que não só está ligado por fatores econômicos, produtivos, e geográficos, mas também por fatores políticos, e culturais. Portanto os indicadores utilizados não devem apenas estudar

o nível de acumulação de bens materiais, pois o bem-estar dos indivíduos depende também do acesso a outros fatores que permitem tanto o bem-estar coletivo como o individual (VIEIRA; SANTOS, 2012).

2.2 Teoria dos Lugares Centrais

Para fundamentar a temática deste estudo, entre os autores que tratam da teoria da Localização será destacado Christaller com a Teoria dos Lugares Centrais, que partiu da observação de que crescimento não se distribui de forma homogênea no espaço, mas se concentra em pontos dinâmicos economicamente, ou seja, que apresentam vantagens locacionais. O autor desenvolve em sua obra a ideia que as cidades são organizadas a partir de uma região central, mas sendo ao mesmo tempo parte de outras regiões centrais de diferentes intensidades e hierarquias.

De acordo com Nascimento, et. al (2009) a Teoria dos Lugares Centrais desenvolvida por Walter Christaller no ano de 1933, propõe que os lugares econômicos fazem parte de uma rede interdependente que tende a centralidade, propiciando a existência de uma hierarquia lógica entre os lugares. Desse modo os lugares econômicos centrais são vistos como sendo fornecedores de bens e serviços para outras localidades, assim como para si mesmos.

Para Vasconcelos e Antonello (2019) tal teoria parte da hipótese que as cidades possuem uma lógica natural de hierarquização, que tende a formar uma centralização de atividades econômicas em determinados espaços. Nesse sentido, os lugares centrais são as cidades, geralmente as de maior porte, responsáveis pelo fornecimento de bens e serviços, tanto para si como para as áreas circunvizinhas de menor centralidade.

2.3 Teoria do Desenvolvimento Endógeno

Barquero (2002) ressalta que o desenvolvimento endógeno se orienta, pela promoção de uma dinâmica de desenvolvimento que parte das potencialidades próprias de cada comunidade para promover o benefício coletivo e o desenvolvimento local. Articulando estratégias entre os diferentes atores socioeconômicos, como a criação de uma estrutura produtiva eficiente e diversificada, social e ambientalmente sustentável, sujeita às prioridades e interesses estratégicos locais em conexão com os objetivos de outras esferas do desenvolvimento como nacional, regional e até global. Assim, busca-se a articulação de interesses, por meio de organizações e redes locais ou regionais, para maximizar as capacidades de desenvolvimento local.

Para Piacenti (2009), não bastam apenas fatores econômicos para o desenvolvimento de uma localidade, mas também se faz necessário a associação destes, com fatores que são endógenos, como por exemplo o capital humano, social, institucional, físico e natural. Portanto, o desenvolvimento Endógeno está diretamente relacionado a capacidade da região em organizar e transformar o crescimento econômico em desenvolvimento, por meio

da base institucional que possuem, e também dos agentes envolvidos que são direcionados por um projeto político regional que é sustentado e fortalecido pelo tecido social existente.

Nesse cenário, é possível perceber a importância de políticas públicas que visam reduzir a desigualdade dentro do contexto regional, levando em conta a existência dos fatores endógenos disponíveis e sua capacidade de se relacionar com os recursos econômicos, buscando melhorar essa interação para possibilitar o avanço no desenvolvimento.

A posição da teoria do desenvolvimento endógeno quanto as atividades econômicas sejam elas do setor agrícola, industrial ou de serviços defende que não existe um único caminho para o desenvolvimento e, como consequência, o processo de desenvolvimento local pode ser articulado em torno de qualquer tipo de atividade, desde que suas unidades produtivas sejam competitivas (BARQUERO, 2002).

2.4 Região e suas divisões

De acordo Corrêa (1995), o termo região, é utilizado para designar determinado território geográfico, que por alguns fatores determinados difere de outro território. Essa diferenciação pode incluir aspectos econômicos sociais e políticos, como também leva em conta os fatores naturais. Portanto, Região pode ser descrita como sendo um grupo de unidades menores que apresentam muitos pontos em comum entre si, todavia apresentam muitos pontos de diferença em relação a outros conjuntos do mesmo tipo.

Cabe ressaltar que, assim como argumenta Santos (2002) há a necessidade de constante atualização do conceito de região, de acordo com o momento histórico. Com base no exposto, a divisão Regional do Brasil realizada pelo IBGE teve motivações que levaram à elaboração dos três modelos de divisão, produzidas durante o Século XX: Zonas Fisiográficas, da década de 1940, e suas revisões; Microrregiões Homogêneas, de 1968; e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, de 1989 (IBGE, 2017).

Em 2017 foi realizada uma nova divisão regional em Regiões geográficas Imediatas e Intermediárias que teve o objetivo de abranger as transformações relativas à rede urbana e sua hierarquia, capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas (IBGE, 2017).

As Regiões Geográficas Imediatas têm como principal elemento de referência a rede urbana. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

Já as Regiões Geográficas Intermediárias tratam-se de uma escala intermediária que existe entre as Regiões geográficas imediatas e as Unidades da Federação. Ao elaborar as Regiões geográficas intermediarias buscou-se a identificação de Centros urbanos com

maior hierarquia para determinado conjunto de regiões geográficas imediatas que compõe a respectiva região geográfica intermediária (IBGE, 2017).

2.4.1 Regiões Geográficas Imediatas do Paraná

De acordo com IPARDES (2019) o Estado do Paraná foi dividido em seis regiões geográficas intermediárias, sendo elas: Curitiba, Guarapuava, Cascavel, Maringá, Londrina e Ponta Grossa e 29 Regiões Imediatas.

Este estudo terá seu foco na região Geográfica Imediata de Guarapuava que faz parte da região geográfica Intermediaria de mesmo nome. Segundo IPARDES (2019), a Região Geográfica Intermediaria de Guarapuava contém dezenove municípios e é subdividida em outras duas regiões imediatas: a Região Imediata de Guarapuava e a Região Geográfica Imediata de Pitanga. A Região Geográfica Imediata de Guarapuava (RIG) é formada por doze municípios, sendo eles: Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guamiranga, Guarapuava, Inácio Martins, Pinhão, Prudentópolis, Reserva do Iguaçu e Turvo.

Assim, este estudo buscou analisar a estrutura produtiva e o desempenho socioeconômico dos municípios que compõe o recorte regional da Região Imediata de Guarapuava.

3 | METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, que contempla uma pesquisa exploratória e descritiva no que tange ao levantamento bibliográfico e documental. A fundamentação teórica será apoiada na pesquisa bibliográfica realizada a partir de uma revisão da literatura sobre as Teorias de Desenvolvimento Regional e conceito de regiões e suas divisões.

Como delimitação do campo de pesquisa foi utilizada a Região Imediata de Guarapuava, formada por 12 municípios, sendo eles: Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guamiranga, Guarapuava, Inácio Martins, Pinhão, Prudentópolis, Reserva do Iguaçu e Turvo (IPARDES, 2019)

Para a realização das análises e alcance dos objetivos, sobre a estrutura produtiva e o desempenho socioeconômico dos municípios da Região Imediata de Guarapuava no período de 2010 a 2020, foram utilizados como principais variáveis os dados do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) coletados a partir da base de dados do IPARDES.

Além deste índice, serão utilizadas outras variáveis com dados do IBGE, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB *per capita,* do Paraná e dos municípios da Região, bem como, a população estimada que subsidiou informações sobre o porte dos municípios.

Para a caracterização do perfil socioeconômico da região e a análise da estrutura

produtiva, foi utilizado dados do Valor Agregado Bruto (VAB) dos setores da Agropecuária, Indústria e Serviços na composição do PIB total, utilizando dados do IBGE.

O IPDM, calcula o índice considerando na mesma ponderação as áreas de: a) renda, emprego e produção agropecuária; b) Educação; e c) saúde. A avaliação do desenvolvimento se dá pela leitura do resultado do índice. De modo que quanto mais próximo de 1, melhor é o nível de desempenho do município. Para a classificação dos munícipios utiliza-se os seguintes parâmetros: Baixo de 0,00 a 0,40, Médio Baixo 0,41 a 0,60 e médio 0,61 a 0,80 e alto 0,81 a 1,00 (IPARDES, 2019).

Cada qual das três áreas de desenvolvimento abordadas pelo índice possui participação de um terço do índice final. Para a composição dos indicadores de cada área de desenvolvimento são utilizadas uma série de variáveis a nível municipal, elaboradas perlo IPARDES (IPARDES, 2019).

Para apresentação e análise dos dados sobre os municípios da Região Imediata Guarapuava, será utilizada a estatística descritiva.

4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização da Região Imediata de Guarapuava

Como já citado anteriormente a Região Imediata de Guarapuava (RIG) é formada por 12 municípios, equivalendo de acordo com o IBGE (2017) a uma área territorial de 13.851,158 km2, ocupando 7,0% do território paranaense. Na tabela 01, constam alguns dados selecionados para compor o perfil socioeconômico dos municípios.

Município	**População estimada IBGE -2020**	**PIB preços correntes (R$1.000,00) IBGE-2020**	**PIB per capita (R$1.00) 2020**
Campina do Simão	3.859	130.686,02	33.865,26
Candói	16.053	725.161,85	45.172,98
Cantagalo	13.329	305.751,75	22.938,84
Foz do Jordão	4.556	171.346,57	37.608,99
Goioxim	7.053	282.538,35	40.059,32
Guamiranga	8.811	268.373,63	30.458,93
Guarapuava	182.644	7.515.223,42	41.146,84
Inácio Martins	11.121	235.035,74	21.134,41
Pinhão	32.559	1.563.227,06	48.012,13
Prudentópolis	52.513	1.435.541,13	27.336,87
Reserva do Iguaçu	8.069	238.381,58	29.542,89
Turvo	13.095	543.544,82	41.507,81
Média da Região	29.471,83	1.117.900,99	34.898,77

Total da Região	353.662,00	13.414.811,91	31.516,00
Paraná	11.516.840,00	487.930.593,78	42.366,71
% relação ao Estado	3,07%	2,75%	74,39%

Tabela 01 - Perfil socioeconômico dos municípios da RGI de Guarapuava- PIB, PIB *per capita* e população

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados obtidos de Ipardes (2022) e IBGE (2022).

Com base nos dados apresentados, percebe-se que a região é formada na maior parte por municípios de pequeno porte, com uma população estimada para o ano de 2020 de 353.662 habitantes, representando 3.07% do Estado. Verificou-se que 75% dos municípios da RIG, apresentaram uma população menor que 20.000 habitantes. Apenas 16% uma população entre 20.000 a 55.000 e somente um município, o de Guarapuava, com mais de 180.000 habitantes.

Quanto a participação do PIB da RIG no Estado, correspondeu a 2,75% em 2020. Os municípios de Guarapuava, Prudentópolis e Pinhão apresentaram PIB superior à média da região, enquanto que 75% dos municípios ficaram abaixo da média. Vale ressaltar que a soma do PIB dos 11 municípios que compõem a Região é inferior ao PIB de Guarapuava, comprovando neste aspecto o seu grau de hierarquia entre os municípios, configurando-se como município polo.

De acordo com a teoria dos lugares centrais de Christaller, esta situação propicia a interdependência dos municípios que tende a centralidade, proporcionando a existência de uma hierarquia lógica entre os lugares. Assim, os lugares centrais são as cidades, geralmente as de maior porte, responsáveis pelo fornecimento de bens e serviços.

Guarapuava neste sentido, se enquadra como município polo por possuir uma economia diversificada, se destaca no segmento agropecuário, madeireiro, produção de grãos e na agroindústria. O município conta com uma população estimada em 2020 pelo IBGE de acordo IPARDES (2019a) de 182.644, além de oferecer serviços de saúde de média e alta complexidade é um polo na educação, por haver concentração de muitas universidades e a geração do maior índice de emprego e renda dentre os municípios da região.

Em relação ao PIB *per capita* da RIG, observou-se que está 26% abaixo da média Estado, porém destacam-se dois municípios Pinhão e Candói com PIB per *capita* acima da média do estado. Em relação à média da região 41,6% dos municípios ficaram acima da média do PIB per capita da região e 41,6% abaixo da média. Os dados demonstraram que RIG caracteriza-se tanto em relação a população como no PIB e PIB per *capita* uma participação pouco expressiva no estado do Paraná.

Para uma melhor caracterização da região imediata de Guarapuava e dos municípios que a compõe, foi importante o estudo de sua estrutura produtiva, de modo a identificar

quais setores possuem maior relevância para a economia dos mesmos. Assim, verificou-se na Tabela 02 a participação dos setores com o Valor Agregado Bruto (VAB) na composição do PIB total. essas informações permitem uma melhor identificação da configuração da estrutura produtiva dos municípios, averiguando quais setores que mais agregaram valor para a composição do PIB dos Municípios no ano de 2020.

Municípios	Agropecuária	Serviços	Indústria
Campina do Simão	61,8%	15,4%	3,2%
Candói	50,6%	25,8%	6,5%
Cantagalo	41,4%	27,8%	5,9%
Foz do Jordão	48,0%	18,1%	14,2%
Goioxim	60,3%	19,7%	3,3%
Guamiranga	61,8%	15,1%	4,4%
Guarapuava	9,4%	46,4%	20,4%
Inácio Martins	39,9%	21,4%	9,9%
Pinhão	20,9%	14,5%	51,6%
Prudentópolis	39,1%	30,1%	9,0%
Reserva do Iguaçu	55,4%	15,0%	8,0%
Turvo	26,5%	20,5%	32,9%

Tabela 02 Participação do valor agregado bruto de cada setor no PIB dos municípios da RGI de Guarapuava - 2020

Fonte: IBGE (2020)

Com base nestes dados setoriais do IBGE (2020), foi possível observar que a maioria dos municípios da região, tem maior participação da atividade agropecuária em sua estrutura produtiva, alguns municípios como Campina do Simão e Guamiranga chegam a ter 61,8% de participação deste setor no PIB. Guarapuava, Pinhão e Turvo, foram os municípios com menor participação do setor agropecuário, onde a participação no setor industrial e de serviços teve um peso maior.

Portanto, ao analisar a estrutura produtiva da maioria dos municípios da região, verificou-se que o setor da agropecuária foi que teve maior participação no PIB, seguindo a tendência dos anos anteriores, sendo a base econômica mais importante destes municípios, com exceção de Guarapuava, Pinhão e Turvo. (IBGE, 2020)

4.2 Análise da evolução do IPDM dos municípios da RGI de Guarapuava

Os dados da Tabela 03 permitiram analisar a evolução e o desempenho do IPDM geral dos municípios da RIG.

MUNICÍPIO	ÍNDICE GERAL										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Campina do Simão	0,502	0,489	0,476	0,590	0,559	0,599	0,598	0,701	0,685	0,695	0,675
Candói	0,580	0,613	0,597	0,609	0,545	0,561	0,579	0,637	0,675	0,713	0,689
Cantagalo	0,492	0,501	0,490	0,525	0,559	0,557	0,556	0,601	0,624	0,673	0,683
Foz do Jordão	0,471	0,548	0,522	0,518	0,538	0,524	0,552	0,554	0,582	0,615	0,650
Goioxim	0,412	0,489	0,453	0,553	0,514	0,516	0,516	0,573	0,628	0,710	0,705
Guamiranga	0,586	0,601	0,562	0,586	0,612	0,603	0,617	0,634	0,642	0,687	0,679
Guarapuava	0,605	0,625	0,633	0,667	0,678	0,696	0,711	0,716	0,737	0,783	0,771
Inácio Martins	0,477	0,477	0,472	0,479	0,520	0,520	0,523	0,564	0,554	0,651	0,644
Pinhão	0,466	0,471	0,484	0,527	0,551	0,576	0,602	0,643	0,645	0,687	0,677
Prudentópolis	0,574	0,598	0,598	0,634	0,634	0,653	0,664	0,686	0,693	0,722	0,733
Reserva do Iguaçu	0,435	0,481	0,444	0,516	0,518	0,555	0,556	0,576	0,603	0,644	0,678
Turvo	0,519	0,551	0,500	0,562	0,554	0,605	0,602	0,672	0,629	0,746	0,738
Média	**0,510**	**0,537**	**0,519**	**0,564**	**0,565**	**0,580**	**0,590**	**0,630**	**0,641**	**0,694**	**0,693**

Tabela 03 IPDM dos Municípios da RGI de Guarapuava – 2010/2020

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IPARDES (2022)

Com base nos valores apresentados na Tabela 03, é possível perceber que Guarapuava, apresentou o melhor desempenho no Índice IPDM geral para todos os anos da série de 2010 à 2020 em relação aos demais municípios de sua região, apresentando uma evolução ao longo do período, sendo classificado como um município com médio desempenho.

Em relação aos demais municípios da região, percebe-se que também tiveram uma evolução no desempenho do índice, pois o IPDM médio da região para 2010 era de 0,510, sendo classificado como médio baixo, e em 2020 o IPDM médio foi de 0,693, que é considerado como de médio desempenho, percebe-se que houve um crescimento no IPDM em torno de 36% no desempenho dos municípios da Região durante o período analisado.

No ano de 2020 todos os municípios da região apresentaram desempenho superior a 0,61 considerado como médio desempenho. Entretanto, se considerar o desempenho médio dos municípios da RGI de Guarapuava no período de 2010 a 2020 ele ficou em torno de 0,593, classificando-se ainda como baixo médio desempenho.

4.3 Desempenho das dimensões do IPDM por município

Além do estudo do Índice IPDM Geral, é importante que sejam analisados quais os principais fatores que contribuíram para o desempenho do índice durante o período estudado. Na tabela 04 a seguir, constam os dados da dimensão Renda e Emprego do Índice, para cada um dos Municípios da RGI para o período de 2010 a 2020.

MUNICÍPIO	RENDA E EMPREGO										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Campina do Simão	0,409	0,358	0,369	0,425	0,377	0,368	0,342	0,417	0,375	0,341	0,334
Candói	0,477	0,466	0,448	0,500	0,488	0,456	0,455	0,467	0,483	0,478	0,390
Cantagalo	0,343	0,374	0,366	0,368	0,379	0,367	0,370	0,425	0,366	0,380	0,374
Foz do Jordão	0,396	0,428	0,337	0,406	0,398	0,350	0,359	0,341	0,413	0,366	0,298
Goioxim	0,340	0,359	0,301	0,377	0,360	0,352	0,329	0,367	0,361	0,387	0,443
Guamiranga	0,390	0,387	0,338	0,383	0,358	0,315	0,289	0,330	0,321	0,353	0,301
Guarapuava	0,571	0,591	0,585	0,625	0,601	0,595	0,606	0,602	0,607	0,623	0,589
Inácio Martins	0,356	0,366	0,361	0,361	0,390	0,351	0,329	0,382	0,364	0,398	0,365
Pinhão	0,421	0,401	0,391	0,424	0,438	0,414	0,420	0,430	0,424	0,451	0,425
Prudentópolis	0,388	0,399	0,399	0,414	0,418	0,409	0,397	0,415	0,419	0,427	0,425
Reserva do Iguaçu	0,335	0,430	0,387	0,374	0,410	0,354	0,343	0,383	0,422	0,398	0,409
Turvo	0,431	0,497	0,378	0,455	0,440	0,429	0,397	0,496	0,347	0,466	0,462
Média	**0,405**	**0,421**	**0,388**	**0,426**	**0,421**	**0,397**	**0,386**	**0,421**	**0,408**	**0,422**	**0,401**

Tabela 04 - IPDM na dimensão renda e emprego, dos municípios da RGI de Guarapuava- 2010/2020

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IPARDES (2022)

Os dados mostraram que o maior valor em todos anos foi para o município de Guarapuava, que é o município polo da região, portanto, foi o município que apresentou melhor desempenho no quesito de renda e emprego, dentre os demais. No caso de Guarapuava, houve um avanço no índice de 2010 à 2019 passando da classificação média baixa para a média, entretanto para o ano de 2020 voltou a ser classificado como médio baixo na dimensão de renda e emprego, esse efeito pode estar relacionado com pandemia de Covid 19 devido ao aumento do desemprego.

Ao comparar o desempenho durante o Período de 2010 até 2020, percebe-se que boa parte dos municípios, apresentaram pouco avanço, e alguns inclusive regrediram, apresentando desempenho em 2020 pior do que apresentavam em 2010.

Na tabela 05, estão dispostos os índices da dimensão Educação para cada um dos Municípios da Região nos anos de 2010 a 2020.

MUNICÍPIO	EDUCAÇÃO										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Campina do Simão	0,415	0,415	0,377	0,553	0,550	0,580	0,605	0,794	0,810	0,837	0,833
Candói	0,515	0,520	0,509	0,572	0,507	0,564	0,580	0,642	0,691	0,799	0,809
Cantagalo	0,579	0,567	0,576	0,573	0,632	0,618	0,625	0,673	0,715	0,773	0,839
Foz do Jordão	0,385	0,462	0,506	0,469	0,518	0,514	0,491	0,537	0,546	0,683	0,787
Goioxim	0,286	0,425	0,378	0,470	0,495	0,584	0,594	0,567	0,557	0,783	0,755
Guamiranga	0,640	0,759	0,680	0,714	0,709	0,723	0,756	0,765	0,808	0,874	0,880
Guarapuava	0,595	0,614	0,623	0,652	0,668	0,705	0,729	0,746	0,780	0,883	0,878
Inácio Martins	0,402	0,395	0,358	0,424	0,433	0,434	0,452	0,509	0,535	0,690	0,709
Pinhão	0,432	0,461	0,422	0,467	0,460	0,533	0,588	0,673	0,672	0,768	0,774
Prudentópolis	0,642	0,688	0,653	0,713	0,715	0,775	0,822	0,840	0,838	0,892	0,906
Reserva do Iguaçu	0,479	0,451	0,428	0,520	0,491	0,545	0,559	0,590	0,567	0,719	0,748
Turvo	0,472	0,515	0,444	0,554	0,540	0,653	0,696	0,716	0,718	0,847	0,844
Média	**0,487**	**0,523**	**0,496**	**0,557**	**0,560**	**0,602**	**0,625**	**0,671**	**0,686**	**0,796**	**0,813**

Tabela 05 IPDM de desempenho na dimensão educação dos Municípios da RIG – 2010 a 2020

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do IPARDES (2022)

Com base nos dados da tabela 05, percebe-se que houve uma importante evolução neste indicador no período, em 2020 a média dos municípios da Região apresentaram desempenho de 0,813 na dimensão de Educação, sendo, portanto, considerado de acordo com os parâmetros do índice, alto o desempenho na área de Educação, além disso, todos os demais municípios apresentaram um índice superior a 0,70, sendo classificados como de médio desempenho.

Destacam-se os Municípios de Prudentópolis, Guamiranga, Guarapuava, e Turvo, que apresentaram respectivamente os melhores resultados e foram classificados com alto desenvolvimento na dimensão de educação. Apresentando o menor índice 0,709 o município de Inácio Martins.

A seguir na tabela 06, é possível conferir os dados do índice IPDM a respeito do desenvolvimento dos Municípios na dimensão da Saúde.

MUNICÍPIO	SAÚDE										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Campina do Simão	0,683	0,695	0,683	0,792	0,751	0,849	0,845	0,892	0,869	0,906	0,857
Candói	0,748	0,853	0,835	0,754	0,640	0,664	0,702	0,801	0,851	0,863	0,869
Cantagalo	0,555	0,560	0,529	0,634	0,667	0,686	0,674	0,706	0,790	0,865	0,836
Foz do Jordão	0,632	0,754	0,724	0,679	0,700	0,707	0,806	0,785	0,789	0,796	0,864
Goioxim	0,609	0,682	0,682	0,811	0,686	0,612	0,624	0,784	0,967	0,960	0,918
Guamiranga	0,727	0,657	0,668	0,662	0,770	0,771	0,807	0,806	0,796	0,836	0,856
Guarapuava	0,648	0,669	0,690	0,725	0,765	0,789	0,798	0,799	0,826	0,841	0,846
Inácio Martins	0,673	0,670	0,698	0,652	0,736	0,773	0,787	0,801	0,762	0,864	0,859
Pinhão	0,544	0,551	0,637	0,689	0,755	0,780	0,798	0,827	0,841	0,842	0,833
Prudentópolis	0,691	0,707	0,742	0,776	0,768	0,775	0,772	0,804	0,821	0,846	0,867
Reserva do Iguaçu	0,492	0,564	0,516	0,653	0,653	0,766	0,765	0,757	0,821	0,815	0,876
Turvo	0,656	0,641	0,678	0,676	0,682	0,735	0,714	0,804	0,823	0,926	0,907
Média	**0,638**	**0,667**	**0,673**	**0,709**	**0,715**	**0,742**	**0,758**	**0,797**	**0,830**	**0,863**	**0,886**

Tabela 06 IPDM de desempenho na dimensão Saúde dos Municípios da RIG – 2010 a 2020

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Ipardes (2022)

Assim como na educação, a dimensão da Saúde apresentou uma evolução positiva no período em todos os municípios, passando de 0,638 para 0,886, apresentando uma média no período de 0,751, mantendo-se com médio desempenho,

Com destaque para os Municípios de Goioxim e Turvo com 0,918 e 0.907 respectivamente atingindo a classificação de alto desempenho. Vale ressaltar que no ano de 2020 todos os municípios da região atingiram índices acima de 0,81, classificando-se como alto desempenho.

Esse resultado pode ser devido à maior participação dos investimentos públicos nessas áreas e, portanto, os índices de Educação e Saúde foram os que tiveram maior peso na evolução do IPDM dos municípios da Região.

Nesse contexto, percebe-se que os resultados encontrados para a RGI de Guarapuava corroboram com as ideias de Thomas et al. (2002) de que um maior desenvolvimento econômico está relacionado a uma melhora de indicadores de educação e saúde. Esse desenvolvimento, porém, não está refletido no indicador de desenvolvimento em emprego e renda e produção agropecuária.

A análise dos dados verificou que a dimensão da renda, emprego foi a que teve o pior desempenho nos municípios da RIG, classificando-se como baixo desempenho. Este resultado pode estar relacionado a participação do setor da agropecuária no PIB dos municípios, impactando na geração de emprego e renda, ao encontro deste resultado está PIB *per capita* da Região que apresentou-se abaixo da média estadual equivalendo

a 74,34% da média do Estado. Revelando que este índice foi a que apresentou maior vulnerabilidade para o desenvolvimento da região.

Concordando, assim com as teorias que afirmam que sociedades mais agrícolas são menos desenvolvidas que sociedades com maior participação dos setores secundário e terciário na economia. Neste sentido, as ideias de Rostow (1974) reforçam que quanto mais a sociedade se desenvolve, mais a agropecuária perde participação na economia. Ou seja, quanto mais agrário o município, menor o desenvolvimento na dimensão emprego e renda.

Os resultados deste estudo corroboram com esta afirmação, pois mostraram que os municípios da RIG por terem uma forte participação do setor Agropecuário na composição do PIB, apresentaram um fraco desempenho no IPDM na dimensão emprego e renda.

4.4 Desafios e Perspectivas de políticas de desenvolvimento para a Região Imediata de Guarapuava

Com frágil base econômica, vulneráveis economicamente, a maioria dos municípios da RIG apresentou um fraco desempenho no índice de Emprego e Renda, o que é um aspecto crucial a ser abordado na formulação de políticas públicas futuras para esses municípios. Embora a grande maioria dos municípios apresente um desempenho satisfatório nas dimensões de Saúde e Educação, o índice de desenvolvimento total é prejudicado quando se leva em consideração a dimensão de Emprego e Renda.

Ao buscar avaliar a importância das políticas públicas, voltadas à melhoria de qualidade de vida e desenvolvimento local nos pequenos municípios, Wanderley (2001) ressalta que deve -se levar em consideração a relação entre o meio urbano e o meio rural, que integra e aproxima ambos.

Com o objetivo de minimizar a vulnerabilidade econômica e social destes municípios, bem como buscar um processo de desenvolvimento mais sólido e consolidado, o poder público local pode utilizar algumas políticas como: incentivo ao associativismo, que caracteriza-se pelo agrupamento de pessoas ou dos municípios que integram a RIG para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, com a finalidade de promover o desenvolvimento da Região.

Incentivo ao cooperativismo, a formação de cooperativas de produtores rurais, estímulo à agroindústria, com o beneficiamento de produtos agrícolas agregação de valor à produção, visando uma maior geração de emprego e renda, seja a partir da estrutura produtiva disponível, que na maioria dos municípios estudados é composta essencialmente de atividades ligadas a agropecuária, de modo a buscar a incentivar atividades que estejam alinhadas às potencialidades de cada localidade, para promover o desenvolvimento endógeno da região.

O governo local possui diferentes possibilidades de atuação para impulsionar o desenvolvimento local endógeno, entre elas a de articular medidas que criem um ambiente

propício; formação profissional; intervenção em setores de grande efeito multiplicador; incentivo a novas formas de organização da produção; novas formas de ajuda e cooperação; articulação com atores e dinâmicas internas e externas; e aumento da produtividade social. A elaboração de diagnósticos aprofundados, a procura por novas parcerias (DOWNBOR, 2017).

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que o setor agropecuário possui forte influência na RIG, de modo que é consenso na literatura que sociedades mais agrícolas são menos desenvolvidas que sociedades com maior participação nos setores da indústria e serviços, pois o setor agropecuário gera menor incremento na dimensão de emprego e renda, considerando ainda maior grau de informalidade e baixa qualificação da mão de obra e consequentemente menor renda.

Verificou-se, que pelo fato, da maioria dos municípios se caracterizarem como de pequeno porte, com uma frágil base econômica, situação propicia a interdependência destes municípios ao município com melhor desempenho no IPDM que foi o de Guarapuava, configurando-o como município polo, seguindo a lógica da hierarquia entre os lugares, de acordo com a teoria dos Lugares Centrais, responsável pelo fornecimento de bens e serviços aos municípios da região.

Quanto aos desafios e perspectivas na promoção de desenvolvimento da Região Imediata de Guarapuava, constatou-se que o principal desafio de desenvolvimento na região está na promoção de melhoria nos índices de emprego e renda da região, sendo que este é o fator que apresenta maior fragilidade atualmente, e portanto, com políticas públicas busquem essa direção.

Com esta perspectiva, promover políticas de desenvolvimento local endógeno, para articular medidas que criem um ambiente propício, na qualificação profissional, intervenção em setores de grande efeito multiplicador, incentivo a novas formas de organização da produção, novas formas de ajuda e cooperação, articulação com atores e dinâmicas internas e externas e elaboração de diagnósticos aprofundados, a procura por novas parcerias.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, Antônio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: A tradição geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, *[S. l.]*, v. 57, n. 3, p. 20–28, 1995. Disponível em: https://170.84.43.102/index.php/rbg/article/view/1560. Acesso em: 6 set. 2022.

DOWNBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo:** Por que oito famílias têm mais riquezas que a metade da população do mundo? 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2017

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.** Rio de Janeiro: Coordenação de Geografia, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/. Acesso em 14 nov. 2022

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2020/base/base_de_dados_2010_2020_xls.zip. Acesso em: 2 dez. 2022.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. 2019. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Relação dos municípios paranaenses segundo regiões geográficas intermediárias e imediatas.pdf. Acesso em: 31 jul. 2022.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perfil da RGI de Guarapuava**. 2019a. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=504&btOk=ok. Acesso em: 28 jul. 2022.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM)**. 2022. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal. Acesso em: 30 set. 2022.

MENDES, Wesley de Almeida; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; DE FARIA, Evandro Rodrigues; ABRANTES, Luiz Antônio. Desenvolvimento humano e desigualdades regionais nos municípios brasileiros. **Latin American Research Review**, *[S. l.]*, v. 55, n. 4, p. 742–758, 2020. DOI: 10.25222/larr.555. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0023879100006439/type/journal_article. Acesso:Nov.2022.

NASCIMENTO, José Júlio César Araújo; ALMEIDA, Neuler André Soares; RODRIGUES, Francisco Mendes. A Teoria dos Lugares Centrais e sua aplicabilidade no Programa Zona Franca Verde no Amazonas. **Redes**, *[S. l.]*, v. 14, 50 n. 1, p. 106–120, 2009. DOI: https://doi.org/10.17058/redes.v14i1.876. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/876. Acesso em: 4 dez. 2022.

PIACENTI, Carlos Alberto. **O Potencial de Desenvolvimento Endógeno dos Municípios Paranaenses**. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Economia e Gerenciamento do Agronegócio; Economia das Relações Internacionais; Economia dos Recursos) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/120. Acesso em: 25 mar. 2023

ROSTOW, Walt. **Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. Piacenti (

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. (Edusp, Org.) São Paulo, 2002.

THOMAS, Vinod; DAILAMI, Mansoor; ASHOK, Dhareshwar; KAUFMANN, Daniel; KISHOR, Nalin; LÓPEZ, Ramon; WANG, Yan. **A Qualidade do Crescimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

VASCONCELOS, Lucas Henrique Campos; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Perspectivas teóricas sobre desenvolvimento regional. **Sociedade e Território**, *[S. l.]*, v. 31, n. 2, p. 263–281, 2020. DOI: 10.21680/2177-8396.2019v31n2ID17957. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/17957. Acesso em: 20 mar. 2023.

VIEIRA, Edson Trajano; DOS SANTOS, Moacir José. Desenvolvimento econômico regional - Uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 344–369, 2012., Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679. Acesso em: 26 mar. 2023.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Urbanização e uralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. **Revista Nordeste:** regionalismo e inserção global, *[S. l.]*, v. 1, p. 05–32, 2001. Disponível em: Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural e Estudo Preliminar sobre os Pequenos Municípios em (ufpel.edu.br). Acesso em 25 mar. 2023

FATORES DE RISCOS EM GESTÃO DE PROJETOS INTERNACIONAIS

Data de aceite: 02/06/2023

Paola Ramos dos Santos
Fundação Getúlio Vargas - FGV
São Bernardo do Campo – SP
http://lattes.cnpq.br/3777370953019289

Mario Roberto dos Santos
Universidade Nove de Julho - UNINOVE
São Bernardo do Campo - SP
https://orcid.org/0000-0001-6222-9255

Fabio Ytoshi Shibao
Universidade de Guarulhos - UNG
Guarulhos - SP
http://orcid.org/0000-0002-6666-0330

Publicado na Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 2, n. 4, p. 63-83, out-dez, 2017

RESUMO: As organizações realizam uma infinidade de projetos para perseguir seus objetivos específicos. Projetos internacionais são muito atraentes para empresas que buscam expandir seus horizontes de negócios. São projetos de diferentes tipos e formatos, como, por exemplo, construção de um metrô, um aeroporto; uma campanha; um novo software etc. Fatores locais, referente aos países onde os projetos serão desenvolvidos, poderão gerar riscos e influenciar tanto a execução quanto a conclusão com êxito de tais projetos. O objetivo deste trabalho foi verificar quais são os riscos em um projeto internacional que poderão influenciar no seu sucesso. Foi realizada uma pesquisa bibliométrica nas bases de dados *Proquest*, *Ebsco* e *Scielo* regional com a utilização das palavras–chaves "*International and Project Management*" para as bases *Proquest*, *Ebsco*. Para a base *Scielo* regional, foram usadas também as palavras: Gerência de Projetos Internacionais; Gerenciamento de Projetos Internacionais; e Gestão de Projetos Internacionais. Foi verificado também no site PMI-Brasil a ocorrência de estudos sobre o tema aqui abordado. Foram encontrados 160 artigos e selecionados doze. A classificação mais ampla descrita de fatores de risco em projetos internacionais foi: cultural, política, virtual e regional. Os riscos em gestão de projetos internacionais apresentam uma enorme variedade, mas têm-se a possibilidade de mitigar alguns riscos, com o uso de metodologias.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Projetos; Projetos Internacionais; Riscos.

RISK FACTORS IN INTERNATIONAL PROJECT MANAGEMENT

ABSTRACT: Organizations perform a multitude of projects to pursue their specific goals. International projects are very attractive for companies looking to expand their business horizons. Projects are of different types and formats, for example, construction of a subway, an airport; a campaign; a new software, etc. Local factors relating to the countries where the projects will be developed could generate project risks and influence both the execution and successful completion. The aim of this study was to determine the risks in an international project that may influence their success. A bibliometric survey was conducted in the Proquest, Ebsco and Regional Scielo databases using the keywords “International and Project Management” to Proquest, Ebsco databases. For Scielo Regional basis, have also used the words: Management of International Projects; International Project Management. Theoccurrence of studies about the topic were also verified in Brazil PMI-site. One hundred and sixty papers were found and twelve were selected. The wider classification described risk factors on international projects were: cultural, political, regional and virtual. Risks in managing international projects have a huge variety, but have the possibility to mitigate some risks with the use of methodologies.

KEYWORDS: Project Management; International Projects; Risks.

1 | INTRODUÇÃO

O gerenciamento de projetos tem evoluído a partir de uma filosofia de uma gestão restrita a poucas áreas funcionais para um sistema de gerenciamento de projetos corporativos afetando cada unidade funcional da empresa (KERZNER, 2009).

Os projetos incluem as pessoas que trabalham cooperativamente em conjunto, para um objetivo comum, dentro de um prazo estabelecido e de um orçamento definido com o objetivo de produzir resultados identificáveis (HENRIE; SOUSA-POZA, 2005).

Organizações realizam uma infinidade de projetos para perseguir seus objetivos específicos. Definem estruturas, normas e regulamentos, na tentativa de assegurar uma governança satisfatória e cumprimento desses projetos com êxito, e assim estabelecem normas culturais. O conjunto destas estruturas, normas, regulamentos, processos, políticas, métodos, ferramentas de suporte, e sua cultura circundante são chamados de ‘sistema de gerenciamento de projetos’ (COOKE-DAVIES; CRAWFORD; LECHLER, 2009).

As empresas avaliam o gerenciamento de projetos como uma estratégia obrigatória para sua sobrevivência, pois empresas que eram contra esse tipo de gestão agora a defendem (KERZNER, 2009). Portanto o reconhecimento da importância estratégica do gerenciamento de projetos no mundo corporativo vem crescendo rapidamente (SRIVANNABOON, 2006).

A abordagem de gerenciamento de projetos pelas empresas é relativamente moderna e caracteriza-se por métodos de reestruturação da gestão e adaptação de técnicas especiais de gestão, com a finalidade de obter melhor controle e utilização dos recursos existentes.

Quarenta anos atrás, gerenciamento de projetos era restrito ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA) e aos empreiteiros e empresas de construção que os atendia. Hoje, o conceito é aplicado em diversas indústrias e organizações como, por exemplo: governos, construção, produtos farmacêuticos, produtos químicos, bancários, hospitais, contabilidade, publicidade entre outros (KERZNER, 2009).

Wren (1979) apud Söderlund (2004) relatou que alguns autores atribuíram a Henry Gantt a iniciativa do modelo atual de gerenciamento de projetos, pela invenção do gráfico de Gantt, que se tornou uma espécie de padrão na prática de gerenciamento de projetos.

A estratégia de gerenciamento de projetos da organização, não só tem consequências para a escolha e financiamento de um projeto específico e definição de seus objetivos, mas também tem consequências em termos do que é valorizado e como os resultados são alcançados e relatados (COOKE-DAVIES; CRAWFORD; LECHLER, 2009). Um projeto é gerido de acordo com suas necessidades e circunstancias especificas (ESKEROD; RIIS, 2009).

Muitas vezes, os projetos são bastante semelhantes, o que implica que faz sentido aplicar formas comuns de gestão. A abordagem comum usada pode ser baseada em boas práticas encontradas para esse tipo específico de projeto. Quando tais elementos gerais ou repetitivos podem ser identificados em um ambiente multiprojeto, pode ser desejável introduzir um modelo de gestão de projetos (ESKEROD; RIIS, 2009).

A interação social entre os membros do projeto é fundamental para a consecução do objetivo final. As características pessoais é um fator adicional que afeta o desempenho dos participantes e do trabalho como um todo. Ao mesmo tempo, as características humanas podem variar com o tempo. Além disso, dadas as mesmas circunstâncias, as reações se diferem de pessoa para pessoa (CHEN; WEI, 2009).

Segundo Zarrella e Gumn (2007) os condutores-chave para grandes projetos globais podem ser classificados em: a) Conformidade: despesas aplicadas corretamente com conformidade podem resultar em melhoria de desempenho da organização; b) Desempenho: esforços para padronização para alcançar maior eficiência nos processos e/ou economia em escala, ou em novos produtos ou mercados. Projetos internacionais são muito atraentes para empresas que buscam expandir seus horizontes de negócios. As redes de colaboração entre parceiros internacionais criaram novos ambientes de trabalho que diferem das estruturas empresariais convencionais (STEFFEY; ANANTATMULA, 2011).

Projetos internacionais são de diferentes tipos e formatos. Por exemplo, pode ser a construção de um novo metrô ou aeroporto; uma campanha de conscientização sobre o HIV em um país em desenvolvimento; ou a introdução de um novo sistema de software nas subsidiárias de uma empresa multinacional (WELCH; WELCH; TAHVANAINEN, 2008).

Todas as atividades gerenciadas, que com a prática geralmente são tratadas de forma corriqueira, mas, em um projeto internacional tornam-se mais críticas, por exemplo: agendamento de reuniões, a forma de comunicação ou cronograma do projeto entre outras.

Segundo Crawford, Pollack e England (2007) a comunicação é constantemente identificada como um dos aspectos da gestão de projetos que é mais fortemente influenciado pela cultura.

Welch, Welch e Tahvanaien (2008) advertiram que há poucas pesquisas sobre empresas de projeto internacional, cujas operações internacionais consistem na entrega de projetos para clientes externos em países estrangeiros.

Dentro desse contexto de gerenciamento de projetos internacionais estabeleceu-se nesta pesquisa a seguinte questão: Quais são os fatores de riscos em projetos internacionais que poderão influenciar no seu sucesso?

Este artigo está delineado da seguinte forma: após esta introdução, será apresentado referencial teórico na seção dois, depois o método utilizado na seção três, resultados encontrados na seção quatro e na seção cinco as discussões finais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentado um breve relato do *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK) e os riscos, desafios e oportunidades em gerenciamento de projetos.

2.1 Project Management Body of Knowledge (PMBOK)

A existência de padrões para gerenciamento de projetos contribuiu para a profissionalização da gestão de projetos. O desenvolvimento dos primeiros padrões em gerenciamento de projetos foi realizado de forma independente por diferentes países e associações de gerenciamento de projetos (CRAWFORD; POLLACK; ENGLAND, 2007). Por exemplo, Turner e Muller (2003) definiram um projeto como uma organização temporária, para a qual são alocados recursos a fim de realizar um empreendimento temporário, único e inovador, gerenciar as incertezas inerentes e as necessidades de integração, de forma a atingir os objetivos positivos propostos.

O *Project Managment Institute* (PMI) foi fundado em 1969. Em 1981 a Diretoria do PMI aprovou um projeto para desenvolver os procedimentos e conceitos necessários para dar suporte à profissão de gerenciamento de projetos. Publicou um relatório em 1983, outro em 1986, e em 1987 o documento “O Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos”. Em 1996 publicou “Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos” (Guia PMBOK), conforme o PMBOK (2014) e posteriormente se seguiram as atualizações.

O PMBOK é um dos sistemas mais utilizados e reconhecidos mundialmente, porém há no mercado instituições com outras sugestões de gerenciamento de projeto como, por exemplo: *Organizational Project Managment Maturity Model* (OPM3), *Projects in Controlled Environments version2* (*Prince2*), *International Project Management Association* (IPMA), entre outros.

Um projeto foi definido como um esforço temporário, por uma entrega única (produto, serviço ou resultado) e com prazo para início e término (PMBOK, 2014), mas, segundo Cooke-Davies (2000), não há um consenso sobre uma definição única de projeto.

O PMBOK (2014) divide os processos de gerenciamento de um projeto em cinco grupos: iniciação; planejamento; execução; monitoramento e controle; e encerramento. O objetivo é criar uma sequência dentro do projeto e seguir o guia como referência o que torna o projeto mais produtivo e procurar atender as expectativas das partes interessadas.

Esses cinco grupos de processos facilitam o entendimento do desenvolvimento do projeto, porém os 47 processos do guia PMBOK também podem ser reunidos em onze áreas de conhecimento. Essa outra forma de divisão facilita o gerenciamento dos processos por especialidade e são classificadas em Gerenciamento: (i) da Integração do Projeto; (ii) do Escopo do Projeto; (iii) do Tempo do Projeto; (iv) dos Custos do Projeto; (v) da Qualidade do Projeto; (vi) dos Recursos Humanos do Projeto; (vii) das Comunicações do Projeto; (ix) dos Riscos do Projeto; (x) das Aquisições do Projeto; e (xi) das Partes Interessadas do Projeto (PMBOK, 2014).

Segundo o PMBOK (2004, p. 3) os conhecimentos agregados no gerenciamento de projetos:

> […] é a soma dos conhecimentos intrínsecos à profissão de gerenciamento de projetos. [...] inclui práticas tradicionais comprovadas amplamente aplicadas, além de práticas inovadoras que estão surgindo na profissão, inclusive materiais publicados e não publicados. [...] o conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos está em constante evolução.

Gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas para a execução de projetos de forma efetiva e eficaz. Trata-se de uma competência estratégica para organizações, permitindo com que elas unam os resultados dos projetos com os objetivos do negócio e, assim, melhor competir em seus mercados (PMI-BRASIL, 2014).

Gerenciar um projeto inclui identificar as necessidades; estabelecer objetivos claros e alcançáveis; balancear as demandas conflitantes de qualidade, escopo, tempo e custo; e adaptar as especificações, os planos e abordagem às diferentes preocupações e expectativas das diversas partes interessadas (PMBOK, 2014).

Conforme Kerzner (2009) o ritmo acelerado das mudanças em tecnologia e mercado criou enormes tensões sobre as formas organizacionais existentes, pois a estrutura tradicional é altamente burocrática. Assim, a estrutura tradicional deve ser substituída pelo gerenciamento de projetos, ou outras estruturas de gestão temporárias que podem responder muito rapidamente à medida que as situações se desenvolvem dentro e fora da empresa.

2.2 Riscos, desafios e oportunidades no gerenciamento de projetos

O gerenciamento de projetos não pode ter sucesso a menos que o gerente de projetos esteja disposto a empregar uma abordagem sistêmica para essa gestão e analisar todas as variáveis que levam ao sucesso ou ao fracasso (KERZNER, 2009), isto é, riscos e oportunidades. Thomas e Mullaly (2007) advertiram que o valor real resultante de investimentos em gerenciamento de projetos é difícil de definir, e muito mais difícil medir.

Segundo Vargas (2011), prazos e orçamentos desafiadores tornam a atividade de gerenciar projetos uma atividade de risco iminente. Para Kerzner (2009), risco é uma medida da probabilidade e das consequências da não realização de um objetivo definido pelo projeto e envolve, desse modo: (i) a probabilidade de ocorrer o evento e (ii) impacto ou consequência de ocorrer o evento. Risco constitui uma falta de conhecimento de eventos futuros. Eventos futuros (ou resultados) favoráveis são chamados de oportunidades, enquanto eventos desfavoráveis são chamados de riscos.

Outra forma de interpretação de oportunidades em gestão de projetos foi apresentada por Johansen, Eik-Andresen e Ekambaram (2014), como sendo algumas soluções não vistas no início do projeto, ou algo que acabou de acontecer, ou fora de controle, mas, que ainda é positivo, ou favorável, ou melhor, quando comparado com o conceito ou planejamento original do projeto.

O gerenciamento de um projeto traz sempre muitos desafios e aprendizagens, pois, segundo Silveira, Sbragia e Kruglianskas (2013, p. 574): "[...] no ambiente dinâmico e complexo de negócios, caracterizado por desafios constantes, o eficaz gerenciamento de projetos é um dos determinantes da sobrevivência das organizações". Os projetos são importantes para as empresas, mas o desempenho do projeto decepciona continuamente as expectativas dos *stakeholders* (COOKE-DAVIES, 2000).

O sucesso, para uma empresa orientada a projetos, está diretamente ligado aos resultados obtidos em cada um de seus projetos. Empresas que não tem o foco em gestão de projetos, mas em outros processos, a execução de projetos tem como principal função sustentar as atividades estratégicas e não rotineiras da organização (MORIOKA; CARVALHO, 2014), pois organizações realizam uma infinidade de projetos para perseguir seus objetivos específicos (COOKE-DAVIES; CRAWFORD; LECHLER, 2009).

Um projeto é considerado bem sucedido se o seu escopo foi cumprido, se foi entregue dentro do prazo e se os custos decorrentes da sua execução não excederem o orçamento (MORIOKA; CARVALHO, 2014). Conforme Ferreira *et al.* (2013, p. 48) "[...] dependerá exclusivamente de como os riscos serão tratados, pois a gestão de riscos é um fator determinante para o sucesso ou fracasso do projeto".

Kerzner (2009) adotou uma visão mais abrangente sobre o sucesso de um projeto e definiu que um projeto foi bem sucedido se: a) Terminou dentro do período de tempo alocado; b) Terminou dentro do custo orçado; c) Apresentou desempenho ou especificações

no nível adequado; d) Houve aceitação por parte do cliente/usuário; e) Houve mudanças mínimas de escopo ou mudanças mutuamente acordadas; f) Não perturbou o fluxo principal de trabalho da organização; g) Não mudou a cultura corporativa.

Os gerentes de projetos que trabalham nestas novas estruturas organizacionais e ambientes multinacionais são muitas vezes despreparados para questões culturais, políticas, regionais e virtuais que são abordadas para alcançar o sucesso do projeto (STEFFEY; ANANTATMULA, 2011). As questões de recursos humanos são componentes críticos nas operações internacionais, pois essas operações são descontinuas, incertas e complexas, conforme citaram Welch, Welch e Tahvanaien (2008).

A construção de fortes laços entre os participantes de projeto geograficamente dispersos é crucial para o sucesso do projeto. Nas redes globais de projeto, muitas empresas adotaram ferramentas de colaboração virtual para enfrentar os desafios impostos pela distância temporal e geográfica (COMU *et al.*, 2013).

As organizações estão se tornando mais e mais conscientes de como é importante fortalecer as competências dos seus gerentes de projeto. Este fato adquire maior relevância no desenvolvimento e domínio de cooperação internacional, devido à necessidade de ter profissionais qualificados que possam enfrentar os desafios e resolver as demandas específicas de um setor cada vez mais exigente e em constante evolução (ORTIZ-MARCOS *et al.*, 2013).

O gerente de projeto bem sucedido deve entender e gerenciar os obstáculos internacionais, a partir dos aspectos regulatórios governamentais de controle de exportação, regulamentos cambiais e impostos internacionais para as questões culturais dos horários de trabalho, estilos de gestão, as diferenças linguísticas, a ética e os costumes (STEFFEY; ANANTATMULA, 2011).

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa bibliométrica nas bases de dados *Proquest*, *Ebsco* e *Scielo* regional sobre projetos internacionais. Foram utilizadas as palavras-chaves '*International and Project Management*', com os filtros de artigos acadêmicos, avaliação por pares e disponibilidade de texto nas bases *Proquest* e *Ebsco*. Para a base Scielo regional, além das palavras-chaves mencionadas, foram usadas também: *International Project Management*; Gerência de Projetos Internacionais; Gerenciamento de Projetos Internacionais; e Gestão de Projetos Internacionais. Foi verificado também no *site* do PMI-Brasil a ocorrência de estudos sobre o tema aqui abordado.

A primeira avaliação foi feita pelos títulos dos artigos que poderiam corresponder à gestão de projetos internacionais enfatizados por riscos, problemas, desafios, e, depois, foram avaliados os abstracts e posteriormente foi realizada a leitura completa dos artigos.

4 I ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Nesta seção são mostrados os resultados da pesquisa indicando as quantidades de artigos encontrados por base pesquisada, a relação dos artigos com a descrição dos objetivos e as suas respectivas avaliações.

Base de dados pesquisadas

Foram encontrados 160 artigos e estão distribuídos da seguinte forma:

Ebsco, 38 artigos; *Proquest*, 29 artigos; *Scielo* regional, 92 artigos; e PMI-Brasil, um artigo.

Foram selecionados doze artigos, cujo objetivo estava dentro do objeto da pesquisa sendo que os demais foram descartados. Entre os trabalhos não avaliados, alguns se referiam a projetos locais com fundos internacionais, qualidade do ensino em gestão de projetos, agilidade em gestão de projetos, projetos com foco em resultados, padronização, jogos de empresas, aprendizagem, recursos, avaliação de qualidade, indicadores de desempenho.

O Quadro 1 mostra os artigos selecionados para avaliação, distribuídos por base de dados, periódico, autores e ano de publicação.

Nº	Base	*Journal*	Autores / Ano
1	*Ebsco*	*Project Management Journal*	Steffey e Anantatmula (2011)
2		*Project Management Journal*	Eskerod e Riis (2009)
3		*Construction Management and Economics*	Jha e Devaya (2008)
4		*Project Management Journal*	Khang e Moe (2008)
5		*Journal of Construction Engineering and Management*	Kim, Han e Kim (2008)
6		*Journal of Construction Engineering and Management*	Mahalingam e Levitt (2007)
7		*Journal of Management in Engineering*	Sonmez, Ergin e Birgonul (2007)
8		*Research - Technology Management*	Barczak, Donough e Athanassiou (2006)
9		Journal of Construction Engineering and Management	Han *et al.* (2004)
10	PMI-Brasil	Artigo da KPMG	Zarrella e Gumn (2007)
11	*Proquest*	*Cost Engineering*	Yates e Claianu (2009)
12		*Cost Engineering*	Wikström e Storholm (1997)

Quadro 1 – Artigos selecionados

Fonte: Dados da pesquisa.

O que se notou é que não há muita pesquisa sobre gestão de projetos internacionais

dentro do escopo aqui analisado e nas bases avaliadas mesmo com a participação do *Project Management Journal*, um periódico especializado em gestão de projetos. Por esse motivo, a pesquisa não descartou artigos que não mencionaram o uso de metodologia ou processos padronizados de gestão de projetos como, por exemplo, o PMBOK.

4.1 Descrição dos artigos

A seguir será apresentada a descrição dos artigos com os resultados das respectivas pesquisas:

1) Steffey e Anantatmula (2011)

Os autores fizeram uma extensa pesquisa sobre os prováveis riscos de projetos internacionais para que as empresas possam selecionar os projetos de menor risco e com isso aumentar as chances de lucro maior e sucesso. Os autores avaliaram dois projetos internacionais com os fatores de riscos propostos, para demonstrar a eficácia do seu uso na seleção de projetos pelas empresas.

O Quadro 2, a seguir, mostra quais são os riscos dos projetos internacionais dentro da classificação proposta pelos autores, dividida em quatro temas: culturais, políticas, virtuais e regionais.

Riscos	Descrição
Culturais	Idioma nativo, número de idiomas envolvidos no projeto; Valores culturais; Diferentes moedas; Ética no trabalho; Religião; Trabalho em equipe versus esforço individual; Confiança; Gestão de conflitos; Padrões de terminologia ediferenças de prioridades; Práticas e conhecimentos de gestão; Cultura econômica; Inflação; Condições de mercado; Taxas de juros; Taxas de câmbio.
Políticos	Terrorismo; Relacionamento empresa-governo; Relações trabalhistas; Revoluções / Guerra civil; Necessidade governamental do projeto; Relacionamento com os grupos locais de ativistas e de poder (ambiental, sindicatos); Utilização de empresas locais; Relacionamento com os países vizinhos; Leis e regulamentos; Conformidade ambiental; Opiniões nacionais sobre a empresa; Impostos; Controle governamental sobre importações / exportações; Expropriação / confisco / espionagem.
Virtuais	Diferenças de fuso horário; Problemas de comunicação; Quantidades de plantas/ escritórios distribuídos pelo país; Quantidades de organizações e equipes; Experiência das equipes; Experiência dos gerentes; Compreensão clara do escopo entre as partes; Estrutura organizacional; Funções e responsabilidades.
Regionais	Crimes, vandalismo, corrupção, roubo, suborno; Segurança; Disponibilidade e qualidade dos recursos; Trabalhadores qualificados; Limitações tecnológicas; Clima; Familiaridade com a região; Condições geológicas; Impactos ambientais; Disponibilidade de habitação; Condições de transportes; Manifestações e tumultos.

Quadro 2 – Riscos em projetos internacionais

Fonte: Steffey e Anantatmula (2011)

Esse artigo foi o que apresentou a mais ampla avaliação de riscos em projetos internacionais e relacionou praticamente todos os riscos encontrados na literatura.

2) Eskerod e Riis (2009)

Os autores apresentaram estudos de caso, parte de um projeto internacional de pesquisa e teve como objetivo determinar o valor do gerenciamento de projetos em razão dos modelos de projetos aplicados. As cinco empresas analisadas pelos autores, aplicaram um modelo de gerenciamento de projeto personalizado. Os cinco modelos foram apresentados, e as suas características, semelhanças e diferenças foram discutidas.

Os pesquisadores concluíram que os modelos de gerenciamento de projeto:

a) Cobriram apenas o ciclo de vida do projeto e ignoraram a fase pós-projeto (mesmo que essa fase foi relatada como muito importante por muitos entrevistados);

b) Os modelos usaram processos como descritos no PMBOK, mas de forma personalizada;

c) Os gerentes de projeto tiveram alto nível de envolvimento na implementação dos modelos;

d) Os modelos foram combinados com outras iniciativas para a formação de referencial único (por exemplo: treinamento em gestão de projetos, terminologia padronizada etc.);

e) Os modelos tinham um número considerável de *templates*, mas poucos eram obrigatórios.

3) Jha e Devaya (2008)

A pesquisa apresentou os riscos internacionais por meio de duas empresas indianas que atuam no mercado internacional da construção.

As pesquisas acadêmicas identificaram 14 fatores de riscos por meio da literatura e interação com especialistas: deficiência governamental; sistema jurídico frágil; instabilidade política; diferenças culturais; força maior (eventos naturais); parceiros locais com pouca capacidade financeira; risco cambial; avaliação incorreta de mercado; baixa coesão da equipe de projeto; definição ambígua do escopo do projeto; gestão precária de controle e custos; gestão precária do projeto, baixa qualidade e produtividade; e segurança ética frágil.

4) Khang e Moe (2008)

Os autores avaliaram critérios e fatores de sucesso em desenvolvimento de projetos internacionais, em entidades sem fins lucrativos, especialmente os projetos financiados com ajuda internacional e que desempenharam um papel vital no processo de desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento.

Os autores dividiram o ciclo de vida do projeto em: conceituação, planejamento, implementação, fechamento/conclusão e sucesso global do projeto. Os valores criados pelos modelos de gestão de projetos foram identificados como sendo eficientes, legítimos, com poder e controle, bem como satisfez as partes interessadas.

5) Kim, Han e Kim (2008)

Os autores avaliaram os riscos financeiros relativos a custos de projetos internacionais em empresa de construção coreanas. As condições imprevistas de mercado

e riscos do projeto podem acarretar o 'estouro de orçamento' em projetos internacionais de construção. Os autores desenvolveram para o mercado de empresas coreanas um modelo que poderá prever o desempenho dos custos da construção em comparação com a estimativa inicial prevista no contrato.

6) Mahalingam e Levitt (2007)

Os autores apresentaram um estudo de caso de um projeto global para identificar os tipos de problemas que ocorrem como resultado de interações internacionais no contexto de um projeto específico de engenharia e de construção global baseados na Teoria institucional. O artigo apresentou uma contribuição teórica analítica e abrangente em razão da Teoria institucional e que poderia ser usada para compreender os desafios transnacionais sobre projetos globais.

7) Sonmez, Ergin e Birgonul (2007)

A pesquisa apresentou uma metodologia para avaliar os impactos financeiros dos fatores de risco durante a fase de licitação de 26 projetos de construção em 21 países enfrentados por empresas da Turquia. Os resultados indicaram que quatro fatores tiveram contribuições importantes para explicar as variações nos níveis de contingência, isto é, aporte financeiro para os riscos identificados. Um modelo de regressão incluindo os fatores significativos foi desenvolvido para apoiar decisões de contingência de licitação.

8) Barczak, Donough e Athanassiou (2006)

Segundo os autores línguas diferentes, culturas e fusos horários proporcionam maior complexidade a difícil tarefa de gerenciar equipes com diferentes perspectivas e conhecimentos. Os autores classificaram em quatro os principais desafios enfrentados pelos líderes de equipes globais: os membros da equipe que falam diferentes línguas nativas, são oriundos de diferentes origens culturais, vivem e trabalham em vários países e são de diferentes empresas.

9) Zarrella e Gumn (2007)

Os autores procuraram mostrar a realidade dos projetos globais de Tecnologia de Informação (TI), na visão de uma empresa de assessoria, a KPMG. Resumiram os desafios encontrados nos projetos globais e sugeriram algumas atitudes, conforme mostrado no Quadro 3.

Desafios	Oportunidades
Geografia, fusos horários	Aproveitar estrutura e processos organizacionais tradicionais, equilibrado com as dimensões físicas, lógicas, funcionais e políticas para selecionar a equipe do projeto.
Cultura e idioma	Entender continuamente os detalhes – evitar generalizar ou analisar somente durante o planejamento inicial do projeto.
Engajamento das partes interessadas	Empregar processo formal e rigoroso para lidar com as partes interessadas em todos locais, em todos níveis organizacionais. A comunicação precisa funcionar em ambos os sentidos.
Desenho da solução	Abordagem colaborativa para o desenho e arquitetura da solução com definição do que precisa ser padrão/essencial e onde a flexibilidade local pode ser aproveitada.
Fornecimento	Decisão global (não local): entender a capacidade em todos os locais chave, dentro do ciclo de vida dos serviços relevantes.
Governança	Verificar se os processos corporativos financeiros e medição de desempenho lidam com a complexidade de um projeto global. Estabelecer um processo para avaliar desempenho.

Quadro 3 – Desafios e oportunidades em projetos internacionais

Fonte: Zarrella e Gumn (2007).

Segundo os autores (2007, p. 41):

> [...] as questões voltadas a projetos de TI são bem documentadas, mas as soluções podem ainda não serem claras. Quando estes projetos são colocados em um ambiente global, o impacto destas questões aumenta consideravelmente e novas questões como idioma e obstáculos jurisdicionais e culturais são introduzidas.

10) Han *et al*. (2004)

O trabalho concentrou-se em fatores de risco financeiros, tais como taxas de câmbio, juros e inflação, pois, segundo os autores, são elementos inerentes a projetos internacionais de construção e podem influenciar drasticamente o retorno de uma empresa quando trabalham sob condições econômicas instáveis. O trabalho teve também, como objetivo, apoiar as empresas multinacionais, na tomada de decisão, na seleção de projetos viáveis financeiramente.

11) Yates e Claianu (2009)

O artigo mostrou os resultados de uma pesquisa que examinou atos de terrorismo e roubos que poderiam afetar os profissionais de gerência de projetos quando estavam trabalhando em ambientes instáveis ou países com esses problemas e apresentou sugestões para prevenção desses atos nos locais de trabalho e também para a segurança dos empregados. A pesquisa foi conduzida nos EUA e diversos países como, por exemplo: Afeganistão, Bósnia, Chile, China, Egito, Iran, Israel, Líbano entre outros.

12) Wikström e Storhorm (1997)

A pesquisa analisou 250 projetos em aproximadamente 40 países e descobriu que

as maiores fontes de atritos foram: problemas logísticos, problemas de comunicação, habilidades e conhecimentos das pessoas envolvidas, métodos de treinamento, desempenho de fornecedores e posturas gerenciais.

4.2 Avaliação dos artigos

O trabalho de Steffey e Anantatmula (2011) foi a pesquisa que apresentou a mais ampla gama de riscos que pode existir em uma gestão de projetos internacionais, dentre os artigos aqui avaliados.

O artigo classificou como: a) Cultural: desde idioma, ética até taxas de juros; b) Político: terrorismo até controle governamental sobre espionagem; c) Virtuais: desde fuso horário até funções e responsabilidades; d) Regionais: de crimes, vandalismo até condições de transportes. São temas atuais que estão constantemente na mídia em todos os países.

O artigo de Jha e Devaya (2008) sobre riscos no mercado internacional de construção foi o que ficou mais perto da pesquisa de Steffey e Anantatmula (2011). Pode-se dizer que os riscos mencionados na pesquisa estão inseridos no artigo de Steffey e Anantatmula (2011).

Os demais artigos apresentaram riscos ou fatores de sucesso dentro do objeto da pesquisa, mas não de forma ampla, como a pesquisa de Steffey e Anantatmula (2011) e listaram entre outros os seguintes riscos:

a) Riscos e impactos financeiros: Kim, Han e Kim (2008); Sonmez, Ergin e Birgonul (2007); Han *et al.* (2004);

b) Comparação com a Teoria Institucional: Mahalingam e Levitt (2007);

c) Modelos de gerenciamento: Eskerod e Riis (2009);

d) Critérios e fatores de sucesso: Khang e Moe (2008);

e) Cultura: Barczak, Donough e Athanassiou (2006);

f) Terrorismo: Yates e Claianu (2009);

g) Problemas logísticos, de comunicação, habilidades e conhecimentos, treinamento, desempenho de fornecedores e posturas gerenciais: Wikström e Storhorm (1997).

O que se notou também é que os riscos financeiros foram mencionados em alguns artigos de forma indireta como, por exemplo: (i) culturais: Steffey e Anantatmula (2011); (ii) cambial: Jha e Devaya (2008); (iii) governança: Zarrella e Gumn (2007). Portanto seis artigos (50%) mencionaram riscos financeiros direta ou indiretamente em suas respectivas pesquisas.

Pode-se comparar o artigo de Steffey e Anantatmula (2011) com a pesquisa de uma empresa de consultoria KPMG realizada pelos autores Zarrella e Gumn (2007) e notaram-se algumas peculiaridades que apesar de apresentar praticamente os mesmos desafios ou riscos na visão dessa pesquisa como, por exemplo: desenho da solução com aproveitamento da flexibilidade local; cultura, entender continuamente os detalhes e evitar generalizar. Essa avaliação pode mostrar como um foco diferenciado da visão gerencial de

uma empresa.

Segundo Silveira, Sbragia e Kruglianskas (2013, p. 575):

> [...] os desafios enfrentados pelas organizações referentes ao gerenciamento de projetos estão associados a ambientes complexos e dinâmicos, à necessidade de conciliar atrasos, a orçamentos que se mostram inviáveis, a clientes insatisfeitos, à falta de capacitação dos recursos humanos, à inadequação da cultura corporativa, a processos falhos, à ausência de informações e ao baixo nível de previsibilidade.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi verificar na literatura quais são os riscos envolvidos em gestão de projetos internacionais e responder a questão de pesquisa: Quais são os fatores de riscos em projetos internacionais que poderão influenciar no seu sucesso?

O artigo de Steffey e Anantatmula (2011) foi a pesquisa que apresentou a mais ampla gama de riscos em uma gestão de projetos internacionais, dentre os artigos aqui avaliados. Esse artigo pode ser tomado como referência para responder à questão de pesquisa. O artigo classificou os riscos de projeto nos seguintes fatores: (i) cultural, desde idioma, ética até taxas de juros; (ii) político, terrorismo até controle governamental sobre espionagem; (iii) virtuais, desde fuso horário até funções e responsabilidades; (iv) regionais, de crimes, vandalismo até condições de transportes. São temas atuais que estão constantemente na mídia praticamente em todos os países.

Os demais artigos apresentaram riscos ou fatores de sucesso dentro do objeto da pesquisa de cada pesquisador assim citados: riscos e impactos financeiros; comparação com teoria; modelos de gerenciamento; critérios e fatores de sucesso; cultura, terrorismo; logística, comunicação, habilidades, conhecimentos, treinamento, desempenho de fornecedores e posturas gerenciais. Convém ressaltar que 50% dos artigos mencionaram direta ou indiretamente os riscos financeiros em projetos internacionais. Fatos que corroboram com essa preocupação são a crise ainda recente nos EUA e a crise ainda em evolução nos países europeus.

A pesquisa da KPMG apresentou algumas peculiaridades como, por exemplo: desenho da solução com aproveitamento da flexibilidade local; cultura, entender continuamente os detalhes e evitar generalizar. Nota-se que dentro da visão empresarial é transformar os prováveis riscos em uma maneira de ganhar uma vantagem competitiva no mercado.

Pelo resultado aqui apresentado pode-se inferir que os riscos em gestão de projetos internacionais apresentam uma grande variedade de fatores, têm-se a possibilidade de mitigar alguns, com o uso de métodos de planejamento e controle como, por exemplo, o Guia PMBOK, mas não é possível ter certeza que um projeto irá alcançar todos os objetivos planejados dentro do seu escopo. Segundo Ferreira *et al.* (2013, p. 48) “[...] mitigar riscos

associados as atividades de um projeto tem sido um grande desafio para as organizações".

Portanto, além de todas as práticas com as metodologias de gerenciamento de projetos, o conhecimento das particularidades de cada país envolvido e principalmente quais fatores poderão afetar ou apresentar riscos precisarão ser estudados, analisados e respeitados para que haja um bom andamento do projeto e seja concluído com sucesso.

Uma sugestão para novas pesquisas será incluir outras bases de dados e também congressos com ênfase em gestão de projetos.

REFERÊNCIAS

BARCZAK, G.; McDONOUGH, E. F.; ATHANASSIOU, N. So you want to be a global project leader? **Research - Technology Management**, v. 49, n. 3, p. 28-35, 2006. DOI: https://doi.org/10.1080/08956308.2006.11657375.

CHEN, Y. M.; WEI, C. W. Multiagent approach to solve project team work allocation problems. **International Journal of Production Research**, v. 47, n. 3, p. 3453-3470, 2009. DOI: https://doi.org/10.1080/00207540802356754.

COMU, S.; IORIO, J.; TAYLOR, J. E.; DOSSICK, C. S. Quantifying the impact of facilitation on transactive memory system formation in global virtual project networks. **Journal of Construction Engineering and Management**, v. 139, n. 3, p. 294-303, 2013. DOI: https://doi.org/10.1061/(ASCE)CO.1943-7862.0000610.

COOKE-DAVIES, T. J. **Toward improved project management practice. Uncovering the evidence for effective practices through empirical research**. PhD thesis, Leeds Metropolitan University, Leeds, UK, 2000.

COOKE-DAVIES, T. J.; CRAWFORD, L. H.; LECHLER, T. G. Project management systems: moving project management from an operational to a strategic discipline. **Project Management Journal**, v. 40, n. 1, p. 110-123, 2009. DOI: https://doi.org/10.1002/pmj.20106.

CRAWFORD, L. H.; POLLACK, J.; ENGLAND, D. How standard are standards: an examination of language emphasis in project management standards. **Project Management Journal**, v. 38, n. 3, p. 6-21, 2007. DOI: https://doi.org/10.1002/pmj.20002.

ESKEROD, P.; RIIS, E. Project management models as value creators. **Project Management Journal**, v. 40, n. 1, p. 4-18, 2009. DOI: https://doi.org/10.1002/pmj.20098.

FERREIRA, B. A. A.; ALMEIDA, J. O. R.; LEÃO, P. R. C.; SILVA, N. P. G. Gestão de riscos em projetos: uma análise comparativa da norma ISO 31000 e o Guia PMBOK 2012. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 4, n. 3, p. 46-72, 2013. DOI: https://doi.org/10.5585/gep.v4i3.173.

GUIA PMBOK. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos**. 5 a ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

HAN, S. H.; DIEKMANN, J. E.; LEE, Y.; OCK, J. H. Multicriteria financial portfolio risk management for international projects. **Journal of Construction Engineering and Management**, v. 130, n. 3, p. 346-356, 2004. DOI: https://doi.org/10.1061/(ASCE)0733- 9364(2004)130:3(346).

HENRIE, M.; SOUSA-POZA, A. Project management: a cultural literary review. **Project Management Journal**, v. 36, n. 2, p. 5-14, 2005. DOI: https://doi.org/10.1177/875697280503600202.

JHA, K. N.; DEVAYA, M. N. Modelling the risks faced by Indian construction companies assessing international projects. **Construction Management and Economics**, v. 26, n. 4, p. 337-348, 2008. DOI: https://doi.org/10.1080/01446190801953281.

JOHANSEN, A.; EIK-ANDRESEN, P.; EKAMBARAM, A. Stakeholder benefit assessment – Project success through management of stakeholders. **Procedia – Social and Behavior Sciences**, v. 119, p. 581-590, 2014. DOI: https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.03.065.

KERZNER, H. **Project management**: a systems approach to planning, scheduling, and controlling. 10th ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2009.

KHANG, D. B.; MOE, T. L. Success criteria and factors for international development projects: a life-cycle-based framework. **Project Management Journal**, v. 3, n. 1, p. 72-84, 2008. DOI: https://doi.org/10.1002/pmj.20034.

KIM, D. Y.; HAN, S. H.; KIM, H. Discriminant analysis for predicting ranges of cost variance in international construction projects. **Journal of Construction Engineering and Management**, v. 134, n. 6, p. 398-410, 2008. DOI: https://doi.org/10.1061/(ASCE)0733-9364(2008)134:6(398).

MAHALINGAM, A.; LEVITT, R. E. Institutional theory as a framework for analyzing conflicts on global projects. **Journal of Construction Engineering and Management**, v.133, n. 7, p. 517-528, 2007. DOI: https://doi.org/10.1061/(ASCE)0733- 9364(2007)133:7(517).

MORIOKA, S.; CARVALHO, M. M. Análise de fatores críticos de sucesso de projetos: um estudo de caso no setor varejista. **Production**, v. 24, n. 1, p. 132-143, 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132013005000015.

ORTIZ-MARCOS, I.; BENITA, J. R. C.; ALDEANUEVA, C. M.; COLSA, A. U. Competency training for managing international cooperation engineering projects. **Project Management Journal**, v. 44, n. 2, p. 88-97, 2013. DOI: https://doi.org/10.1002/pmj.21328.

PMBOK GUIDE. **A Guide to the project management**. Body of knowledge. 3 rd ed. Pennsylvania: Project Management Institute, 2004.

PMI – BRASIL: Project Management Institute – Brasil. **O que é gerenciamento de projetos?** Disponível em: <https://brasil.pmi.org/brazil/AboutUS/WhatIsProjectManagement.aspx>. Acesso em: 19 ago. 2014: PMI-Brasil, 2014.

SILVEIRA, G. A.; SBRAGIA, R.; KRUGLIANSKAS, I. Fatores condicionantes do nível de maturidade em gerenciamento de projetos: um estudo empírico em empresas brasileiras. **Revista de Administração**, v. 48, n. 3, p. 574-591, 2013. DOI: https://doi.org/10.1002/pmj.20106.

SÖDERLUND, J. Building theories of project management: past research, questions for the future. **International Journal of Project Management**, v. 22, n. 3, p. 183- 191, 2004. DOI: https://doi.org/10.1016/S0263-7863(03)00070-X.

SONMEZ, R.; ERGIN, A.; BIRGONUL, M. T. Quantitative methodology for determination of cost contingency in international projects. **Journal of Management in Engineering**, v. 23, n. 1, p. 35-39, 2007. DOI: https://doi.org/10.1061/(ASCE)0742- 597X(2007)23:1(35).

SRIVANNABOON, S. Linking project management with business strategy. In: **Proceedings of PMI Global Congress**, Seattle Washington, p. 1-11, 2006.

STEFFEY, R. W.; ANANTATMULA, V. S. International projects proposal analysis: risk assessment using radial maps. **Project Management Journal**, v. 42, n. 3, p. 62- 74, 2011. DOI: https://doi.org/10.1002/pmj.20237.

THOMAS, J.; MULLALY, M. Understanding the value of project management: first steps on an international investigation in search of value. **Project Management Journal**, v. 38, n. 3, p. 74-89, 2007. DOI: https://doi.org/10.1O02/pmi,20007.

TURNER, J. R.; MÜLLER, R. On the nature of the project as a temporary organization. **International Journal of Project Management**, v. 21, n. 1, p. 1-8, 2003. DOI: https://doi.org/10.1016/S0263-7863(02)00020-0.

VARGAS, R. V. **Urgência um fator crítico no planejamento de projetos**, 2011. Disponível em: <http://www.ricardo-vargas.com/wpcontent/uploads/downloads/ articles/ricardo_vargas_urgency_pt.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2014.

WELCH, C. L.; WELCH, D. E.; TAHVANAINEN, M. Managing the HR dimension of international project operations. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 19, n. 2, p. 205-222, 2008. DOI: https://doi.org/10.1080/09585190701799754.

WIKSTRÖM, K.; STORHOLM S, S. Understanding interaction in international projects. **Cost Engineering**, v. 39, n. 3, p. 11-13, 1997.

YATES, J. K.; CLAIANU, B. Global terrorism for project management professionals. **Cost Engineering**, v. 51, n. 5, p. 21-27, 2009.

ZARRELLA, E.; GUMN, C. **Gerenciando projetos globais**, p. 1-34, 2007. Disponível em: <https://brasil.pmi.org/brazil/KnowledgeCenter/Articles/~/media/16494568003D4AA192A265613776D789.ashx>. Acesso em: 19 ago. 2014.

CAPÍTULO 17

CMMI E METODOLOGIAS ÁGEIS NO DESENVOLVIMENTO DE *SOFTWARES*

Data de aceite: 02/06/2023

Paulo Roberto da Silva Junior
Centro Universitário Senac - SENAC
São Bernardo do Campo - SP
https://orcid.org/0009-0008-7077-1843

Mario Roberto dos Santos
Universidade Nove de Julho - UNINOVE
São Bernardo do Campo - SP
https://orcid.org/0000-0001-6222-9255

Fabio Ytoshi Shibao
Universidade de Guarulhos - UNG
Guarulhos - SP
http://orcid.org/0000-0002-6666-0330

Artigo publicado na Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 4, n. 3, p. 157-184, mai-jun, 2019.

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi avaliar as boas práticas de Processos CMM/CMMI e suas possibilidades de integração com os métodos de desenvolvimento e gerenciamento ágeis *Scrum* e *Extreme Programming* (XP). Foram realizadas pesquisas teóricas, em livros e artigos científicos de periódicos nacionais e internacionais, assim como *sites* especializados no assunto. Foram também utilizadas como fonte de pesquisa, a análise de discussões e análise de profissionais de tecnologia da informação (TI) em blogs, fóruns e matérias de revistas. Para complementar a análise do tema, foi realizada uma pesquisa, por meio de um questionário, no período de 09 a 22 de janeiro/2017, respondida por 39 profissionais da área de Tecnologia da Informação (TI). O resultado desta pesquisa mostrou que 87,2% dos profissionais consultados acreditam que é possível aplicar simultaneamente Metodologias Ágeis e CMMI em projetos de desenvolvimento de *software*.

PALAVRAS-CHAVE: CMMI; *Extreme programming* (XP); Métodos ágeis; *Scrum; Software*.

CMMI AND AGILE METHODOLOGIES IN SOFTWARE DEVELOPMENT

ABSTRACT: The purpose of this research was to study and analysis the good uses of CMM and CMMI process and theirs possibilities of integration with agile methods Scrum e Extreme Programming (XP). Theoretical search was made throw books and scientific articles nationals and internationals one as specialized websites

on software development. Another search source was discussions analyses and information technology professionals' analyses on blogs, forums and magazines. In additional, an on-line search was made whit a quiz, between 09th and 22th January on 2017 and it received 39 answers by Information Technology (IT) professionals. The quiz's results shows that 87.2% of these professionals think that is possible apply simultaneal Agile Methods and CMMI on projects of software development.
KEYWORDS: Agile methods; CMMI; Extreme programming (XP); Scrum; Software.

1 I INTRODUÇÃO

Um dos desafios das empresas no século XXI é conseguir se adequar às mudanças tecnológicas e trazer a melhor experiência para os seus clientes, conquistando e fidelizando novos consumidores e investidores. Esses fatos geram a necessidade de as empresas oferecerem soluções adaptadas as expectativas e aos desejos dos seus clientes, atualizando-se de forma rápida e eficiente pois, "[...] o mercado exige cada vez mais produtos inovadores e disponíveis em um rápido espaço de tempo" (MICHELS; FERREIRA, 2013, p. 52).

Sob a expectativa de atender bem os clientes conjugado com o uso eficiente de recursos e de tempo, disponibilizando produtos e serviços de qualidade, as empresas estão adotando a gestão de projetos (FERREIRA *et al*., 2013).

As empresas buscam métodos e processos de gerenciamento de projetos mais eficientes pois faz-se necessário ganhos de produtividade e melhoria de desempenho nessa gestão (BARBOZA *et al*., 2016), porque falhas nesses processos poderão representar grandes prejuízos para essas empresas.

Dentro da área de desenvolvimento de *software* não é diferente, novos padrões, metodologias e processos de gestão de projetos são desenvolvidos e discutidos com o objetivo de inovar as formas de construção e manutenção das soluções de tecnologia, desde os *devices*, desenvolvimento de *softwares* incluindo a construção de datacenters e a respectiva infraestrutura. Segundo Vargas (2016, p. 50) "[...] um dos desafios na área de desenvolvimento de *software* está na complexidade da compreensão das expectativas do cliente através da análise dos problemas e da criação de soluções que efetivamente atendam aos anseios e agreguem valor".

O uso de produtos de *software* vem crescendo e isso acarretou o aumento da exigência por qualidade nos produtos obrigando os desenvolvedores a seguir alguns modelos, como, por exemplo o *Capability Maturity Model Integration* [CMMI] (GARCIA; OLIVEIRA; SALVIANO, 2016), pois as metodologias tradicionais para gerenciamento de projetos já não atendem plenamente as necessidades gerenciais (ROVAI, 2013).

Essas exigências por qualidade e novas funções estão em constante evolução, levando a uma volatilidade de requisitos elevados, o que exige também que as empresas de *software* sejam altamente flexíveis o que as levou a adotarem métodos incrementais e

ágeis (PETERSEN; WOHLIN, 2010).

Existem trabalhos na literatura que comparam e sugerem a adoção da metodologia CMMI e métodos ágeis, mas não necessariamente sua integração. Os processos CMMI têm como foco a entrega da documentação e os métodos de gerenciamento ágeis na entrega rápida dos produtos para os clientes.

O objetivo desta pesquisa foi avaliar as boas práticas de Processos CMMI e as possibilidades para integração com os Métodos de Gerenciamento Ágeis *Scrum* e *Extreme Programming* (XP), visando assim integrar dois processos distintos, minimizando possíveis riscos e falhas nas entregas de projetos, diminuindo custos operacionais, alinhamento de recursos e entrega com qualidade ao cliente final. Dessa forma, pretende-se responder a seguinte questão de pesquisa:

É possível integrar as práticas de processos CMMI com Métodos de Gerenciamento Ágeis?

Para avaliar a experiência e conhecimento desses *frameworks* foi realizada uma pesquisa com profissionais da área por meio de um questionário disponibilizado no *site* do *SurveyMonkey*.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, a seção dois apresenta o referencial teórico; a seção três, o método de pesquisa empregado; na seção quatro, o resultado e a análise dos dados; na seção cinco, as considerações finais e, posteriormente, as referências utilizadas.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O problema de como o desenvolvimento de *softwares* deve ser organizado para oferecer soluções mais rápidas, melhores e mais baratas vem sendo discutida em círculos de engenharia de *software* há décadas. Muitas sugestões para melhoria foram recomendadas, desde a padronização e mensuração do processo de *software* até uma multiplicidade de ferramentas, técnicas e práticas concretas (DYBA; DINGSOR, 2008).

Nesse contexto, nesta seção será realizada uma breve descrição do CMMI e dos métodos ágeis *Scrum* e *Extreme Programming* (XP). Ressalte-se, porém que, além desses dois métodos, na literatura apresenta-se vários outros métodos ágeis de desenvolvimento de *software*, entre os quais podem ser citados: *Agile Modeling*, *Agile Unified Process* (AUP), *Agile Data Method*, *Dynamic Systems Development Method* (DSDM), *Essential Unified Process* (EssUP), *Feature Driven Development* (FDD), *Getting Real*, *OpenUP* (*Open Unified Process*) (CARVALHO; MELLO, 2011).

2.1 *Capability Maturity Model Integration* (CMMI)

Uma das primeiras publicações que tratavam o conceito de Modelo de Maturidade, foi desenvolvida por Watts Humphrey no livro “*Managing the Software Process*” publicado em 1989, onde apresentou os princípios e conceitos básicos nos quais muitos dos modelos

de maturidade e de capacidade estão baseados, conforme o *Software Engineering Institute* (SEI, 2006).

O termo "modelo de maturidade" e os cinco níveis que o acompanham, foram inspirados pelo trabalho de Philip Crosby: *Manufacturing Maturity Model* (PAULK *et al*., 1993).

O modelo original de *Capability Maturity Model* (CMM), *Software Capability Maturity Model* (SW-CMM), foi publicado em 1991 pelo SEI (PAULK, 2009), e desenvolvido a partir de uma demanda do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA), dada a necessidade de compreender, remediar e evitar falhas e gastos excessivos em projetos de desenvolvimento de *softwares* em larga escala para o governo (ANDERSON, 2012).

O *Capability Maturity Model Integration* (CMMI) ou Integração do Modelo de Maturidade de Capacitação, não é uma metodologia, não orienta como fazer ou quem deve fazer, mas o que deve ser feito. É um modelo sobre práticas maduras e consolidadas para desenvolvimento e manutenção de produtos e serviços, cobrindo todo o ciclo de vida, desde a concepção até a entrega do *software* (SEI, 2010). É um modelo resultado da união dos modelos CMM, baseados nas melhores práticas das indústrias em engenharia, aquisição de *software* e gerenciamento das equipes de trabalho, visando reduzir os custos e a complexidade de se implantar múltiplos modelos (SEI, 2010).

O modelo da SEI segundo Mello (2011, p. 13):

> [...] oferece uma estrutura e elementos chave para um processo de *software* eficaz, abrangendo todo o ciclo de produção, desde a concepção até a entrega e manutenção do *software*, representando ainda um caminho evolutivo para a organização em busca de um processo maduro e disciplinado.

A avaliação do estágio de desenvolvimento de uma empresa em relação a aplicação do modelo CMMI é realizado por intermédio de um avaliador credenciado que define qual o estágio que ela se encontra e identificará qual o próximo estágio a ser alcançado e quais competências devem ser adquiridas (SEI, 2010).

Diversos conceitos e modelos compõem o CMMI, entre os quais podem ser destacados (SEI, 2010):

a) *Software Engineering Capability Maturity Model* (SW-CMM);

b) *Systems Engineering Capability Maturity Model* (SE-CMM);

c) *Software Development Capability Evaluation* (SDCE);

d) Normas da *International Organization for Standardization* (ISO) da série 9000 (ISO 9000);

e) Metodologia Seis Sigma;

f) *Organization Project Management Maturity Model* (OPM3 – PMI).

Todos os modelos CMMI refletem os níveis de maturidade em seu *design* e conteúdo. Um nível de maturidade é composto por práticas específicas e genéricas relacionadas a

um conjunto predefinido de áreas de processos que melhoram o desempenho global da organização. O nível de maturidade de uma organização é uma indicação do desempenho da organização em uma determinada disciplina ou conjunto de disciplinas (SEI, 2006).

O modelo CMMI apresenta cinco níveis de maturidade organizacional e cada um representa a base para a melhoria contínua dos processos: (1) Inicial; (2) Gerenciado; (3) Definido; (4) Gerenciado Quantitativamente; e (5) Em Otimização (SEI, 2006) e são descritos como segue:

1) Nível 1 Inicial: os processos são caóticos e dependem da competência das pessoas para obterem sucesso. Normalmente, os produtos e serviços funcionam, mas extrapolam os orçamentos e não cumprem os prazos. Tendência de se comprometerem além da sua capacidade, abandonam o processo em um momento de crise, e são incapazes de repetir os próprios sucessos.

2) Nível 2 Gerenciado: os projetos têm a garantia de que os processos são planejados e executados de acordo com uma política; empregam pessoas experientes que possuem recursos adequados para produzir saídas controladas; envolvem partes interessadas relevantes; são monitorados, controlados e revisados; e são avaliados para verificar sua aderência em relação à descrição de processo. O status dos produtos e a entrega dos serviços estão visíveis para a gestão em pontos definidos. Os produtos de trabalho e serviços satisfazem às descrições de processo, aos padrões e procedimentos especificados.

3) Nível 3 Definido: os processos são bem caracterizados e entendidos, e são descritos em padrões, procedimentos, ferramentas e métodos. O conjunto de processos-padrão da organização é estabelecido e melhorado ao longo do tempo. Esses processos-padrão são utilizados para estabelecer uniformidade no contexto da organização. Os processos são gerenciados com base na compreensão de como as atividades de processo relacionam-se e nas medidas detalhadas do processo, seus produtos de trabalho e serviços.

4) Nível 4 Gerenciado Quantitativamente: a organização e os projetos estabelecem objetivos quantitativos para a qualidade e o desempenho de processo, utilizando-os como critérios na gestão de processos. Objetivos quantitativos baseiam-se nas necessidades dos clientes, dos usuários finais, da organização e dos responsáveis pela implementação de processos. A qualidade e o desempenho do processo são entendidos em termos estatísticos e gerenciados ao longo da vida dos processos. Identificam-se as causas de variação de processo e as fontes dessas causas são corrigidas para prevenir sua recorrência.

5) Nível 5 em otimização: a organização melhora continuamente seus processos com base no entendimento quantitativo das causas comuns de variação inerentes ao processo. Tem foco na melhoria contínua do desempenho de processo por meio de melhorias incrementais e inovadoras de processo e de tecnologia. A organização trata as causas comuns de variação de processo e promove as mudanças a fim de melhorar o desempenho e satisfazer aos objetivos quantitativos de melhoria de processo.

As áreas de processos são organizadas em quatro categorias: Gestão de Processo, Gestão de Projeto, Engenharia e Suporte. Essas categorias enfatizam como as áreas de processos existentes se relacionam. O Quadro 1, a seguir, mostra as categorias, as áreas de processos com os quais tem interação e os respectivos níveis de maturidade.

Categoria	Área de Processo	Nível de Maturidade
Engenharia	Integração de Produto	3
	Desenvolvimento de Requisitos	3
	Gestão de Requisitos	2
	Solução Técnica	3
	Validação	3
	Verificação	3
Gestão de Processo	Implantação de Inovações na Organização	5
	Definição dos Processos da Organização	3
	Foco nos Processos da Organização	3
	Desempenho dos Processos da Organização	4
	Treinamento na Organização	3
Gestão de Projeto	Gestão Integrada de Projeto	3
	Monitoramento e Controle de Projeto	2
	Planejamento de Projeto	2
	Gestão Quantitativa de Projeto	4
	Gestão de Riscos	3
	Gestão de Contrato com Fornecedores	2
Suporte	Análise e Resolução de Causas	5
	Gestão de Configuração	2
	Análise e Tomada de Decisões	3
	Medição e Análise	2
	Garantia da Qualidade de Processo e Produto	2

Quadro 1 – Categorias e áreas de processos do CMMI

Fonte: Adaptado de SEI (2006).

As organizações podem alcançar melhorias progressivas em sua maturidade organizacional, conseguindo primeiro o controle no âmbito do projeto até chegar à melhoria contínua de processo no contexto da organização, utilizando tanto dados quantitativos quanto dados qualitativos para a tomada de decisão (SEI, 2006).

A utilização do CMMI propõe uma redução de custos com o aprimoramento dos processos nos itens: previsão de custos e tempo mais efetivos; aumento de produtividade; maior qualidade dos produtos e atendimento da necessidade do cliente; aumento de retorno de investimento; não ter inconsistências e diminuição de duplicações (SEI, 2006).

Os primeiros adeptos do CMMI eram desenvolvedores de sistemas de grande escala, com aversão ao risco e de missão crítica, muitas vezes com altos níveis de supervisão de gerenciamento e governança hierárquica (GLAZER *et al*., 2008).

2.2 Metodologias ágeis

No início de 2001, um grupo de profissionais independentes com uma forte ligação com a indústria de *software* fundou o que foi mais tarde chamado de movimento ágil. O manifesto ágil foi divulgado em uma reunião de 17 especialistas em *software* entre 11 e 13 de fevereiro em Utah, EUA (MELO *et al*., 2013) sendo uma das características do manifesto a identificação do que era considerado ou não ágil (BERNARDO, 2014).

O objetivo do manifesto foi chamar a atenção para a ideia de que para produzir *software* de alta qualidade e valioso, as equipes de desenvolvimento devem se concentrar em valores e princípios, tais como (1) indivíduos e interações, (2) *software* de trabalho, (3) colaboração com clientes e (4) responder à mudança (MELO *et al*., 2013). Ainda em 2001 criou-se a *Agile Alliance* com o objetivo de manter as discussões dos métodos ágeis existentes e disseminar o conhecimento (BERNARDO, 2014).

O manifesto ágil foi o princípio para discussão de outras formas de implantação de projetos se diferenciando dos métodos tradicionais. De acordo com os princípios ágeis enunciados nesse manifesto, desenvolvedores de *software* - contando com excelência técnica e desenhos simples - criam valor para o negócio, fornecendo *software* para os usuários em curtos intervalos regulares. Esses princípios têm gerado uma série de práticas que são acreditados para entregar maior valor aos clientes (DINGSOYR *et al*., 2012).

Os doze princípios do manifesto ágil para desenvolvimento de *softwares* são assim descritos por Beck *et al*. (2001):

1) A maior prioridade é satisfazer o cliente por meio da entrega contínua e adiantada de *software* com valor agregado.

2) Aceitar mudanças de requisitos, mesmo no fim do desenvolvimento. Processos ágeis se adequam a mudanças para que o cliente possa tirar vantagens competitivas.

3) Entregar frequentemente o *software* funcionando, de poucas semanas a poucos meses, com preferência em menor escala de tempo.

4) Pessoas de negócio e desenvolvedores devem trabalhar diariamente em conjunto por todo o projeto.

5) Construir projetos em torno de indivíduos motivados, dando a eles o ambiente e o suporte necessário, e confiando neles para fazer o trabalho.

6) O método mais eficiente e eficaz de transmitir informações para uma equipe de desenvolvimento e entre os seus componentes é por intermédio de conversa face a face.

7) *Software* funcionando é a medida primária de progresso.

8) Os processos ágeis promovem desenvolvimento sustentável. Os patrocinadores, desenvolvedores e usuários devem ser capazes de manter um ritmo constante indefinidamente.

9) Atenção contínua a excelência técnica e ao bom *design* aumentam a agilidade.

10) Simplicidade: a arte de maximizar a quantidade de trabalho não realizado é essencial.

11) As melhores arquiteturas, requisitos e *designs* emergem de times auto organizáveis.

12) Em intervalos regulares, a equipe reflete sobre como se tornar mais eficaz e então refina e ajusta seu comportamento.

Dyba e Dingsoyr (2009) citaram em sua pesquisa sobre aplicação de métodos ágeis, que, embora o estudo tenha identificado sérias limitações, tais como a permanência do cliente no local por longos períodos e a dificuldade de introduzir métodos ágeis em projetos grandes e complexos, os resultados sugerem que os métodos ágeis podem melhorar a satisfação no trabalho, a produtividade e a satisfação do cliente. Os autores citaram também que os estudos focando em equipes ágeis maduras sugerem que é necessário ter foco em fatores humanos e sociais para ter sucesso. Também um alto nível de autonomia individual deve ser equilibrado com um alto nível de autonomia de equipe e responsabilidade corporativa (DYBA; DINGSOYR, 2009).

Métodos ágeis de desenvolvimento de *software* têm sido cada vez mais adotados e tornaram-se uma das principais abordagens de desenvolvimento de *software* (MELO *et al*., 2013). Segundo Barboza *et al*. (2016, p.4): “[...] a proposta deste tipo de metodologia consiste em dividir o desenvolvimento de *software* em diversas iterações de ciclos, que duram poucas semanas, em que o cliente recebe ao final de cada ciclo uma aplicação que agregue valor ao negócio”.

As metodologias ágeis oferecem oportunidades de liderança empresarial porque são notavelmente diferentes das metodologias tradicionais de desenvolvimento de *software* (QURESHI; KASHIF, 2017). As metodologias tradicionais são bem definidas e por esse motivo, muitas vezes, não conseguem responder suficientemente rápido em um ambiente em mudança, podendo não ser viável sua utilização em todos os casos. Agilidade significa eliminar essa morosidade associada às metodologias tradicionais de desenvolvimento de *software* e promover uma resposta rápida em ambientes em mudança, seja pelas mudanças nos requisitos pelos usuários ou nos prazos acelerados dos projetos (ERICKSON; LYYTINEN; SIAU, 2005).

Conforto *et al*. (2016) definiram em sua pesquisa que agilidade é a capacidade da equipe do projeto de mudar rapidamente o plano como uma resposta às demandas de clientes ou interessados, mercado ou tecnologia para alcançar um melhor desempenho do projeto e do produto em um ambiente de projeto inovador e dinâmico. Os autores fizeram

essa proposição, pois até aquela data não haviam encontrado na literatura uma definição robusta com um conjunto adequado de variáveis desenvolvidas para auxiliar na avaliação da agilidade que considerasse toda a teoria da gestão de projetos (CONFORTO *et al.*, 2016).

Alguns métodos ágeis podem ser destacados, como o *Scrum* e o *Extreme Programming* (XP), que serão a seguir relatados.

2.2.1 Scrum

O *Scrum* foi importante no desenvolvimento dos métodos ágeis e tornou-se amplamente conhecido por volta do ano de 2006, quando a *Scrum Alliance* (uma organização sem fins lucrativos) se tornou uma entidade corporativa e iniciou o processo de certificação para reunir profissionais que atendessem aos seus critérios (MELO *et al.*, 2013).

A definição de *Scrum*, conforme os criadores do Guia do *Scrum*, Schwaber e Sutherland (2016, p.3), é "[...]um *framework* dentro do qual pessoas podem tratar e resolver problemas complexos e adaptativos, enquanto produtiva e criativamente entregam produtos com o mais alto valor possível. [...] é leve, simples de entender, difícil de dominar". Está fundamentado nas teorias empíricas de controle de processo e é uma abordagem enxuta de desenvolvimento de produtos (CARVALHO; MELLO, 2011).

O *Scrum* não é um processo ou uma técnica para construir produtos, é uma estrutura na qual o desenvolvedor poderá empregar vários processos ou técnicas podendo melhorar a eficácia das práticas de gerenciamento e desenvolvimento de produtos (SCHWABER; SUTHERLAND, 2016). O método não requer ou fornece qualquer técnica específica para a fase de desenvolvimento, apenas estabelece conjuntos de regras e práticas gerenciais que devem ser adotadas para o sucesso de um projeto (CARVALHO; MELLO, 2011).

A Figura 1 mostra o *Scrum framework*.

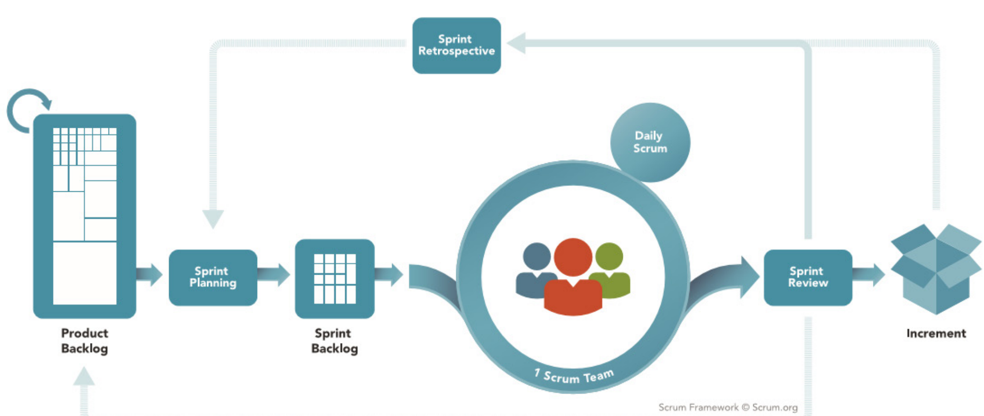


Figura 1 – Scrum framework

Fonte: Scrum (2017).

O *product backlog* (ou *backlog* do produto) é uma lista ordenada de tudo que deve ser necessário no produto. O *sprint backlog* é um conjunto de itens do *backlog* do produto selecionados para a *sprint*, juntamente com o plano para entregar o incremento do produto e atingir o objetivo da *sprint*. O *backlog* da *sprint* é a previsão do Time de Desenvolvimento sobre qual funcionalidade estará no próximo incremento e sobre o trabalho necessário para entregar essa funcionalidade em um incremento "Pronto". O *backlog* da *sprint* torna visível todo o trabalho que o Time de Desenvolvimento identifica como necessário para atingir o objetivo da *sprint*. Pronto significa que o trabalho está completo e é usado para assegurar quando o trabalho está completado no incremento do produto (SCHWABER; SUTHERLAND, 2016).

Sprint é um *time box* de um mês ou menos, durante o qual um "Pronto", versão incremental potencialmente utilizável do produto, é criado. São compostas por uma reunião de planejamento da *sprint*, reuniões diárias, o trabalho de desenvolvimento, uma revisão da *sprint* e a retrospectiva da *sprint*. Cada *sprint* tem a definição do que é para ser construído, um plano projetado e flexível que irá guiar a construção, o trabalho e o resultado do produto. Cada *sprint* pode ser considerado um projeto com horizonte não maior que um mês (SCHWABER; SUTHERLAND, 2016).

O guia apresenta algumas sugestões para o uso da metodologia, entre as quais podem ser citadas (SCHWABER; SUTHERLAND, 2016):

a) Grupos de trabalho (*Scrum team*) entre três a nove pessoas;

b) Reuniões diárias (*Daily Scrum*) para acompanhamento das evoluções. Utilização de quadros para que a equipe visualize o que precisa fazer, o que está sendo feito e o que será feito;

c) Utilização de prazos curtos e pré-definidos (*time box*) e as entregas são concluídas e comunicadas para a equipe: o *sprint* é um exemplo de *time box*, que trata de ciclos de entrega.

O *Scrum* fornece um conjunto de melhores práticas destinadas a entrega rápida e de valor para o cliente. A adoção do *Scrum* pelos desenvolvedores de *softwares* está crescendo com o objetivo de aumentar a taxa de sucesso dos respectivos projetos (TAVARES; SILVA; SOUZA, 2016).

2.2.2 Extreme Programming (XP)

O *Extreme Programming* (XP) começou na Chrysler Corporation em 1996 e tornou-se um dos métodos mais reconhecidos da família Agile. Antes do final da década de 1990, ficou evidente para muitas empresas e desenvolvedores de *software* que em muitas configurações, as comunicações presenciais, a interação rigorosa com o cliente, com pequenas equipes e rápidas, com entregas frequentes, produziram *softwares* de grande qualidade (GLAZER *et al*., 2008). Essa metodologia tem como objetivo ter agilidade e

garantir a satisfação do cliente.

Medeiros (2013) descreve as práticas do XP da seguinte forma:

a) Planejamento - definindo o que será e o que não será feito.

b) Programação em pares – dois desenvolvedores dividindo um computador (um codifica e o outro critica).

c) Pequenas versões – entregas pequenas e frequentes.

d) Propriedade coletiva – todos são responsáveis pelo *software*.

e) Metáforas – não utilização de termos técnicos, fazendo assim, uma comunicação transparente para o cliente.

f) Integração contínua – integração diária com a realização de todos os testes.

g) Projeto simples – atender os requisitos atuais e não se preocupar com os requisitos futuros.

h) Semana de 40 horas – não realização de horas extras.

i) Testes – validação durante o desenvolvimento.

j) Cliente presente – definindo as prioridades e os testes de aceitação.

k) Refatoração – aprimorar o código sem alteração da funcionalidade.

l) Padronização de código – a equipe define o padrão de código no início do projeto.

m) Reuniões diárias – atividade originária do *Scrum*.

Segundo Paulk (2001), dinamismo do método é caracterizado por meio de quatro valores:

1) comunicação contínua com o cliente e dentro da equipe;

2) simplicidade, alcançada por um foco constante em soluções minimalistas;

3) *feedback* rápido por intermédio de mecanismos como testes unitários e funcionais;

4) coragem de lidar de forma proativa com os problemas.

Esse dinamismo funciona unindo toda a equipe por meio de práticas simples, com *feedback* suficiente para permitir que a equipe saiba em qual estágio o processo de desenvolvimento está e sintonize as práticas com a situação (JEFFRIES, 2001, apud ERICKSON; LYYTINEN; SIAU, 2005). É focada no aumento das relações como chave para o sucesso, incentiva o trabalho em equipe, se preocupa com a aprendizagem dos desenvolvedores e promove um bom ambiente de trabalho (LETELIER; PENADÉS, 2006).

Uma das principais características do XP é que o processo de desenvolvimento é a codificação do que o cliente especifica. Nenhuma ferramenta ou funcionalidade é projetada antecipadamente sem necessidade porque o XP está orientado a desenvolver um produto em tempo hábil, pois, se os recursos forem necessários mais tarde, o cliente notificará a equipe de desenvolvimento. Isso representa uma diferença com o processo normal de

desenvolvimento de *software*, em que todos os requisitos devem ser especificados antes do início do desenvolvimento em si. Assim, os requisitos do usuário podem ser vistos como dinâmicos e em vez de estáticos e configurados (ERICKSON; LYYTINEN; SIAU, 2005). É adequada para projetos com requisitos imprecisos e mutáveis com alto risco técnico (LETELIER; PENADÉS, 2006).

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho foram realizadas pesquisas teóricas, com base em livros e artigos científicos de periódicos nacionais e internacionais, assim como *sites* profissionais especializados no assunto.

Foram utilizadas como fonte de pesquisa também a análise de discussões e análise de profissionais de TI em blogs, fóruns e matérias de revistas.

Para complementar a análise do tema, foi realizada uma pesquisa, por meio de um questionário, no período de 09 a 22 de janeiro/2017 disponibilizado no site https://pt.surveymonkey.com. Foram encaminhados e-mails para 62 profissionais da área de TI, solicitando a participação na pesquisa, sendo que 39 profissionais responderam.

A pesquisa procurou identificar o perfil profissional dos respondentes, inquirindo sobre a empresa onde trabalha (localização física, porte da empresa), faixa etária do respondente e nível de escolaridade. Indagou, também, sobre a área de atuação, experiência com desenvolvimento de *software*, conhecimento sobre métodos e padrões de gestão de projetos, experiência pessoal no uso desses métodos e padrões, práticas de gestão de projetos adotados pelas respectivas empresas. A última pergunta, referente ao tema desta pesquisa, procurou verificar a opinião dos profissionais se entendem que seria possível aplicar simultaneamente Metodologias Ágeis e CMMI em projetos de desenvolvimento de *software*.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentadas as comparações entre as metodologias ágeis e o modelo CMMI e a análise e resultado da pesquisa realizada.

4.1 Comparação das metodologias ágeis com o Modelo CMMI

O Quadro 2, mostra um resumo do resultado da comparação entre os principais itens dos métodos ágeis e CMMI encontrados na literatura.

Processo	Métodos Ágeis	CMMI
Metodologia	É uma metodologia	Não é metodologia é um modelo
Funções	Define papéis	Não define papéis
Procedimentos	Como fazer	O que fazer
Ciclo do projeto	Recomenda o ciclo de vida iterativo e incremental	Não estabelece ordem de execução dos processos
Objeto	Agilidade nos projetos	Melhoria de processos
Objetivo	Desenvolvimento de *software* (não manutenção)	Desenvolvimento e manutenção de *software*
Mudanças	Preparado para mudanças	Mais resistente à mudanças
Controles	Menos controlado, com poucos princípios	Maior controle, com políticas e normas
Relacionamento com clientes	Cliente parte da equipe	Cliente atua mais nas reuniões
Equipe	Grupos pequenos	Grupos grandes
Artefatos	Poucos artefatos	Muitos artefatos
Regulamentação	Poucas regras	Mais regras

Quadro 2 – Comparação entre os métodos ágeis e CMMI

Fonte: Elaborado pelos autores.

O ponto de destaque do Quadro 2 é o formato mais burocrático do CMMI, por ter muitos artefatos e regras, é um modelo “o que fazer” que possui maior controle do processo por meio de políticas e normas.

Por outro lado, os Métodos Ágeis são preparados para mudanças com poucas regras, poucos artefatos, foco na agilidade do processo e o cliente é entendido como parte da equipe, o que pode ser mais interessante para a entrega de determinados projetos.

4.2 Resultado e análise da pesquisa

O perfil profissional dos 39 respondentes apresentou as seguintes características:

a) 95% dos entrevistados trabalham no Estado de São Paulo (capital e grande São Paulo);

b) 97,4 % têm mais de 25 anos;

c) 66,7% está cursando ou já concluiu a pós-graduação;

d) 69,2% trabalham em grandes empresas (500 ou mais funcionários);

e) 84,6% possuem experiência em desenvolvimento de *software*;

A atuação profissional dos pesquisados revelou que a maioria é gerente de projetos ou *scrum master* (33%); ou desenvolvedor (31%); na sequência têm-se governança de TI (15%); arquiteto de infraestrutura (2%); cliente (5%); infraestrutura (3%); *product owner* (8%); analista de segurança (3%). Destaca-se que os profissionais respondentes fazem

parte da equipe de projetos, o que contribuiu para o resultado da pesquisa.

O conhecimento dos participantes sobre o tema é caracterizado, conforme apresentado na Tabela 1.

Metodologias	Nenhum	Básico	Intermediário/ Avançado	Participou de curso	Total
Scrum	20,5	35,9	33,3	10,3	100
Extreme Programming (XP)	43,6	28,2	23,1	5,1	100
CMMI	28,9	39,5	31,6	0	100
Lean Development	59	28,2	10,2	2,6	100
Kanban	33,4	23,1	38,4	5,1	100
RUP	61,6	12,8	25,6	0	100
PMBOK	7,7	28,2	56,4	7,7	100
PRINCE2	71,8	17,9	10,3	0	100

Tabela 1 – Conhecimento sobre o tema

Fonte: Dados da pesquisa.

Os profissionais que contribuíram com a pesquisa possuem, em sua maioria, conhecimentos intermediário ou avançado em metodologias tradicionais baseadas no PMBOK (56,4%), *Kanban* (38,4%), *Scrum* (33,6%) e CMMI (31,6%). Considerando-se o objetivo da pesquisa, nota-se que, somando-se os métodos ágeis *Scrum* (33,3%) e XP (23,1%), 56,4% dos respondentes têm experiência nesses métodos. Observa-se também que é o mesmo percentual (56,4%) dos profissionais têm conhecimento sobre o PMBOK.

A seguir, a Tabela 2, apresenta a experiência dos profissionais pesquisados com as metodologias.

Metodologias	Nenhuma	Inferior à 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Scrum	23,1	30,8	46,1	100
Extreme Programming (XP)	56,4	7,7	35,9	100
CMMI	47,4	21	31,6	100
Lean Development	69,2	12,8	18	100
Kanban	38,5	20,5	41	100
RUP	68,4	5,3	26,3	100
PMBOK	20,5	12,8	66,7	100
PRINCE2	87,2	5,1	7,7	100

Tabela 2 – Experiência dos profissionais pesquisados

Fonte: Dados da pesquisa.

Similar a tabela relacionada com o conhecimento, a experiência dos profissionais é maior com metodologias tradicionais baseadas no PMBOK (66,7%) e, em seguida, com

Scrum (46,1%), *Kanban* (41%) e CMMI (31,6%). Considerando-se a soma dos percentuais, acima de um ano de experiência, *Scrum* (46,1%) e XP (35,9%) têm-se um valor relevante (82,0%) de experiência profissional nos métodos ágeis. O uso de metodologias tradicionais baseadas no PMBOK (66,7%) é também relevante, pois, segundo Melo *et al*. (2013), ainda é muito forte nas universidades e empresas brasileiras a cultura e a tradição de planejar, desenvolver e documentar a avaliação da evolução dos projetos.

O que se notou também na pesquisa é que as empresas, em sua maioria, praticam esses *frameworks*, conforme mostra o Gráfico 1.



Gráfico 1 – Práticas de gestão de projetos nas empresas

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma das prováveis explicações para o uso do *Scrum* (66,7%) pelas empresas, é porque uma das qualidades das metodologias ágeis, conforme Letelier e Penadés (2006), é a simplicidade, tanto na aprendizagem quanto na aplicação, reduzindo, dessa forma, os custos de implementação em uma equipe de desenvolvimento e por esse motivo levou a um interesse crescente nessas metodologias.

Como última pergunta, questionou-se os profissionais da possibilidade de se aplicar simultaneamente Metodologias Ágeis e CMMI em projetos de desenvolvimento de *software* e 87,2% afirmou que é possível.

Os participantes tiveram a oportunidade de justificar a resposta e indicaram a combinação do CMMI e métodos ágeis (utilizando o que cada um pode apresentar como melhor e pontos não conflitantes), sinalizando que a maturidade do grupo viabiliza mais essa prática. E, ainda, seguir os princípios das Metodologias Ágeis quanto às documentações e

processos do CMMI, utilizando esse como método de apoio.

Os respondentes (12,8%) que acreditam não ser possível essa aplicação simultânea destacou a exigência de alto nível de maturidade e documentação, regras e padrões o que não se enquadra com metodologias ágeis. Também foi comentado que o CMMI tem como princípio maior a redução de variações diferentemente dos métodos ágeis que incentiva essas variações.

Os resultados aqui apresentados, têm alguns valores em consonância com a pesquisa de Melo *et al*. (2012) sobre o uso de métodos ágeis no Brasil, com 466 respondentes realizada entre maio e agosto de 2011: (i) 60,7% das organizações adotam projetos ágeis em 50% ou mais situações; e (ii) 64,8% das organizações têm mais de um ano de experiência com métodos ágeis; (iii) método mais aplicado pelos pesquisados é o *Scrum* (51,1%).

A pesquisa de Melo *et al*. (2012) revelou também: (a) razão mais importante para uso de métodos ágeis é aumentar a produtividade (91%); (b) maior preocupação das empresas é com falta de documentação (50,6%); (c) principal barreira para adoção mais ampla é a capacidade de mudança da cultura organizacional (51,3%); (d) principal benefício obtido foi aumento de produtividade (69%); (e) principal causa de falha foi a falta de experiência com métodos ágeis.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa avaliou os conceitos que envolvem os *frameworks* CMMI e Metodologias ágeis e notou-se que a utilização dos dois *frameworks* possibilita uma melhor performance em desenvolvimento de *software*.

Destaca-se que o CMMI possui processos mais rigorosos complementando as metodologias ágeis e que traz como valor agregado ser mais importante o *software* desenvolvido do que documentação abrangente, ou seja, a utilização dos dois *frameworks* de forma complementar poderá ser uma estratégia na área de desenvolvimento de *software*.

O resultado da pesquisa com 39 profissionais mostrou que 87,2% acreditam que é possível aplicar simultaneamente Metodologias Ágeis e CMMI em projetos de desenvolvimento de *software*.

Para a questão de pesquisa estipulada neste trabalho:

É possível integrar as práticas de Processos CMMI com Métodos de Gerenciamento Ágeis?

Dentro das limitações da pesquisa, mas em razão do que foi observado na literatura e o resultado da consulta com os profissionais, verificou-se que o CMMI e os métodos ágeis podem serem conflitantes em algumas disciplinas, porém há áreas em que ambos podem existir e liderar aprimorando a qualidade e velocidade de entrega de *software*. Os métodos ágeis aparentam ser menos rigorosos, principalmente em comparação a metodologias

tradicionais de gerenciamento de projetos, mas exige maior disciplina da equipe do projeto e processos para garantir alto desenvolvimento de velocidade e qualidade. Apresenta a disciplina e processos por meio de documentação leve em áreas chaves no CMMI, portanto, é possível inferir que o desenvolvimento Ágil poderá ser utilizado integrado com o CMMI.

Segundo Glazer *et al*. (2008), os métodos de desenvolvimento ágil e as práticas CMMI são muitas vezes percebidas como incompatíveis entre si, mas sugerem que a discórdia não precisa existir e propõe que as empresas trabalhem para tirar o máximo de proveito de usar ambas as sinergias e explorar as potencialidades para melhorar o desempenho do negócio.

Sheshasaayee e Vijaykumar (2015) advertiram que cada método de desenvolvimento tem limitações e a identificação de tais fraquezas permite que as organizações ou os desenvolvedores possam obter mais benefícios nos seus desenvolvimentos e o método Ágil não é uma exceção e tem gargalos que reduz a sua produtividade. Spundak (2014) mencionou que tanto as abordagens tradicionais quanto as ágeis têm suas vantagens e desvantagens, quando comparadas às diferentes características do projeto. Dyba e Dingsoyr (2009) recomendaram que os profissionais estudem cuidadosamente as características de seus projetos e os comparem com as características necessárias dos métodos ágeis relevantes.

Não há uma abordagem universal para enfrentar com sucesso qualquer projeto de desenvolvimento de *software* e por esse motivo todos os métodos devem ser adaptados ao contexto do projeto (LETELIER; PENADÉS, 2006). Há, portanto, muitos métodos que possibilitam aos desenvolvedores de *software*, tenham referências para conduzir um projeto de forma adequada e alcançar os objetivos propostos. O melhor método é aquele que os profissionais consigam conciliar as necessidades dos projetos e das organizações associados à qualidade nas entregas; capacidade de controle de custos, prazos, riscos entre outras (SANTOS; SANTOS; SHIBAO, 2017).

Entre as limitações desta pesquisa está a quantidade de respondentes (39), a ausência de tratamento matemático dos resultados e também a quantidade de perguntas realizadas, dessa forma, não será possível estender os resultados aqui encontrados.

Uma sugestão de pesquisa futura será ampliar o número de respondentes e de questões e, posteriormente, submeter as respostas a um tratamento matemático adequado o que, provavelmente, possibilitará estender os achados.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, D. **Princípios e Valores CMMI**. 2012. Disponível em: <https://msdn.microsoft.com/pt-br/library/hh765978(v=vs.120).aspx>. Acesso em: 8 jan. 2017.

BARBOZA, L. F. *et al*. Análise comparativa entre as abordagens ágil e tradicional de gestão de projetos: Um estudo de caso no setor industrial. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 5, 2016, São Paulo. **Anais…** São Paulo: UNINOVE, 2016.

BECK, K. *et al*. **Manifesto for agile software development**. 2001. Disponível em: <http://agilemanifesto.org/>. Acesso em 10 jan. 2017.

BERNARDO, K. **Manifesto Ágil, como tudo começou**. 2014. Disponível em: <http://www.culturaagil.com.br/manifesto-agil-como-tudo-comecou/>. Acesso em: 6 jan. 2017.

CARVALHO, B. V.; MELLO, C. H. P. Scrum agile product development method - literature review, analysis and classification. **Brazilian Journal of Product Development Management**, v. 9, n. 1, p. 39-49, 2011. DOI: https://doi.org/10.4322/pmd.2011.005.

CONFORTO, E. C. *et al*. The agility construct on project management theory. **International Journal of Project Management**, v. 34, n. 4, p. 660-674, 2016. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2016.01.007.

DYBA, T.; DINGSOYR, T. Empirical studies of agile software development: A systematic review. **Information and Software Technology**, v. 50, n. 9-10, p. 833-859, 2008. DOI: https://doi.org/10.1016/j.infsof.2008.01.006.

DYBA, T.; DINGSOYR, T. What do we know about Agile Software development? **IEEE Software**, v. 6, n. 5, p. 6-9, 2009. DOI: https://doi.org/10.1109/MS.2009.145.

DINGSOYR, T. *et al*. A decade of agile methodologies: towards explaining agile software development. **The Journal of Systems and Software**, v. 85, n. 6, p. 1213-1221, 2012. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jss.2012.02.033.

ERICKSON, J.; LYYTINEN, K.; SIAU, K. Agile Modeling, Agile Software Development, and Extreme Programming: the state of research. **Journal of Database Management**, v. 16, n. 4, p. 88-100, 2005. DOI: https://doi.org/10.4018/jdm.2005100105.

FERREIRA, B. A. A. *et al*. Gestão de riscos em projetos: uma análise comparativa da Norma ISO 31000 e o Guia PMBOK®, 2012. **Revista Gestão e Projetos – GEP**, v. 4, n. 3, p. 46-72, 2013. DOI: https://doi.org/10.5585/gep.v4i3.173.

GARCIA, F. W. S.; OLIVEIRA, S. R. B.; SALVIANO, C. F. Uma abordagem metodológica para a implementação multi-modelos de qualidade de software adotando a CERTICS e o CMMI-DEV. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 15, n. 2, p. 1-28, 2016. DOI: https://doi.org/10.21529/RESI.2016.1502001.

GLAZER, H. *et al*. **CMMI or Agile**: why not embrace both! 2008. Software Engineering Institute, Carnegie Mellon University. Disponível em: <http://cmmiinstitute.com/sites/default/files/resource_asset/08tn003.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2017.

LETELIER, P.; PENADÉS, M. C. Métodologías ágiles para el desarrollo de software: eXtreme Programming (XP). **Técnica Administrativa**, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.cyta.com.ar/ta0502/b_v5n2a1.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MEDEIROS, H. **Práticas em XP**: extreme programming. 2013. Disponível em: <http://www.devmedia.com.br/praticas-em-xp-extreme-programming/29330>. Acesso em: 8 jan. 2017.

MELLO, M. S. (2011). **Melhoria de processos de software multi-modelos baseada nos modelos MPS e CMMI-DEV**. 2011. 232p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

MELO, C. O. *et al*. **Métodos ágeis no Brasil**: estado da prática em times e organizações. Relatório Técnico RT-MAC-2012-03, 2012. Departamento de Ciência da Computação, IMEiUSP, 1-9. Disponível em: <http://ccsl.ime.usp.br/agilcoop/files/metodos_ageis_brasil_estado_da_pratica_em_times_e_organizacoes.pdf>. Acesso em: 12 out 2016.

MELO, C. O. *et al*. The evolution of agile software development in Brazil. **Journal of the Brazilian Computer Society**, v. 9, n. 4, p. 523-552, 2013. DOI: https://doi.org/10.1007/s13173-013-0114-x.

MICHELS, E.; FERREIRA, M. G. G. Gerenciamento ágil no processo de desenvolvimento de produtos inovadores: uma análise bibliográfica sistemática. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 4, n. 1, p. 52-76, 2013. DOI: https://doi.org/10.5585/gep.v4i1.119.

PAULK, M. C. Extreme Programming from a CMM perspective. **IEEE Software**, v.18, n.6, p.19-26, 2001. DOI: https://doi.org/10.1109/52.965798.

PAULK, M. C. **A History of the capability maturity model for software**. 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6fb0/c324e08698a9e364693151605a74982b487a.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

PAULK *et al*. **Capability maturity model for software, version 1.1.** 1993. Disponível em: <https://www.sei.cmu.edu/reports/93tr024.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

PETERSEN, K.; WOHLIN, C. The effect of moving from a plan-driven to an incremental software development approach with agile practices: an industrial case study. **Empirical Software Engineering**, v. 15, n. 6, p. 654-693, 2010. DOI: https://doi.org/10.1007/s10664-010-9136-6.

QURESHI, M. R. J.; KASHIF, M. Adaptive framework to manage multiple teams using agile methodologies. **International Journal of Modern Education and Computer Science**, v. 9, n. 1, p. 52-59, 2017. DOI: https://doi.org/10.5815/ijmecs.2017.01.06.

ROVAI, R. L. Metodologias inovadoras para gestão de projetos: modelo referencial para implantação da ITILV3 através da metodologia PRINCE2: estudo de caso. **Revista de Gestão de Projetos – GeP**, v. 4, n. 2, p. 252-270, 2013. DOI: https://doi.org/10.5585/gep.v4i2.143.

SANTOS, P. R.; SANTOS, M. R.; SHIBAO, F. Y. Comparação entre os padrões de gerenciamento de projetos PMBOK, ICB e PRINCE2. Caderno de Administração, v. 25, n. 2, p. 58-73, 2017. DOI: https://doi.org/10.4025/cadadm.v25i2.36119.

SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J. **Guia do Scrum**. 2016. Traduzido por CRUZ, F.; SUCENA, E. R. Disponível em: <http://www.scrumguides.org/docs/scrumguide/v2016/2016-Scrum-Guide-Portuguese Brazilian.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

SCRUM. **What is SCRUM?** 2017. Disponível em: <https://www.scrum.org/resources/what-is-scrum>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SHESHASAAYEE A.; VIJAYKUMAR, H. Identifying bottlenecks in agile software development using Theory of Constraints Principles. **Indian Journal of Science and Technology**, v. 8, n. 9, p. 1-10, 2015. DOI: https://doi.org/10.17485/ijst/2015/v8i29/85288.

SOFTWARE ENGENEERING INSTITUTE - SEI. **CMMI para Desenvolvimento – Versão 1.2**. Pittsburgh: Carnegie Mellon, 2006.

SOFTWARE ENGENEERING INSTITUTE - SEI. **CMMI para Desenvolvimento – Versão 1.3**. Pittsburgh: Carnegie Mellon, 2010.

SPUNDAK, M. Mixed agile/traditional project management methodology – reality or illusion? **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 119, p. 939-948, 2014. DOI: https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.03.105.

TAVARES, B. G.; SILVA, C. E. S.; SOUZA, A. D. Analysis of Scrum practices for risk treatment. **Brazilian Journal of Product Development Management**, v. 14, n. 1, p. 38-46, 2016. DOI: https://doi.org/10.4322/pmd.2016.006.

VARGAS, L. M. Gerenciamento ágil de projetos em desenvolvimento de software: um estudo comparativo sobre a aplicabilidade do SCRUM em conjunto com o PMBOK e/ou PRICE2. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 7, n. 3, p. 48-60, 2016. DOI: https://doi.org/10.5585/10.5585.

AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR: UM ENFOQUE NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE NAMPULA

Data de aceite: 02/06/2023

Viegas Wirssone Nhenge
Economista e Docente Universitário da Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos, em Lichinga-Niassa

Josenilde Mário Janguia
Economista e Professora Auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo-Moçambique

RESUMO: As práticas regenerativas de produzir, consumir e reutilizar começaram a ter relevo durante e após a 2ª Guerra mundial (1939-1945), com o início da consciencialização da sociedade de que os recursos naturais são limitados, finitos e exaustos, sendo que o seu uso deveria ser racional e sustentável. É neste contexto que surge o Modelo de Economia Circular (EC) como alternativa ao tradicional Modelo de Economia Linear (EL). EC assenta-se na estratégia inovadora de redução dos impactos negativos ao ambiente, reutilização, recuperação, restauração e renovação de materiais e energia. Considerando que a implementação da EC na Gestão de Resíduos Sólidos (GRS) trás muitas vantagens à economia, para a presente pesquisa o objectivo é avaliar o estado de implementação da EC, com enfoque na GRS. Trata-se de abordagem quantitativa, tendo sido usados questionário físico e online, revisão bibliográfica e análise documental como instrumento da colheta de dados. Para aferir a validade e confiabilidade do questionário aplicado fez-se o teste de coeficiente alfa de Cronbach α, cujo o resultado demonstrou satisfatório, pois o $\alpha > 0,60$, acima do parâmetro moderado. A partir do questionário, determinou-se definições constitutivas (DC's) e definições operacionais (DO's). Para operacionalizar as DC's determinou-se 5 *KPI*'s. Da conjugação dos métodos da métrica de circularidade por técnica do *Centróide (COG)* através da lógica *fuzzy* e teste qui-quadrado x^2_{cal}, concluiu-se que o estado geral de desempenho da EC no Município de Nampula é de 21.551724%, correspondente à 1ª escala *fuzzy* e NÃO SATISFATÓRIO, como o grau de pertinência. Da examinação do nível de desempenho dos *KPI's* referenciados, concluiu-se que o Município de Nampula tem enormes desafios com vista a implementação da EC, com enfoque na

GRS, sendo que para garantir a transição do Modelo de EL actualmente dominante para o de EC, necessitaria imensos esforços integrados, envolvendo dimensões política, económica e financeira, governamental, privado e da sociedade civil.
PALAVRAS-CHAVE: Economia Circular, Gestão de Reíduos Sólidos

ABSTRACT: The regenerative practices of producing, consuming, and reusing began to be highlighted during and after the 2nd World War (1939-1945). With the beginning of society's awareness that natural resources are limited, finite, and exhausted, their use should be rational and sustainable. It is in this context that the Circular Economy Model (CE) emerges as an alternative to the traditional Linear Economy Model (LE). CE is based on the innovative strategy of reducing negative impacts on the environment, reusing, recovering, restoring, and renewing materials and energy. Considering that the implementation of CE in Solid Waste Management (SWM) brings many advantages to the economy, for the present research, the objective is to evaluate the state of the implementation of the CE, focusing on the SWM. It is a quantitative approach, using a physical and online questionnaire, a bibliographic review, and document analysis as an instrument for data collection. To assess the validity and reliability of the applied questionnaire, the Cronbach's alpha coefficient test α was performed, whose result was satisfactory, as α > 0.60, above the moderate parameter. From the questionnaire, constitutive definitions (DC's) and operational definitions (DO's) were determined. To operationalize the DC's, 5 KPI's were determined. From the combination of circularity metric methods by the Centroid technique (COG) through fuzzy logic and the chi-square test, it was concluded that the general state of performance of the CE in the Municipality of Nampula is 21.551724%, corresponding to the 1st fuzzy scale and UNSATISFACTORY, as the degree of pertinence. From the examination of the performance level of the referenced KPI's, it was concluded that the Municipality of Nampula has enormous challenges in the implementation of the CE as far as SWM is concerned, and in order to guarantee the transition from the currently dominant LE Model to the CE, it would require immense integrated efforts, involving political, economic and financial, governmental, private and civil society dimensions.
KEYWORDS: Circular Economy, Solid Waste Management

INTRODUÇÃO

Desde o período da 1ª revolução industrial[1], os países seguem o modelo económico de Economia Linear (EL), que consiste em extrair, produzir, usar e descartar. Neste modelo, todos os produtos têm um ciclo linear que começa com a extração de matérias-primas primárias que passam pela transformação em produtos, distribuição através de venda, utilização e terminam por descarte ou deposição.

As práticas baseadas no modelo de EL são ineficientes e insustentáveis pelo facto de provocar desperdício de recursos que poderiam ser reaproveitados, reciclados, e voltar

1 A **1ª Revolução Industrial** teve início na Inglaterra por volta de 1750, e logo alcançou a França, a Bélgica e posteriormente a Itália, a Alemanha, a Rússia, o Japão e os Estados Unidos. Por essa época, as actividades comerciais comandavam o rítmo da produção. Na revolução industrial inglesa, a principal manufatura era a tecelagem de lã. Mas foi na produção dos tecidos de algodão que começou o processo de mecanização, isto é, da passagem da manufatura para o sistema fabril.

ao processo produtivo, por um lado, por outro lado, os recursos naturais são de fontes energéticas finitas, podendo exaurir rapidamente, além das consequências extremamente negativas ao nível do meio ambiente.

As práticas regenerativas de produzir, consumir, reutilizar começaram a ter relevo durante e após a 2ª Guerra mundial (1939-1945)[2]. Aí a sociedade começa a consciencializar-se de que os recursos naturais são finitos, estando assim em processo de exaustão, por isso a necessidade de usá-los de forma eficiente e sustentável. Com estas novas práticas surge o Modelo de Economia Circular (EC) como alternativa ao modelo de EL.

O modelo de EC defende práticas económicas regenerativas e sustentáveis, nomeadamente, inovação dos mecanismos de gestão de resíduos sólidos (GRS), implementação de acções concretas e sólidas de recuperação de recursos, prevenção de impactos ambientais e integração da sustentabilidade.

A EC propõe o abandono do processo de produção e consumo com base no modelo de EL através de adopção de práticas de reinserção de resíduos sólidos no ciclo produtivo, por forma a minimizar a sua disposição no ambiente, recuperação de recursos e extração massiva de matéria-prima.

A EC contribui positivamente para reconciliar todos os elementos, graças à sua lógica subjacente, enraizada principalmente em aspectos ambientais e políticos (Birat, 2015), além de aspectos económicos e comerciais (Ellen Macarthur Foundation, 2012). Ela promove um uso mais adequado e ambientalmente correcto dos recursos, visando a implementação de uma economia mais verde, caracterizada por um novo modelo de negócios e oportunidades inovadoras de emprego (Ellen Mac Arthur Foundation, 2012; Stahel, 2014), bem como pelo bem-estar aprimorado e impactos evidentes na equidade dentro e entre gerações em termos de uso e acesso a recursos: "um mundo em que a pobreza é endêmica sempre estará sujeito a catástrofes ecológicas e outras" (CMMAD[3], 1987).

Considerando que a implementação da EC na Gestão de Resíduos Sólidos (GRS) trás muitas vantagens à produção, reutilização, reciclagem de materiais e produtos após o fim de sua vida útil, de igual modo, permite a redução dos impactos negativos ao ambiente, aumento da competitividade e promoção da inovação, crescimento económico e emprego, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: "Qual é o estado de implementação da EC na GRS no Município de Nampula em Moçambique?"

Objectivo da pesquisa é avaliar o estado de implementação da EC com enfoque

2 **2ª Guerra Mundial** foi um conflito militar global que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo (incluindo todas as grandes potências) organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados e o Eixo. Foi a guerra mais abrangente da história, com mais de 100 milhões de militares mobilizados.

3 **CMMAD-Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) presidida por Gro Harlem Brundtland, criada com os seguintes principais objectivos: reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las; propôr novas formas de cooperação internacional nesse campo de modo a orientar as políticas e acções no sentido de fazer as mudanças necessárias, e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma maior compreensão dos problemas existentes, auxiliando-os e incentivando-os a uma atuação mais firme.

na GRS no Município de Nampula, sendo que, os objectivos específicos consistem em Descrever EC no processo de GRS no Município de Nampula; Determinar indicadores, padrões e critérios de verificação do estado de implementação da EC na GRS no Município de Nampula; Medir o estado de implementação da EC na GRS no Município de Nampula e Propôr um instrumento de avaliação da EC.

Com efeito, foram determinas as seguinges hipóteses: Hipótese 1 (H_1) – O estado da implementação da EC na GRS no Município de Nampula não é satisfatório; Hipótese 2 (H_2) – O estado da implementação da EC na GRS no Município de Nampula é bom; Hipótese 3 (H_3) – O estado da implementação da EC na GRS no Município de Nampula é muito bom e Hipótese 4 (H_4) – O estado da implementação da EC na GRS no Município de Nampula é excelente.

Segundo Korhonen et al. (2018), o conteúdo científico de EC e de pesquisa continua superficial e desorganizado, sendo que, parece ser uma colecção de ideias vagas e separadas de vários campos e conceitos semicientíficos (Korhonen, J., Honkasalo, A., Seppala, J., 2018).

É nesta perspectiva que interessa os autores da necessidade de aprofundar e consolidar conhecimentos de EC no que diz respeito ao conceito, origem, modelos, princípios, limitações, níveis de implementação, benefícios e desafios, por forma a perceber o estado de desenvolvimento e implementação deste na GRS no Município de Nampula e na sequência disso interessa perceber do estado de implementação deste, na GRS, no Município de Nampula como o mecanismo da GRS e construção de um instrumento de pesquisa científica sobre esse paradigma, por um lado.

Por outro lado, o presente trabalho representa um contributo relevante para agregação da literatura que servirá como “insumo científico” para futuras investigações a volta da temática.

A escolha do Município de Nampula como objecto do presente estudo deve-se ao facto do autor ser residente dessa urbe, fazendo com que tenha curiosidade em perceber do estado da implementação da EC. Outrossim, o Município de Nampula é o terceiro maior a nível de Moçambique e o primeiro maior da zona norte do país, com maior densidade populacional.

De um modo geral, as pesquisas podem ser quantitativas, qualitativas e mistas (Lakato, E., Marconi, M., 2007). Para esta pesquisa, optou-se pela abordagem quantitativa, tendo sido usados questionário físico e online, revisão bibliográfica e análise documental como instrumento da colheta de dados.

Para esta pesquisa, foi definida por população 412.249 habitantes adultos alfabetizados do Município de Nampula. Esta população foi determinada de acordo com os dados do Censo populacional de 2017, o qual apurou um total de 743.125 de habitantes do Município de Nampula, sendo 36.6% crianças, correspondentes à entre 0 e 17 anos e, 63.4% adultos, que corresponde a 18 anos de idade para diante (INE, 2017).

Segundo Gil (2002), população é universo ou um conjunto de elementos ou indivíduos que possuem determinadas características semelhantes. Olhando pelo conceito do Gil (2002), pode verificar-se que à população refere-se um conjunto de indivíduos, pessoas, ítens ou eventos sobre os quais pode fazer-se inferências.

Por população, para esta pesquisa, foram escolhidos habitantes adultos alfabetizados, começando com o nível escolar elementar até o superior, pelo facto de que pela natureza da pesquisa, necessitou de participantes com capacidade psíquica de ler, escrever e fazer análise crítica sobre o estado de implementação da EC na GRS.

Segundo UNICEF[4] (2022), a província de Nampula detém 12.5% de taxa de analfabetismo, sendo que 87.5% dos habitantes são alfabetizados. Considerando 471.141 de habitantes adultos do Município de Nampula, podendo-se verificar e concluir que esta pesquisa tem por população 412.249 habitantes adultos alfabetizados.

O presente trabalho usou amostra não-probabilística, tendo-se optado pelo processo de selecção da amostra por conveniência ou acessibilidade. Segundo Fonseca (2002), amostra por conveniência ou acessibilidade é uma técnica de amostra não-probabilística e não aleatória usada para criar amostras de acordo com a facilidade de acesso, tendo em conta a disponibilidade de participantes para fazer parte da amostra em um determinado intervalo de tempo (Fonseca, 2002).

Considerando a técnica de amostra por conveniência ou acessibilidade adoptada para esta pesquisa, foi produzido um questionário físico e *online*, o qual foi ministrado durante 45 dias, tendo sido criado um *link* (https://tiny.cc/cmnpla), através do aplicativo *Google Forms*[5], onde o mesmo foi partilhado para diversos grupos de *WhatsApp*[6] e via *e-mail*[7] dos residentes e funcionários do Município de Nampula.

Com esse exercício, 1023 participantes tiveram acesso e responderam o questionário. Os 1023 participantes formam amostra desta pesquisa, tendo a representação amostral de 0.25% da população de 412.249 habitantes adultos alfabetizados do Município de Nampula, que de acordo com o Gil (2002), pode demonstrar-se da seguinte maneira:

$$\text{Representação Amostral } \% = \frac{\text{Participantes por Acessibilidade}}{\text{Habitantes Adultos Alfabetizados}} * 100$$

$$\text{Representação Amostral } \% = \frac{1023}{412.249} * 100 = 0{,}24815$$

Considerando o objecto desta pesquisa, os instrumentos usados para análise e interpretação de dados são métrica de circularidade (Corona et al., 2019) por técnica do

4 UNICEF-United Nations International Children's Emergency Fund (Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância)

5 Google Forms é um aplicativo lançado pelo Google que permite colectar dados para pesquisas *online* através de questionários, inquéritos e também pode servir para produzir formulários de registo.

6 WhatsApp é um aplicativo multiplataforma que permite trocar mensagens instantâneas, chamadas de vídeo e de voz, via telefones e computadores, por meio de uma conexão com a internet.

7 e-mail ou correio eletrônico **é** uma ferramenta electrónica que permite compor, enviar e receber mensagens, textos, figuras e outros arquivos por meio da Internet.

Centróide (COG) do método da lógica *fuzzy* (Hao et al., 2009; Jiang, 2010) (Lima, 2020), conjugado com o teste qui-quadrado x^2_{cal} (Favero & Belfiore, 2017).

Posteriormente, para a validação dos resultados obtidos do teste qui-quadrado, foi representada a função de pertinência de conjuntos *fuzzy* que permitiu modelar os elementos em conjuntos como ilustra o quadro a baixo.

Grau de Pertinência	Excelente			Muito bom			Bom			Não Satisfatório		
	X= 90%	X= 95%	X= 100%	x = 80%	x = 84.5%	x = 89%	x = 60%	x = 69.5%	x = 79%	x = 0%	x = 29.5%	x = 59%
	0	0.5	1	0	0.5	1	0	0.5	1	0	0.5	1
	N	M/M	S	N	M/M	S	N	M/M	S	N	M/M	S

Parámetros de avaliação da EC na GRS: conjuntos *fuzzy* e graus de pertinência para alguns valores de x

Fonte: Autor (2022)

Nesta perspectiva, por forma a chegar-se a um entendimento da real performance da avaliação do estado de implementação da EC com enfoque na GRS no Município de Nampula, obedecendo a função de pertinência de conjuntos *fuzzy,* foram determinadas escalas de índice de circularidade que no seu global variam de 0 a 1, ou seja, percentualmente de 0 a 100%.

Para a construção do método de inferência *Mandami,* foi definido um processo de raciocínio dividido em duas etapas seguintes Fuzzyficação: etapa que obtém o grau de pertinência com que cada entrada pertence a cada conjunto *fuzzy* (SIM, MAIS OU MENOS, NÃO). discurso em questão e associada a um grau de pertinência em cada conjunto *fuzzy* e Defuzzyficação: a saída obtida na etapa anterior em que SIM (S) corresponde a 1; MAIS OU MENOS (M/M) corresponde a 0.5 e NÃO (N) corresponde a 0. Partindo destes valores, foi possível encontrar resultados percentuais que permitam identificar o grau de pertinência do desempenho da EC com enfoque na GRS no Município de Nampula.

Para Lima (2020), o método de defuzzyficação mais comum é a técnica do *centróide*, que obtém o ponto onde uma linha vertical divide ao meio um conjunto agregado. A fórmula matemática que obtém esse ponto e que foi adoptada para essa pesquisa é expressa da seguinte forma:

$$Centróide\ (COG) = \frac{\sum_{x=a}^{b} \mu(X) * x}{\sum_{x=a}^{b} \mu(X)}$$, onde, para esta pesquisa:

· Contróide (COG) é Nível de circularidade de X que representa o nível de desempenho do padrão

· $\sum_{x=a}^{b} \mu(X) * x$ é o somatório de critérios de verificação alcançados

· $\sum_{x=a}^{b} \mu(X)$ é o Somatório de critérios de verificação do padrão ou KPI's

Para validar a confiabilidade do questionário aplicado para esta pesquisa foi

empregue o coeficiente Alfa de Cronbach α que permitiu estimar a confiabilidade de consistência interna do questionário e a confiabilidade entre avaliadores. De acordo com Hayes (1995), o coeficiente Alfa de Cronbach α é uma das estimativas da confiabilidade de um questionário aplicado em pesquisas, considerando que que todos os itens de um questionário utilizam a mesma escala de medição, o coeficiente α, com α [0,1], calculado a partir da variância dos itens individuais e das covariâncias entre os itens através da seguinte equação (Freitas, A., Rodrigues, S., 2005):

$\alpha = \left[\frac{k}{k-1}\right]\left[1 - \frac{\sum_{i=1}^{k} S_i^2}{S_t^2}\right] \epsilon[0,1]$, onde: k é o número de itens do questionário, S_i^2 é a variância do item i e S_t^2 é a variância total do questionário.

A confiabilidade foi classificada a partir do cálculo do coeficiente Alfa de Cronbach α de acordo com os limites apresentados pelos Freitas e Rodrigues (2005):

Confiabilidade	Muito Baixa	Baixa	Moderada	Alta	Muito Alta
Valor de α	α ≤ 0,30	0,30 < α ≤ 0,60	0,60 < α ≤ 0,75	0,75 < α ≤ 0,90	α > 0,90

Classificação da confiabilidade a partir do coeficiente α de Cronbach

Fonte: Freitas e Rodrigues (2005)

De acordo com Freitas e Rodrigues (2005), na tabela supracitada, é possível considerar como satisfatórios os questionários que apresentem valor de α > 0,60. Entretanto, valores superiores de α poderão indicar graus de confiabilidade ainda melhores e a decisão a respeito do valor mínimo de confiabilidade de um questionário fica a critério do pesquisador (Freitas, A., Rodrigues, S., 2005).

REVISÃO DA LITERATURA

ECONOMIA CIRCULAR

Economia Circular (EC) é um novo paradigma económico que se assenta na estratégia inovadora de redução, reutilização, recuperação, restauração e renovação de materiais e energia, como é o caso de resíduos sólidos. Portanto, ela é uma alternativa sustentável que substitui o modelo de Economia Linear (EL), que é limitado pela sua filosofia de fim-de-vida de materiais, sendo que, a EC é actualmente vista como uma estratégia pertinente e relevante na promoção da dissociação entre o crescimento económico e o aumento no consumo de recursos.

Segundo Filho et al. (2019), o conceito de EC é baseado em um modelo económico em que os recursos são utilizados de forma racionalizada e maximizada, explorando a eficiência dos processos, buscando sempre a reutilização e poupando o uso de recursos naturais. Esta consiste em um ciclo fechado de desenvolvimento, que actua de forma contínua e não linear (Filho, J., Frasson, S., Conti, D., 2019).

Para a fundação Ellen MacArthur (2012), dentre muitos benefícios, o modelo de EC é sustentável para economia, ecossistemas, gerações vindouras, pois este modelo:

- É regenerativo: enquanto o Modelo da EL defende restaurar os bens ou consumi-los até escassear, o Modelo de EC leva em conta o valor económico dos recursos naturais ou capitais originais ao restringir a sua extracção para evitar a sua escassez;
- Protege os ecossistemas: preserva os ecossistemas ao refutar a exploração irracional dos recursos naturais, evitando assim desperdícios e escassez de recursos naturais;
- Minimiza a exploração irracional de recursos naturais;
- Permite a redução, reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos;
- Ajuda na conservação do meio ambiente;
- Minimiza o custo das matérias-primas a médio e longo prazos;
- Gera postos de emprego;
- Minimiza a poluição ao ambiente;
- Permite desenvolver inovação, novos produtos, serviços e novos modelos de negócio, que contribuem para o relacionamento mais equilibrado e criativo entre as pessoas, consumidores e os recursos naturais;
- Entre outras vantagens.

Ao contrário da EL, o modelo de EC defende que os resíduos sólidos gerados no processo produtivo devem ser transformados em matéria-prima secundária a ser reinserida ao processo produtivo, na mesma cadeia produtiva ou numa nova cadeia de produção, permitindo assim, a recuperação, reutilização, redução de resíduos e prevenção de impactos ambientais.

Na actualidade, o paradigma de EC é um tema que tem aparecido e crescentemente abordado e promovido em agendas políticas de muitos países do mundo. A exemplo disso, a EC é um conceito que está sendo promovido pela União Europeia (EU), por vários governos nacionais como China, Japão, Reino Unido, França, Canadá, Holanda, Suécia e Finlândia, bem como por várias empresas em todo o mundo (Korhonen, J., Honkasalo, A., Seppala, J., 2017):

- A Comissão Europeia estimou recentemente que as transições económicas de EL para EC podem gerar ganhos económicos anuais de 600 bilhões de euros apenas para o sector industrial da UE (COM, 2014; EMAF, 2013; ver também CIRAIG, 2015 e COM, 2015);
- O Fundo de Celebração da Independência da Finlândia (FICF, SITRA) e Mckinsey (2014) estimam conjuntamente ganhos anuais de 2,5 bilhões de euros para a economia nacional da Finlândia através da EC;

- A economia global beneficiaria USD 1000 bilhões anualmente em caso de transição da EL para EC (FICF e Mckinsey, 2014; ver, por exemplo, EMAF, 2013);
- A China, como o primeiro país do mundo, adoptou uma lei para a EC em 2008 (CIRAIG, 2015);
- A EC é recomendada como uma abordagem ao crescimento económico que esteja alinhada com o desenvolvimento económico e ambiental sustentável (ver EMAF et al., 2015; EMAF, 2013; EMAF, 2013; EMAF, 2012; CIRAIG, 2015; COM, 2015; COM, 2014).

De igual modo, a ONU[8] tem promovido conferências das Nações Unidas de sustentabilidade do meio ambiente baseadas na EC. As principais conferências ambientais internacionais foram as de Estocolmo[9], em 1972, a Eco-92[10] ou Rio-92; a Rio+10[11], em 2002, e a Rio+20[12], em 2012.[13]

Gestão de resíduos sólidos (GRS)

Resíduos sólidos são matérias descartadas e inutilizadas provenientes da actividade humana na sociedade. Para sustentar ainda mais esta ideia, Barsano e Barbosa (2004) definem resíduos sólidos como sendo todos os rejeitos provenientes das actividades humanas. Esses resíduos como o próprio nome diz, são materiais não aproveitados que se encontram no estado sólido.

Macore e Rapper (2015) afirmam que resíduos sólidos constituem aquilo que genericamente se chama lixo, ou seja, materiais sólidos considerados sem utilidade, supérfluos ou perigosos, gerados pela actividade humana, e que devem ser descartados ou eliminados.

8 **Organização das Nações Unidas (ONU)** é uma organização internacional com o objectivo de facilitar a cooperação em termos de direito e segurança internacional, desenvolvimento económico, progresso social, direitos humanos e da paz mundial.

9 **Conferência de Estocolmo:** sob a organização da ONU, no ano de 1972, na cidade sueca que deu nome ao evento, um total de representantes de 113 países e 250 organizações ambientais reuniu-se para debater as principais questões e temas polêmicos referentes ao meio ambiente. A Conferência de Estocolmo – cujo nome oficial foi **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano** – teve como principal resultado uma declaração final oficial na qual designava a premissa de que as gerações futuras e a população mundial teriam o direito incontornável de viverem em um ambiente com saúde e sem degradações.

10 **Eco-92:** realizada no Rio de Janeiro, em 1992 e, por isso, também chamada de **Rio-92**, a **Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento** ou ainda, **Cúpula da Terra**, foi considerada um dos principais marcos da questão ambiental em termos de políticas internacionais ao longo da história. Com uma ampla cobertura midiática e a presença de representantes de 172 países e centenas de organizações ambientais. O encontro teve como resultado, a assinatura de cinco importantes acordos ambientais: a **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**; a **Agenda 21**; os **Princípios para a Administração Sustentável das Florestas**; a **Convenção da Biodiversidade**; e a **Convenção do Clima**.

11 A **Rio+10**: cujo nome oficial foi **Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável** – ocorreu na cidade de Johanesburgo, na África do Sul, em 2002, e contou com a presença de representantes de 189 países. Os principais pontos dessa cúpula foram a afirmação da questão do desenvolvimento sustentável com base no uso e conservação dos recursos naturais renováveis e a reafirmação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), proclamados dois anos antes pela ONU.

12 **Rio + 20:** novamente com realização na cidade do Rio de Janeiro, dessa vez no ano de 2012, a **Rio+20** – ou **Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável** – reuniu um total de 193 representantes de países e uma das maiores coberturas jornalísticas mundiais de toda a história, sendo acompanhada dia a dia em todo o planeta. O resultado foi a avaliação das políticas ambientais então adotadas e a produção de um documento final intitulado *O futuro que queremos*, onde foi reafirmada uma série de compromissos.

13 https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/conferencias-sobre-meio-ambiente.htm

Para Júnior et al. (2013), conceitos de resíduos e lixo são bastante próximos e a maioria das vezes são entendidos como sinónimos.

A procura de soluções mais sustentáveis para a GRS tem sido um dos muitos desafios que se colocam à transição de um modelo de EL para um de EC (Andriguetto & Flores, 2018; Pimenta, et al., 2018; Ferreira, et al., 2019; Stahel, et al., 2019; Zeller, et al., 2019).

De acordo com Ghisellini et al. (2016), no passado, a GRS foi considerada simplesmente uma maneira de se livrar dos resíduos sólidos por aterro ou incineração. Este padrão de descarte, ainda é dominante em todo o mundo, gerando uma enorme perda de recursos valiosos e impactos ambientais muito pesados.

Actualmente, está surgindo uma nova maneira de ver os resíduos sólidos, que reconhece a gestão de resíduos como uma recuperação de recursos e prevenção de impactos ambientais (Ghisellini, P., Cialani, C., Ulgiati, S., 2016).

O ponto crítico da produção de resíduos sólidos veio com a revolução industrial, iniciada no século XVIII, na Inglaterra e espalhada para o mundo todo, e deu a partida para que a curva de crescimento populacional tomasse a forma exponencial assim como a geração de resíduos sólidos.

A gestão e a disposição inadequada dos resíduos sólidos causam impactos socio-ambientais, tais como degradação do solo, comprometimento dos corpos da água e mananciais, intensificação de enchentes, contribuição para a poluição do ar e proliferação de vectores de importância sanitária nos centros urbanos e captação em condições insalubres nas ruas e nas áreas de disposição final (Besen et al., 2010).

Da discussão dos autores supra versados, podemos concluir que resíduos sólidos são todos os materiais que se encontram em estado sólido e que são rejeitados ou não aproveitados pelos seres humanos, portanto, é o remanescente, aquilo que resta de qualquer substância, resto. O lixo é uma categoria de resíduos sólidos que é varrido nas casas, tudo que não presta e se joga fora.

Pata Araújo e Juras (2011 cit em Buque, 2013), a GRS são acções multidisciplinares que requer a participação de equipa com um largo campo de experiência de modo a tratar de forma compreensiva as múltiplas facetas do problema de gestão de resíduos (p.35).

Partindo dessa reflexão, é fácil perceber que, GRS é um conjunto de acções que visam à produção, armazenamento, recolha, transferência de transporte, processamento, tratamento, destino final dos resíduos sólidos, observando os melhores princípios de prevenção de externalidades ambientais negativas.

Assim, podemos concuir que as acções de GRS tem por objectivo minimizar a produção de resíduos, por forma a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente.

A EC emerge principalmente na literatura por meio de três "acções" principais, ou seja, os chamados Princípios de 3R: Redução, Reutilização e Reciclagem (Ghisellini, P.,

Cialani, C., Ulgiati, S., 2016).

i. Princípio de Redução: defende a necessidade de reduzir a produção de resíduos sólidos na fonte, ou seja, durante a produção e o consumo de bens tangíveis. Para alcançar a essência desse princípio, precisa minimizar-se a entrada de energia primária, matérias-primas e resíduos através da melhoria da eficiência na produção (chamada eco-eficiência) e nos processos de consumo. A eco-eficiência tem por foco, promover a redução dos impactos ambientais e de consumo de recursos naturais através de prática de acções sustentáveis (Ness, 2008).

ii. Principio de Reutilização: segundo EU (2008), reutilização significa usar o produto ou seus componentes mais de uma vez, na mesma função ou não. O princípio de reutilização refere-se a qualquer operação pela qual produtos ou componentes que não sejam resíduos sejam usados novamente para o mesmo fim para o qual foram concebidos (EU, 2008).

Connett et al. (2011) recomendam que, se um produto não pode ser reutilizado, reciclado ou compostado, a indústria não deve produzi-lo e os consumidores não devem comprá-lo (Ghisellini, P., Cialani, C., Ulgiati, S., 2016).

iii. Princípio de Reciclagem: refere-se a "qualquer operação de recuperação pela qual os resíduos sólidos sejam reprocessados (Ghisellini, P., Cialani, C., Ulgiati, S., 2016). A reciclagem de resíduos sólidos oferece a oportunidade de se beneficiar de recursos ainda utilizáveis e reduzir a quantidade de resíduos que precisam ser tratados e descartados, diminuindo também o impacto ambiental relacionado (Cagno et al., 2005; Zhu, 2008; Lazarevic et al., 2012, Birat, 2015).

De acordo com Espinosa e Silvas (2014), os resíduos sólidos são classificados como: industriais, urbanos, de serviços de saúde, de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, agrícolas, e resíduos de construção e demolição:

- Resíduos industriais: aqueles que são gerados pelas indústriais. As próprias indústrias geradoras são responsáveis pelo manejo e destinação destes resíduos.
- Resíduos urbanos: correspondem os resíduos das seguintes subcategorias: *Domésticos* [14], *Públicos* [15], *Comerciais* [16], *Equiparáveis a Domésticos (hospitalares)* [17];
- Resíduos de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários: são resíduos sépticos que podem conter organismos patogénicos, tais como, matérias de higiene e de asseio pessoal;
- Resíduos agrícolas: aqueles que resultam das actividades agrícolas e pecuária, tais como, embalagens de adubos, defensivos agrícolas, ração, restos de

14 Provêm de residências ou domicílios e engloba os restos de alimentos, plásticos, papelões, entre outros.
15 Provenientes da limpeza realizada em vias públicas como passeios e estradas, feiras, entre outros.
16 Gerados pelas actividades de estabelecimentos comerciais, como lojas, restaurantes, take aways e outros.
17 Gerados pelas actividades executadas pelos hospitais, centros de saúde, farmácias, entre outros.

colheita entre outros;

- Resíduos de construção e demolição: são entulhos provenientes de demolições, restos de obras, solos de escavações e materiais afins.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A má GRS provoca efeitos negativos ao ambiente, nomeadamente a poluição do ar, da terra, da água e à saúde pública. A situação da GRS nos municípios moçambicanos é um enorme desafio público-privado, pois verifica-se uma fraca definição e adopção de políticas integradas para a solução da problemática.

Segundo Chandamela (2019), a situação de GRS em Moçmbique constitui um grande desafio para as autoridades público-privadas devido a insuficiente cobertura do serviço de colecta, transporte e tratamento ligado à falta de fundos disponíveis e a alternativas economicamente sustentáveis (Chandamela, 2019).

Os desafios na GRS em Moçambique, representa do que se verifica em boa parte do continente africano. De acordo com Bisol (2015), ainda, nenhum município de Moçambique resolveu satisfatoriamente a GRS urbana e o modelo tradicional de gestão apresenta uma série de problemas (Bisol, 2015).

A cidade de Nampula é a maior e com mais oportunidades sociais para toda zona norte de Moçambique e esta atractividade faz com que ela tenha muitos imigrantes provenientes de áreas rurais, onde a chegada destes, estabelecem-se nos bairros periféricos em residências aglomeradas que não permitem um acesso aos serviços básicos e os resíduos sólidos são deixados em aterros informais ou nas próprias áreas habitadas.

De acordo com Bisol (2015), o crescimento económico dos últimos anos, unido ao crescente êxodo rural para as cidades e o consequente aumento na produção de resíduos sólidos em Nampula, tem produzido efeitos perigosos para a segurança do meio ambiente da cidade e, consequentemente, para a saúde da população (Bisol, 2015).

Em contrapartida, verifica-se fraca capacidade por parte da autoridade em dar resposta à procura pelos serviços de GRS provocando problemas sérios em matéria ambiental. Namagalima e Fortes (2020) constataram que o município de Nampula não possui um sistema de GRS urbano eficiente, facto que gera grandes problemas e desafios.

Para Namagalima e Fortes (2020), no município de Nampula há falta de contentores para descarte comunitário, atrasos na remoção de resíduos, prática de incineração nos lixões municipais próximo às residências e a colecta não selectiva, causando impactos negativos ao meio ambiente, na saúde pública, na estética e na economia da urbe (Namagalima, A., Fortes, A., 2020).

A fraca capacidade por parte das autoridades públicas, em dar resposta à procura pelos serviços de GRS gera insatisfação permanente por parte dos munícipes. Segundo Assane (2021), a falta de recolha e tratamento do lixo na cidade de Nampula atingiu níveis

preocupantes, o que, na óptica dos munícipes, denuncia a incapacidade da edilidade de gerir os recursos disponíveis (Assane, 2021).

Pode-se verificar ainda que as autoridades competentes não fazem a recolha de resíduos sólidos com regularidade, situação essa que provoca efeitos negativos nefastos ao meio ambiente conforme o posicionamento de Namagalima e Fortes (2020) ao defender que naquela urbe há atraso na remoção de resíduos sólidos por parte do Conselho Autárquico (Namagalima, A., Fortes, A., 2020).

A falta de recolha de resíduos sólidos com regularidade recomendável resulta da fraca integração de esforços, envolvendo dimensões política, económica e financeira, governamental, privado e da sociedade civil.

Segundo o Conselho Municipal de Nampula - CMCN (2021), as maiores dificuldades identificadas para a gestão integrada de resíduos sólidos no município de Nampula são falta de estruturas e meios adequados; falta de capacidades e equipamentos adequados entre os trabalhadores do sector; falta de educação e informação da população urbana com relação a importância do seu papel nesse processo e dificuldade de envolver iniciativa privada no processo e de regulamentar as iniciativas existentes (CMCN, 2021).

O serviço de recolha de resíduos sólidos não abrange todos os bairros do Município, posicionamento que pode ser suportado pelos Namagalima e Fortes (2020) ao defender que naquela urbe, o sistema de GRS é ineficiente e não abrangente, facto que gera grandes problemas e desafios (Namagalima, A., Fortes, A., 2020).

O Município de Nampula não desincentiva o uso de vasilhames descartáveis resultante de fraca implementação de mecanismos de desincentivo do uso destes produtos, posição expressa pelos Namagalima e Fortes (2020) ao defender que naquela urbe, verifica-se um baixo nível de educação ambiental e falta de insentivo para adopção de posturas responsáveis e adequadas na GRS (Namagalima, A., Fortes, A., 2020).

Olhando para as hipóteses desta pesquisa, tem-se “ Não satisfatório, bom, muito bom e excelente” como métricas de graus de pertinências de conjuntos *fuzzy* (variáveis *fuzzy*) e 4 escalas *fuzzy* apresentadas em parâmetros *fuzzy* seguintes “*0-59%, 60-79%, 80-89% e 90-100%”* respectivamente.

Da métrica de circularidade (Corona et al., 2019) por técnica do *Centróide (COG)* através da lógica *fuzzy* (Hao et al., 2009; Jiang, 2010) (Lima, 2020), conjugado com o teste qui-quadrado x^2_{cal} (Favero & Belfiore, 2017), aferiu-se que o estado geral de desempenho da EC no Municipio de Nampula é de 21.551724%, correspondente à 1ª escala *fuzzy* e NÃO SATISFATÓRIO, como o grau de pertinência do estado de implementação da EC na GRS.

A tabela a seguir, apresenta o teste geral para todos os *KPI*’s. Conforme o Corona et al., (2019), aferiu-se a métrica de desempenho global da EC, na GRS no Município de Nampula em 21.551724%, enquadrado no parâmetro *fuzzy* entre 0% e 59%, correspondente à 1ª escala *fuzzy* e não satisfatório, como o grau de pertinência. Assim, à luz do Lima

(2020), de forma geral, concluiu-se que o estado de implementação de EC, com enfoque na GRS no Município de Nampula não é satisfatório, sendo que o resultado da pesquisa responde a Hipótese 1 “O estado da implementação da EC na GRS no Município de Nampula não é satisfatório”.

Resumo da métrica de desempenho geral da EC na GRS no Município de Nampula Métrica de circularidade (Corona et al., 2019) por técnica do *Centróide (COG)* (Lima, Lógica fuzzy: Conceitos e aplicações, 2020)					
KPI	**Quantidade de padrões**	**Quantidade de critérios de verificação para o padrão**	**Quantidade de critérios de verificação alcançados**	**Desempenho no padrão**	**Desempenho geral da EC na GRS no Município de Nampula**
***KPI 1* - NÍVEL DE CONHECIMENTO DE EC POR PARTE DOS RESIDENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE NAMPULA.**	1.1	5	5	100%	**21.551724% NÃO SATISFATÓRIO**
	1.2	4	3	75%	
***KPI* 2 - NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DE RECURSOS E PREVENÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS.**	2.1	7	0	0%	
	2.2	2	1	50%	
	2.3	1	1	100%	
***KPI* 3 - REDUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA FONTE.**	3.1	26	2.5	10%	
***KPI* 4 - RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS**	4.1	8	0	0%	
***KPI* 5 - REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.**	5.1	5	0	0%	
TOTAL	8	58	12.5	21.551724%	

Métrica geral de desempenho da EC na GRS

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da examinação do nível de desempenho dos *KPI's* referenciados, concluiu-se que o Município de Nampula tem enormes desafios com vista a implementação da EC, com enfoque na GRS como a deficiência de informações credíveis, a falta de tecnologia avançada em matéria da gestão dos 3R's, fraca exploração de conteúdos da legislação nacional referente à GRS, défice de incentivos de GRS no âmbito da EC, fraca conscientização e sensibilização pública das vantagens da GRS na base de EC, entre outros.

Considerando os desafios supra elencados, pode verificar-se que para garantir a transição do Modelo de EL actualmente dominante para o Modelo de EC como o paradigma económico sustentável e benéfico para futuro, necessitaria imensos esforços integrados, envolvendo dimensões política, económica, governamental, privado e da sociedade civil

por forma a superar esses desafios.

O Município de Nampula precisa de identificar projectos tecnológicos e alinhá-los com os princípios de EC e 3R, e cooperação com instituições locais de ensino, com vista a divulgação do Modelo de EC e suas vantagens na GRS como forma de insentivo aos esforços de pesquisa científica no âmbito desse paradigma, concretamente na redução, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos.

Para massificar a conscientização e a participação de todos munícipes individuais e colectivos nas actividades relacionadas à EC, precisaria divulgar permanentemente o paradigma de EC, passando assim pela realização de promoções nas TV's, boletins informativos, exposições, palestras, *workshops,* entre outras.

As iniciativas supra versadas permitiriam a troca, conjugação e integração de experiências de diferentes actores que poderiam capitalizar o sucesso da implementação do modelo de EC, com enfoque na GRS, por um lado. Por outro lado, os residentes singulares e corporativos podem fortalecer mútua compreensão e amizade ao trocar informações, e esssas práticas seriam base sólida de maior colaboração no âmbito de EC.

Aos futuros investigadores da área científica de EC, nas suas pesquisas, recomenda-se o uso do modelo conjugado da métrica de circularidade (Corona et al., 2019) por técnica do *Centróide (COG)* da lógica *fuzzy* (Hao et al., 2009; Jiang, 2010) (Lima, 2020) e o teste qui-quadrado (Favero & Belfiore, 2017). A utilização destes modelos conjugados para esse estudo, permitiram determinar o estado real de desempenho de EC na GRS no Município de Nampula.

REFERÊNCIAS

Assane, J. (2021). *Município de Nampula acusado de fraca capacidade na Gestão de Resíduos Sólidos.* Nampula: Revista Boa Nova. Disponível em: https://abrir.link/yt1nV. Obtido em 21 de Maio de 2021

Belfiore, F. e. (2017). *Manual de Analise de dados: Estatísca e Modelagem com Excel, SPSS e Stata.* Rio de Janeiro: Elsevier.

Bisol, M. (11 de Novembro de 2015). Gestão de resíduos sólidos em Nampula – Moçambique. (PRES, Ed.) *Portal de resíduos sólidos*. Obtido em 24 de Novembro de 2022

Chandamela, M. (2019). *Gestão de Resíduos Sólidos em Moçambique* (Vol. Destaque rural nº 76). Maputo, Maputo, Moçambique: Observatório do Meio Rural. Disponível em: https://abrir.link/myvD1.

Ciscati, B. R. (31 de Outubro de 2016). *Como a economia circular pode transformar lixo em ouro?* Coopermiti. S. Paulo: Coopermiti.

CMCN. (28 de Outubro de 2021). Maximização do financiamento para o desenvolvimento urbano. Nampula, Nampula, Moçambique: Conselho municipal da cidade de Nampula. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/NC_NAMPULA.pdf.

Corona, B., Shen, L., Reike, D., Carreón, J., Worrell, E. (Dezembro de 2019). Towards sustainable development through the circular economy: A review and critical assessment on current circularity metrics. *Resources, Conservation and Recycling, 151*, 1-15.

Espinosa, D., Silvas, F. (2014). Resíduos sólidos: Abordagem e Tratamento. Em L. Manole Editora (Ed.), *Curso de Gestão Ambiental* (pp. 195-255). S. Paulo: Manole Editora, LDA.

Fagundes, A. (2015). *Modelagem fuzzy para avaliação de desempenho ambiental do gerenciamento de resíduos sólidos industriais* (Vol. TESE). Curitiba, Curitiba, Brasil: Universidade tecnológica federal do Paraná. Dsiponível em: https://abrir.link/noaGw.

Fávero, L. P. (2017). *Manual de Análise de Dados: Estatísica e Modelagem com Excel, SPSS e Stata.* Rio de Janeiro: Elsevier.

Freitas, A., Rodrigues, S. (7 a 9 de Novembro de 2005). *A avaliação da confiabilidade de questionários: uma análise utilizando o coeficiente alfa de Cronbach* (7 ed.). S. Paulo, S. Paulo, Brasil: Disponível em: https://abrir.link/bse9d. Obtido em 7 a 9 de Novembro de 2005

Ghisellini, P., Cialani, C., Ulgiati, S. (15 de Fevereiro de 2016). A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of invironmental an economics systems. (Elsevier, Ed.) *Journal of cleaner production, 114*, pp. 11-32. Obtido em 05 de Maio de 2022

Gil, A. (2019a). *Metodos e Técnicas de Pesquisa Social* (Vol. 8). São Paulo, Brasil: Atlas.

INE. (2017). *Resultados definitivos do censo 2017: IV Recenceameto geral da população e habitação* (IV ed.). Maputo, Maputo, Moçambique: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: https://abrir.link/K4gHf. Obtido em 2017

Jacobi, P. R., & Besen, G. R. (2011). *Gestão de resíduos sólidosem São Paulo: desafiosda sustentabilidade.* Brasil.

Jouni Korhonen, Antero Honkasalo, Jyri Seppala. (2018). Circular Economy:The concept and its limitations. *Ecological Economics*, pp. 1-2.

Korhonen, J., Honkasalo, A., Seppala, J. (12 de July de 2017). Circular Economy: The Concept and its Limitation. 37-46. Obtido em 12 de July de 2017

Kumar, S. (2016). *Municipal Solid Waste Managemen in Developing Countries.* CRC Press.

Langa, J. (2014). Gestão de resíduos sólidos em Moçambique, responsabilidade de quem? (GC, Ed.) *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, 1-14.

Lima, A. (2020). *Lógica fuzzy: Conceitos e aplicações.* Rio grande do norte, Rio grande do norte, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://abrir.link/mrjNd.

Machado, G. (15 de Agosto de 2017). Gestão de Resíduos Sólidos em Nampula - Moçambique. Disponível em: https://abrir.link/GRkNu. (PRES, Ed.) Nampula, Nampula, Moçambique: PRES. Obtido em 15 de Agosto de 2017

Namagalima, A., Fortes, A. (23 a 24 de Setembro de 2020). Gestão de resíduos sólidos urbanos em Moçambique: caso do posto administrativo de Muatala na cidade de Nampula. *17° Congresso Nacional do Meio Ambiente.* Poços de Caldas: 17° Congresso Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: https://abrir.link/NGhwx.

Sassanelli, C., Rosa, P., Rocca, R., Terzi, S. (Agosto de 2019). Circular economy performance assessment methods: A systematic literature review. *Journal of Cleaner Production, 229*, 440-453.

Su, B., Heshmati, A., Yu, X. (28 de November de 2013). A review of the circular economy in China: moving from rhetoric to implementation. *Journal of Cleaner Production*, pp. 215-227.

GABRIEL SALAZAR CURTY - Advogado (OAB/MT). Assessor Jurídico e Administrativo na Defensoria Pública da União (DPU). Professor Universitário na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre e Doutorando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCCRIM/PUCRS) com bolsa de estudos concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela FAVENI. Pós-graduando em Licitações e Contratos Administrativo pela IBRA. Bacharel em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração de Justiça Penal (GPESC/PUCRS), do Grupo de Pesquisa em Gestão Integrada da Segurança Pública (GESEG/PUCRS). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Fundamentais e Interdisciplinaridade (GEDIFI/UNEMAT). Revisor de Periódicos (FIDES, AVANT e RATIO IURIS). Membro de Comitê Editorial (RATIO IURIS e Editora Atena). Possui experiência com Projetos de Pesquisas, Projetos de Extensões, Projetos na Educação Básica e com organização de eventos científicos e acadêmicos.

A

B

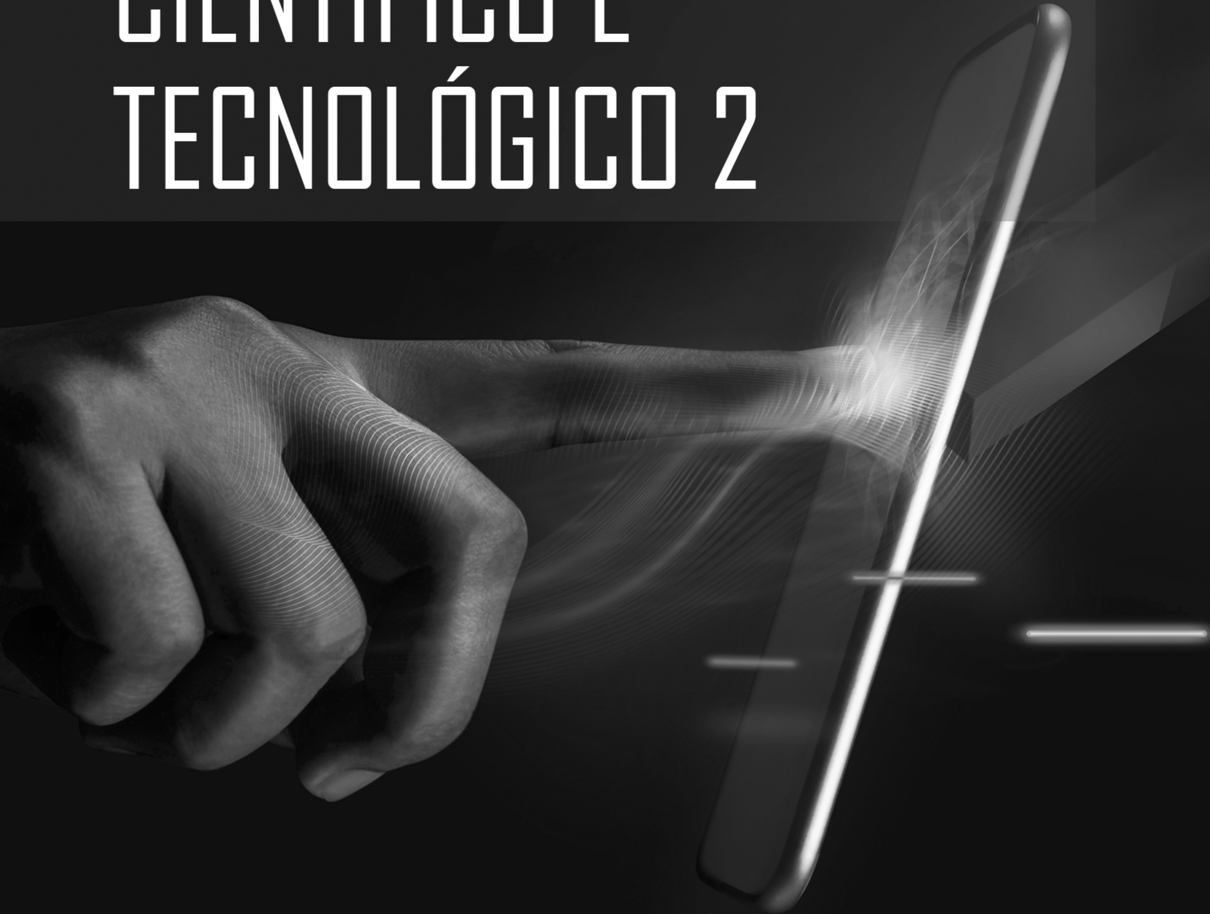
C

D

E

DESAFIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO

CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO 2



www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2023

DESAFIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO

CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO 2



www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora

Ano 2023